

Isidro Miguel Tavares Gomes

2º Ciclo de Estudos em Mestrado em História e Património - Ramo de Mediação Patrimonial

**O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
– análise e proposta de revisão –**

2012

Orientadora: Prof. Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Coorientadora: Prof. Doutora Alice Duarte

Classificação: valores

Dissertação

Versão definitiva

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
- análise e proposta de revisão -

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Isidro Miguel Tavares Gomes

**O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
– análise e proposta de revisão –**

Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo de Mediação Patrimonial

Mirandela, Novembro de 2012

RESUMO

Palavras-chave: património imóvel, inventário, gestão de informação, base de dados, planeamento.

O presente trabalho procura analisar e avaliar o processo de caracterização do património imóvel do concelho de Mirandela, refletindo sobre as ações iniciadas em 2006.

Neste trabalho procura-se expor os métodos, os procedimentos e as soluções adotadas, a metodologia de recolha e registo informação sobre património imóvel, de modo a ser útil na elaboração do PDM, na governança, e na divulgação e promoção do concelho.

Na primeira parte do trabalho refletiu-se sobre conceitos de património, modelos internacionais e nacionais, avaliando as potencialidades. Na segunda parte desenvolve-se uma proposta de definição dos processos de organização da informação patrimonial. A solução passa por incorporar no processo de caracterização uma ferramenta que tenha capacidade estruturar e articular informação de forma que o seu manuseamento e pesquisa sejam fáceis e acessíveis, e na obtenção de resultados, um meio de auxiliar a tomada de decisões, de atrair e desenvolver o território e a sua sociedade. Em Mirandela esta ferramenta denomina-se *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela*.

O sistema de gestão de Mirandela é avaliado pelos seus pontos fortes e pontos fracos que são encarados como experiências a ultrapassar e a evoluir, com a finalidade de contribuir para o seu aperfeiçoamento e eventual exemplo para outros concelhos. Para o Município de Mirandela, e concretamente para mim, este trabalho representa ainda uma reflexão do ponto de situação do desenvolvido até à atualidade com a intenção de encontrar as debilidades e corrigi-las, assim como apontar possíveis soluções.

ABSTRACT

Keywords: immovable heritage, inventory, information management, database, planning.

The present work seeks to analyze and evaluate the process of characterization immovable heritage in the Mirandela municipality, reflecting on the actions initiated in 2006.

In this work seeks to explain the methods, procedures and the solutions adopted, the methodology of collecting and recording information on immovable heritage in order to be useful in the development of PDM, governance and the promotion and dissemination of the patrimony and the territory.

In the first part of this work reflected on concepts of heritage, national and international models, assessing capabilities. The second part of this work develops a proposed definition of the processes of organization patrimony information. The solution is to incorporate in the process of characterization a tool that has the capacity to structure and coordinate information so that your search and using are easy and accessible, and getting the results, a way to help make decisions, to attract and develop the territory and its society. In Mirandela this tool called: *Heritage Management System Mirandela County Town*.

The management system of Mirandela is judged on its strengths and weaknesses that are viewed as experiments evolve and overcome, in order to contribute to its improvement and possible example for other municipalities. For the Mirandela Municipality, and specifically for me, this work is still a reflection of the status of the developed to the present day with the intention of finding the weaknesses and correct them, as well as identifying possible solutions.

RÉSUMÉ

Mots-clés: patrimoine immeubles, inventaire, gestion d'information, base de donnés, planification.

Le présent travail vise à analyser le processus de caractérisation des immeubles de la municipalité de Mirandela, réfléchissant sur les actions en 2006.

Ce travail vise aussi à expliquer les méthodes, les procédures et les solutions adoptés, la méthodologie de la collecte et l'enregistrement des informations sur la liste du patrimoine afin d'être utile à l'élaboration du PDM, la gouvernance e la divulgation et promotion du municipe.

Dans la première partie du travail on a reflexe sur les notions du patrimoine national et modèles internationaux, cherchant une évaluation des potentialités de chacune. La deuxième partie se développe un projet de définition de procédures a faire sur l'organisation et information du patrimoine. La solution est d'intégrer le processus de caractérisation outil qui aie la capacité de structurer et de coordonner l'information afin que la recherche et maniement soie faciles et abordables et pour obtenir les résultats, un moyen d'aider la prise de décisions attrayant au développement du territoire et de la société. En Mirandela, ce système de gestion s'appelle: *Système de Gestion du Patrimoine du Municipe de Mirandela*.

Le système de gestion de Mirandela est jugé sur ses points forts et ses points faiblesses qui sont considères comme des expériences a evoluer et surmonter, afin de contribuer a une possible amélioration et un éventuelle exemple pour les autres municipes.

Pour el municipe de Mirandela, et plus particulièrement pour moi, ce travail représente un reflet de la situation du pointe de développement jusqu'à présente avec l'intention de trouver les faiblesses et les corriger ainsi comme souligner possibles solutions.

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	3
RÉSUMÉ.....	4
SUMÁRIO.....	6
SUMÁRIO DAS FIGURAS.....	10
AGRADECIMENTOS	13
INTRODUÇÃO.....	15
Justificação do Tema	15
Fontes.....	22
Metodologia	26
PARTE I. PATRIMÓNIO E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO	31
I.1. Património e Patrimonialização.....	31
I.1.1. O que é o Património (e Patrimónios)	31
I.1.2. O Processo de Patrimonialização.....	37
I.2. A Identificação e Classificação do Património Imóvel – As Tutelas e os Procedimentos Institucionais (e Institucionalizados)	39
I.2.1. O Quadro Internacional	39
I.2.1.1. Orientações para a Salvaguarda e Proteção.....	39
I.2.1.2. Orientações para a Identificação e Inventariação.....	41
I.2.2. O Quadro Nacional	51
I.2.2.1. Orientações para a Salvaguarda e Proteção.....	51
I.2.2.2. Orientações para a Identificação e Inventariação.....	57
I.2.3. Os Quadros Regionais, Locais e de Colaboração Privada.....	60
II.1. O Percorso Institucional do Reconhecimento do Património (2004-2012)	69
II.1.1. Os Quadros Programáticos	69
II.1.2. Os Métodos e os Procedimentos de Caracterização.....	75
II.2. Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela.....	88
II.2.1. Estrutura	88
II.2.2. O Modelo de Registo de Informação Alfanumérica para o Património Imóvel.....	92
II.2.3. O Modelo de Registo de Informação Cartográfica para o Património Imóvel.....	102
II.2.4. A Funcionalidade e Aplicabilidade da Pesquisa.....	105
II.3. Proposta de Revisão e Prospetiva	113
CONCLUSÃO.....	122

FONTES E BIBLIOGRAFIA	127
Fontes Impressas.....	127
Bibliografia.....	127
SIGLAS	136
ANEXOS.....	137
Anexo 1 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao National Inventory of Architectural Heritage (NIAH) (DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT, HERITAGE AND LOCAL GOVERNMENT, 2006)	137
Anexo 2 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage (PALMER, 2009)	138
Anexo 3 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao Core Data Standard for Archaeological Sites and Monuments (PALMER, 2009)	140
Anexo 4 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Ciudades Históricas do Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía.....	142
Anexo 5 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Patrimonio Inmueble do Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía.....	145
Anexo 6 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Atividades Arqueológicas do Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía	152
Anexo 7 – Estrutura de Campos para a Descrição dos Bens para Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO	154
Anexo 8 – Estrutura de Campos do Inventory of Archaeological Heritage (NATIONAL ROADS AUTHORITY)	157
Anexo 9 – Estrutura de Campos do Inventory of Architectural Heritage (NATIONAL ROADS AUTHORITY)	158
Anexo 10 – Estrutura de Dados e Campos do Inventaire Général du Patrimoine Culturel (http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/index.htm)	159
Anexo 11 – Estrutura da Ficha de Sítio definido pelo IGESPAR (http://www.igespar.pt/media/uploads/formularios/formularios_novos/FichaSítioIGESPAR_distributed.pdf http://www.igespar.pt/).....	161
Anexo 12 – Estrutura da Ficha de Inventário para Monumentos definida pelo IGESPAR e IHRU (http://www.igespar.pt/pt/account/comoinventariarpatrimonio/)	162
Anexo 13 – Estrutura da Ficha de Inventário para Monumentos utilizada pelo IHRU.....	163
Anexo 14 – Estrutura da Ficha de Inventário do Património Imóvel dos Açores	164
Anexo 15 – Estrutura da Ficha de Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores	165
Anexo 16 – Estrutura da Ficha de Inventário utilizada na Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas	165
Anexo 17 – Estrutura de campos do Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica.....	167
Anexo 18 – Estrutura de campos utilizada no módulo Imóveis do Inpatrimonium da empresa Sistema do Futuro, Lda.....	168

Anexo 19 – Bibliografia (Monografias) que abordam o Concelho de Mirandela	170
Anexo 20 – Bibliografia (Periódicos) que abordam o Concelho de Mirandela.....	173
Anexo 21 – Ficha de Inventário para o Património Imóvel do Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela	178
1. Campos	178
1.1. NIM [nº inventário]	178
1.2. Designação Geral [designação]	179
1.3. Outras Designações [outras designações].....	179
1.4. Descrição [descrição].....	181
1.5. Descrição Geral (primeiro registo)	182
1.6. Descrição Específica (segundo ou mais registos dependentes do primeiro registo) 183	
1.7. Outros Tipos de Descrições	183
1.7.1.1. Multi-Descritor	183
1.7.1.2. Bloco de Notas.....	183
1.7.1.3. Historial	183
1.8. Categoria [tema/assunto]	183
1.9. Supertipologia [tema/ assunto]	184
1.10. Tipologias [tipologias]	185
1.11. Parte do Imóvel [tipo imóvel]	187
1.12. Imóvel [imóvel]	188
1.13. Heráldica [heráldica].....	188
1.14. Inscrições [inscrição]	189
1.15. Sistema Construtivo [sistema construtivo]	191
1.16. Período Estilístico [estilos]	193
1.17. Época Histórica [época]	194
1.18. Localização [localizações]	195
1.19. Estatuto de Proteção [disposições legais]	199
1.20. Números [numerações]	200
1.21. Histórico [cronologia]	200
1.22. Escavação [escavações]	203
1.23. Estratigrafia [estratigrafia]	204
1.24. Inventariantes [inventariantes].....	205
1.25. Autoria [autorias]	206
1.26. Propriedade [propriedade]	207
1.27. Ocupação [ocupação].....	208

1.28.	Utilização [utilização].....	209
1.29.	Parâmetros [medidas].....	210
1.30.	Ameaças [perigo]	211
1.31.	Estado de Conservação [estado]	212
1.32.	Anomalias [estado]	214
1.33.	Dissonância [dissonância].....	215
1.34.	Acesso [acessos]	216
1.35.	Enquadramento [envolvente].....	217
1.36.	Cobertura Vegetal [envolvente].....	218
1.37.	Solo [edafologia].....	218
1.38.	Litologia [litologia].....	220
1.39.	Hidrografia [linha de água].....	221
1.40.	Fichas Relacionadas.....	221
2.	Tabelas Auxiliares (TA)	222
2.1.	Tabelas Específicas (TE)	222
2.1.1.	Designação.....	222
2.1.1.1.	Tipo Designação [TE designações]	222
2.1.1.2.	Justificação	222
2.1.2.	Categoria [TE tema]	223
2.1.3.	Supertipologia [TE tema]	223
2.1.4.	Tipologia [TE tipologia].....	225
2.1.5.	Parte do Imóvel [TE tipo imóvel].....	239
2.1.6.	Heráldica [TE heráldica]	240
2.1.7.	Tipo de Inscrição [TE inscrições].....	240
2.1.8.	Grafia [TE grafias].....	240
2.1.9.	Técnica da Inscrição [TE técnicas].....	240
2.1.10.	Idioma [TE idiomas].....	240
2.1.11.	Técnica Construtiva [TE técnica construtiva]	241
2.1.12.	Material [TE material]	249
2.1.13.	Cor [TE cores]	250
2.1.14.	Tipologia Construtiva [TE tipologia construtiva]	250
2.1.15.	Período Estilístico [TE estilo]	256
2.1.16.	Época Histórica [TE época].....	284
2.1.17.	Disposição Legal [TE disposição legal]	286
2.1.18.	Tipo de Numeração [TE numerações].....	292

2.1.19.	Categoria de Escavação [TE categorias de escavação]	292
2.1.20.	Designação da Cor da Estratigrafia [TE cor].....	292
2.1.21.	Área Técnica [TE autoria]	292
2.1.22.	Tipo de Prédio [TE tipo prédio]	293
2.1.23.	Tipo de Registo [TE tipo registo].....	293
2.1.24.	Tipo de Ocupação [TE ocupação]	294
2.1.25.	Utilização [TE utilização].....	294
2.1.26.	Tipo de Utilização [TE tipo utilização]	295
2.1.27.	Tipo de Medida [TE medidas].....	295
2.1.28.	Unidade de Medida [TE unidade de medida].....	296
2.1.29.	Ameaças [TE perigos]	297
2.1.30.	Estado de Conservação [TE estados].....	298
2.1.31.	Anomalias [TE estado]	299
2.1.32.	Dissonâncias [TE dissonância].....	306
2.1.33.	Acessos [TE acessos].....	310
2.1.34.	Enquadramento [TE envolvente].....	310
2.1.35.	Cobertura Vegetal [TE envolvente].....	310
2.1.36.	Uso do Solo [TE uso solo].....	311
2.1.37.	Tipo de Solo [TE solo]	311
2.1.38.	Aptidão do Solo [TE aptidão solo].....	311
2.1.39.	Litologia [TE litologias]	312
2.1.39.1.	Designação Simples.....	312
2.1.39.2.	Designação Específica.....	312
2.1.40.	Hidrografia [TE linha água]	314

g

SUMÁRIO DAS FIGURAS

Figura 1 – <i>The Heritage Process</i> esquematizado por Peter Howard (2003: 187).....	17
Figura 2 – Os processos do ciclo de património.....	18
Figura 3 – Os quatro métodos de processo de caracterização.	21
Figura 4 – Estrutura de inventário do <i>Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage</i> (TRUST, 2008).	47
Figura 5 – Estrutura de inventário do <i>MIDAS Heritage</i> (ENGLISH HERITAGE, 2007).	49
Figura 6 – Estrutura de Gestão da Informação Patrimonial do <i>Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía</i> (SIPHA).....	50
Figura 7 – Estrutura da base de dados em Cascais (ALMEIDA, MATOS, CABRAL, no prelo).....	62

Figura 8 – Estrutura funcional dos repositórios de gestão de dados em Cascais (ALMEIDA, 2011b).....	63
Figura 9 – Estrutura de registo-pai e registo-filho do património imóvel no <i>sistema de informação dos bens culturais de Cascais</i> (ALMEIDA, 2011b)	64
Figura 10 – Solução SIG para gestão cartográfica do património imóvel no <i>sistema de informação dos bens culturais de Cascais</i> (ALMEIDA, 2011b)	65
Figura 11 – Estrutura funcional da base de dados <i>inpatrimonium</i> da <i>Sistema de Futuro, Lda.</i>	67
Figura 12 – Distribuição do estatuto de proteção das 141 RPI consideradas em PDM.	70
Figura 13 – Distribuição por supertipologia das 141 RPI consideradas em PDM.....	70
Figura 14 – Valores de candidatura, aprovado e executado dos dois projetos relacionados com o processo de caracterização rimplementados pelo Município de Mirandela entre 2005-2012.	74
Figura 15 – Os procedimentos e os métodos do processo de carterização e respetivos resultados.....	76
Figura 16 – <i>View</i> da página principal do <i>Sistema de Gestão do Património Cultural do Concelho de Mirandela</i> localizado na intranet no Gabinete de Arqueologia e que dá acesso aos manuais específicos.....	90
Figura 17 – Área da folha genérica e da folha específica da base de dados (<i>inpatrimonium premium</i> ®).....	93
Figura 18 – Nome e disposição dos campos genéricos da ficha de inventário do modelo de registo de informação alfanumérica organizados no sistema de gestão.	94
Figura 19 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em monumento.....	99
Figura 20 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em sítio arqueológico.	100
Figura 21 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em conjunto arquitetónico.....	101
Figura 22 – Indicação das três formas de pesquisa na base de dados <i>inpatrimonium premium</i> ®.....	106
Figura 23 – Janela da base de dados (<i>inpatrimonium premium</i> ®) destinada à pesquisa ou filtrar da informação registada.....	107
Figura 24 – Janela da ferramenta <i>ARCVIEW</i> ® destinada a pesquisar informação cartográfica ou <i>select by attributes</i>	108
Figura 25 – Distribuição das 1045 RPI (do primeiro nível de registo) no concelho de Mirandela utilizando o <i>ARCVIEW</i> ®.	109
Figura 26 – Distribuição das RPI genéricas por supertipologia no primeiro nível de registo.	110
Figura 27 – Distribuição das RPI genéricas por freguesia no primeiro nível de registo.....	111
Figura 28 – Amostragem na freguesia de Torre de Dona Chama por supertipologia da RPI genérica no primeiro nível de registo.	112
Figura 29 – Amostragem das RPI genéricas com supertipologia Arqueologia distribuídas por estado de conservação do primeiro nível de registo.	112

Figura 30 – Amostragem realça a azul no mapa quando se aplica uma pesquisa para determinar a supertipologia em Arqueologia com recurso a uma shape com pontos do primeiro nível de registo.....	113
Figura 31 – <i>View</i> da plataforma <i>online</i> oficial para divulgação do património imóvel e móvel de Mirandela.	117

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho tem o contributo de várias pessoas e instituições, em momentos diferentes, pelas suas ideias, opiniões e vontades que permitiram atingir um objetivo. A todos quero deixar aqui o meu obrigado.

Começo pelas duas orientadoras deste trabalho: Prof. Doutora Inês Amorim e Prof. Doutora Alice Duarte. A ambas dirijo o meu agradecimento pelo esforço e vontade em perceberem o tipo de trabalho que pretendia apresentar, sobretudo no desmontar do discurso mental e a sua transcrição para o papel. Sobre este aspeto destaco as conversas nas reuniões de trabalho, o cruzar das ideias e o comentário dos resultados procurados.

Ainda neste contexto, sublinho o contributo de todos os professores que no primeiro ano curricular deste mestrado me ajudaram, de alguma forma, a organizar as ideias sobre este trabalho. Não esquecer ainda os meus colegas pelo animado espírito de cooperação e convívio.

Um profundo agradecimento a António Branco¹ por, em 2004, acreditar nos meus projetos (que tecnicamente ainda não tinha provado e pessoalmente era um desconhecido) de planeamento e desenvolvimento de uma estratégia para o património cultural do concelho de Mirandela. De 2004 até hoje reconheço que teve de travar batalhas contra muitos, mesmo os seus mais próximos colaboradores, para justificar projetos e a necessidade de reconhecimento do património para a Autarquia e para o concelho. Foram momentos de sucesso e desânimo, neste último caso, muitas vezes com vontade, sempre amável, de “partir da loiça”, mas acabou por vencer a perseverança. Esta será hoje e sempre necessária, porque existe muito trabalho ainda para executar.

Não esquecer igualmente o Município de Mirandela, para além de ser a minha entidade patronal, foi nela que consegui o que neste trabalho apresento; é nela que continuarei a criar outras soluções.

Lembrar ainda, no quadro do Município de Mirandela, os técnicos superiores sob a minha orientação trabalharam na caracterização do património, sendo este trabalho também fruto deles, o que fica o meu agradecimento.

¹ Engenheiro Eletrotécnico. Entre 2001 e 2011 foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Em 2012 foi nomeado Presidente da mesma Instituição.

Direciono o meu agradecimento para aqueles que, desde 2006, me têm ajudado com ideias, opiniões e soluções sempre que necessito. Começo por Mário Brito², pelo apoio no momento que arrancava o primeiro projeto e o contributo dado para criar um corpo metodológico e de organização dos procedimentos e dos dados. Fernando Cabral³ desde do primeiro contacto mostrou-se disponível para ajudar, necessária para resolver problemas e ultrapassar dúvidas. Alexandre Matos⁴ um obrigado pela troca de ideias. Sónia Guedes⁵, pela paciência na resolução das questões e soluções da base de dados que eu endereçava. A todos os outros elementos da empresa *Sistema do Futuro, Lda.* que aqui não menciono, mas que de alguma forma ajudaram. Por fim, Maria José Almeida⁶ por me auxiliar (pontualmente) com ideias e soluções.

Termino com um agradecimento particular e um obrigado à minha mãe: Liduina.

²² Técnico superior da Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN). Em 2005 acompanhou da fase de candidatura à execução o projeto de Mirandela (enquadrado na região Norte) ao Programa Operacional de Cultura (POC).

³ Diretor da Empresa Sistema do Futuro, Lda.

⁴ Técnico superior da Empresa Sistema do Futuro, Lda.

⁵ Técnica da Empresa Sistema do Futuro, Lda.

⁶ Arqueóloga e técnica superior do Município de Cascais.

INTRODUÇÃO

Justificação do Tema

Este trabalho tem como objetivo analisar e avaliar o processo de caracterização do património imóvel do concelho de Mirandela, ou seja, refletir sobre o método e os procedimentos adotados para a identificação, inventário e tratamento da informação, bases para o desenvolvimento de estudos específicos, de proteção e valorização patrimonial, ação em desenvolvimento pelo Gabinete de Arqueologia do Município de Mirandela.

Especificamente, o ambiente autárquico é o cenário em que um técnico superior, ligado ao património, deve procurar implementar uma solução de gestão de informação. A perceção do contacto que tenho com o mundo autárquico ligado ao património imóvel é de que existem lacunas de conhecimento, concretamente na existência de métodos e procedimentos de como atuar, acrescidas da falta de ferramentas que permitam proteger, conservar e valorizar cabalmente o património existente no concelho. Esta tendência é algo comum às Autarquias, porque não fazia parte das suas tarefas terem conhecimento/ informação que as capacite da gestão de património e do território. As prioridades seriam outras, tais como o abastecimento de água, saneamento, construção de estradas e ruas, piscinas, bibliotecas, etc., equipamentos em geral, relegando para outro plano a tarefa de reconhecer e ordenar o seu território para possibilitar o crescimento que aproveite – e não destrua – as potencialidades que ele possui, entre as quais o património no seu sentido mais amplo (OLIVEIRA, 1994: 20-24).

Por princípio, iniciativas de gestão de informação correspondem a um dos elos da cadeia patrimonial, têm por objetivo um acautelamento do que é considerado património essencial à comunidade. Frequentemente, os projetos de gestão do património deverão prevenir os conflitos de interesses, entre os quais antecipar uma política de ordenamento que confronte decisões de salvaguarda e conservação do património frente a outras iniciativas (construção de infraestruturas e espaços urbanizados, por exemplo). Assim, a proteção e valorização do património imóvel (e do património em geral), torna-se um contributo para o conhecimento, planeamento e ordenamento do território de Mirandela, porque é a partir daqui que encontraremos soluções de gestão, para a sustentabilidade e desenvolvimento local, de que o património faz parte.

Se usarmos, como enquadramento, a legislação nacional, poderemos justificar estas perspetivas no quadro do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT) que indica que «qualquer estratégia de desenvolvimento deve visar, ao mesmo tempo, combater com eficácia os principais problemas e identificar com rigor novas

oportunidades suscetíveis de consolidar processos de desenvolvimento diferenciados, inovadores e sustentados.» (DGOTUD, 2007: 3). Ou ainda no quadro da *Lei de Bases da Política do Ordenamento de Território e Urbanismo* (LBOTU) (LEI 48/1998: art.º 3, alínea d), assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural. Ou seja, o património torna-se uma oportunidade e, por conseguinte, identificá-lo, conhecê-lo, interpretá-lo, será essencial para servir em processos de mediação, seja na área do planeamento territorial, seja na vertente cultural e turística.

Implementar o desejado ordenamento do território exige das instituições com responsabilidade na gestão do património soluções de resposta que produzam conhecimento, planeamento e ordenamento. Por isto, este trabalho tem como objetivo específico contribuir para este esforço, em particular no espaço autárquico, na definição de uma solução universal de gestão de informação. Contudo, considera-se que procedimentos que identificam, classificam, inventariam o património, seja ele qual for, de forma não normalizada e, sobretudo desarticulada, não contribuem para uma coordenação e estruturação da informação patrimonial. Por isto, no contexto autárquico procurar-se-á apurar da presença ou da ausência ou parca presença de modelos e/ou ferramentas orientadoras de como atuar para o processo de caracterização do património. E ainda apurar a natureza das soluções informáticas visando a gestão patrimonial, caso da pesquisa e demonstração de resultados, contributo para orientações e ações, se na realidade servem somente para armazenar dados, muitas vezes de forma desordenada, fruto da falta de conhecimentos técnicos orientadores. Para este último aspeto, poderá contribuir a ausência ou parca presença de recursos humanos qualificados, isto é, de técnicos superiores relacionados com património, caso de Arqueólogos, Historiadores de Arte, Historiadores, Museólogos, Antropólogos, Arquitetos, pelo menos, e a trabalhar em equipa, em vez de isoladamente. Enfim, avaliar como o processo de caracterização do património, ou seja, a identificação, o inventário, a organização de informação e o estudo, tem dificuldades em se implementar na gestão, no ordenamento e no planeamento do território.

Assim sendo, este trabalho, com o título: **o processo de caracterização do património imóvel do concelho de Mirandela, análise e proposta de revisão**, procura, a partir do conhecimento do património de Mirandela, sugerir uma proposta de gestão para a salvaguarda, pensando-a de forma sustentada e planeada, que seja útil a nível interno assim como sirva de interface com a sociedade local (e a virtual).

Tais objetivos colocam este trabalho como uma forma de avaliar as próprias conceções de património, sendo que por definição ele é fruto de um processo, de uma dinâmica própria:

pela sua diversidade (por nascimento, sobrevivência ou por distinção), inventariação, designação (na qual entram os *experts*) e proteção.

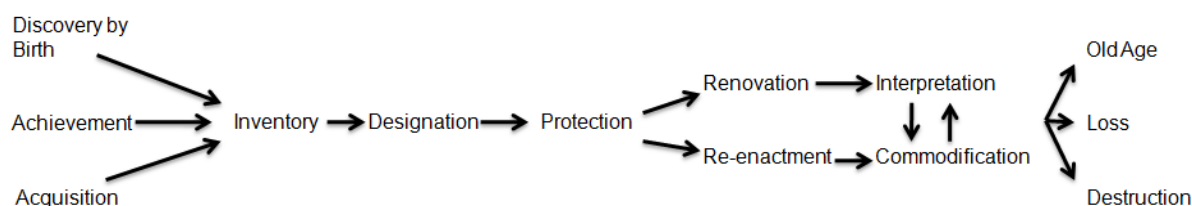


Figura 1 – *The Heritage Process* esquematizado por Peter Howard (2003: 187).

Esta dinâmica resulta de um processo que o património tem que executar, cumprindo etapas, numa sequência que se pode rever na figura 1. Para Peter Howard (2003: 186-208) o processo começa com a formação do entendimento do que se vai considerar património, associado ao valor da arte, da estética, assim como com o significado social e funcional, num dado contexto. Outros podem ser obsoletos, mas a idade acaba por dar importância pelo significado que representou num dado momento da evolução humana, tecnológica, etc. Igualmente o carácter raro do elemento patrimonial, sobretudo associado ao valor económico, leva à consideração de património. Ou seja, o património está sujeito ao valor que o Homem lhe dá, no sentido de atingir uma finalidade. Por isso, hoje, o património assume um espetro muito vasto.

A fase seguinte, na lógica de Peter Howard, é desenvolver o inventário. Significa que importa perceber que património é este, dentro de critérios e parâmetros, com objetivo de alcançar uma interpretação que mostre o valor patrimonial. Para tal, a classificação é o procedimento essencial para a obtenção desse conhecimento.

Segue-se a designação em que um determinado elemento patrimonial passa a ser considerado como valor. Este estatuto dá-lhe a capacidade de alcançar uma proteção oficial que lhe permite conservar (podendo ter uma área de proteção especial ou pertencer à lista de património Mundial), além da responsabilidade associada à salvaguarda. Para sustentar a salvaguarda a melhor forma é conferir um estatuto oficial definido pela lei e atribuir medidas de proteção e conservação. Com estas ferramentas o Estado tem possibilidade de precaver a preservação do elemento patrimonial.

Proteger requer, assim, a aplicação de medidas preventivas ou de salvaguarda que evitem a destruição, porque um elemento patrimonial sofre degradações. O restauro ou a intervenção é o meio de manter o estado do elemento patrimonial. Isso significa ações físicas

no elemento patrimonial, que segundo os argumentos expostos por Peter Howard, passam por ações mínimas, procurando manter a identidade.

O património é para ser vivido. Por isto, a dinamização e o usufruto são as formas que se seguem que potenciam e justificam o património. Este é um ponto de atração para o turismo, ou seja, cativa públicos e cria investimentos. Isto requer pensar em soluções que mantenham um ritmo de divulgação, promoção, formação e cativação. Mas isto traduz, igualmente, degradações e destruição, que devem equacionadas como garantia do património. Por isto, o processo de património é um ciclo porque requer recomeçar para aperfeiçoar e alcançar novas soluções de conhecimento para preservar, conservar e dinamizar.

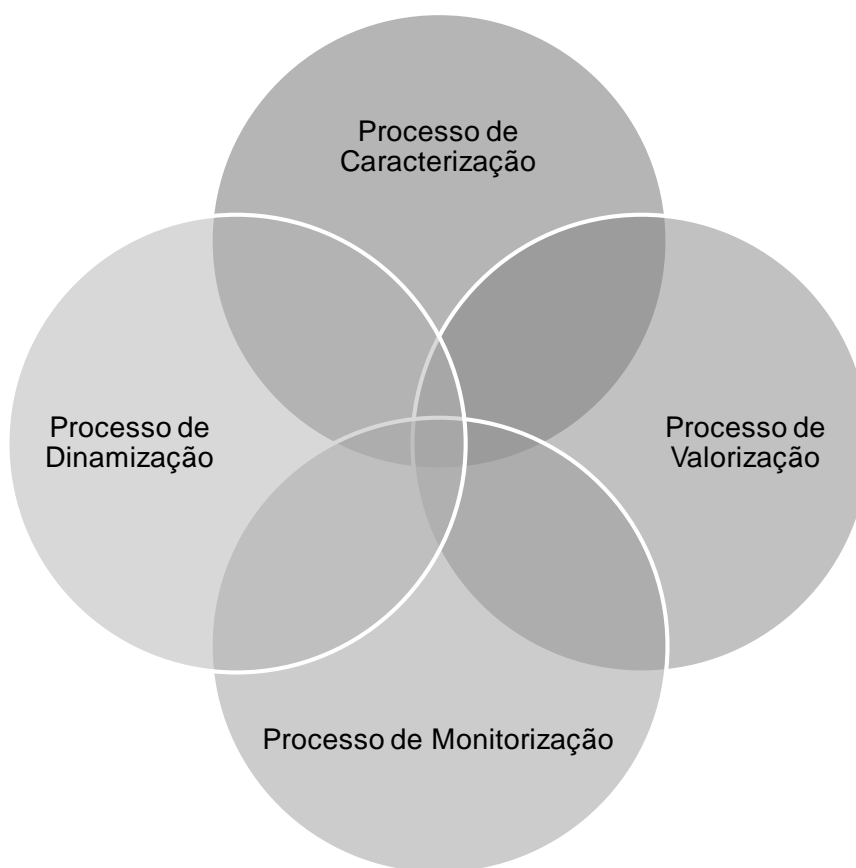


Figura 2 – Os processos do ciclo de património.

Antes de mais, o património obedece a um processo social de seleção e de atribuição de valores. E para se alcançar, para o património, a proteção e valorização é necessária uma dinâmica de processos compostos por métodos e procedimentos próprios, que, interligados, permitem obter resultados e potenciar o património. O processo de património é um ciclo, como mostra a figura anterior, que reúne quatro processos que vão desenvolver áreas concretas no percurso ou no desenvolvimento de reconhecimento do património. A execução

não é avulsa, mas decorre de uma sequência que objetiva adquirir conhecimento para alcançar resultados consistentes e coerentes que permitam sustentar o percurso do processo. O executar do processo pode ter como objetivos formar públicos, isto é, ao caracterizar o património importa que o conhecimento produzido atinja a sociedade com a finalidade desta, o saiba proteger e valorizar. Igualmente ocorre por fatores externos ao processo (por ex., razões políticas) em que a sequência do processo não é respeitada, ou seja, avança-se imediatamente para um processo que introduz impactos físicos visíveis, como é o caso de uma intervenção arquitetónica ou da rota X; ao desenvolver-se não tem a base de conhecimento suficiente produzida pela caracterização, o que se traduz (como vemos comumente em Portugal) em soluções débeis que a curto prazo perdem a utilidade ou não cativam públicos.

A razão para uma sequência na execução das quatro sequências e a sua interligação, tem uma lógica própria. Porque se, por um lado, um processo empurra outro, isto é, o processo de caracterização fornece informação ao processo de valorização e ao processo de dinamização para uma implementação que tenha em atenção os valores patrimoniais e a criação de sustentabilidade nos resultados, por outro, um processo complementa o outro processo, ou seja, os resultados das ações físicas desenvolvidas pelo processo de valorização vão contribuir para o alargamento da informação e perceção dos dados existentes no processo de caracterização, assim como ajudará a melhorar as formas de cativar públicos.

O que distingue e justifica os quatro processos (integrando-se num processo de reconhecimento do ciclo de património)?

Por **processo de caracterização** entende-se a produção de conhecimento, de informação, de recolha de dados, de análise e de avaliação tendo em conta a realidade patrimonial tal como está, sem a implementação de ações físicas ou interventivas. Este processo considera-se como formando os alicerces da casa, entenda-se de todo o processo.

Por **processo de valorização** entenda-se a intervenção, escavação, restauro, recuperação, etc., ou seja, a execução de uma ação física sobre um imóvel ou objeto que provoca uma alteração da realidade patrimonial. Os resultados da ação podem ser estéticos, visando a melhoria e usufruto; científicos, pela procura de mais informação que ajude a perceber o valor patrimonial em causa, ou outras dinâmicas transversais. Este processo representa como as paredes e o teto do processo.

Por **processo de dinamização** entende-se a mediação, musealização, formação, divulgação, promoção, isto é, utilizar o conhecimento do património e o próprio

património para criar cenários, conceitos, formas de transmissão e de disponibilização, visando a atração e o usufruto por públicos do património.

Por **processo de monitorização** entende-se o fiscalizar, acompanhar, avaliar a realidade patrimonial existente num território no sentido de determinar se a proteção e a valorização se cumprem, apontando, para tal, medidas a executar, as quais serão implementadas pelos três processos anteriores.

Estes quatro processos apresentados foram pensados, essencialmente, para o património imóvel, domínio em que tecnicamente me tenho envolvido, em (ações relacionadas com o inventário e ordenamento neste tipo de património, na procura de soluções de gestão de informação que melhorem a proteção, a conservação e a valorização. Mas pode ser aplicado ao património móvel e imaterial, com os devidos ajustamentos ao nível dos métodos e dos procedimentos.

Tais ações resultam de experiências que tenho desenvolvido profissionalmente no concelho de Mirandela, no quadro institucional do Município de Mirandela. Recuemos aos finais de 2004 quando o Vice-Presidente da altura, e hoje Presidente (António Branco), considerou ser importante ter um conhecimento integral e o mais pormenorizado possível da realidade patrimonial (imóvel, móvel, imaterial e documental) existente no concelho de Mirandela, tendo em vista: 1) o planeamento e ordenamento, em particular inserido no PDM; 2) a divulgação e promoção do concelho de Mirandela; 3) a melhoria das formas de gestão e articulação da informação e serviços do Município de Mirandela. Na mesma linha, considerava que o conhecimento do património e a aposta em investimentos físicos (caso de escavações, museus, etc.) criaria espaços de atração, com impacto estético. Contudo, seriam débeis em informação (a médio prazo insustentáveis e inúteis), porque a base de estruturação de conhecimento não existiu. Um exemplo deste défice pode-se encontrar no “museu” Armindo Teixeira Lopes do Município de Mirandela, dedicado à Arte Contemporânea, que foi criado em 1980 e que nunca se dinamizou, porque nunca se conseguiu implementar um processo de caracterização que produzisse conhecimento para criar soluções que potenciassessem o espólio existente.

Combatendo essas realidades, a primeira estratégia desenvolvida visou o conhecimento do património imóvel através da recolha de informação, inventário e organização da informação, no quadro de um conceito de gestão. Isto significou o definir de um percurso que começou pela pesquisa, recolha e identificação da realidade patrimonial, depois o inventário com a descrição dos imóveis, procedendo simultaneamente à organização da informação descritiva com a documentação respetiva, para, por fim, realizar estudos que representam o

procedimento de pormenorização da informação que se quer utilizar para a justificação de particularidade técnicas ou científicas. A partir daqui seria possível passar à classificação de um imóvel, à caraterização patrimonial tendo em vista o PDM, decidir como atuar de forma mais concertada, por exemplo numa escavação arqueológica, selecionar os elementos que importa destacar para uma recuperação arquitetónica, que bens imóveis têm potencial para uma promoção do concelho, etc.



Figura 3 – Os quatro métodos de processo de caraterização.

Atualmente a implementação de um processo de caraterização para o património requer regras de gestão. Para tal, a utilização de ferramentas informáticas (caso de base de dados e SIG) são soluções fundamentais para essa gestão, sugerida pela lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português (Lei 107/2001 de 8 de setembro) uma gestão informática dos dados inventariados. Outra das formas para se conseguir implementar uma gestão no património é o acesso a projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia que disponibilizam financiamento entre 50 a 80% para ações orientadas, onde encontramos apostas na inventariação e na divulgação do património.

Foram as oportunidades financeiras disponibilizadas pelos Fundos Comunitários que impulsionaram o desenvolvimento de uma estratégia para o património entre 2005 e a

atualidade, sobretudo a faculdade de contratar técnicos superiores relacionados com património para ajudar no seu processo de caracterização, como adquirir meios materiais (servidores, base de dados, software SIG, máquina fotográfica, etc.) que permitissem implementar tal processo. Este investimento visa particularmente criar as condições de sustentabilidade futura para a manutenção do processo de caracterização, concretamente da informação produzida e recolhida.

Para uma perceção dos números investidos em dois projetos entre 2006 e a atualidade foram financiados 815.990,46€

Fontes

Neste ponto pretendo mostrar a documentação e recursos que utilizei para a elaboração desta dissertação em torno da construção do processo de caracterização do património imóvel entre 2004 e o presente. Para tal, enquadro o percurso em três partes: numa primeira, reunir fontes que conduzam à recolha de dados que mostre o património imóvel de Mirandela. Numa segunda, a pesquisa de dados que indique métodos e procedimentos de como caracterizar e atuar no património imóvel. Na terceira, a procura de dados e outros estudos de caso que permitissem alargar o conhecimento e a noção de património e da sua gestão, no sentido de permitir a comparabilidade como forma de contribuir para a crítica e aperfeiçoamento do trabalho realizado em Mirandela.

Para a primeira parte, referirei a documentação identificada nas bases de dados *online* dos organismos centrais relacionados com o património imóvel, sob diferentes tutelas (IPPAR, IPA e DGEMN), Biblioteca Nacional e Biblioteca da FLUP, como depois na recolha de informação com acesso à Biblioteca Municipal de Mirandela, Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca da FLUP.

Para uma visualização da bibliografia que aborda Mirandela vejam-se os ANEXOS 19 e 20. Sobre esta documentação sublinho a forma como se apresenta, começando pela bibliografia genérica (história, arqueologia, acontecimentos, imóveis, pessoas, etc.), destacando-se os doze volumes das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* de Francisco Manuel Alves (2000), também conhecido por Abade Baçal; os dois volumes dos *Apontamentos Históricos de Mirandela* de Ernesto de Sales (1950 e 1985); a edição *Conheça a Nossa Terra: Mirandela* de Virgílio Tavares (1996); a descrição em *Carvalhaes: Traços Históricos* de Alfredo Menéres (1916); dados mais gerais em *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal* de António Costa (1706) e no *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular* de Américo Costa

(1929); *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve* de Luís Cardoso (1747).

Passando para a bibliografia direcionada para a arqueologia cite-se, por exemplo, o *Levantamento Arqueológico de Mirandela* de Maria de Jesus Sanches e Branca Santos (1989); os dois volumes do *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental* de Francisco Sande Lemos (1993); os dois volumes da *Pré-História Recente de Trás-Os-Montes e Alto Douro* de Maria de Jesus Sanches (1997); os *Apontamentos Arqueológicos, pref. Francisco Sande Lemos* de Albino dos Santos Pereira Lopo (1987); *Aquae Flaviae I - Fontes Epigráficas* de António Rodriguez-Colmenero (1988); o elenco de sítios em *A Cultura Castreja no Norte de Portugal* de Armando Coelho Ferreira da Silva (1986). Ainda neste âmbito, mas informação em periódicos, foram identificados dados nas revistas *O Arqueólogo Português*, *Arqueologia*, *Portugália*, *Brigantia*, *Conímbriga*, *Monumentos*, *Os Amigos de Bragança*, *Revista da Faculdade de Letras – História*, *Revista de Guimarães*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* e os *Trabalhos de Arqueologia*.

Alargando a pesquisa para o património religioso destaco, por exemplo, *A Arquitetura Religiosa na Antiga Diocese de Miranda do Douro - (Bragança) 1545-1800* de António Rodrigues Mourinho Júnior (1995); *Arte da Talha Dourada e Policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII* de Luís Alexandre Rodrigues (2006); *Arte Sacra - Mirandela, Comemorações Jubilares dos 450 anos da Diocese de Bragança-Miranda* de José Manuel Pereira Ribeiro Gomes (1996); *Bragança e Miranda (Bispado)* de José de Castro (1947); *De Miranda a Bragança: Arquitetura Religiosa de Função Paroquial na Época Moderna* de Luís Alexandre Rodrigues (2001).

Para a segunda parte, a pesquisa visou a construção da ficha de inventário, como proceder ao registo da informação inventariada e de que forma, e que características de imóveis importa atender, exigindo a consulta, para a organização da informação nas bases de dados *online*, dos organismos centrais da altura (IPPAR, IPA e DGEMN), ou seja, que campos utilizam, como os descrevem. No *site* do IPA encontrei informação sobre trabalhos arqueológicos, uma ficha de sítio e de escavação, como indicação de campos a ter em conta nos registos das fichas referidas. Por fim, o trabalho *Critérios, Classificação de Bens Imóveis – Património Arquitetónico, Critérios para Futuras Classificações* de Flávio Lopes (1994) que ajudou a procurar, numa lógica de ordem, a identificar património.

O grande contributo para esta segunda parte está nos contactos e nos diálogos estabelecidos. Começo pela empresa *Sistema do Futuro, Lda.*, em particular pelo Fernando Cabral que pelas trocas de palavras e ideias (conjuntamente com Alexandre Matos) levaram a

criar ideias (depois traduzidas no terreno) de como estruturar a informação; igualmente o acesso a uma cópia do manual de procedimentos do *inpatrimonium premium*®. Depois a informação fornecida por Mário Brito (da DRCN) que desde o primeiro momento deu indicações de como proceder, que passos testar, em particular na gestão da informação em base de dados, sugestões estas consideradas pela maioria inapropriadas, a criação de um manual de procedimentos, ferramenta essencial que contempla as indicações de como reunir informação, pois o tempo levaria ao esquecimento dos processos de preenchimento dos campos, termos e como registar. Por fim, destaco os encontros do grupo de trabalho promovido por Fernando Cabral destinado à troca de ideias de experiências, sublinhando concretamente neste grupo as experiências desenvolvidas por Maria José Almeida no Município de Cascais. Por fim, o contacto com os procedimentos implementados pela IHRU (instalada no Forte de Sacavém) no património imóvel, verificando o bom caminho de Mirandela no seu processo de caracterização.

Para terminar sublinho que a melhor fonte a que recorri foi o manuseamento e realização de experiências na base de dados *inpatrimonium premium*® e na ferramenta *ARCmap*®, partindo dos dados recolhidos, para desenvolvimento de um modelo de gestão de informação que se traduza em utilidade e resultados.

Para a terceira parte, desenvolvida no quadro do atual ciclo de mestrado, procurei informação que me levasse a alargar os horizontes sobre a noção de património, como conhecer exemplos de procedimentos de caracterização, sobretudo, o responder: como classificar? Assim sendo, para as noções de património e patrimonialização de património recorri a documentação de dois tipos: primeiro a produzida por Instituições internacionais, caso da UNESCO e Conselho da Europa, onde procurei documentos que produzissem alterações ao paradigma vigente sobre património ao longo da História do séc. XX e XXI, por ex., a *Convenção Cultural Europeia* (CONSELHO DA EUROPA, 1954), a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972), a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003) e a *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (UNESCO, 2005). O segundo tipo de documentação utilizada foi a de natureza bibliográfica, produzida por autores como Carlos Alberto Ferreira de Almeida em *Património – Riegl e Hoje*, de Françoise Choay em *Alegoria do Património*, de Antonio Campar de Almeida em *Paisagens: um Património e um Recurso*, de Clara Bertrand Cabral em *Convenção de UNESCO: Inventários e Salvaguarda e Património Cultural Imaterial, Proposta de uma Metodologia de Inventariação*, de James Fentress e Chris Wickham em *Memória Social: Novas Perspetivas*

sobre o Passado, de Marc Guillaume em *A Política do Património*, de José Duarte Centeno Jorge em *A Matéria do Património*, de João Leal em *O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma Perspetiva Histórica*, entre outros.

Aprofundando a pesquisa (relativa à), agora abordando a identificação e a inventariação do património imóvel, no campo internacional, procurei informação que sublinhasse aspetos a atender neste tipo de património, caso de convenções, cartas, recomendações e princípios. Por exemplo, do Conselho da Europa, destaco a *Convenção para a Protecção do Património Arquitectónico da Europa* (1985) e a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* (1992); da ICOMOS saliento a *Carta de Veneza* (1964), a *Carta dos Jardins Históricos* (1981), os *Princípios para o Inventário de Monumentos, Conjuntos e Sítios* (1996), a *Carta para o Património Vernáculo Construído* (1999), os *Princípios para a Preservação, Conservação e Restauro de Pinturas Murais* (2003). Passando para o campo nacional, abordei a influência estrangeira (UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS) na legislação portuguesa (caso contrário não tem aplicabilidade no Território), destacando, como exemplo, a Lei 13/85 de 06 de julho, a Lei 107/2001 de 8 de Setembro e o Decreto-Lei 309/2009 de 23 de Outubro; por fim, *Critérios, Classificação de Bens Imóveis* de Flávio Lopes (1994).

Alargando agora a pesquisa de documentação em Instituições com ação de caracterização do património imóvel, no cenário internacional, sublinho, como exemplo, o *Guidance on Inventory and Documentation of the Cultural Heritage, Document prepared by the Ad hoc Group for Inventory and Documentation within the Technical Cooperation and Consultancy Programme related to the Integrated Conservation of the Cultural Heritage* de Robert Palmer (2009) promovido pelo Conselho da Europa, o *Architectural Heritage Protection, Guidelines for Planning Authorities* promovido pelo Department of Arts, Heritage and The Gaeltacht (Irlanda), o *Architectural Heritage Protection for Places of Public Worship, Guidelines for Planning Authorities* promovido pelo Department of Environment, Heritage and Local Government (Irlanda), o *Guidelines for the Assessment of Archaeological Heritage, Impacts of National Road Schemes* e o *Guidelines for the Assessment of Architectural Heritage, Impacts of National Road Schemes* promovido pelo National Roads Authority (Irlanda), o *MIDAS Heritage, The UK Historic Environment Data Standart* promovido pelo English Heritage (Inglaterra), o *Inventaire Général Du Patrimoine Cultural* promovido pelo Ministère de la Culture (França), o *El Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)* promovido pelo Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (Espanha).

Passando para o campo nacional das Instituições com ação de caracterização do património imóvel, a nível estatal, a documentação existente destaco, por exemplo, os seis

Kits Património editados pelo IHRU e IGESPAR (2008 e 2010); a nível regional sublinho, por exemplo, o *Inventário do Património do Imóvel dos Açores* e o *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores* do Instituto Açoriano de Cultura do Governo Regional dos Açores; a nível local saliento, por exemplo, o *Município de Cascais: a Utilização de Tecnologias de Informação no Âmbito do Património Cultural* por Maria José Almeida (2011) e *The Integrated Archaeological Management System at Cascais (Portugal): From Management to Public Access* por Maria José Almeida, Fernando Cabral e Alexandre Matos (no prelo); a nível universitário realço, por exemplo, a *Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final* por Luis Fontes e Francisco Andrade (2010) e *Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica* de Natália Botica (2004); a nível empresarial temos três soluções de gestão de informação relacionadas com o património imóvel: *inpatrimonium®* da Sistema do Futuro, Lda., *Matriz* do IMC/BOND e *Index Rerum* do FCO.

Metodologia

As fontes utilizadas respondem, por si, aos objetivos definidos e obedecem aos procedimentos metodológicos desenvolvidos em Mirandela desde que o processo se iniciou em 2005 até ao presente.

Assim, a dissertação exigiu **quatro fases de recolha e tratamento de fontes**: numa primeira fase: recolha de informação sobre Mirandela; numa segunda fase, pesquisa sobre procedimentos de inventariação e organização de informação; numa terceira fase, execução do processo de caracterização e quarta fase, análise e avaliação do processo de caracterização.

A **primeira fase** representa o primeiro passo do processo de caracterização. Orientou-se para a procura de documentação (escrita e imagens) que identificasse imóveis e respetivos contextos associadas aos mesmos. A primeira abordagem foi a consulta da informação *online* dos organismos centrais, na altura, relacionados com o património imóvel, caso do IPPAR (www.ippar.pt), IPA (www.ipa.min-cultura.pt) e DGEMN (www.monumentos.pt) visando a identificação dos imóveis e respetiva bibliografia. A segunda abordagem, partindo da informação anterior, passou-se depois à procura de documentação na Biblioteca Municipal de Mirandela. Com estas duas abordagens o número de dados documentais aumentou de forma exponencial, mas a maioria dos resultados identificados não se encontravam fisicamente em Mirandela. Por isso, a terceira aproximação foi a consulta das bases de dados *online* da Biblioteca Nacional (<http://www.bnportugal.pt/>), em particular a PORBASE (<http://porbase.bnportugal.pt/#focus>), no sentido de encontrar a informação identificada e a consulta de bibliotecas locais, dando preferência àquelas geograficamente mais próximas de

Mirandela. Em primeiro lugar, pela Biblioteca Pública Municipal do Porto (<http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=>), depois a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (<http://sdi.letras.up.pt/>).

O procedimento que se exigia de seguida era sistematizar a informação recolhida no terreno pelo método de inventário. Importava possuir uma estrutura de registo dos dados. Aqui entra a **segunda fase**, ou seja, a elaboração da ficha de inventário, criando campos e termos a utilizar, como a informação recolhida seria estruturada e relacionada com outro tipo de documentação, caso de imagens, objetos, etc.

Num primeiro e longo momento a opção metodológica centrou-se na comparabilidade, ou seja, na recolha de exemplos desenvolvidos em Portugal, junto do Município de Cascais, IPPAR, IPA, DGEMN, *Sistema de Futuro, Lda.*, assumindo que a estratégia de pesquisar soluções em Portugal e estrangeiro, tanto no campo académico como técnico, é a mais que se coaduna com uma autarquia que exige soluções e resultados rápidos, sendo contra pesquisas preparatórias, sobretudo na caracterização de algo pouco vigente na mentalidade de uma autarquia.

Assim sendo, os processos metodológicos conseguidos traduziram-se na criação de um manual de procedimentos. Neste, hierarquizado por setores, temos o módulo património imóvel, móvel, imaterial; o módulo da documentação de arquivo, monografia, periódico, fotografia, vídeo e som; módulo de cartografia; módulo de organização de ficheiro e gestão de ficheiros; módulo de entidades e módulo das tabelas geográficas. Todos os módulos apresentados são hierarquizados pelos campos e sub-campos (descritivos) e estes com a explicação da sua função, como associado os termos ou palavras tipo a utilizar especificamente.

Este manual de procedimentos foi traduzido numa ficha de campo.

A partir daqui começou a **terceira fase**: o processo de caracterização propriamente dito. Para tal, implementaram-se os seguintes passos: primeiro, a identificação dos imóveis existentes no território. Aqui o procedimento optado foi prospetar por freguesia, por uma questão de logística e tempo. Segundo passo, inventariar os imóveis identificados, pressupondo uma análise com base em critérios técnicos conformes à definição de um manual de procedimentos. Terceiro passo, organizar a informação, começando por identificar os elementos oportunos em cartografia; estruturar fotos e vídeos e associar aos campos na ficha; igualmente a documentação que se conheça. Quarto passo: inserir os dados na base de dados e criar as relações. Quinto passo, estudar e avaliar os dados no sentido da sua utilização em tarefas específicas – PDM, Carta de Património, edição na Web, etc.

Mas cada procedimento desenvolvido nesta terceira fase tem sempre ajustamentos e retificações, porque a caracterização não é linear, por vezes, quase obriga a voltar ao perto do início para acertar elementos. Hoje, apesar da terceira fase estar ainda em desenvolvimento, a quantidade e qualidade de informação, como dos métodos implementados, exigem, passados vários anos de execução, procedimentos cuidadosos.

Para tal, seguiu-se a **quarta fase** que procura retificar e introduzir novas ideias à estratégia técnica em curso, ou seja, a metodologia adotada foi a de procurar teorias, noções e exemplos nacionais, e internacionais, para depois cruzar com os passos e métodos desenvolvidos para o processo de caracterização, para, por fim, identificar e aplicar soluções que melhorem o referido processo.

Assim sendo, apliquei os seguintes passos, que se traduzem em capítulos específicos desta dissertação:

- primeiro passo: pesquisa de informação que explicasse o que é património (cultural ou histórico), sem entrar em segmentações, caso do imóvel, móvel, imaterial e documental. Para isso, escalonei a explicação em dois momentos: primeiro, orientou-se para evolução histórica, onde se apontam os marcos de viragem, caso da Convenção de 1954, da Convenção de 1972, da Convenção de 2003 e da Convenção de 2005; segundo, introduzir o entendimento de património na perspetiva teórica, caso de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Paulo Peixoto, Antonio Campar de Almeida, Françoise Choay, Eric Hobsbawn, Terence Ranger, Marc Guillaume, entre outros.
- segundo passo: abordar somente o património imóvel, procurando informação sobre a evolução do entendimento de património imóvel no campo internacional e nacional. Para o internacional recolhi documentos produzidos pela UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS, procurando aspetos de viragem. Para o nacional recorri a documentação produzida pelas tutelas e de que forma a informação internacional se refletiu em Portugal, refletida, por exemplo, em Flávio Lopes (1994) e IGESPAR/ IHRU (2008).
- terceiro passo: apostei na pesquisa de exemplos de caracterização e gestão do património imóvel no campo internacional e nacional. Para o nível internacional procurei nos *sites* da UNESCO, Conselho da Europa e ICOMOS, bem como em Instituições Europeias com missão na gestão de património imóvel, caso da Irlanda, Inglaterra, França e Espanha, documentação que mostrasse formas de atuação e organização de informação. Para o nível nacional de igual forma reuni

exemplos práticos em documentação que indicassem como atuar e estruturar a informação. Pesquisas no IGESPAR e IHRU indicam os *Kits Património* e a norma para monumentos da IHRU; a nível regional identifiquei, nos Açores, modelos de inventário relacionados com arquitetura e moinhos de vento; a nível local ou autárquico utilizei uma boa prática, na minha opinião, desenvolvida pelo Município de Cascais; a nível universitário encontrei exemplos de gestão na Universidade de Braga, sobretudo; a nível das empresas privadas identifiquei exemplos de base de dados, caso da Sistema do Futuro, Lda., FCO. e IMC/BOND. Toda a informação pesquisada e recolhida foi esquematizada por tipos de inventários: 1) **essenciais** (abordagem simplista), 2) **específicos** (abordagem de fundo dos elementos atender), 3) **orientada** (abordagem na procura de elementos em concreto para um objetivo específico).

Para ajudar nos procedimentos de pesquisa referidos neste terceiro passo utilizei motores de busca, como por ex., da Universidade do Porto (<http://repositorio.up.pt/>), da Universidade do Minho (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>), da Universidade de Coimbra (<https://estudogeral.sib.uc.pt/>), do RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – (<http://www.rcaap.pt/>), da Biblioteca do Conhecimento Online (<http://www.b-on.pt/>) e da EBSCO Host (<http://web.ebscohost.com/ehost/selectdb?sid=a27b5ab6-6a93-454c-a616-38ea3cdb4d9e%40sessionmgr11&vid=1&hid=11>). Os resultados mais significativos a nível internacional foram encontrados no *International Journal of Architectural Heritage*; a nível nacional sobretudo na Universidade de Braga.

quarto passo: resulta das fases anteriores, aplicando o conhecimento de experiências e processos realizados, começando por explicar como se optou por implementar em Mirandela o método de caracterização, ou seja, que etapas aplicadas para identificar, inventariar, organizar para conseguir dados para ações de estudo (por ex. classificação). Num segundo momento procurei explicar a estrutura de inventário e organização da informação identificada, por cada etapa do método de caracterização, começando pelos procedimentos de identificação, apontando as pesquisas, critérios de seleção e ações de campo; seguindo-se os procedimentos tidos em conta para o inventário (o que se procura registar) e a necessidade de gestão da organização, concluindo com os procedimentos a utilizar no estudo, tudo cruzado com o manual de procedimentos. Por fim, tentei

mostrar os resultados conseguidos da execução do processo de caraterização, neste caso, aplicando através da constituição de base de dados, fórmulas de pesquisa que revertam uma identificação/ percepção da realidade do património imóvel e assim demonstrar a utilidade de uma caraterização.

- quinto passo: demonstro os pontos fortes e pontos fracos da aplicação do processo de caraterização em Mirandela, partindo dos dados expostos, terminando com sugestões a atender para melhor o referido processo.

PARTE I. PATRIMÓNIO E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

I.1. Património e Patrimonialização

I.1.1. O que é o Património (e Patrimónios)

Podendo parecer definições genéricas, mais ou menos conhecidas, parece ser pertinente, num estudo que reflita sobre processos de caracterização do património imóvel, definir quer a evolução histórica do entendimento de património cultural, quer as próprias conceções teóricas que têm contribuído para uma definição das políticas de gestão do património cultural.

Neste sentido, a perceção da evolução histórica do entendimento de património cultural poderá ser feita através da análise de documentação legal internacional, dado que significa a publicitação de acordos entre países subscritores. Utilizarei quatro documentos ou Convenções (três da UNESCO e um da Conselho da Europa) que representam formas jurídicas de introdução social de uma abordagem que altera o entendimento em vigor sobre o encarar e atuar ao nível do património cultural.

Seguindo uma linha cronológica, o primeiro documento refere-se à *Convenção Cultural Europeia* aprovada pelo Conselho da Europa, em Paris, a 19 de dezembro de 1954, visa a colaboração na tomada de medidas para salvaguardar e fomentar o desenvolvimento da contribuição para um património cultural comum da Europa. Está na origem de todos os posteriores estudos, reflexões e *recomendações desenvolvidos no seio do Conselho da Europa com vista à tomada de medidas comuns*. Sublinhe-se o artigo 2.º que define qual o objetivo a que se deve propor cada país na *salvaguarda do património cultural comum da Europa* do património cultural⁷. Nele sugere-se que o património cultural representa o conjunto de elementos identificadores de uma sociedade, estando, à cabeça, a língua, a história e a civilização dessa nação, ou de um conjunto de nações, e isto consegue-se ao proteger e conservar, apostando no aprofundamento do seu conhecimento. Esta perceção introduz um pressuposto que ultrapassa o usual entendimento de património, o imóvel e o móvel, para contemplar, sem o mencionar propriamente, as relações dos homens, o imaterial que envolve o Homem e o condiciona, cabendo ao físico, ao arquitetónico, ser um dos elementos representativos do património cultural.

⁷ «(a) encourage the study by its own nationals of the languages, history and civilisation of the other Contracting Parties and grant facilities to those Parties to promote such studies in its territory, and (b) endeavour to promote the study of its language or languages, history and civilisation in the territory of the other Contracting Parties and grant facilities to the nationals of those Parties to pursue such studies in its territory.»

O segundo documento envolve a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* aprovada pela UNESCO, em Paris, a 16 de Novembro de 1972. Pelo seu título a perspectiva do património torna-se muito mais ampla. Ele envolve a dimensão cultural – porque todos os atos do Homem representam valor – e a natural – porque o espaço onde vive o Homem tem aspetos únicos que o condicionam. Este documento representa a introdução de uma nova perspectiva da noção de património que ultrapassa o próprio Homem porque inclui a natureza e as interações decorrentes do tempo e do espaço. As obras do Homem são valiosas não somente do ponto de vista histórico e estético/artístico, mas também da perspectiva etnológica ou antropológica. Este sentimento imaterial resulta, segundo refere a Convenção, da degradação ou do desaparecimento de um bem patrimonial, de um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo. É que a proteção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente, devido à vastidão dos meios que são necessários, pelos limitados recursos económicos, científicos e técnicos do país, do território em que se encontra o bem a salvaguardar. Esta constatação da necessidade de existência de recursos como sinónimo de proteção, conservação e valorização introduz no paradigma do património o conceito de gestão e planificação, porque as ações a aplicar têm que ser equacionadas numa estratégia que atenda o presente, o passado e o futuro.

O terceiro documento representa a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* aprovada pela UNESCO, em Paris, a 17 de Outubro de 2003, em que o património cultural passa a englobar os atos dos sujeitos e os respetivos significados⁸. Este documento defende a ideia de respeito pela diversidade em que a proteção e a valorização se processam no presente. A Convenção de 2003 representa o alargamento da noção de património, porque enquadra todas as manifestações humanas.

O quarto documento, e último, é a *Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* aprovada pela UNESCO, em Paris, a 20 de Outubro de 2005⁹. Contudo, este documento teve já antecedentes, em 2001, com a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2 de Novembro de 2001)¹⁰, adotada unanimemente pelos 185 Estados-parte durante a 31ª Sessão da Conferência Geral em 2001, pouco após o 11 de

⁸ Segundo o artigo 2.º e ponto 1, cultura imaterial são «(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural, transmitido de geração em geração, e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. (...)».

⁹ http://www.unesco.org/culture/culturaldiversity/convention_fr.pdf

Setembro), no sentido de mostrar que se procura alargar o enquadramento de património cultural, aqui sublinhando a necessidade, já consignada na convenção de 2003, de proteger, promover, criar e fomentar as condições para um diálogo intercultural, e afirmar a importância das relações entre cultura e desenvolvimento, incentivando os países na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (artigo 1.º). Estamos perante um documento que procura afirmar as relações e as diversidades existentes entre os povos, as regiões, as nações, etc. É um documento que ligaria com a Convenção de 1954 do Conselho da Europa pela sua similaridade relativa à questão da abrangência cultural e da atenção sobre a identidade de cada povo.

Tais documentos são a consequência e a base de uma relação entre conceções teóricas e uma definição das políticas de gestão do património cultural, acerca do que se entende ser o património como elemento de identidade, objeto de proteção e de valorização e, em certa medida, da sua “utilidade”, em particular associado ao Turismo, por este ser fator de valorização do património.

Um estudo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1993: 407-409), realizado há 19 anos, e que se mostra atual, destaca o facto do património representar a palavra da *moda* para os profissionais e os aficionados da cultura, empresários, técnicos de planeamento e até políticos. O texto foi escrito no contexto da definição das responsabilidades tutelares sobre o património e da natureza da sua classificação. O autor encara o património como elemento de qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência das diferentes comunidades, desde vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional. Acrescenta que a perceção de património cultural está associada à evolução de mais de 2 milénios, desde a antiguidade até a nossos dias, que conduziu a um alargamento da noção do que era património, desde a forma restrita, «património artístico e monumental da nação» que era necessário salvaguardar. Por isto, do séc. XIX ao início do séc. XX a tendência foi para a nacionalização dos mais singulares testemunhos que, com as duas grandes guerras, permitiu que se passasse a falar do património europeu em virtude das medidas iniciáticas da UNESCO, entre outras. Passou-se, na opinião do autor, de uma vocação expansiva da classificação patrimonial, outrora apenas «monumentos-penates» para hoje se classificar um pouco de tudo, a que chama o complexo de Noé. A classificação patrimonial hoje atinge, além do monumento, todo o seu conjunto e a envolvência.

¹⁰ Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, 2001: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127161f.pdf>

O autor sublinha que património é qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho-memória tenha de ser conservado. Toda a comunidade humana terá de ter as suas referências de memória. As comunidades necessitam de ancoradouros de memória, de valores, de padrões. Património não pode ser olhado apenas como uma reserva, como recordação ou nostalgia do passado, mas antes algo que tem que fazer parte do presente e vivo. Por isto, o autor recorre a Croce para indicar que o património, como tal, só pode ser contemporâneo.

Do exposto o autor interroga-se: classificar para quê? A importância de classificar necessita de ser assumida; importa tomar consciência do valor; mas classificar para salvaguardar é pouco, juridicamente; o classificar é abrir uma chamada para a reflexão. Património classificado ou a classificar tem que ser encarado como contributo para a qualidade de vida, social e cultural das comunidades. Património pode ser mais bem defendido pelas associações locais de defesa de património e pelas forças locais, do que pelo poder central. As associações devem multiplicar-se (mas sobretudo sentirem-se parte integrante). Importa concluir com esta frase escrita pelo autor: *uma sociedade moderna e qualitativamente culta olhará com respeito o seu património que a incentivará a fazer melhor, sente quanto ele é prestimoso para as povoações e para a prosápia das comunidades e tratá-lo-á como uma riqueza que tem de ser humanamente rentabilizada* (ALMEIDA, 1993: 416).

O referido atrás lança a pergunta: qual a dimensão do património? Será o património só a cultura do Homem? Não, património é, pelo menos, o Planeta Terra, o contexto que o envolve: a Natureza. Neste sentido, Antonio Campar de Almeida (2006: 31-32) defende que a paisagem é o nível de enquadramento do património, porque na paisagem existe um conjunto de componentes que formam um todo coerente. Significa isto que esses componentes, em regra heterogéneos, pela sua distribuição, disposição, encadeamento, associação mais ou menos lógica entre si, se conjugam para conferir uma identidade específica àquele espaço. Componentes que incluem a morfologia do terreno, hidrografia, cobertura vegetal e as instalações e transformações exercidas, nesse espaço, pelas comunidades humanas, numa dinâmica própria, fruto da apropriação e inscrição humana, assim como pela própria alteração da natureza (clima, por exemplo). A este facto, a Convenção de 1972 considera o natural um património a defender.

Dentro das dimensões do património a cultura humana é a que mais se evidencia, porque provoca maior impacto no espaço envolvente, ou seja, na natureza, que se traduz no

criar de uma identidade/marca. Esta identidade de uma cultura humana pode-se distinguir e se tornar num património único. Como? Paulo Peixoto (2004: 183-184) afirma que «(...) *tudo o património cria identidade, nem toda a identidade dá origem a um património. (...)*», ou seja, a realidade mostra-nos que o património faz prova da existência de uma determinada identidade, mas essa identidade insinua-se e justifica-se na medida em que se revela caucionada por um património. A prova está no facto do património se presta a ações pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e a experiências técnicas e sociais de ponta. Ambos (património e identidade) funcionam em estreita e ambígua relação que os une. Isto significa que ambos têm vindo a ser recodificados e exacerbados, constituindo-se, como escreveu Paulo Peixoto (2004: 184), *como uma metalinguagem das políticas urbanas (...)* ambos são recursos retóricos das políticas urbanas, encerrando em si muitas das ideologias que sustentam essas políticas.

As identidades representam variedade de conteúdos relativos a manifestações humanas produzidas no seio da sociedade, que vão da imaterialidade à materialidade. Nesta linha, Françoise Choay (2008: 11-24) considera o património como o usufruto de uma comunidade alargada, constituída pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que traduzem a pertença comum ao passado. Património é tradicionalmente associado ao monumento, dado através dele se objetivar a recordação, se interpelar a memória, se excitar emoção de uma memória viva. O monumento é um qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou para fazer recordar a outros, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. O seu modo de ação é sobre a memória, convocando o passado como forma de manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Esta identidade é uma invenção datada do Ocidente, mais precisamente do século XIX, que avança depois para outros continentes como fruto de um contexto mental e de uma visão do mundo. Já a perceção do conjunto imerge no século XX, sobretudo a partir da década de 60.

A criação de património surge da perceção da realidade e do seu impacto sobre as identidades. Para José Duarte Centeno Jorge (2003: 11-12) trata-se de uma herança cultural traduzida numa imaterialidade, num valor de memória que nos indica as origens como sendo nossas, a memória da identidade do coletivo e do individual num determinado tempo e lugar. Para Fernando Pinto (2003: 17-18) o património é passado ganhando conteúdo quando imaginado; é algo que não percebemos como interpretar se só conhecemos a forma física; algo na fronteira da intangibilidade, porque os objetos ou as estruturas não trazem vivências, simbolismos, oralidade, manifestações (meras palavras vazias). Sugere, por tanto que o

património ultrapasse o objeto, a sua forma física, e atinja o conhecimento intangível da função, qualquer que ela seja.

A relação entre o material e o imaterial é fundamental para a perceção do património e da identidade. Segundo Juan Agudo Torrico (2006: 24), representa o reencontro entre sujeitos e objetos, questionando o valor intrínseco dos testemunhos considerados relevantes. Reafirma que património tem um perfil ativo assente precisamente na intangibilidade de valores, na medida em que estes são testemunhos da evolução em mudança de uma determinada comunidade, pelo que, definitivamente, lhe pertencem, quer sejam expressão privilegiada do seu quotidiano (rituais, ofícios), quer sejam os herdeiros daqueles que os criaram. Ao mesmo tempo estes valores pertencem à humanidade, pelo que devem ser considerados como um ativo destacado da riqueza da diversidade cultural dos povos que a constituíram e constituem.

E o património caminha para onde? Importa que seja preservado, protegido e mantido vivo. Para alcançar esta meta Clara Bertrand Cabral (2006: 126) defende que a salvaguarda se processa criando mecanismos que fomentem a interação e o conhecimento mútuo, ou seja, promovam a diversidade cultural, as dimensões tangíveis e intangíveis do património, as políticas culturais, o conhecimento e diálogo intercultural e inter-religioso, as indústrias culturais e expressões artísticas. Para Marc Guillaume (2003: 45) as ações justificadas são aquelas voltadas para a procura da preservação e da conservação, porque significam lutar contra o tempo, numa tentativa contra o fracasso. É este tempo o móbil que procuramos contradizer para conservar, o qual, segundo Clara Bertrand Cabral (2006: 8), que confere valor patrimonial a determinadas manifestações culturais, materiais ou imateriais, que se entrelaçam com a história e aí encontram sustentação, justificação e materiais para a construção do futuro. Preservar a memória do passado constitui uma necessidade para as gerações presentes que se traduz num sentimento de dever para com as gerações futuras.

O que se retira do exposto é que o património é a procura em manter uma memória, uma identidade e que para tal um dos meios é registar ou inventariar. Na lógica de James Fentress e Chris Wickham (1994: 21-23) o Homem, para preservar e não esquecer, passa a escrito as manifestações da memória coletiva. Por isso, a escrita tornou-se uma forma de perpetuação dos pensamentos, ou seja, de determinadas identidades. Segundo Clara Bertrand Cabral (2006: 39-40) a conversão de identidade em inventário é uma medida indispensável à identificação desse património. Esta forma de salvaguarda do património serve não só a dimensão tangível, porque a verdade é que maioria das manifestações imateriais se apoia em objetos físicos. A música é tocada em instrumentos musicais, a dança requer frequentemente espaços e indumentárias próprias, os rituais utilizam objetos mágicos. Em simultâneo, importa

estarmos conscientes de que estamos a congelar essa identidade num determinado período, já que uma manifestação sofre mutações, pelo simples facto de ser utilizada ou repetida.

I.1.2. O Processo de Patrimonialização

Definido o que é património, palavra padrão que representa um conjunto de identidades (criadas a partir de critérios temáticas, tipologias, categorias, etc.) com objetivo de promover, proteger e valorizar dentro de um contexto social, a verdade é que é a sociedade que dá significado ao património e a sustenta. Por este facto, surgem no território (concelho, região ou País) produtos patrimoniais que procuram dar ao património uma própria identidade, como são os casos dos Museus, Rotas, etc. A isto denominaria por processo de patrimonialização, ou seja, transformar, modificar ou ajustar identidades com objetivo de dinamizar o tecido sócio-económico de um território.

Neste sentido, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1993: 407-408), já citado anteriormente, identifica esses agentes: profissionais e dos aficionados da cultura, empresários, técnicos de planeamento e até políticos, mas também os próprios habitantes, das diferentes comunidades, desde vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional.

Para criar um produto patrimonial a sociedade tem de impor a si mesmas regras, isto é, para Juan Agudo Torrico (2006: 21), por um lado, ocorre uma limitação imposta aos seus proprietários quanto ao exercício do direito de disponibilidade e de uso dos bens que constituem esse património, procurando-se garantir a sua preservação justificada pelo seu significado coletivo e pelo seu valor simbólico. Por outro lado, há a fundamentação jurídica destas limitações, traduzida na aceitação e na existência coletiva do exercício de controlo e conservação, por se considerar que um património coletivo expressa identidade histórica e as vivências de um povo.

As regras definidas e aceites vão melhorar as condições para a implementação de um processo de patrimonialização através da criação de um produto patrimonial. Ou seja, o património acaba por ser o produto de uma invenção; algo criado para manter e perpetuar uma identidade. Sobre isto Eric Hobsbawn e Terence Ranger (2003: 9-12) indicam-nos que um património específico pode ser uma tradição inventada, porque resulta de um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceites, através das quais se pretende introduzir certos valores e normas de comportamento, numa continuidade. Paralelamente, porque se refere ao passado, a tradição é um processo de formalização e ritualização, mesmo que apenas por imposição da repetição. Por isso, é difícil descobrir a sua

origem. Acontece que só com a prática social muito repetida se criam convenções e rotinas que facilitam a transmissão do costume e a sua apropriação, como algo existente desde sempre.

Atualmente é comum a invenção de identidades como forma de promoção e dinamização. Por exemplo, a festa de natal de Óbidos. É uma manifestação com um passado recente. Amélia Frazão-Moreira (2009: 305) alerta para o facto de o que se diz ser fruto de uma tradição, algo recordado feito no passado, pode não o ser. A vivência em sociedade obriga os seus intervenientes a serem imaginativos. Imaginação é recriação e pode sê-lo através absorção de um conhecimento exógeno que se põe em prática. João Leal (2009: 293) sugere-nos que o conceito de tradição como algo passivo e imóvel é substituído pelo conceito de invenção da tradição. O velho e o novo têm o mesmo estatuto. Memória de lutas sociais e outras formas de oralidade devem ser consideradas. A cultura não é mais vista como objeto em si, mas como um conjunto de práticas inevitavelmente tocadas por processos de patrimonialização, mercantilização e turistificação, que fazem parte integrante da sua história. Passou-se a atender como o local e o global se misturam e dão origem a novos modos de produção de cultura, onde a tradição e a inovação se misturam.

O facto é que o património se enquadra em processos de patrimonialização dominados pelas ideias e pelos ideais de purificação e de depuração. Como nos indica Paulo Peixoto (2004: 186) ganham terreno as ideias assentes numa idealização do real, do espaço, da história, dos edifícios e das práticas que aí ocorrem. A função “artística” substituiu a função social em que supostamente a identidade se baseia. Um património é viabilizado com o objetivo frequente de operações de branqueamento de certas características identitárias. Qualquer intervenção patrimonializadora passa sempre, embora em graus variáveis, por ficar integrada num novo contexto social, cultural e económico no âmbito do qual, para se poder reproduzir, tem que se adaptar a novas expetativas e tem, até, de preencher um novo papel (DURAND, 2005: 1).

Hoje, património e turismo andam de “mãos dadas” e, para Clara Bertrand Cabral (2006: 48), turismo é um facilitador do diálogo entre comunidades. Para tal, as comunidades constroem uma “tradição”, um “património”, à medida das aspirações dos turistas, como forma de responder a objetivos. Esta evidência leva em muitos casos as indústrias turísticas, e quando não tem valências imóveis, a fabricarem soluções patrimoniais como forma de criar rendimento económico.

I.2. A Identificação e Classificação do Património Imóvel – As Tutelas e os Procedimentos Institucionais (e Institucionalizados)

I.2.1. O Quadro Internacional

I.2.1.1. Orientações para a Salvaguarda e Proteção

A noção de património está associada a normas e orientações desenvolvidas no sentido da proteção e salvaguarda do património no qual se inclui o imóvel que é objeto de estudo neste trabalho. Esta perceção emerge, a nível internacional, quando, pelo séc. XV o monumento histórico é visto, enquanto antiguidade, ou seja, arte. No séc. XIX ocorre a consagração do referido monumento histórico fruto da historiografia e a consciência das mutações impostas pela revolução industrial. No séc. XX a mundialização dos valores e das referências ocidentais e patrimoniais impõe-se (CHOAY, 2008: 221-223). O atual séc. XXI representa o alargamento da noção de património para a imaterialidade e o conhecimento.

As medidas sobre património imóvel desenvolvem-se em Instituições, como é o caso da UNESCO¹¹, ICCROM¹², ICOMOS¹³, OEA¹⁴ e do Conselho da Europa¹⁵ (LINO, 2010: 44-47). Não devemos esquecer para estas medidas o contributo inicial de duas ações¹⁶: o *I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos* (organizado pelo Serviço Internacional de Museus), em 1931, que resulta a *Carta de Atenas*¹⁷ e o *II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, em 1964, que obtém-se a *Carta de Veneza*¹⁸.

A *Carta de Atenas* teve como premissa promover a proteção dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, focalizado no restauro, enquanto forma de manter identidade histórica e artística. Acentua, dada a data de produção (entre as duas guerras mundiais) a união humana, acima de interesses individuais tão próprios dos colonialismos e imperialismos antecessores. Defende que sendo o restauro incontornável ele deveria respeitar a obra histórica ou artística, sem eliminar estilos de nenhuma época. Por outro lado, os

¹¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization foi criada em 1945. Mais informações em <http://www.unesco.org/new/en/>

¹² International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property foi criada em 1959. Mais informações em <http://www.iccrom.org/>

¹³ International Council on Monuments and Sites foi criado em 1965. Mais informações em <http://www.icomos.org/index.php/en>

¹⁴ Organization of American States foi criada em 1948. Mais informações em <http://www.oas.org/en/default.asp>

¹⁵ Conselho da Europa foi criado a 5 de maio de 1949 pelo Tratado de Londres. Mais informações em <http://hub.coe.int/web/coe-portal/home>.

¹⁶ *Património Arquitetónico, A evolução do Pensamento Contemporâneo através da Leitura de Documentos Internacionais*, informação retirada 29/06/2012 em http://www.geocities.ws/animate032000/images/textos/Patrimonio_Arquitetonico.htm

¹⁷ The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments.

¹⁸ International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites.

monumentos deveriam ser usados segundo o seu carácter inicial, forma de assegurar a sua longevidade. Ou seja, a função, a técnica e a utilidade são valorizadas.

Passado 33 anos da *Carta de Atenas*, no ano de 1964, surge a *Carta de Veneza*, em que se aprofundam os critérios de conservação (exigência de manutenção, procura de uma função útil, respeito pela escala, manutenção do enquadramento e recusa da remoção dos elementos estéticos constituintes), do restauro (objetivo da conservação, manutenção da matéria original, recusa pela reconstituição, respeito pelos estilos existentes, harmonia dos materiais com o monumento), cuidado com as escavações (conservação das estruturas postas a descoberto, não desvirtuar o significado, evitar o restauro) e a importância pela documentação (registo de todos os processos desenvolvidos e aplicados registo em desenho e fotografia).

A ICOMOS, na procura de especificar algumas noções relativas à conservação e restauro, em 1981, estipula as regras para os *Jardins Históricos*¹⁹ com objetivo de salvaguardar os jardins que possuam uma composição arquitetónica e vegetal com interesse público do ponto de vista histórico e artístico. Em 1987 aposta na *Carta para a Conservação das Cidades e Áreas Urbanas Históricas*²⁰ que devem fazer parte integral de políticas coerentes de desenvolvimento económico e social, como o planeamento urbano e regional. No ano de 1990 é emitida a *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*²¹ onde se identificam os fatores para o inventário, intervenção, manutenção, conservação, divulgação, qualificação profissional e cooperação. Em 1992 é redigida a *Carta para a Conservação de Conjuntos Patrimoniais com Valor*²² através da qual se promove o respeito pelos conjuntos patrimoniais mantendo a sua identidade. O processo desenvolve-se através da aplicação de estudos da realidade e implementação de medidas de planificação nas várias abordagens. No ano seguinte, 1993, para reforçar estes procedimentos, é emitido o *Guia Orientador para a Educação e Treino para a Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. No ano 1996 é apresentado a *Carta Internacional para a Protecção de Gestão do Património Cultural Subaquático* onde estão hierarquizados os procedimentos que devem ser atendidos para uma boa planificação da atuação: conservação, proteção, difusão e cooperação. No mesmo ano de 1996 são redigidos os *Princípios para o Inventário de Monumentos, Conjuntos e Sítios* onde se destaca a importância do conhecimento do bem, nos seus diversos aspetos, e do seu enquadramento numa planificação que abranja conservação, divulgação e promoção. No ano de 1999 é emitida a *Carta para o Património Vernáculo Construído* que

¹⁹ Carta de Florença

²⁰ Carta de Washington

²¹ Em Lausanne, Suíça.

²² Na Nova Zelândia.

clarifica e reforça a importância da conservação no respeito pela identidade dos materiais e enquadramento, partindo de estudos prévios da realidade, para posteriormente apostar em ações de formação e divulgação. Segue-se, no mesmo ano, na mesma linha, os *Princípios que devem Orientar a Conservação de Estruturas Históricas em Madeira*, especificados em 2003 pelos *Princípios para Análise, Conservação e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico* e *Princípios para a Preservação, Conservação e Restauro de Pinturas Murais*. Em suma, ao longo de várias décadas é produzida legislação que procurará a nível global especificar como agir e proceder para o conhecimento, a conservação, a proteção e a difusão do património.

Esta preocupação pela proteção de elementos físicos, seu conhecimento, gestão e promoção leva o Conselho da Europa a emitir dois documentos para o património imóvel: em 1985, a *Convenção para a Protecção do Património Arquitectónico da Europa*; em 1992, a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*.

A razão destes dois documentos, como dos anteriores, resulta da Convenção aprovada pela UNESCO, em 1972, designada *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Neste documento o património imóvel é enquadrado em três grandes categorias: os monumentos, os conjuntos e os sítios. Estas três categorias exigem uma gestão assente na planificação, a qual passa igualmente pela existência de serviços de apoio; do desenvolvimento de estudos no sentido de antecipar perigos; da aplicação de medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro; da definição de uma lista de bens inventariados; de fomentar a formação e o conhecimento.

Superando a *Carta de Atenas*, a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, defende que a noção de proteção e conservação é mais do que intervenção ou restauro, porque impulsiona o desenvolvimento de conceitos de gestão. Para esta é central o inventário, o estudo, o planeamento, ou seja, a caracterização do património com o conhecimento da realidade do território. Os documentos pós 1972, sobretudo na década de 90 do séc. XX e séc. XXI, vão refletir a ideia de gestão e caracterização do património.

I.2.1.2. Orientações para a Identificação e Inventariação

O património imóvel, se bem que inserido no património material, inclui uma variedade tipológica que se pode agregar entre o arquitectónico (que inclui lugares, construções históricas e etnográficas, assim como industriais, que apresentam um interesse especial – monumentos,

conjuntos e sítios), que o *National Roads Authority*²³ (b: 7) define por «(...) *structures and buildings together with their settings and attendant grounds, fixtures and fittings; groups of such structures and buildings, and sites, which are of architectural, historic, archaeological, artistic, cultural, scientific, social or technical interest.*»; o arqueológico, que assume uma espessura histórica considerável por ser, em muitos casos, a única forma de recordar a vida de um determinado momento, dado pressupor e integrar estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso, em que o já referido *National Roads Authority* (a: 8) interpreta como «(...) *a finite non-renewable physical and material resource (...) study of past human societies through their material remains and artefactual assemblages (...) study of archaeological remains increases our understanding and knowledge of the structure and culture of past and ancient societies that are not recorded by any other means.*».

As duas supertipologias referidas do património imóvel requerem a respetiva caracterização exigência para o conhecimento e aplicação de uma adequada gestão. Esta perceção manifesta-se na adoção, pelo Conselho da Europa, da *Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa*, Granada, em 1985 (art. 2º e 17º), e da *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* (art.º 2 e 7), La Valleta (Malta), em 1992, que indicam que cada Estado deve ter a identificação dos monumentos, grupos de monumentos e sítios arqueológicos a proteger, devendo definir um sistema legal de proteção e possuir um registo de inventário. Fica claro que deveria haver uma coordenação europeia das políticas do património, o que pressupõe proximidade de critérios de classificação e troca de experiências que possibilitem a difusão da informação.

Esta constatação sublinha que os elementos centrais para o conhecimento do património imóvel são a identificação e o inventário. Para se conseguirem atingir estes desideratos exige-se às entidades com responsabilidade pelo património a definição de um plano de desenvolvimento. Este deve incluir uma política de objetivos a atingir, de modo a proteger estruturas ou partes de estruturas de especial interesse, um plano de conservação arquitetónica, incluindo das áreas funcionais, sendo esse processo executado com a implementação e manutenção de um registo de inventário que abarque todas as particularidades arquitetónicas, históricas, arqueológicas, artísticas, culturais, científicas,

²³ Organismo da alçada do Governo Irlandês. Site consultado em <http://www.nra.ie> a 31/01/2012.

sociais e técnicas (DEPARTMENT OF ARTS, HERITAGE AND THE GAELTACHT, 2011: 21).

O primeiro procedimento necessário a adotar é o de identificar que património imóvel importa seleccionar. Tal aspeto requer a definição de critérios de seleção que foram estabelecidos na *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* de 1972, no quadro da UNESCO (2010: 28, 80-88), devendo cumprir critérios de valor, autenticidade e integridade. Os parágrafos seguintes recordam cada uma destas características:

Quanto ao **valor** se:

1) representar uma obra-prima do génio criador humano; 2) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens; 3) constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida; 4) representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana; 5) ser um exemplo excecional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis; 6) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional (o Comité considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros); 7) representar fenómenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excecionais; 8) ser exemplos excecionalmente representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado; 9) ser exemplos excecionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos; 10) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação in situ da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Quanto à **autenticidade** está dependente do grau de credibilidade ou veracidade atribuída às fontes de informação atribuídas ao valor, sendo por isso importante o conhecimento e a compreensão das características originais e do seu significado. Em relação a este item é importante identificar a forma e a conceção, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições, as técnicas e os sistemas de gestão, a

localização e o enquadramento, a língua e outras formas de património imaterial, o espírito e os sentimentos, e outros fatores intrínsecos e extrínsecos.

Quanto à **integridade** deve-se procurar aferir da apreciação de conjunto e do carácter intacto do património e dos seus atributos, o que significa dever possuir todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excecional, ter uma dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem, como sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção.

Devemos incluir, igualmente, nos critérios anteriores, uma seleção que tenha em conta as particularidades geográficas, geológicas e ocupacionais, as quais acabam por determinar as características do património imóvel. Veja-se por exemplo o património vernacular do Douro.

Depois de selecionar e identificar, o procedimento que se exige é inventariar, ou seja, registar os elementos morfo-tipológicos presentes no imóvel de forma hierarquizada através de uma avaliação técnica, visando a produção de conhecimento.

Com a informação do inventário, cria-se um documento que prova e mostra o que é e como é, desencadeando um processo de definição, interpretação, educação, proteção, conservação, planeamento e reabilitação, no quadro da gestão patrimonial, em que os técnicos, os decisores e os cidadãos têm um papel a desempenhar. Neste sentido, o Conselho da Europa patrocinou um documento intitulado *Guidance on Inventory and Documentation of the Cultural Heritage* (PALMER, 2009: 19-26) que é o resultado de um longo processo que remonta ao *Core data index to historic buildings and monuments of the architectural heritage*, adotado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, em 1995. Procura-se, neste documento, que a elaboração de inventários se torne uma prioridade, tendo em conta a evolução dos conceitos de património. Assim, o inventário pressupõe:

- saber o que existe, porque existe e o que envolve, no sentido de tomar decisões para proteger, preservar, reutilizar e conhecer o passado para informar o futuro;
- propor a proteção, conservação, planeamento e educação;
- considera o inventário não um fim em si mesmo, mas a parte de um processo para se conseguir implementar ações de restauro, conservação, planeamento, educação, classificação, etc.;
- estar assente num quadro de planeamento onde a sua execução tem que responder às seguintes questões: para que servirá o inventário; que temática ou área a inventariar; que questões quer o inventário abordar; qual o tempo para a execução física; por fim, quanto custará;

- a aplicação de um método que deve incidir na procura dos detalhes, questionando o que estamos a olhar e o que o envolve para poder explicar e defender a importância do todo e das partes, como forma de proteção, conservação, valorização e divulgação. Para isto é fundamental a definição das características de execução (seletivo ou exaustivo, temático ou geográfico); do critério para a escolha dos imóveis (tipo, época e estado, por exemplo); da metodologia a aplicar no terreno, na pesquisa, no tratamento dos dados de forma genérica ou específica;
- implementar, consoante circunstâncias e os objetivos a atingir, e por isso tem que incluir: conhecimento (estabelecer o que se conhece e a identificação das inter-relações entre as pessoas e o seu contexto social); sensibilidade (a descoberta e a análise do espaço onde se vive); ação (perceber a evolução e o estado do território de forma a informar e a influenciar o desenvolvimento futuro); implementação (elaboração de ferramentas legais no sentido de implementar referências que gerem as intervenções ou as valorizações); treino (desenvolver exercícios e capacitação de forma transversal e pluridisciplinar no sentido de reforçar e ajustar a gestão); incremento da divulgação e promoção turística (criar um clima de conhecimento do que existe e do seu significado de forma a desenvolver o interesse da Sociedade, um turismo cultural e o gerar de receitas).

A orientação expressa nos itens anteriores requer um documento onde se registarão os dados. Este documento não é texto em prosa, mas um grupo de campos em que estão identificados os termos e sua justificação, os quais, hierarquizados, permitem aplicar uma análise técnica e interpretativa de forma sectorial ou integral.

Nesta linha, a própria ICOMOS emitiu os *Princípios para o Registo de Monumentos, Grupo de Edifícios e Sítios*, em 1996, com a missão de sublinhar que aquisição de conhecimento é a forma de entendimento dos valores e da evolução do património imóvel, como a garantia da atuação para a conservação desses valores. Para isso, a monitorização das ações físicas é um dos passos da salvaguarda, como a transmissão de conhecimento e o envolver da sociedade na preservação, é outro dos passos.

Estes princípios visam orientar ou indicar aspetos a atender para a implementação de um processo de caracterização²⁴, porque informação má recolhida, má inventariada e má organizada é sinónimo de incapacidade de divulgação e cativação de públicos.

Porquê a necessidade do registo e da organização da informação? Para ser acessível, disponível e manuseável. Este aspeto é salientado pelo *Department of the Environment Heritage and Local Government* (2006: 5), organismo da alçada do Governo Irlandês, que refere que um registo deve compilar os dados descritos por cada campo e pelo inventariante, as imagens, os vídeos, a cartografia, a bibliografia, ao material de arquivo, como da forma como os dados inventariados são estruturados, inseridos e relacionados na base de dados.

Atualmente o processo de caracterização requer um inventário estruturado de forma a aplicar pesquisas e consultas de forma rápida, e uma utilização acessível para a divulgação. Isto representa uma mudança dos paradigmas de registo, porque contrapõe as tradicionais fichas de inventário em papel, basicamente arqueológico e etnológico; inventários descontextualizados; inexistência de SIG; ausência de serviços com informação sobre património à disposição dos gestores, empresas, investigadores, etc. (CRUZ, 2007: 10-11).

Esta constatação sublinha que o inventário se justifica, hoje, por proporcionar soluções de gestão do património imóvel, cuja potenciação se consegue ao desenvolver bases de dados que permitam elaborar diretrizes e orientações para os gestores de património, através da análise da informação, apoiando o desenvolvimento de outros projetos culturais, ou não (SÁNCHEZ, CRUZ, 2007: 10).

A introdução deste mecanismo procedimental na gestão do património imóvel levou-me a procurar modelos de inventário que utilizem soluções de organização e estruturação de informação. As respostas foram orientadas para o espaço europeu onde identifiquei **três soluções de inventário**:

O **inventário essencial** compreende uma estrutura de campos cujo objetivo é caracterizar de forma genérica, através da identificação dos elementos que importa destacar existentes no monumento, sítio ou conjunto. Aposta-se num apontar de forma sumária da designação, da localização (associada a cartografia), da tipologia e categoria genérica, do tipo de proteção, do valor, do estado e dos materiais

²⁴ Ponto 2 dos *Princípios para o Registo de Monumentos, Grupo de Edifícios e Sítios*, menciona: a) Provide information for the process of identification, understanding, interpretation and presentation of the heritage, and to promote the involvement of the public; b) Provide a permanent record of all monuments, groups of buildings and sites that are to be destroyed or altered in any way, or where at risk from natural events or human activities; c) Provide information for administrators and planners at national, regional or local levels to make sensitive planning and development control policies and decisions; d) Provide information upon which appropriate and

principais. Igualmente uma descrição sumária do imóvel, como da associação de documentação. Os exemplos identificados são três:

1º. Mais genérico, é desenvolvido pelo *National Inventory of Architectural Heritage* (NIAH) da Irlanda (ver ANEXO 1) e orientado para uma identificação dos elementos principais do imóvel (identificação, determinação dos elementos essenciais do imóvel e associação de documentação (bibliográfica e cartográfica)).

2º. Patrocinado pelo Conselho da Europa, apresenta uma estrutura de inventário que identifica os elementos que importa caracterizar num imóvel, desde da designação, tipologias, proteção, passando ao estado de conservação e natureza dos materiais, até elementos históricos ocorridos, isto numa relação com a documentação, não esquecendo a implantação e envolvimento do bem cultural. Por isto, a estrutura reparte-se em dois modelos (TRUST, 1998; PALMER, 2009): 1) o *core data index to historic buildings and monuments of the architectural heritage* e o 2) *core data standard for archaeological sites and monuments* (ver ANEXO 2 e 3).

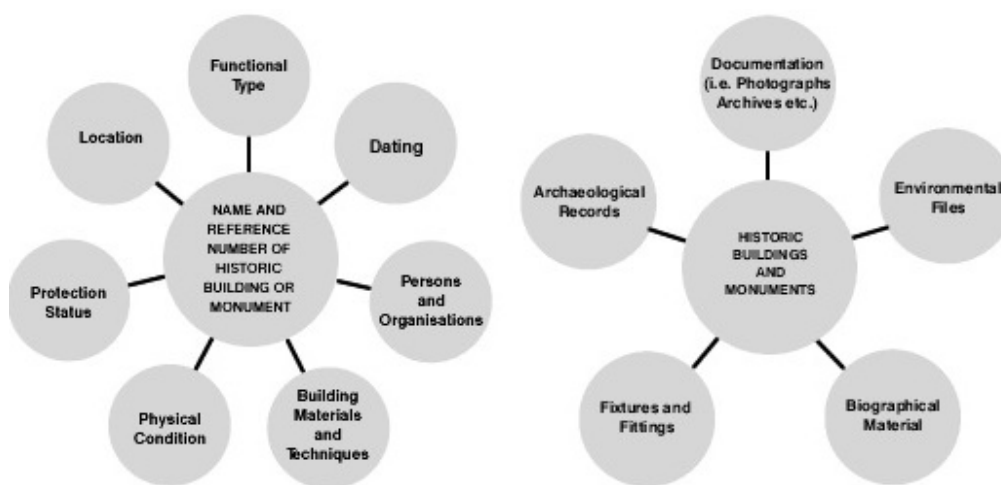


Figura 4 – Estrutura de inventário do *Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage* (TRUST, 2008).

A figura anterior representa a estrutura dos dois *cores data index* atrás referidos. Na forma da esquerda são apontados os principais campos que o inventariante deve procurar registar no inventário. Na da direita indicam-se os

sustainable use may be identified, and the effective research, management, maintenance programmes and construction works may be planned.

principais elementos que se deve procurar identificar quando se elabora um inventário de um imóvel.

3°. Traduzido nos *Principles for the Recording of Monuments, Groups of Buildings and Sites*, da responsabilidade do ICOMOS (1996), não difere da proposta do Conselho da Europa, e sublinha a importância de registar os elementos identificativos (designação ou número de inventário), localização, as características morfo-tipológicas (das tipologias aos materiais presentes), as funções, elementos informativos (acontecimentos, autores, história) e os aspetos avaliativos (risco e estado). Mas a proposta do ICOMOS mostra uma transição para o inventário específico, porque os elementos a destacar cruzam a maioria dos aspetos presentes.

O **inventário específico** aposta numa identificação e descrição alargada e pormenorizada de todos os elementos que caracterizem um monumento, sítio ou conjunto. Abordagem que aposta numa repartição da informação do imóvel por áreas funcionais ou temáticas. Significa que a descrição do imóvel, a documentação, a cartografia e as atividades aos termos (tipologias) estruturadas em *thesaurus* tem o seu local próprio de caracterização, estando toda esta informação relacionada entre si. O imóvel é descrito de forma pormenorizada com o registo dos elementos identificativos, morfo-tipológicos, envolventes, informativos e avaliativos.

Neste tipo de inventário específico encontrei três exemplos internacionais:

Na Inglaterra, concretamente no *English Heritage* (organismo estatal), o modelo de gestão designa-se por *MIDAS Heritage*. Esta solução define os procedimentos de organização da informação adotada pelo Estado Inglês relativo ao património histórico. A nível da orgânica geral é composto por seis áreas temáticas:

- primeira, enquadra o tipo de património (se conjunto, monumento ou objeto);
- segunda, aponta os campos genéricos que abordam os elementos identificativos, morfo-tipológicos, informativos, etc.;
- terceira, incide na informação documental e interpretativa resultante do método de estudo que utiliza dos dados de inventário;
- quarta, envolve a informação cartográfica;
- quinta, agrupa a informação produzida por cronologia;

- sexta, incorpora a informação associada a entidades ou pessoas que contribuíram para o património.

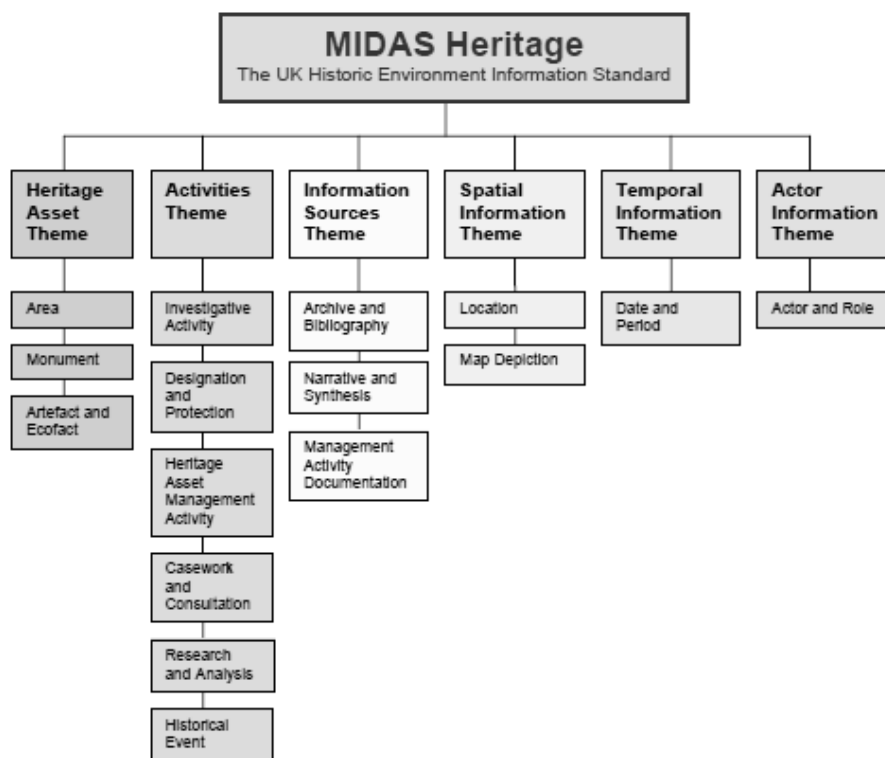


Figura 5 – Estrutura de inventário do *MIDAS Heritage*²⁵ (ENGLISH HERITAGE, 2007).

Em Espanha, o exemplo selecionado foi o do Instituto Andaluz do Património Histórico (organismo de cariz regional), cuja modelo de gestão denomina-se por *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía* (SIPHA). Esta solução de gestão comporta os procedimentos de atuação no registo de informação do património histórico, na região da Andaluzia, estruturada em seis ferramentas ou base de dados (ver ANEXO 4, 5 e 6):

- a base de dados das cidades históricas tem como missão a gestão da informação recolhida e produzida no contexto dos conjuntos urbanos, como é o caso dos centros históricos;
- a base de dados para o património imóvel, relativamente à anterior, incide na caracterização dos imóveis como elementos individuais. Inclui monumentos e sítios arqueológicos;

²⁵ Mais informação consultar o documento que explica o MIDAS HERITAGE em <http://www.english-heritage.org.uk/publications/midas-heritage/>

- a base de dados de atividades arqueológicas tem como objetivo a gestão da informação resultante de trabalhos arqueológicos;
- a base de dados para o património móvel cuja tarefa é organizar os dados sobre objetos existentes em acervos e exposta em museus;
- o módulo de documentação gere e organiza a informação escrita ou em suporte papel ou eletrónico que aborde o património anterior;
- o visualizador cartográfico tem como tarefa gerir a informação sobre património numa perspetiva espacial ou geográfica.

Estas seis ferramentas funcionam em relação.

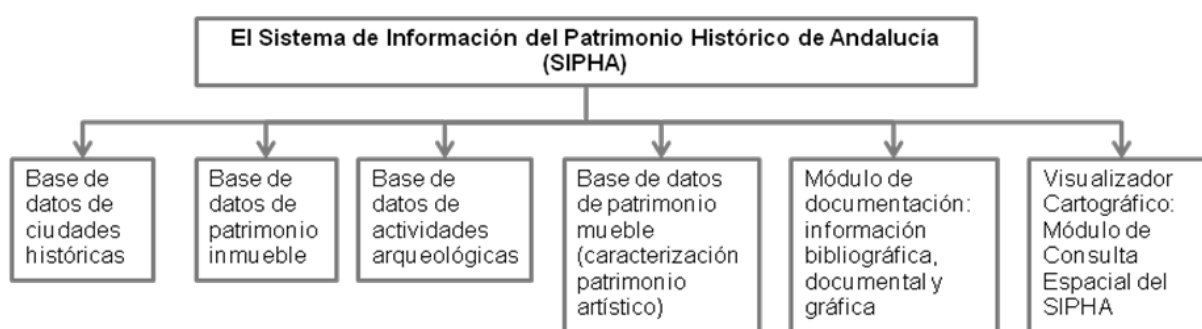


Figura 6 – Estrutura de Gestão da Informação Patrimonial do *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)*

O modelo anterior (SIPHA) foi integrado numa estrutura maior denominada por *Sistema de Gestión e Información de los Bienes Culturales de Andalucía (MOSAICO)*, cuja finalidade é servir como interlocutora na gestão das ações dos vários serviços da Consejería de Cultura e Deporte da Junta da Andalucía (<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/web/areas/bbcc/texto/d90cc088-d3a9-11e0-ade2-000ae4865a05>).

Em França, encontrei o *Inventaire Général du Patrimoine Culurel* da responsabilidade do Governo Francês (ver ANEXO 10). Para o património imóvel o modelo de gestão é composto por sete módulos:

- módulo de inventário do imóvel com indicação campos que abordam aspetos morfo-tipológicos, informativos e avaliativos, ou seja, uma abordagem completa;
- módulo dedicado ao mobiliário no imóvel;
- módulo de registo de imagens;
- módulo de *thesaurus*;

- módulo de coleções;
- módulo de registo de informação documental;
- módulo cartográfico.

O **inventário orientado** determina uma estrutura de gestão de informação que compila um inventário com elementos de identificação do imóvel de forma essencial e concreta, mas aprofunda a análise na avaliação de elementos que potenciem o valor e/ou as consequências de fatores sobre o imóvel. Os exemplos identificados são:

- o modelo de caracterização desenvolvido pela UNESCO cuja abordagem procura demonstrar o valor excecional de monumentos, sítios ou conjuntos a classificar (ver ANEXO 7).
- o modelo de caracterização implementado pelo *National Roads Authority* (da alçada do Governo Irlandês) visa conseguir ter um conhecimento essencial dos elementos patrimoniais dentro da área de influência da estrutura rodoviária que gere, acrescentando fatores avaliativos, caso elementos de impacte, no sentido de determinar as condicionantes para a gestão dessas vias (ver ANEXO 8 e 9).

I.2.2. O Quadro Nacional

I.2.2.1. Orientações para a Salvaguarda e Proteção

Quanto a Portugal, quando é que as noções de salvaguarda e proteção do património imóvel se desenvolveram e se refletem no território? A resposta tem de considerar os efeitos de influências internacionais, sendo que estas têm o seu reflexo no território nacional, neste caso, no regime jurídico português em momentos próximos e posteriores. Vejamos o histórico desta influência nos parágrafos seguintes.

Os resultados extraídos da Exposição Universal de Paris no ano de 1900 são convertidos na portaria nacional de 10 de Abril de 1901, na qual é mencionada a *importância de todos os elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa história antiga*; acrescenta que perante ruínas de edifícios antigos ou monumentos de certa grandeza não destruir e verificar se devem ou não ser considerados como padrões históricos torna-se uma prioridade. A 24 de Outubro de 1901 o padrão histórico é preterido e surge a classificação de monumentos nacionais sob aspetos arqueológicos, histórico e arquitetónico, estando estes sob a fiscalização da conservação da propriedade do estado e de particulares. Mas a 30 de Dezembro de 1901 surgem as primeiras bases para a classificação dos imóveis, hierarquizado por monumentos nacionais e objetos mobiliários. No ano de 1926, pelo Decreto nº 11445 de

13 de Fevereiro, mantém-se a correlação entre Monumento Nacional ou Interesse Nacional, aparece em Arqueologia o Imóvel de Interesse Público para bens de considerável interesse e que deviam ser cadastrados. Em 1936, pelo Decreto-Lei nº 26957 de 28 de Agosto, acrescentado o valor étnico e paisagístico, este último fruto da noção de sítio-paisagem de 1925 e reafirmada pela *Carta de Atenas* de 1931, que, no ano de 1949, pelo Lei nº 2032 de 11 de Junho, surge novamente, agora, mencionando os elementos ou conjuntos de valor paisagístico. Passado algumas décadas, no ano de 1973, pelo Decreto-Lei nº 582/73 de 5 de Novembro, surge associado o valor etnográfico (LOPES, 1994: 9-15).

Na década de 70 do séc. XX ocorre uma alteração da noção de património imóvel quando a UNESCO aprova a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, momento que se introduz conceitos alargados de património e de gestão). Portugal reconhece e aprova este documento (pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção-Geral dos Negócios Políticos) somente no ano de 1979, pelo Decreto n.º 49/79 de 06 de Junho, sendo a sua tradução em lei unicamente no ano de 1985 (Lei n.º 13/85 de 06 de Julho) quando pela primeira vez se define as *Bases do Património Cultural Português*. Nesta lei fica estabelecido que «*o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais (...)*», definindo o que é património imóvel, móvel e imaterial, mas não precisa a protecção e a valorização.

Perante as lacunas da lei de 1985, em 2001 é reformulada a lei de *Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* (Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro), em que o conceito de património cultural é alargado considerando todos os valores e testemunhos de civilização e portadores de cultura, desde a língua portuguesa passando pelos valores históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais ou técnicos. Define-se a protecção e a valorização, desde dos princípios de classificação, aos critérios de inventariação, coordenação, planeamento, eficiência, inspeção, prevenção, informação, equidade, responsabilidade e cooperação, tudo isto enquadrado em estratégias e planos de ação, articulados.

A lei 107/2001 de 8 de Setembro vai estipular coimas para os infratores que ponham em causa ou destruam o património, porque considera que «*todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.*» (artigo 11.º).

Apesar de tudo, a Lei 107/2001 de 8 de Setembro ainda exigia clarificação de procedimentos, o que levou em 2009 à aprovação do *procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda* (Decreto-Lei 309/2009 de 23 de Outubro) em que se define como requerer uma classificação, o instruir da mesma, como se desenrola o processo, os conceitos e critérios de zonas de proteção.

Para se proteger o património imóvel, aplicando as leis mencionadas anteriormente, importa ter a noção que ele se enquadra no espaço, geograficamente influenciado por aspetos humanos, económicos, sociais e físicos. Do ponto de vista territorial enquadra-se nas circunscrições administrativas que cobrem Portugal Continental e Ilhas. Ou seja, a salvaguarda do património realiza-se através das realidades existentes na gestão do espaço geográfico. Para isso, é fundamental que o território possua ferramentas de planeamento e ordenamento, ou seja, instrumentos de gestão territorial.

Esta necessidade resulta dos fatores criados na década de 80 e primeira metade de 90 do séc. XX, aquando da aprovação dos Planos Diretores Municipais (de primeira geração) – PDM –, que eram exigidos por parte da CEE para assegurar a efetividade da aplicação dos fundos estruturais, bem como da integração das ações urbanísticas e infraestruturas municipais. O PDM vinha no sentido de impor regras no ordenamento, edificação e loteamentos, exigências do 1º plano de desenvolvimento regional, porque se pressupunha uma degradação da paisagem. Contudo, o PDM não passou de um diploma legal para mostrar e nem sempre para aplicar; um instrumento de ordenamento que não resolveu as questões no território; um documento legal que descansava nas gavetas do executivo, em vez de o ordenar e dinamizar (OLIVEIRA, 1996: 397-400). A utilidade do PDM seria a de contemplar um exaustivo inventário dos recursos locais e sua adequada valoração, atendendo à especificidade de cada município, considerando os elementos de interesse patrimonial como vetores indispensáveis a um desenvolvimento sustentado para a economia, turismo e lazer e de preservação das memórias (RAPOSO, 2003: 82), exigindo a introdução de regras de planeamento e ordenamento.

A resposta a estes desideratos só surgiu no ano de 1998 (4 anos após aprovação dos PDM's de primeira geração) quando a Assembleia da República aceitou (pela Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) as *bases da política de ordenamento do território e de urbanismo*. Por esta lei, como se observa da leitura do excerto, promover o património cultural e natural faz parte das competências da administração pública, clarificando os instrumentos de gestão territorial «(...) define e integra as ações promovidas pela Administração Pública, visando assegurar

uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos.» (ponto 2 do artigo 1.º). Para o conseguir importa possuir um território organizado, para o qual se começa pelo reforço da coesão nacional, pela valorização da diversidade, pelo aproveitamento dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural, até a potenciação dos espaços urbanos e rurais, em que a coesão social é fulcral, traduzida na criação de emprego e na equação de riscos²⁶.

Esta lei exigia a definição do regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, do regime geral de uso do solo e do regime de elaboração, aprovação, execução, como da avaliação dos instrumentos de gestão territorial, o que aconteceu no ano de 1999 quando foi aprovado o Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro²⁷. Neste documento identifica-se que a política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial, estruturado em três âmbitos:

- o âmbito nacional (que inclui o programa nacional da política de ordenamento do território (PNPOT), os planos setoriais com incidência territorial, os planos especiais de ordenamento do território, compreendendo os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas e os planos de ordenamento da orla costeira);
- o âmbito regional (que inclui os planos regionais de ordenamento do território (PROT));
- o âmbito municipal (que inclui os planos intermunicipais de ordenamento do território, os planos municipais de ordenamento do território, compreendendo os planos diretores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP)).

²⁶ Segundo o artigo 3.º da lei 48/98 de 11 de agosto a sua finalidade é: «a) Reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas; b) Promover a valorização integrada das diversidades do território nacional; c) Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados; d) Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural; e) Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades económicas, sociais e culturais; f) Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem; g) Salvar e valorizar as potencialidades do espaço rural, contendo a desertificação e incentivando a criação de oportunidades de emprego; h) Acautelar a proteção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da ação humana.».

²⁷ <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/222A00/65906622.pdf>

No artigo 10º reconhecem-se os recursos territoriais, entre os quais se contam (alínea e e artigo 15º) o património arquitetónico e arqueológico.

Atualmente, o património (cultural e/ou histórico) é encarado pelo PNPOT (2007: 26), para o período 2007-2013:

«(...) um valor identitário essencial e deve ser entendido como realidade dinâmica, em permanente atualização. A proteção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem assim vetores prioritários de ordenamento e da qualificação do território, com incidência no desenvolvimento dos turismos cultural, da natureza e rural, e fatores de melhoria da qualidade de vida. A Arquitectura constitui uma atividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. A qualidade arquitetónica, em meio urbano ou rural, representa, assim, um importante fator de desenvolvimento dos territórios e da qualidade de vida dos cidadãos. (...)».

No âmbito regional, o PROT(-N) da região Norte (2009), menciona que um dos eixos estratégicos definidos (2º)²⁸ é o da proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais, sendo que o modelo territorial para o património definido passa por assegurar formas articuladas de rentabilização dos recursos, sempre numa perspetiva de entendimento da organização do território em rede. A atuação tenderá, para além da reabilitação física de equipamentos e bens, a reforçar o estabelecimento de discursos interpretativos mais ricos e mais territorializados. Neste domínio, o PROT-N (2009: 87), sublinha que é necessária a definição de modelos de gestão adequados que incluam a componente espacial e que passam pela implementação de estruturas de apoio e gestão, polarizadoras de uma rede regional, assegurando a divulgação dos valores e bens existentes e tendo em vista a qualificação e diversificação da oferta cultural na Região do Norte.

Passando para o campo das normas orientadoras do PROT-N (2009: 197), relacionadas com o património, este é considerado uma componente que se quer reabilitada e fruída, de forma a ser vivida como base da sua permanência. Crucial um esforço no resgate e manutenção dessa herança deve ser alvo de políticas articuladas e multissetoriais que considerem o reequilíbrio das assimetrias regionais e prossigam o modelo de desenvolvimento policêntrico e diferenciado, promovendo:

²⁸ **Eixo estratégico 2:** Sustentabilidade da utilização do território, tanto do ponto de vista da salvaguarda e qualificação dos valores patrimoniais (naturais ou não) e da sustentabilidade ambiental em sentido estrito, como da adoção de matrizes de ocupação do território, desenvolvimento de atividades e aproveitamento de recursos endógenos (hídricos, agroflorestais, geológicos, termais, energéticos, paisagísticos, ...), não apenas compatíveis com, mas maximizadores daquela sustentabilidade

- *Formas de desenvolvimento que garantam a preservação e não comprometimento dos bens culturais para as gerações vindouras e assegurem a sua manutenção sem os desvirtuar e descaracterizar, como fator de desenvolvimento sustentado;*
- *A promoção de políticas públicas que assegurem a preservação da identidade e da cultura locais, em sentido amplo e como contributo para o bem-estar das populações, traduzindo os valores de pertença, coesão, autoestima e prestígio;*
- *A valorização do património encarada como uma prioridade da atuação territorial, potenciadora do desenvolvimento económico sub-regional e regional, ao nível das estratégias para o Turismo e para a Cultura;*
- *O incentivo à articulação dos bens e equipamentos culturais, nomeadamente através de programações em itinerância de eventos de qualidade e do desenvolvimento de projetos de multiparcerias, como práticas eficazes para o recrudescimento da atratividade local e para uma gestão mais profícua dos recursos;*
- *A promoção da concertação estratégica das políticas públicas com o setor privado, deseavelmente refletida no estabelecimento de metas para o planeamento e na operacionalização de práticas para o ordenamento do território.*

A aplicabilidade do referido atrás passa (segundo o ponto 2.2 - Património Histórico-Cultural):

- i. *Pela definição de uma estratégia regional para a gestão e conservação de monumentos, sítios e conjuntos classificados ou de interesse patrimonial;*
- ii. *Por assumir as áreas de Património Mundial na Região como áreas de excelência, de forma a manter os valores que determinaram a sua classificação;*
- iii. *Por privilegiar as áreas de excelência regionais, tendo em vista assegurar que os valores culturais (naturais, paisagísticos, arquitectónicos e arqueológicos) se constituam como mais-valia no contexto do desenvolvimento regional;*
- iv. *Por criar uma estratégia regional de incentivo à requalificação dos centros históricos/centros cívicos dos aglomerados urbanos, progressivamente extensiva aos aglomerados rurais de maior expressão e valor vernacular;*
- v. *Por prever a constituição de uma rede de Centros Históricos de excelência que inclua, desde logo, Porto e Guimarães e outros centros, mediante critérios a definir, sob orientação do Ministério da Cultura;*
- vi. *Por definir um modelo de governança que concilie o património cultural com as demais componentes sectoriais, coordenando as medidas e interesses, públicos e privados, como sejam o turismo, a educação e formação e o ambiente;*
- vii. *Por desenvolver um modelo de valorização do património através da definição de áreas culturais temáticas e sua inclusão em redes patrimoniais da Região, com vista a promover a consideração do património, enquanto fator determinante das decisões, em detrimento da apetência por novas construções;*
- viii. *Por criar sistemas de incentivos que permitam a recuperação de imóveis, conjuntos e sítios de valor e interesse patrimonial;*

- ix. *Pela promoção, no âmbito da política de ordenamento, a criação de uma base de dados georreferenciada do património cultural, material e imaterial;*
- x. *Por operacionalizar uma estratégia regional de promoção turístico-cultural da região, nacional e internacional;*
- xi. *Por promover projectos nos clusters de turismo cultural e das empresas/indústrias de cariz identitário e cultural;*
- xii. *Por prever a elaboração de Planos de Salvaguarda em áreas patrimoniais e/ou de relevância patrimonial, de forma a promover a conservação integrada e a criação de novas funções urbanas, tendo em vista a sua animação e qualidade ambiental²⁹.*

O último patamar é de âmbito municipal, mas aqui as estratégias repartem-se por 308 municípios, cada qual definindo políticas próprias (para onde querem ir e como), com o pressuposto natural de articulação com os âmbitos superiores. Em virtude deste facto não vou apontar 308 estratégias, porque seria uma abordagem de fundo e não se justifica na temática em análise, mas indicarei duas leis que dão capacidade às Autarquias de gerir o seu território.

Por exemplo, a lei n.º 159/99 de 14 de setembro, que estabelece *o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local*, consagra, no artigo 20.º (património, cultura e ciência) e alínea b), que é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos no património cultural, paisagístico e urbanístico do município. Outro exemplo é a lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro que, pelo artigo 64.º, ponto 2, indica que compete à câmara municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.

I.2.2.2. Orientações para a Identificação e Inventariação

Neste ponto importa identificar a aplicação ao território nacional de conceitos metodológicos e operacionais para a inventariação do património imóvel, os quais são desenvolvidos por organismos do administração central e que têm responsabilidade tutelar.

A primeira evidência é que os conceitos de identificação e inventariação resultam de influências internacionais. Quando se convertem as orientações externas no quadro legislativo

²⁹

http://consulta-prot-norte.inescporto.pt/plano-regional/proposta-de-prot-norte/PROT%20Norte_Proposta%20Plano-FINAL%20-%206%20julho.pdf

nacional, em vez de se definirem os guias orientadores com base em exemplos e experiências nacionais para ajustar na lei, ocorre a publicação da lei e depois o pensar das orientações.

A prova do referido é que só no ano de 1994 (9 anos após a lei de 1985) o organismo tutelar da altura – IPPAR – patrocina a edição de Flávio Lopes (1994) que estipula os critérios de seleção para o património imóvel. Nesta edição (LOPES, 1994: 21-26) encontramos as indicações da UNESCO e ICOMOS resultante da envolvimento em torno da Convenção de 1972. Por exemplo, quanto ao valor recomenda que devemos atender: *ao histórico-cultural, ao estético-social, ao técnico-científico, à integridade, à autenticidade, a exemplariedade*. Se analisarmos quanto à influência devemos acolher as referências ocorridas: *numa determinada área cultural, num tempo, no desenvolvimento da arquitectura, gosto arquitectónico, na organização do espaço, Nas “artes monumentais”, num tipo de construção ou conjunto exemplificativo de um estádio sócio-cultural ou conjuntura histórica, no habitat humano tradicional ou representativo de uma cultura, na arquitetura popular*. Se analisarmos agora quanto a um conjunto, deve inventariante procurar compreender: *os centros relativos a núcleos antigos em cidades modernas, o conjunto de edifícios exemplificados em determinadas funções, os centros com carácter evolutivo exemplar, onde se conservou, igualmente o respetivo enquadramento natural, os habitat do passado, mesmo que desativado, a organização populacional rural de evolução contínua, os aglomerados populacionais tradicionais, o núcleo populacional organizado em função de causas sócio-económicas, os núcleos urbanos ou cidades do séc. XX de conceção arquitectónico-urbanística de planeamento excecional*.

Só identificar não basta para a proteção e valorização do património imóvel. Exige outros procedimentos que registem os valores identificados; que indiquem o potencial e debilidades existentes para capacitar o agente a tomar as medidas preventivas mais adequadas. Este procedimento centra-se obrigatoriamente na existência de uma ficha de inventário. Esta congrega informação morfo-tipológica, estrutural, estados, documental e interpretativa sobre o imóvel, elementos essenciais para uma gestão adequada do valor patrimonial. De igual forma esta ficha inventário é complementada por um manual de procedimentos que orienta o inventariante sobre como deve agir no inventário.

Em Portugal existem dois organismos sustentados pelo Estado Central que têm responsabilidade para desenvolver critérios de identificação e inventariação: o Instituto de Gestão para o Património Arqueológico e Arquitectónico (IGESPAR) e o Instituto de Habitação e Regeneração Urbana (IHRU). Mas não parece ter havido uma divulgação, junto das Autarquias e Instituições Culturais, de modelos com critérios orientadores como inventariar o património imóvel.

Em 2008 ambos os organismos mencionados atrás desenvolveram uma parceria que se traduziu na edição, para o património imóvel, dos *Kits Património*. Hoje, estes KITS abrangem um cenário de cinco soluções de acesso livre nos *sites* de ambas as Instituições³⁰.

A produção dos *Kits Património* (IHRU, IGESPAR, 2008, 1: 6-7) é orientada para aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitetura e do ambiente construído e sobre a importância da sua proteção e valorização. Depois, reforçar a perceção de que o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico pode ser um poderoso fator de distinção e de identidade individual e coletiva, bem como um eficaz motor de qualificação e desenvolvimento de lugares e regiões. Ainda melhorar a qualidade da gestão e utilização desse património, promover a transparência e as condições de participação pública nos processos decisórios, bem como a responsabilização social dos vários intervenientes. Visa dotar os agentes do património cultural e os cidadãos em geral de instrumentos técnicos que os orientem e apoiem em ações de reconhecimento, identificação e documentação do “seu” património; promover a constituição de inventários patrimoniais tecnicamente consistentes de âmbito local e setorial, e a sua utilização como ferramentas de apoio à salvaguarda e valorização; contribuir para a criação e o desenvolvimento de uma rede de informação patrimonial que garanta a transmissão e o intercâmbio de dados consistentes e com um grau aceitável de rigor entre sistemas de informação e documentação, bem como a sua divulgação junto dos diversos públicos potenciais.

Importará agora atender às características da ficha de inventário para Portugal. Na realidade não existe em Portugal um programa de orientação para a execução de um processo de caracterização do património imóvel, tal como ocorre no quadro internacional. Há apenas experiências em como estruturar dados sobre parte do património imóvel. Neste sentido, identifiquei três propostas:

- 1º. da responsabilidade do IGESPAR (organismo tutelar), apresenta uma ficha de sítio com uma abordagem orientada para registar as ações realizadas no campo

³⁰ KIT01 relativo ao Património Arquitetónico – Geral (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2008, 1), o KIT02 respeitante ao Património Arquitetónico – Habitação Multifamiliar do Século XX (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2010, 2), o KIT03 referente ao Património Industrial (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2010, 3), o KIT05 sobre Património Arquitetónico – Edifícios conventuais capuchos (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2010, 5), e o KIT06 relativo ao Património Arquitetónico – Igrejas de Misericórdia (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, 2010, 6).

- da Arqueologia, como é o caso de escavações, sondagens (incluindo de emergência) e prospeção. Nesta ficha o objetivo é descrever, de forma sumária, o que resultou da ação, por exemplo, a designação, coordenadas, localização, descrição (sumária), objetivos, proteção, propriedade (ver ANEXO 11);
- 2º. resulta de uma parceria IGESPAR/IHRU, traduzida nos *Kits Património*, cuja abordagem é orientar “como inventariar” (<http://www.igespar.pt/pt/account/comoinventariaropatrimonio>) em que a ficha de inventário apresenta uma abordagem específica estruturada em 3 partes: 1º, os campos a utilizar para inventariar o imóvel (ver ANEXO 12); 2º, como preencher e cuidados a ter; 3º, termos a utilizar no preenchimento da ficha. Mas acaba por ser uma ficha orientada para o património arquitetónico e monumentos;
- 3º. solução desenvolvida pelo IHRU (2008), similar à anterior quanto a uma abordagem específica e orientada para o património arquitetónico, mas vai mais além no nível de caracterização do inventário com uma aposta mais pormenorizado na identificação de elementos, como, por exemplo, a utilização, conservação, documentação e intervenção; e uma inventariação que estrutura o património imóvel por monumentos (ver ANEXO 13) e conjuntos (núcleos urbanos e residências do séc. XX).

Em nenhuma das propostas é identificado qualquer relação com a cartografia e os objetos.

I.2.3. Os Quadros Regionais, Locais e de Colaboração Privada

Neste ponto, importa dar conta da aplicação das orientações produzidas no quadro nacional e internacional em organismos de nível intermédio do estado, ou seja, regional; em organismos locais, caso das autarquias; em instituições de ensino superior, neste caso, no aprofundamento nos meios de conhecimento; por último, soluções desenvolvidas por entidades privadas.

Nos organismos de carácter **regional**, o único caso identificado relativamente a inventário de património imóvel, foi produzido pelo Governo Regional dos Açores cujo *site* apresenta um projeto intitulado: *Inventário do Património Imóvel dos Açores* (<http://www.inventario.iacultura.pt/index.html>). Da sua consulta deparamos com uma caracterização cuja abordagem centra-se no essencial, numa forma simplificada, pois aposta-se na descrição dos elementos principais para a perceção do imóvel (ver ANEXO 14).

No contexto deste projeto foi desenvolvido posteriormente um inventário específico acerca do *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores* (<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/moinho-vento/CD-IMoinhosVento/index.html>). Com este projeto a ficha de inventário altera-se parcialmente orientando-se para a recolha de dados métricos, cronologia, desenho e tipificação do moinho (ver ANEXO 15).

No caso de exemplos produzidos pelas **autarquias**, na impossibilidade de abordar 308 soluções (embora não se saiba a representatividade dos inventários existentes), vou apontar uma boa prática de um processo de caracterização do património imóvel, que é o caso do Município de Cascais. Esta autarquia possui um sistema de gestão de informação integrado (denominado por *sistema de informação dos bens culturais de Cascais*) construído com base numa aplicação informática disponível no mercado – *inpatrimonium premium* – desenvolvido pela empresa Sistema do Futuro (ALMEIDA, MATOS, CABRAL, no prelo). Esta plataforma informática permite à autarquia congregar o património imóvel e o património móvel, como associar ainda informação documental (caso de intervenções sofridas ao longo do tempo) e bibliográfica. Para Maria José Almeida (2011: 94-95) a aposta neste tipo de solução informática tem vantagens pela possibilidade do estabelecimento de relações entre as diferentes bases de dados que a compõem. Além dos módulos de inventário de objetos e imóveis, existe um conjunto de outras tarefas que podem relacionar-se com a informação aí registada. Isto significa que a informação inventariada pode ser articulada com todos os registos de eventos que interferiram com esse imóvel ou objeto (trabalhos arqueológicos, intervenções de conservação e restauro, estudos académicos ou científicos, ...), bem como com os registos das entidades intervenientes nesses eventos (arqueólogos, empresas promotoras, autores de estudos) ou que apenas se relacionam diretamente com o imóvel ou objeto (proprietários, inventariantes, ...). Por sua vez a documentação que possa interessar à caracterização dos objetos e imóveis (publicações monográficas, documentos eletrónicos, ...) é também inserida no sistema e pode ser relacionada, quer com os registos de inventário, quer com os eventos ou entidades. Esta questão é importante porque há que ter em conta o estabelecimento de uma relação entre dois registos de informação que constitui, ela própria, uma fonte de informação. E, como tal, as relações podem ser pesquisadas e os resultados devolvidos serem muito úteis para o conhecimento que se pretende fixar e para a informação que se pretende gerir.

Enquanto base de dados, este sistema, organiza-se numa árvore funcional assente em seis repositórios: inventário, terminologia e *thesauri*, entidades, eventos, documentos e multimédia (ALMEIDA, MATOS, CABRAL, no prelo).

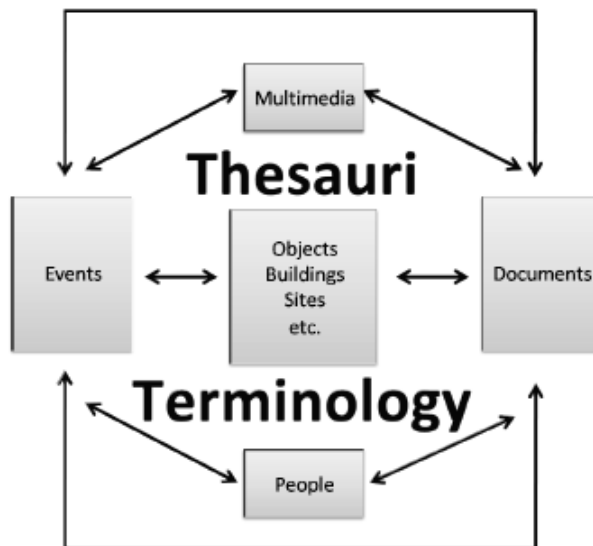


Figura 7 – Estrutura da base de dados em Cascais (ALMEIDA, MATOS, CABRAL, no prelo).

Cada repositório congrega categorias de gestão de informação através das quais se permite ao utilizador a inserção da informação em tratamento. Por exemplo, no módulo “inventário” o utilizador, ao selecionar “imóveis”, acede a um conjunto de campos que lhe permite registar dados sobre arqueologia e arquitetura. O registo de informação documental ou fotografias ocorre no módulo “documentos”. Se módulo “inventário”, em concreto nos “imóveis”, pretender inserir uma fotografia, relaciona a imagem com a informação específica nos “imóveis”. Em suma, cada informação é inserida e organizada por áreas temáticas, como apresenta a figura seguinte.

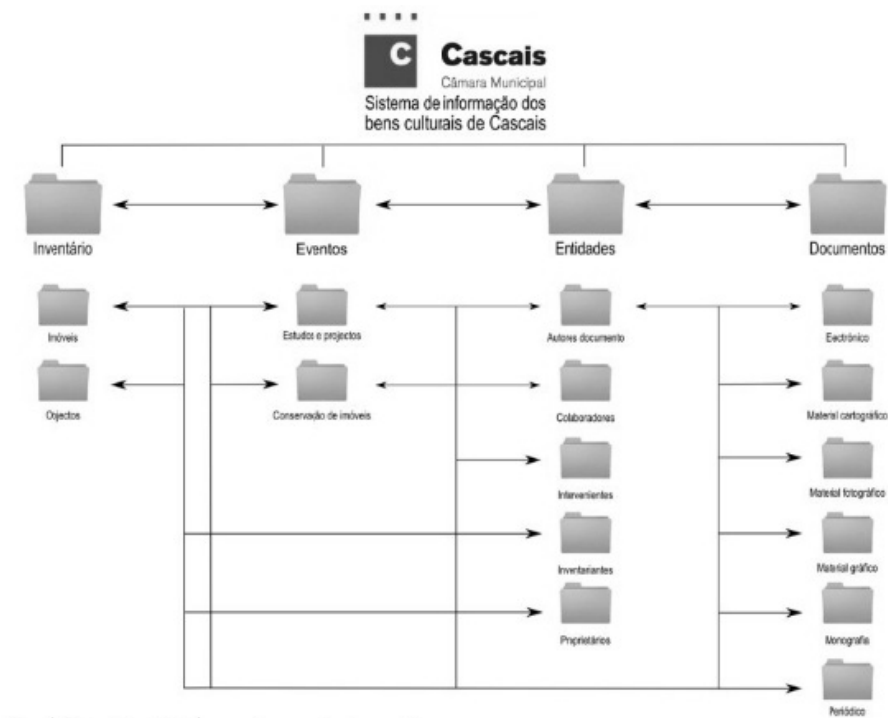


Figura 8 – Estrutura funcional dos repositórios de gestão de dados em Cascais (ALMEIDA, 2011b).

Percebemos, da figura anterior que a informação inserida em qualquer parte da estrutura organizacional dos repositórios do sistema de Cascais pode ser interrelacionada. Neste sistema encontramos dois elementos de nota:

- primeiro, no repositório “inventário” e pasta “imóveis” o inventariante pode organizar os dados por uma descrição em multinível, ou seja, uma unidade, como um centro urbano histórico ou uma villa romana por exemplo, pode ser caracterizada num registo-pai que se decompõe em registos-filho consoante os elementos que a integram, numa estrutura em árvore (ALMEIDA, 2011a: 96).

Esta possibilidade:

«(...) of relating the information that characterizes the site to other tasks in the database (events, entities and documents) allows for an interrogation of the system, with questions such as: “which objects were found in said archaeological excavation?”, “which sites were covered by the study of environmental impact relative to the construction projects promoted by said entity?”, “which graphic and photographic material pertaining to said site was produced during said archaeological intervention?” or “who are the owners of the sites included in said program of conservation?”.» (ALMEIDA, MATOS, CABRAL, no prelo);

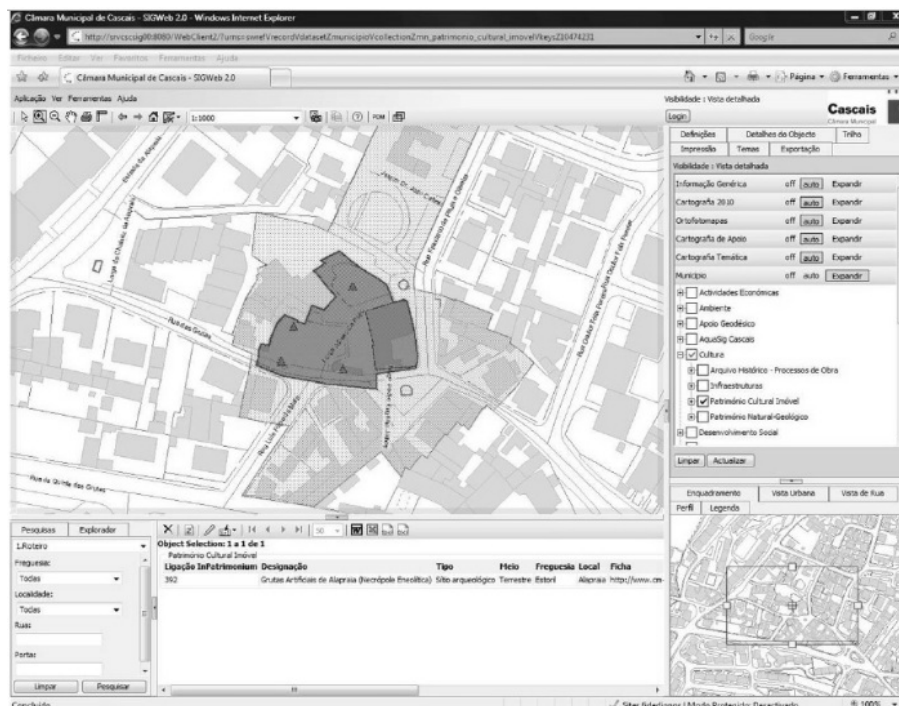


Figura 10 – Solução SIG para gestão cartográfica do património imóvel no *sistema de informação dos bens culturais de Cascais* (ALMEIDA, 2011b)

No campo do **Ensino Superior** procurei exemplos que abordassem o património imóvel de forma global e transversal, em vez de estudos de fundo que problematizam, e o resultado traduziu-se em dois exemplos desenvolvidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade de Braga direcionados para uma abordagem orientada e setorial em Arqueologia:

- o primeiro exemplo objetivou a *revisão do inventário arqueológico para o Concelho de Boticas* (FONTES, ANDRADE, 2010) cuja caracterização procura, especificamente, uma avaliação do risco, determinação de medidas de minimização, interpretação e perceção das características de implantação (ver ANEXO 16);
- o segundo exemplo centrou-se num projeto vocacionado para a análise de dados de arqueossítios de Trás-os-Montes Oriental denominado *Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica* (BOTICA, 2004), cuja abordagem orientada visa o estudo avaliativo e interpretativo assente em informação inventariada, com o de se tornar útil sempre que se pretenda prospear um arqueossítio, de desenvolver iniciativas arqueológicas ou de Gestão e Ordenamento do Território, sobretudo visando intervenções ao nível do subsolo, para edificações ou construção de rede viária (ver ANEXO 17).

Nas **colaborações privadas/públicas** não identifiquei exemplos relativos a processo de caracterização do património imóvel, mas o desenvolvimento de soluções concretas na gestão de informação, como as três soluções seguintes: *Index Rerum* – produção e direitos da empresa FCO; *Matriz* – direitos do Instituto de Museus e Conservação e produção da empresa BOND e *Inpatrimonium* – direitos e produção da empresa Sistema do Futuro, Lda.

Sobre a solução de gestão de dados *Index Rerum* a informação recolhida no *site* <http://www.indexrerum.com/pt/modulos> não indica a estrutura de gestão da informação, mas aponta as funcionalidades desta solução. Por exemplo, inventaria peças e conjunto de peças; trata informação de exposições temporárias e virtuais; permite a gestão de coleções, incluindo todas as ações de que as peças possam ser alvo durante a sua vida; igualmente empréstimos recebidos ou realizados a outras instituições; atua na conservação e restauro, incluindo fichas específicas de registo pontual e completo de todas as ações e intervenções; permite uma gestão dos serviços educativos, registando ações-padrão e correspondentes ações realizadas, como prevê a disponibilização em linha dos programas educativos previstos e propostos por cada Museu; capacidade de gestão documental, sendo o acervo principal documental ou em função de informação desse tipo à guarda do Museu em função de relação com peças ou coleções, prevendo o sistema a relação entre peças inventariadas e respetiva documentação associada; igualmente a gestão bibliográfica sendo possível inventariar coleções bibliográficas ou registar bibliografia de apoio e justificação de classificações de inventário, datações ou outras incluídas nas fichas de registo de cada peça, conjunto de peças ou coleção; por fim, a administração do sistema que lhe permite acesso completo e privilegiado a todas as informações registadas, bem como alteração pontual ou completa desses registos; permite ainda conhecer a atividade de cada utilizador, verificar estatísticas de utilização e da Base de Dados, admitir ou excluir utilizadores, gerir os respetivos perfis, importar e exportar informação e exportar a estrutura e/ou o conteúdo da Base de Dados.

Através do *site* da *Index Rerum* é ainda possível identificar as temáticas que a base de dados funciona. Por exemplo, Arquitetura e Monumentos; Coleções Arqueológicas; Coleções Bibliográficas; Coleções Etnográficas; Coleções Multimédia; Coleções de Arte; Coleções Documentais; Coleções Imateriais; Coleções Natural e Referências Turísticas.

Relativamente à solução *Matriz* a informação recolhida no *site* http://www.matriz.imc-ip.pt/pt_matriz30.php não indica a estrutura de gestão da informação, mas informa que é um «(...) *software de referência nacional para o inventário, gestão e divulgação on-line integrados de Património Cultural (móvel, imóvel e imaterial) e Natural. Este sistema é complementado pelo MatrizWeb, interface para publicação na internet dos conteúdos*

inventariados e geridos no Matriz 3.0.». Contrariamente à solução anterior, sugere uma capacidade de gestão de todo o tipo de patrimónios (imóvel, móvel e imaterial), mas não indica soluções para a documentação e ações, como a anterior indica. Mas tem uma solução Web para os clientes.

Quanto à solução *Inpatrimonium* representa os dados recolhidos no *site* <http://www.sistemasfuturo.pt/>, uma entre várias. Ou seja, *inpatrimonium* é a junção das soluções *indomus* (património imóvel) e *inarte* (património móvel ou objetos). Possui igualmente soluções *indoc* (para documentação), *inmemoria* (património imaterial) e *innatura* (património natural). Tem funcionalidades que utilizam as soluções anteriores através de suporte *browser*, caso do *inpatrimonium.net*; o *insite.net* para gestão da informação *online*; o *inweb* para disponibilização da informação na internet; o *inweb junior* disponibilização de informação na internet dedicada aos mais jovens. Como o *site* mencionado não mostra a estrutura de gestão das soluções referidas, o Dr. Fernando Cabral (responsável), facultou-me o acesso de como são esquematizadas as bases de dados. No caso da solução aqui em análise – *inpatrimonium* – comporta a área de inventário (com o imóvel, objeto e conjuntos), área das tabelas auxiliares; área das entidades e área da documentação.

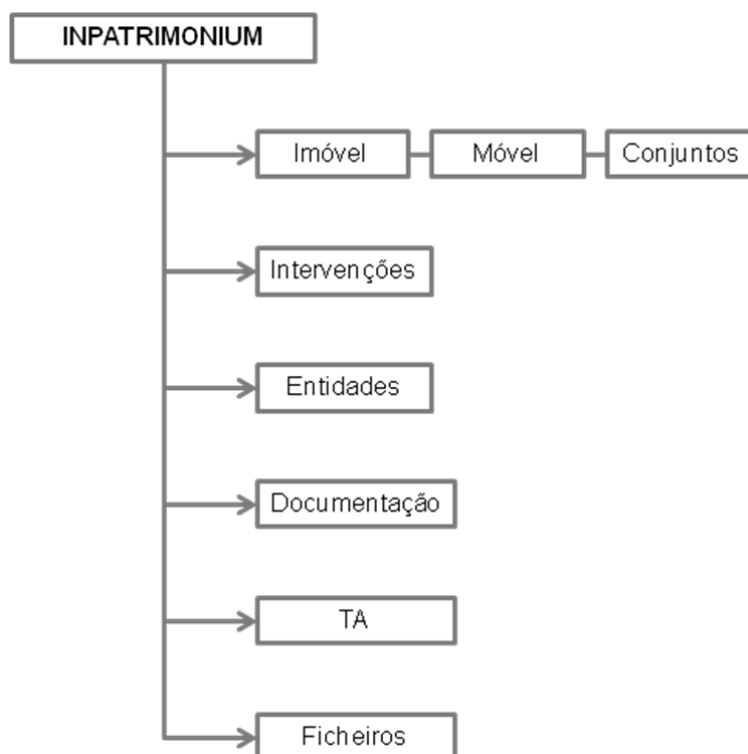


Figura 11 – Estrutura funcional da base de dados *inpatrimonium* da *Sistema de Futuro, Lda*.

Sobre a estrutura de campos para a solução de gestão destinada ao imóvel identifiquei a designação, tipologias, localização, cronologia, estado, escavações, etc. (ver toda a estrutura no ANEXO 18).

PARTE II. O PROCESSO DE CARATERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL DO CONCELHO DE MIRANDELA – PERCURSO E PROSPETIVA

Mirandela é o estudo de caso que justificará as páginas seguintes. A experiência realizada nos últimos anos, o processo ou processos adotados na identificação e classificação do património imóvel, o seu enquadramento e possível revisão, serão descritos nas páginas seguintes.

II.1. O Percurso Institucional do Reconhecimento do Património (2004-2012)

II.1.1. Os Quadros Programáticos

A construção dos quadros programáticos para o património no Município de Mirandela iniciou-se em 2004 da conjugação de duas pessoas: António Branco e Isidro Gomes. Ao primeiro coube a decisão política, enquanto Vice-Presidente³¹, de indicar o objetivo principal; ao segundo, pertenceu a definição dos objetivos intermédios e específicos, como do plano de ação.

O objetivo principal traçado para o património imóvel de Mirandela era proceder à revisão do PDM. Este tinha sido aprovado pela primeira vez em 1994. No ano de 2002, passado 8 anos, ocorre politicamente a decisão de iniciar os procedimentos de revisão, dadas as atualizações das leis de ordenamento, como da necessidade de criar mecanismos no PDM que funcionassem, sobretudo, na resposta às exigências vindas dos organismos regionais e centrais para com o Município de Mirandela (para todos os municípios) no sentido de procederem a ajustamentos e melhorias no respetivo PDM.

Quando, em 2004, o Município de Mirandela decide dar os primeiros passos da sua decisão em relação ao património, especificamente para o património imóvel como objetivo número um, as imposições legais e institucionais para com a autarquia são vistas igualmente como uma oportunidade de utilizar o património para a divulgação do concelho, sobretudo como resposta a uma emergência (lenta) do Turismo, pois a Autarquia de Mirandela possuía um deficit acentuado do conhecimento da realidade patrimonial do concelho, demonstrada, por um lado, por investimentos feitos no passado, em promoções genéricas e resumidas

³¹ António Branco foi Vice-Presidente entre 2001 e 2011, e Presidente desde de 1 de janeiro de 2012, perante a renúncia de José Silvano. Quando em 2004 António Branco e Isidro Gomes idealizaram o objetivo principal e a linha programática o Município de Mirandela não possuía orgânica ou valências técnicas que permitissem implementar uma ação no património. Por isto, havia de construir uma estrutura que no médio prazo suportasse e sustentabilizasse uma aposta no património.

sempre aos mesmos e poucos exemplos, por outro, por nunca conseguir dinamizar sítios, museus ou outras soluções, ou seja, não conseguir mostrar o valor patrimonial do território.

Para demonstrar o ponto de situação da realidade patrimonial existente em Mirandela vejam-se os valores quantitativos recolhidos a partir de informação existente em 2004 na Autarquia (dos dados provenientes da documentação sobre o PDM e da seção de património) e da web (informação pesquisada nos sites na altura do IPA, IPPAR e DGEMN). No caso do património imóvel estão identificados 141 imóveis, dispostos da forma como apresenta o gráfico seguinte; estes imóveis não passam de uma mera identificação, porque não possuem um documento de inventário que prove o método e a informação adotada. Na altura, deste conjunto de imóveis existiam registos em simultâneo nas bases de dados dos organismos centrais (IPPAR, IPA e DGEMN), 17, 78 e 41 imóveis respetivamente.

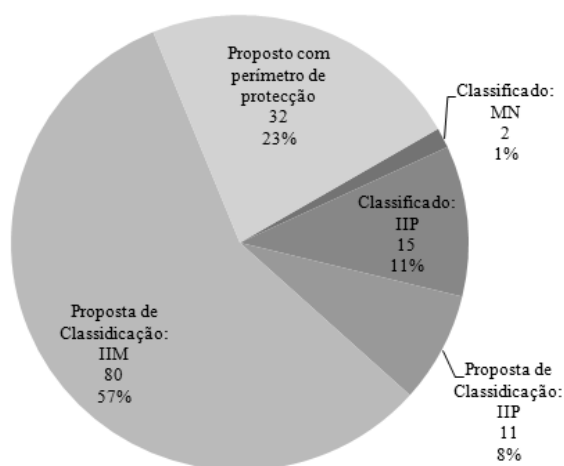


Figura 12 – Distribuição do estatuto de proteção das 141 RPI consideradas em PDM.

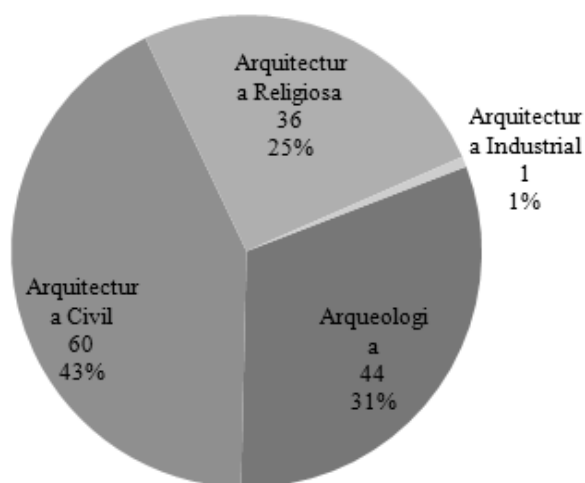


Figura 13 – Distribuição por supertipologia das 141 RPI consideradas em PDM

Passando para o património móvel sabia-se da existência de 433 peças de arte plástica registadas na seção de património da Autarquia de Mirandela associadas ao denominado Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes³², e nada relativo arqueologia ou etnografia. Quanto ao património imaterial, documental e natural não havia dados.

Do referido e do cenário de necessidade de um trabalho sistemático, iniciou-se o processo de caracterização, que exigiu uma reflexão acerca da metodologia a adotar. Para tal, a primeira opção a tomar foi que o modelo de inventário a aplicar no concelho de Mirandela seria um registo específico que elencasse todos os elementos de cariz morfológico, tipológico, histórico e envolvente ao imóvel, no sentido de mostrar a realidade do mesmo num ou vários momentos temporais, concretamente como era o imóvel, qual o seu estado, que alterações sofreu, etc.

A opção por um registo específico, no período de 2004 a 2006, mostrava que as soluções de inventário já não se resumiam a um registo genérico de descrever sumariamente o existente, mas exigia possuir dados de várias perspetivas que permitissem uma análise mais alargada possível, como estava a emergir a base de dados informatizadas (acabando ou abalando os dossiers volumosos e restritos) que tinham como função contribuir para a gestão, acessibilidade e disponibilização da informação que permitisse ajudar no ordenamento, planeamento, conservação e proteção do património.

Para implementar um inventário específico, o Município de Mirandela não possuía uma estrutura zeladora pelo património cultural ou natural, ou seja, não tinha estrutura física, funcional ou meios humanos, somente um técnico superior em Arqueologia. A nível financeiro não tinha condições para investir, como as opções financeiras também não o permitiam, exceto se surgisse uma razão superior, caso de fundos comunitários.

Se por sorte ou por oportunidade, em 2004, o Município de Mirandela pôde aceder a fundos comunitários, particularmente a verbas orientadas para ações imateriais, isto é, ações para estudo, divulgação ou promoção, que não incluíssem ações físicas ou materiais de intervir de alguma forma num sítio, museu ou outro espaço, mas relacionado com o

³² Este espaço museológico segundo o *site* do Município de Mirandela que direciona para <http://museu-armindo-teixeira-lobes.weebly.com/> foi inaugurado em 1981 no 1º piso (sobre a biblioteca) do centro cultural de Mirandela, hoje estruturado em duas grandes salas que comportam três núcleos: escultura, pintura e gravura. O acervo disponível em 2005, após uma identificação realizada por mim, era composto maioritariamente pelas obras produzidas pela Família Teixeira Lopes, à cabeça Armindo Teixeira Lopes (e patrono), seguidos pelos filhos – Hilário e Gil –, a outros elementos da família, como igualmente peças de autores como Almada Negreiros, Nadir Afonso, Júlio Resende, Júlio Pomar, João Hogan, Graça Morais, Malangatana, Manuel Cargaleiro, entre outros. Este acervo foi enriquecido pela Família Teixeira Lopes até à década de 90 do séc. XX.

património, disponibilizadas pelo *Programa Operacional da Cultura* com acrónimo POC (<http://poc.min-cultura.pt/>³³).

Perante a oportunidade financeira houve que tomar uma outra opção técnica relacionada com que tipo de patrimónios o Município de Mirandela iria abordar. Ou seja, para além do património imóvel, importava inventariar o património móvel, o património imaterial e o património documental, numa lógica de prioridade³⁴, com objetivo de evitar para a Autarquia de Mirandela uma perceção setorial e limitada do valor e potencial. Apesar da opção pela abordagem de vários patrimónios, o património imóvel foi considerado objetivo principal a cumprir.

O desenvolver um processo de caracterização que simultaneamente envolvesse dois a mais tipos de patrimónios exigia uma capacidade de:

- ter, no mínimo, cinco anos de execução (contínua), porque caracterizar comporta vários métodos (identificação, inventário, organização e estudo) que não podem ficar a meio, caso contrário, requer recomeçar;
- ter meios materiais, caso de computadores, servidores, máquina fotográfica e de vídeo, impressora, *software*, entre outros, que permitissem a execução e estruturação da informação dentro de conceitos técnicos e atuais, e em linha com as novas vertentes, caso das bases de dados e do SIG;
- ter meios humanos qualificados para a execução e estruturação da informação, neste caso, técnicos superiores nas áreas de património (Arqueólogo, Historiador de Arte, Historiador, Arquiteto, Antropólogo, Arquivista e Museólogo) e doutras áreas (jurista, engenharia civil e técnico de SIG).

Dos três pontos referidos atrás havia pontos fracos, ou seja, que contrariavam o pretendido, por exemplo:

- nenhum projeto (seja no QCA III - <http://www.ifdr.pt/channel.aspx?menuid=37> -, seja no QCA IV - <http://www.qren.pt/>) poderia ter mais do que dois anos de execução física e temporal;
- a autarquia de Mirandela teria que admitir no mínimo 10 técnicos superiores nas áreas já referidas, o que esbarrava em dificuldades de lei autárquica, de

³³ Este site atualmente está desativado. Sobre este programa encontramos informação em <http://www.qca.pt/pos/poc.asp> e

https://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/PCM/POC/pt/ORG_programa+operacional+da+cultura.htm

³⁴ Entre 2004 e atualidade optou-se incluir no processo o inventário do móvel (2006-2007) e do imaterial (2009-2011), tendo o inventário documental tido uma aposta mediana, sobretudo ligada à recolha de informação para o imóvel, móvel e imaterial. Os processos de caracterização para o móvel e imaterial conseguiram somente alcançar a identificação e um inventário genérico.

imposições do estado central e na própria conceção de recrutamento da Autarquia, pouco habituada em direcionar tantos técnicos para o património.

Perante os factos, as opções foram:

- manter o objetivo de execução nos cinco anos, mas faseado em três etapas, cada uma com dois anos (se o programa permitisse, 24 meses de execução);
- não se abordariam todas as diversidades patrimoniais, mas seriam repartidas em três etapas, ou seja, para a primeira etapa (ou projeto), o património imóvel e o património móvel (para responder ao PDM, como também saber que peças de arqueologia e de arte existiam na Autarquia e fora dela); para a segunda etapa (ou projeto), o património imaterial e o património documental; para a terceira etapa (ou projeto) destinava-se ao finalizar as etapas anteriores, disponibilizar a informação e fomentar soluções de gestão.

Para a implementação do processo de caracterização do património do concelho de Mirandela este candidatou-se a projetos cofinanciados (para o período entre 2005 a 2012), tendo sido aprovado dois projetos, no valor total de 815.990,46€³⁵:

- o primeiro, intitulado o *Inventariação do Património Cultural no Concelho de Mirandela*, cofinanciado a 50% pelo *Programa Operacional da Cultura (POC)*, medida: 2.2 - *Utilização das Novas Tecnologias da Informação para Acesso à Cultura* e ação: 1 - *Inventariação e Digitalização do Património Imóvel e Móvel e sua Divulgação*, com uma execução temporal de 15 meses (2006-2007);
- o segundo, intitulado *Sistema de Gestão para o Património do Concelho de Mirandela (SISTMIR)*, foi cofinanciado a 80% pelo *Programa Operacional da Região Norte 2007-2013 (ON2)*, pelo eixo prioritário: III - *Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial*, objetivo: *Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade* e regulamento: *Património Cultural*, com uma execução temporal de 24 meses (2009-2011).

³⁵ A informação referida sobre os dois projetos atrás e valores financeiros, foram obtidos dos dossiers respetivos presentes no Gabinete de Arqueologia do Município de Mirandela.

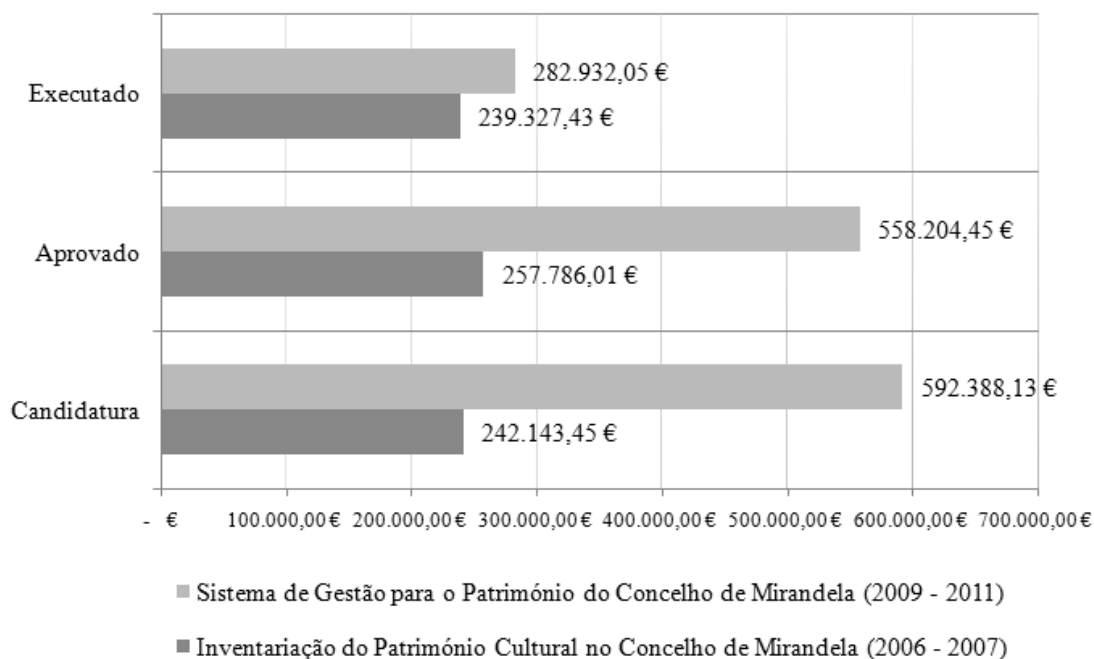


Figura 14 – Valores de candidatura, aprovado e executado dos dois projetos relacionados com o processo de caracterização rimplmentados pelo Município de Mirandela entre 2005-2012.

Na execução do processo de caracterização, circunscrevendo ao património imóvel, os procedimentos foram repartidos pelas três etapas da seguinte forma:

- na primeira etapa uma aposta na identificação (pesquisa e recolha de dados, como do reconhecimento em campo da realidade) e elaboração do inventário;
- na segunda etapa, direcionado para a organização ou estruturação da informação inventariada, como de outros reconfirmados ou levantados nesta etapa (facto do aperfeiçoamento dos procedimentos), em base de dados e SIG;
- na terceira etapa destina-se ao estudo da informação partindo dos dados organizados com intuito de justificar o PDM, através da elaboração da Carta de Património que congrega especificamente análise e soluções jurídicas proibitivas e preventivas para a salvaguarda. Igualmente alcançar a disponibilização da informação pela web e outros suportes.

Para a implementação das etapas mencionadas foram necessários meios adequados. Relativamente aos meios materiais adquiriram-se os produtos já referidos anteriormente. Já os meios humanos saíram reforçados com a contratação de Arqueólogos, Historiadores de Arte, Arquitetos, Historiador, Jurista e Técnico de SIG (este último contratado durante seis meses para estruturar os imóveis inventariados do primeiro projeto), perfazendo um total de nove técnicos superiores contratados em dois momentos (ou projetos) diferentes, indicados atrás.

Quanto ao ponto de situação das três etapas, a primeira decorreu entre 2006 e 2010, a segunda entre 2009 a 2011, a terceira aguarda por duas decisões:

- 1º. avaliação e decisão política e técnica da forma e dos meios para uma aposta no próximo projeto com objetivo de alcançar a meta proposta (PDM), um conhecimento da realidade móvel, imaterial e documental, a criação das condições para sustentabilidade do investimento, da informação e da conservação do património na Autarquia;
- 2º. concluir a organização da informação inventariada em curso da segunda etapa no sentido de permitir a evolução e sucesso da terceira etapa e recusar o repetir de erros.

II.1.2. Os Métodos e os Procedimentos de Caracterização

Sendo nosso propósito analisar a forma como a gestão de património imóvel tem sido identificada e dada a conhecer ao público geral e mais particular, será necessário descrever os métodos utilizados no conhecimento desse mesmo património.

Produzir conhecimento sobre património requer a implantação de um processo de aquisição de dados, o qual exige a adoção de métodos hierarquizados e coordenados, quer através de procedimentos de análise e descrição dos elementos constituintes presentes na Referência Patrimonial Imóvel (RPI), bem como dos elementos envolventes da mesma RPI e associados, e ainda os dados resultantes dos processos de valorização e monitorização identificados na RPI. Disto é possível constituir uma estrutura de dados que resulta e evidencia a história, os valores e as debilidades de uma RPI, de um conjunto de RPI, ou do todo das RPI. O objetivo é o de estes dados:

- serem utilizados pela Autarquia para justificar as opções de ordenamento e planeamento para o concelho;
- permitirem definir que estratégias e investimentos aplicar, sobretudo em que tipo de ações de valorização e dinamização apostar;
- contribuir para o surgimento de soluções para divulgar e promover o concelho no sentido de atrair públicos e investimentos;
- serem disponíveis e acessíveis para o enriquecimento do conhecimento sobre património imóvel por parte da Autarquia e do público.

Os métodos usados no processo de caracterização resumem-se a quatro: a **identificação**, a **inventariação**, a **organização** e o **estudo**.

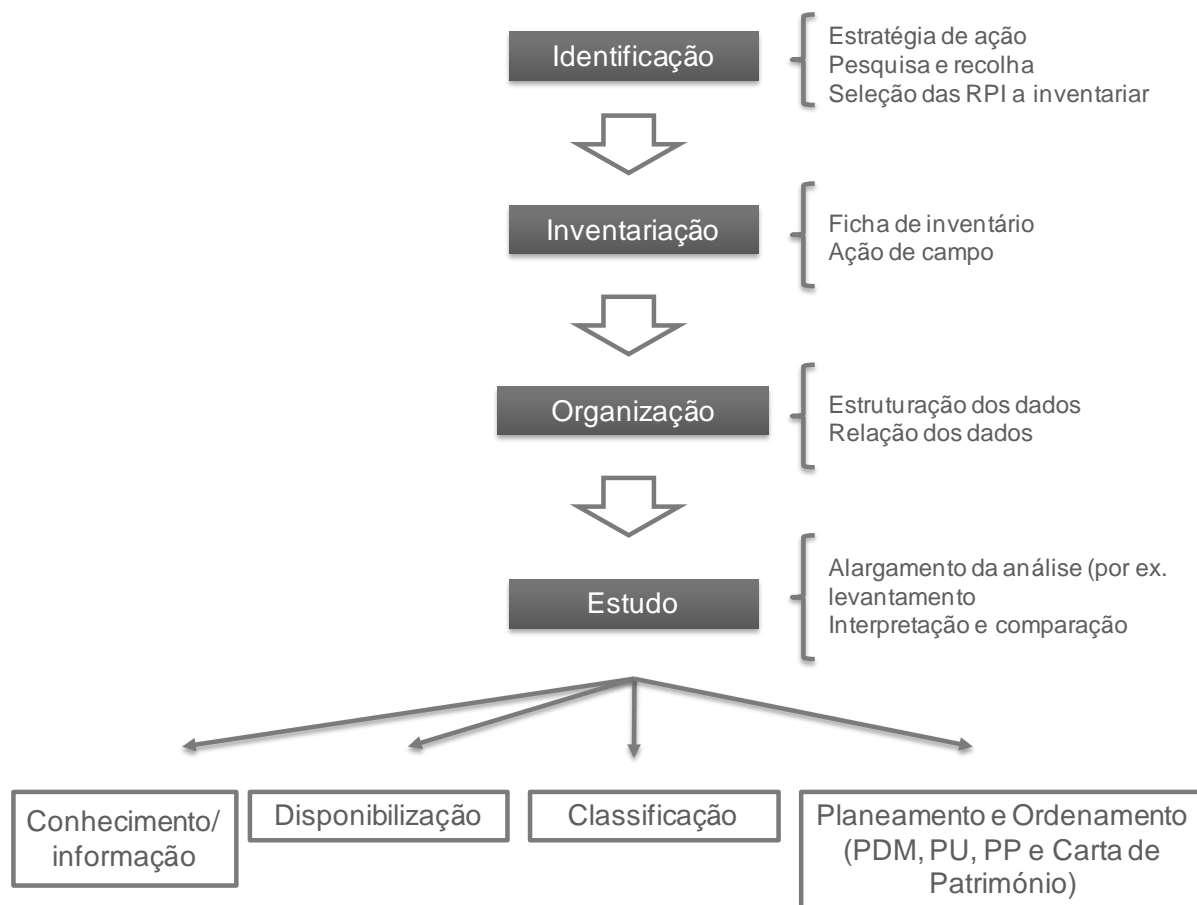


Figura 15 – Os procedimentos e os métodos do processo de carterização e respetivos resultados.

Identificação diz respeito ao pesquisar, recolher e selecionar o que existe de informação sobre património imóvel em Mirandela, bem como às estratégias a implementar para desenvolver o processo de caracterização. Por isto, a identificação tem de ser o primeiro método de atuação, já que vai traçar o plano genérico de ação a executar. A definição desse plano de ação implica desenvolver vários procedimentos em simultâneo que incluam: a estratégia de ação; a pesquisa e recolha, a seleção das RPI a inventariar.

A estratégia de ação adotada foi a de selecionar e determinar como se iria desenrolar o processo de caracterização para cumprir os objetivos. Mas objetivos traduzem metas e estas resultados. Para tal, temos que saber exatamente o queremos atingir, por exemplo, caracterizar para divulgar e/ou promover? Caracterizar para valorizar ou intervir num imóvel, sítio ou conjunto? Caracterizar para a revisão do PDM? Outra?

Para a resposta às questões anteriores teremos que incluir outros fatores de avaliação, como é por exemplo:

- que tipo de modelo de registo queremos aplicar? 1) modelo cuja caracterização é genérica, isto é, uma abordagem orientada para a identificação e acompanhada

por um inventário que aborde elementos identificativos primários (por ex., designação, categoria, tipologia, descrição sumária, estado e estatuto de proteção); ou, 2) um modelo cuja caracterização é específica, isto é, a abordagem enquadra-se num processo estruturado (congregando a identificação, inventário e organização) onde os elementos inventariados atendem a todos os aspetos presentes na RPI (elementos identificativos, morfo-tipológicos, estruturais e históricos) e organizados em local adequado (base de dados);

- que tempo temos para cumprir os objetivos? Neste temos que contabilizar se da execução dos métodos conseguimos ou não alcançar resultados que satisfaçam os objetivos. Se a resposta é negativa, temos que apresentar uma solução temporal assente num faseamento dos objetivos por etapas, estipulando que no final de cada etapa teremos resultados que justificam os objetivos;
- que meios possuímos para executar tarefas de caracterização que permitam alcançar os objetivos? Recomendam-se dois tipos de meios: materiais e humanos. Por meios materiais (que inclui equipamentos) a existência de computadores (para cada meio humano existente), servidor, máquina fotográfica, impressora até A1 e base de dados, pelo menos. Por meios humanos estabelecer um vínculo contratual somente com técnicos superiores qualificados (e com curriculum) para inventariar património imóvel, como é o caso das áreas de arqueologia, história de arte, história, arquitetura; caso se pretenda uma recolha de dados mais específica sublinho a inclusão das áreas de direito e engenharia civil, este na alçada e orientação das áreas anteriores.

Ter os meios referidos significa a sua disponibilização a 100% para o processo durante o tempo definido para a execução do mesmo; opções setoriais ou parciais de disponibilidade é um fator de insucesso, porque traduzir-se-á em mais tempo, dificuldades em executar as ações e uma qualidade inferior. Perante tal cenário recomenda-se um plano de ação centrado nos meios cuja disponibilidade é total, e ajustar a estratégia temporal a essa realidade comunicando superiormente o novo plano.

Neste processo, o objetivo para Autarquia de Mirandela era proceder, em primeiro lugar, à revisão do PDM e, em segundo lugar, conseguir divulgar e promover o concelho recorrendo ao património. Na realidade a Autarquia de Mirandela não tinha conhecimento do seu património e do seu território. O PDM, aprovado em 1994, como se escreveu atrás, não passava de uma lista de imóveis, sem informação complementar, estava-se numa base zero de

dados. Para ordenar, planear, divulgar e promover exigia não só saber o que existia, como e de que forma fazê-lo. Por isso, a solução foi um inventário que abordasse todos os elementos de um monumento, sítio e conjunto, colocando esta informação manuseável e acessível através de plataformas informáticas (base de dados), aspetos apontados na lei 107/2001 de 8 de setembro e no PROT Norte.

A Autarquia de Mirandela não tinha meios humanos ou materiais, exceto um arqueólogo orientado para o património. Havia arquitetos, mas o seu trabalho era dedicado aos processos de obra e projetos de arquitetura; os engenheiros civis têm uma função autárquica relacionada com obras, não sensibilizados para ações de caracterização. Para piorar o cenário, os técnicos existentes na Autarquia não tinham conhecimento adequado e experiência (*know how*) para desenvolver um processo de caracterização.

Perante este cenário havia duas soluções:

- 1º. o único técnico superior da Autarquia (arqueólogo) desenvolver sozinho o processo de caracterização, sem recursos materiais;
- 2º. arranjar soluções financeiras que permitissem adquirir meios materiais e contratar meios humanos.

A opção escolhida foi a segunda, porque era preciso meios para registar e organizar a informação, bem como a contratação de meios humanos para alargar as supertipologias de património imóvel a inventariar, como ainda o tempo de execução seria três a quatro vezes menor à primeira opção.

A Autarquia de Mirandela decidiu iniciar o processo internamente, pois que importava refletir sobre os passos a dar. Optar por serviços externos implicava ter conhecimento profundo do que queria inventariar, dos procedimentos, da forma de organização da informação, ou seja, conhecer todo o processo, o que não era o caso. Além disso, não existiam e não existem em Portugal empresas que consigam desenvolver, na íntegra, um processo de caracterização, acrescido por questões de logística e meios.

Executar um processo de caracterização, do ponto vista temporal, e com as condições materiais e humanas necessárias, exigira, pelo menos, cinco anos. Para proporcionar tais condições obrigava a ter meios financeiros. Na realidade a Autarquia de Mirandela não tinha capacidade financeira para proporcionar um investimento em património. A resolução passou por encontrar programas que cofinanciassem o desenvolvimento do processo de caracterização, concretamente na aquisição de meios materiais e contratação de meios humanos. E foi conseguido.

A disponibilidade temporal dos programas cofinanciadores não ia além dos dois anos de execução temporal. Perante isto, a solução foi a de adequar o percurso, ou seja, fragmentar o processo por etapas. Então optou-se, sempre que possível, por realizar etapas de dois anos. Assim sendo, para a primeira etapa (primeiro e segundo ano) destinou-se à identificação e inventariação; para a segunda etapa (terceiro e quarto ano) a organização da informação; para a terceira etapa (quinto ano) o desenvolvimento da Carta de Património.

A realidade acabou por não ser exatamente assim, ou seja, a primeira etapa (suportada por um projeto cofinanciado pelo POC) teve somente quinze meses de execução temporal (porque os meses de atraso no arranque não foram considerados) conseguindo-se a identificação de vinte oito freguesias (num total de trinta e sete freguesias) e o inventário (sem a organização da informação).

Para alcançar objetivo principal (não conseguido na primeira etapa) conseguiu-se um segundo projeto (cofinanciado pelo ON2) com vinte quatro meses de execução física e uma nova equipa. Este novo projeto com uma nova equipa exigiu confirmar os dados existentes do primeiro projeto (pois tinham passado dois anos, os dados não estavam organizados e faltavam nove freguesias para inventariar) e atingir os objetivos da segunda etapa, a qual atualmente continua em curso.

Verdadeiramente a questão temporal é crucial para o sucesso de um projeto e do alcançar dos resultados pretendidos. Por isto, uma calendarização das ações a realizar, em particular a logística no terreno (porque tudo o resto se ajusta aos resultados retirados do território), importa traçar, logo na fase inicial do processo de caracterização, a estratégia de ação. Esta calendarização deve pressupor três deslocações:

- primeira, para proceder à identificação das RPI com base nos critérios de seleção, com objetivo de afinar as que realmente devem ser inventariadas;
- segunda, para executar o inventário propriamente dito e a identificação cartográfica das RPI;
- terceira, para confirmar se os dados inventariados se encontram corretamente organizados e mostram a realidade da RPI.

Em Mirandela a calendarização do processo de caracterização não seguiu o exposto atrás. Ou seja, por razões de tempo para apresentação de resultados procedeu-se, em simultâneo, à seleção e inventário das RPI numa só ida (percorrendo 100 lugares num total de 37 freguesias, para além dos sítios arqueológicos que estão fora dos lugares, isto numa área de 652 km²). Esta particularidade na execução traduziu-se na dificuldade do que excluir, ou o que escolher. A opção, embora frágil, foi a de excluir lugares cuja arquitetura civil mostrava uma estética

com pouca erudição. A segunda ida ao campo destinou-se à retificação e/ou confirmação dos dados do inventário e cartográficos, mas este procedimento não foi possível executar na íntegra no espaço temporal concedido.

A pesquisa e recolha é o procedimento de procura, leitura e recolha de bibliografia e/ou documentação que descreva ou mostre o património imóvel de Mirandela, no passado e no presente, existente em espaços de Mirandela ou noutros locais de Portugal.

Para este procedimento, o primeiro passo, foi a pesquisa no sentido de saber o que existia escrito acerca do património imóvel nos organismos tutelares do património, bibliotecas e arquivos de Portugal, ou mesmo informação já disponível via Web. O segundo passo, foi o de pesquisar e recolher em Mirandela, neste caso na biblioteca e arquivo corrente e intermédio, toda a informação existente. O terceiro, passou por procurar informação noutras instituições, no Porto e Lisboa, para complementar dados que não encontravam em Mirandela. Infelizmente, a deslocação à Biblioteca Nacional de Portugal, ao, à época, DGEMN e IPA, não foram possíveis por razões financeiras do Município de Mirandela.

Dos passos anteriores desenvolvidos, criou-se um arquivo de dados³⁶, inventariados segundo as regras de arquivo e bibliotecas, para serem utilizados na descrição da RPI. Este arquivo tem um papel importante no processo de contextualização histórica do bem patrimonial: porque relaciona informação bibliográfica aos dados descritos na ficha de inventário.

A fim de se conseguir este procedimento de relação era necessário estruturar os dados bibliográficos e documentais na base de dados. Esta existência tem dupla funcionalidade: por um lado, permite relacionar uma fonte bibliográfica ou documental com um campo de registo na base de dados no sentido justificar, sem ser necessário citar; por outro, auxilia no aprofundamento das leituras, sobretudo numa fase posterior (particularmente na terceira etapa), no justificar uma RPI ou um conjunto de RPI, o demonstrar de uma classificação de uma RPI, ainda para ajudar corroborar os resultados provenientes de um levantamento.

Ainda neste procedimento de pesquisa e recolha importa referir uma outra ação, a de pesquisar nos organismos tutelares da altura (IPPAR Norte, IPA e DGEMN), através dos seus sítios eletrónicos, a informação já existente. Mas a verdadeira aprendizagem desenrolou-se pelo contacto e experiências, ou seja, no seguimento da aprovação do primeiro projeto cofinanciado. O então responsável do IPPAR Norte (na altura), Mário Brito, orientou a forma como se deveria proceder, concretamente o que deveria procurar, e o tipo e estrutura de inventário no sentido de o ajustar a uma base de dados.

Para o desenho da melhor solução de uma base de dados, a empresa *Sistema do Futuro, Lda.*, em particular um dos seus responsáveis, Fernando Cabral, disponibilizou o manual de procedimentos, documentação e apresentou experiências já aplicadas, das quais destaco o trabalho liderado por Maria José Almeida, Arqueóloga do Município de Cascais, e do respetivo grupo de trabalho que anualmente debatia e trocava procedimentos.

A seleção das RPI a inventariar é o procedimento destinado a determinar que referências patrimoniais imóveis (RPI) seriam consideradas no registo de inventário. Para a resposta definiu-se que seria necessário tomar algumas opções:

- 1º. ter as condições e objetivos mencionados no ponto já definido atrás, acerca da estratégia de ação;
- 2º. definir os critérios (e sua hierarquização) para a inventariação do património imóvel. Significa que não se podia inventariar tudo, mas adotar filtros focalizados em dois princípios: a) identificar quais os critérios de seleção e b) ter conhecimento do território.

A resposta à alínea a) do ponto 2.º baseou-se nos itens estipulados por Flávio Lopes (ver à frente ponto deste trabalho I.2.2.2. Orientações para a Identificação e Inventariação). Mesmo assim, hierarquizei por prioridades, introduzindo nesta fase, o prévio conhecimento do território, no sentido de afinar os critérios de seleção. O modelo definido para os critérios de seleção foram estruturados da seguinte forma:

- para o património arqueológico, tive em conta todos os indícios de ocupação, tendo como primeira premissa o critério histórico-cultural e o risco de destruição, sendo este último um elemento muito evidente na consideração;
- para o património relativo a arquitetura religiosa a opção passou por todos os exemplos existentes no concelho, excluindo o caso de nichos de Nossa Senhora de Fátima a outros que pelo tipo de arquitetura mostravam ser uma construção recente. O objetivo desta seleção, independentemente dos critérios, visa cobrir tipologias diferenciadas de arquiteturas religiosas;
- para o património de arquitetura industrial contemplaram-se edifícios em desuso ou abandonados, dado o risco da perda de memória ou destruição acentuados; todos os exemplos que não apresentavam qualidade estética,

³⁶ Para ver que informação bibliográfica foi identificada, aceder aos ANEXOS 19 e 20.

mas valor funcional, foram deixados para uma apreciação posterior no contexto de uma classificação de património imaterial;

- para o património imóvel representativo de uma arquitetura civil, dado a sua diversidade, teve-se em conta, em primeiro lugar, o seu caráter estético (em particular a erudição); em segundo lugar, a exemplaridade da arquitetura no contexto do conjunto urbano; em terceiro lugar, a função, em particular as funções em desuso, caso das azenhas, moinhos e lagares; em quarto lugar, o estado de conservação em relação com a exemplaridade no conjunto urbano;
- para os conjuntos (representa uma área pelas características históricas e/ou tipológicas pode comportar monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios arqueológicos) não entra neste tipo de seleção das RPI a inventariar, porque a criação dos conjuntos resultará de uma fase posterior, de apreciação do já levantado, momento este que se processará a interpretação e a relação dos valores das RPI.

- 3º. delimitar a área geográfica a inventariar e definir como decorrerá em campo o procedimento de prospeção, tomando em consideração escalas espaciais de enquadramento administrativo como, por exemplo, por freguesia, e/ou por tipologia patrimonial, e/ou por estatuto de proteção, etc.

Em Mirandela a área de estudo é o concelho, sendo que o procedimento de prospeção decorreu por freguesia, no sentido de Norte para Sul³⁷, deixando a freguesia de Mirandela para o fim, porque a logística aqui é mínima.

- 4º. aplicar no território os critérios de seleção com objetivo de cruzar a perspetiva teórica e a realidade prática com a sua diversidade para afinar o que se irá considerar no inventário, reduzindo os critérios a utilizar pelo valor estético e pela exemplaridade no conjunto urbano.

A inventariação é o método de análise e registo dos elementos presentes na RPI tal como se apresenta fisicamente, sem entrar em interpretações. Aqui o inventariante deve abordar a RPI de forma fria e recusar introduzir comparações ou relações com outro tipo de informação. O inventário realiza-se com base numa ficha composta por campos e respetivos

³⁷ A prospeção decorreu no sentido Norte-Sul por áreas, ou seja, na parte Norte do concelho varreu-se a área entre o rio Rabaçal e o rio Tuela, depois a área entre o rio Tuela e o limite de concelho a Este. Na parte Sul varreu-se a área entre o rio Tua para Oeste, depois a área do rio Tua para Este.

termos, assentes em critérios, cujos termos o inventariante insere no local respetivo, complementado por justificações sumárias e direcionadas para o termo utilizado.

O inventário, no processo de caracterização, é o método principal porque a sua análise produz o conhecimento mínimo sobre o património imóvel que permite alcançar a interpretação ou avaliação da informação e da RPI. Implementar o método de inventariação exige dois procedimentos: a elaboração da ficha de inventário e a ação de campo.

A elaboração da ficha de inventário pressupõe a definição de um conjunto de campos e os seus termos são estruturados num modelo para orientar a descrição dos dados obtidos da análise direta (presente na RPI) ou indireta (que indica informação de acontecimentos ou situações da RPI). A missão da ficha de inventário é conseguir traduzir por palavras o valor e as debilidades da RPI, de modo a que a informação obtida permita desenvolver os procedimentos de organização futura e alcançar soluções de estudo. Em suma, o papel da ficha de inventário é crucial porque influenciará as decisões a aplicar na RPI.

Ao elaborar-se uma ficha de inventário ter-se-á que ter em conta a estratégia de ação. Significa isto que podemos inventariar de forma genérica (considerar os elementos que identifiquem a RPI e completada por uma descrição sumária), ou inventariar de forma específica (considerar todos os elementos diretos e indiretos que mostrem a RPI).

A opção anterior vai condicionar os resultados conseguidos, sobretudo a gestão futura da informação. Como exemplo, se a opção da Instituição era orientar para um inventário genérico significa, por um lado, que o trabalho decorre com uma velocidade mais rápida, por outro, a quantidade de resultados a conseguir será baixa. Se necessitar de acrescentar um novo elemento (campo) para justificar uma análise terá que recomeçar e retificar os dados já inventariados, porque importa que se articulem. Em suma, o trabalho será duas a três vezes mais moroso e trabalhoso, como o investimento financeiro será maior, porque exigirá alterar as soluções existentes.

Perante o parágrafo anterior a opção por um inventário específico é o recomendável, mesmo que não seja possível o preenchimento integral da ficha, mas fica-se com a perceção do necessário a descrever, a pesquisar e que, com o tempo, poderá vir a ser acrescentado. Além disto, importa refletir que o tipo de investimentos condicionará a gestão da informação e o futuro do processo.

Que características deve ter o inventário específico? Deve ser constituído por campos que tenham um cariz:

- identificativo, porque importa apontar os elementos que dão um reconhecimento quase imediato da RPI;

- morfo-tipológico, porque importa identificar e descrever os elementos constituintes da RPI;
- informativo, porque importa mostrar os acontecimentos e razões da utilidade ou função da RPI;
- envolvente, porque importa mostrar os aspetos que envolvem e se relacionam com a RPI;
- avaliativo, porque importa apontar fatores que condicionam a RPI (ver figura 18).

A estruturação de uma ficha de inventário tem que, por um lado, orientar o técnico ou inventariante no procedimento de análise da RPI, evitando dispersão, por outro, ter uma linha de leitura para que se perceba a lógica dos dados. Por isto, a estrutura da ficha e dos dados deve partir com os dados identificativos, depois os morfo-tipológicos, passar para os elementos históricos, seguir para o enquadramento e acabar com os avaliativos.

O estruturar da ficha significa que cada campo simboliza uma análise e por conseguinte um resultado. Este tem que ter lógica, por isso, o uso de termos controlados, definidos previamente através de um manual de preenchimento, ajuda o inventariante a manter a análise em parâmetros bem definidos. Estes servem para explicar como o inventariante deve proceder e que termos utilizar para a descrição. Daí que se recomende a existência de uma manual de procedimentos que permite indicar a lógica da ficha de inventário, a sua estrutura, os campos, os termos e de que forma o inventariante deve analisar e descrever por campo, sublinhando aspetos a evitar ou a reforçar.

O manual de procedimentos é um documento crucial que deve ser elaborado desde o primeiro momento do processo, quando se desenvolve a identificação, porque neste documento estamos a traduzir a estratégia de ação do registo e dos resultados, e percorrerá todo o processo, avaliando e ajustando às situações ocorridas no sentido de melhorar o processo de caracterização, que tem que ser acompanhado por um manual de procedimentos³⁸. Este deve ser pensado em relação com o método de organização, pressupondo que o processo de caracterização tem como base um sistema de gestão de informação, ou seja, uma base de

³⁸ Sobre a importância e utilidade de um manual de procedimentos Paulo Correia (2011: 103) sublinha que este documento tem o objetivo de «(...) fornecer um guia para que, no futuro, quem vá preencher fichas de inventário no programa citado [inpatrimonium premium] saiba como as deve preencher, nomeadamente ao nível da informação a constar em cada campo e da terminologia usada, para que todas as fichas sejam homogéneas. Esta homogeneidade será fundamental para uma melhor gestão corrente do Património Cultural, não só na comunicação entre serviços da autarquia, mas também no relacionamento entre os gabinetes e os diversos públicos.»

dados georreferenciada, vulgo SIG³⁹.

A questão que se segue é: que campos devem compor a ficha de inventário? Na Autarquia de Mirandela optou-se por uma ficha de inventário específica composta, de momento, por 37 campos. Sobre estes campos veja-se o ponto seguinte dedicado à sua análise

– II.2 1. Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela. Distinga-se:

a) Ação de campo é o procedimento prático de execução no terreno centrado na identificação e inventário da RPI, por isso, enquadrado no método de inventariação. A implementação deste procedimento requer planear as ações a realizar como por exemplo:

- o plano de ação do inventário, ou seja, identificar as RPI que serão inventariadas na ida ao campo. Para tal, importa recolher a informação sobre uma RPI no sentido da sua perceção, sobretudo no auxílio à interpretação no momento do registo; igualmente ajuda a interrogar a população e as entidades locais.
- o plano de viagem serve para traçar os locais, o percurso e o tempo a dedicar ao ponto anterior. Este planeamento é útil para definir desde de uma ia ao campo ao avaliar toda a estratégia de ação relacionada com o inventário;
- os recursos são um elemento deste procedimento destinado a preparar com prontidão os meios a utilizar. Significa, no caso dos meios humanos, quais e como vão atuar na recolha dos dados para o inventário; nos meios materiais possuir, por exemplo, máquina fotográfica, bússola, escala, ficha de inventário impressa ou formato editável para escrever em computador⁴⁰, papel para notas, fita métrica, etc.

Com este procedimento, o objetivo principal é criar as condições favoráveis para proceder à análise e/ou avaliação da RPI. Este procedimento requer efetuar a leitura da RPI e traduzir a informação nos parâmetros definidos por procedimentos anteriores. Acrescenta-se registos, caso de fotografia e vídeo, como se contacta com a população, neste caso criando elos e fontes orais que posteriormente poderão ser úteis.

³⁹ Mais informação aceder ao ponto II.1.3. Sistema de Gestão do Património do Património do Concelho de Mirandela.

⁴⁰ Em Mirandela ação de preenchimento da ficha de inventário processa-se no terreno junto à RPI. Para este procedimento elaborou-se uma ficha de inventário com os campos definidos e traduzida em ficheiro *word*. Em campo utiliza-se esta ficha impressa ou editável por computador para escrever as notas identificadas. Igualmente este documento *word* serve para em gabinete acrescentar ou corrigir a descrição e informação sobre a RPI. É um

A **Organização** é o método seguinte centrado na gestão da informação resultante da identificação e da inventariação. O seu objetivo é estruturar os dados na base de dados e SIG. Com esta informação organizada pretende-se que tenha utilidade, por um lado, na melhor disponibilização e acesso aos dados, por outro, para os que, aplicando ações de pesquisas, obtenham resultados. Com a organização da informação queremos atingir a capacidade de disponibilizar e tornar acessíveis os dados inventariados.

Para organizar torna-se essencial possuir uma base de dados, porque só com este tipo de ferramenta permite estruturar os dados numa sequência e disposição, em relação com outros, o que capacita aplicar ações de pesquisa com a informação recorrendo a filtros. O processo de caracterização pode-se executar sem o método de organização, isto é, sem base de dados, o que exige, da parte de um técnico, um esforço acentuado no conhecimento em pormenor das RPI para apresentar resultados qualitativos e quantitativos; se um outro técnico pretender obter dados terá que percorrer todas as fichas de inventário para manualmente retirar dados e, assim, conseguir elaborar um quadro de resultados. Ou seja, requer dedicar um período de tempo maior. Para as funções de uma Autarquia, em que as solicitações exigem respostas quase momentâneas, a existência de soluções de pesquisa é fulcral para um acesso rápido a dados sobre património imóvel para evitar perdas.

Possuir um modelo de gestão de informação significa equacionar a existência de dois tipos de ferramentas: a) uma base de dados relacional e b) uma ferramenta SIG, devendo a segunda funcionar dinamicamente com a primeira para conseguir implementar ações de pesquisa.

Conseguir resultados variados e rápidos significa possuir uma estratégia de organização, pensada desde do primeiro momento do processo de caracterização. Este aspeto vai condicionar positivamente os investimentos materiais e humanos, para se conseguir alcançar os objetivos. Da mesma forma proporciona as condições de futuro, como a informação será trabalhada no processo de caracterização, como nos outros processos (valorização, dinamização e monitorização).

Neste método tem que se formular a forma como se estruturam os dados recolhidos e inventariados sobre uma RPI para serem inseridos na base de dados. Este procedimento de transposição entre a ficha de inventário em papel para um suporte informático exige ajustamentos no sentido de tornar a solução de gestão numa ferramenta de consulta, ou seja, o

documento que colocado numa pasta no servidor juntamente com os dados, particularmente com fotografias e vídeos.

acesso possível através de pesquisa, ao invés de um espaço somente de armazenamento. Mais, a transposição tem que ser uma evolução e não uma retificação.

Por isto, a existência de regras orientadoras traduzidas em manual de procedimentos, pensado como sistema de gestão, deve ser equacionado desde do primeiro momento na estratégia de ação (enquadrado no método de identificação) e acompanhar os restantes métodos, porque as experiências vão refinar o modelo de gestão da informação. Este aspeto exige uma coordenação rigorosa que acompanhe na íntegra o processo de caracterização.

No método de organização temos que pensar numa gestão enquanto modelo, isto é, uma gestão que comporta vários procedimentos, todos com relações com outros procedimentos no modelo, e que o manuseamento dos dados seja acessível de usar por um utilizador que não tenha sido o inventariante.

Em Mirandela o modelo de gestão designa-se por *sistema de gestão do património do concelho de Mirandela*. A sua missão é indicar (ao coordenador, ao inventariante e ao utilizador técnico da Autarquia) como deve proceder ao longo do processo de caracterização, que tipo e qual a informação existente, mas sobretudo como organizar a informação na base de dados (incluindo no SIG) de forma que os dados fiquem estruturados para mostrarem resultados.

Este método tem uma relação cruzada com os métodos identificação, inventariação e estudo, porque vai disponibilizar e possibilitar a obtenção, manuseamento e a conservação da informação. Para uma perceção mais específica e setorial do sistema de gestão ou dos campos consultar o ponto II.2 1. Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela.

O **Estudo** é o último método do processo de caracterização que pressupõe interpretar a informação produzida pelos métodos anteriores (identificação, inventariação, mas sobretudo da organização) para alargar e aprofundar o conhecimento de uma RPI, conjunto de RPI, ou de uma temática.

O objetivo do conhecimento produzido por este método é procurar clarificar dúvidas (respondendo a porquês) relacionadas com questões relativas à implantação, morfologia a elementos presentes na estrutura, através de procedimentos de levantamento ou análise técnica; ou ainda desenvolver um corpo justificativo para implementar uma solução ou soluções que valorizem ou dinamizem o património imóvel. Por exemplo:

- no aprofundar da pesquisa e recolha de informação, esgotando todos os indícios de documentação que identifique uma RPI, como procurar informação que mostre trabalhos desenvolvidos relacionados com o assunto a nível nacional e

internacional. Com a recolha, permitirá estabelecer comparações solucionando dúvidas ou direcionando para outras questões que ajudarão a atingir um resultado;

- na elaboração de desenhos, como é o caso de plantas em sítios arqueológicos e alçados em arquitetura, por exemplo, civil. Com esta informação conseguiremos uma perceção dos elementos existentes (retirando outra informação, caso de vegetação) e a sua distribuição espacial na RPI;
- no desenvolvimento de análises específicas que aprofundem indicações na ficha de inventário, como por exemplo, o estado de conservação, em concreto os diversos tipos existentes na estrutura; igualmente as dissonâncias, ou ainda as medidas de minimização.

Da soma dos dados produzidos das sugestões anteriores, com os dados recolhidos pelo método de inventário e organização, se elaborará um texto técnico e científico sobre uma temática, que englobará uma ou várias RPI, cuja utilidade e finalidade justificará:

- a elaboração do processo de classificação, disposta na lei 107/2001 de 8 de setembro;
- a criação de soluções de divulgação ou promoção para sites, folhetos, livros, filmes, etc.
- desenvolvimento de contextos museológicos;
- as razões para uma ação de conservação e/ou intervenção;
- a criação de soluções de mediação de públicos, sobretudo na atração para visita ao concelho, como para a proteção do património.

O método de estudo não representa um fim, mas o evoluir para outros processos (valorização, dinamização e monitorização), ou retornar ao início do processo de caracterização para melhorar ou reforçar com mais informação.

Em suma, o processo de caracterização é um ciclo em que os seus quatro procedimentos se executam numa sequência inter-relacionada, como auxilia o desenrolar de outros processos, como propusemos na I parte desta dissertação e na introdução.

II.2. Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela

II.2.1. Estrutura

O *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela* desempenha o mecanismo de estruturar e orientar a produção de informação sobre o património de Mirandela, assente numa solução de base de dados que vai introduzir capacidade de relacionar

dados (diversificados) e desenvolvimento de pesquisa para a utilização dessa mesma informação.

O objetivo é o da informação existente ser acessível, de forma rápida, para o técnico da Autarquia (do inventariante a outro técnico que procure dados para o seu trabalho) como para o executivo da Autarquia, facilitando a tomada de decisões relativas ao ordenamento, planeamento, dinamização, divulgação e promoção do concelho.

É necessário um sistema de gestão para o património? Não. Pode-se optar por realizar um processo de caracterização excluindo o método de organização em que se enquadra o sistema de gestão. No caso de uma Autarquia quando pretender procurar informação, por exemplo, quantos sítios arqueológicos? Qual o estado de conservação? Onde existe pintura mural? Obrigará a percorrer um dossier com as fichas de inventário e transpor para o papel a contagem; se necessitar de novo dado terá que reiniciar a contagem.

As respostas a estas questões significam ganho de tempo e disponibilidade de informação. E isto consegue-se com bases de dados que potenciam o acesso e manuseamento dos dados, razão dos investimentos neste tipo de ferramentas.

A prova do sucesso está parte I deste trabalho, sobretudo na exposição sobre as soluções internacionais, como foi o caso de Espanha, Irlanda, Inglaterra e França que existe uma estratégia de gestão da informação no sentido de disponibilizar resultados.

Em Portugal, do Estado Central às Autarquias, sobretudo estas últimas, têm tentado implementar soluções de gestão que consigam manter a identidade para gerações futuras. Possuir um sistema de gestão significa que uma Autarquia tem uma estratégia para o património. Esta traduz-se num caminho a percorrer. Tal como numa estrada, os marcos indicam direções, velocidades e perigos. Os marcos, no sistema de gestão para o património, definem-se, como vimos a afirmar, no desenvolvimento de um manual de procedimentos. Este vai conciliar os procedimentos de inventário, os procedimentos de organização e os procedimentos das bases de dados numa só solução. Claro que a solução terá consistência consoante o desenrolar das experiências dos processos, em primeiro lugar pela sua caracterização.

Em Mirandela o sistema de gestão do património está traduzido num manual de procedimentos alojado na *intranet* do Município de Mirandela, concretamente no servidor do património. Este manual está esquematizado numa página *web* como se apresenta a figura seguinte:

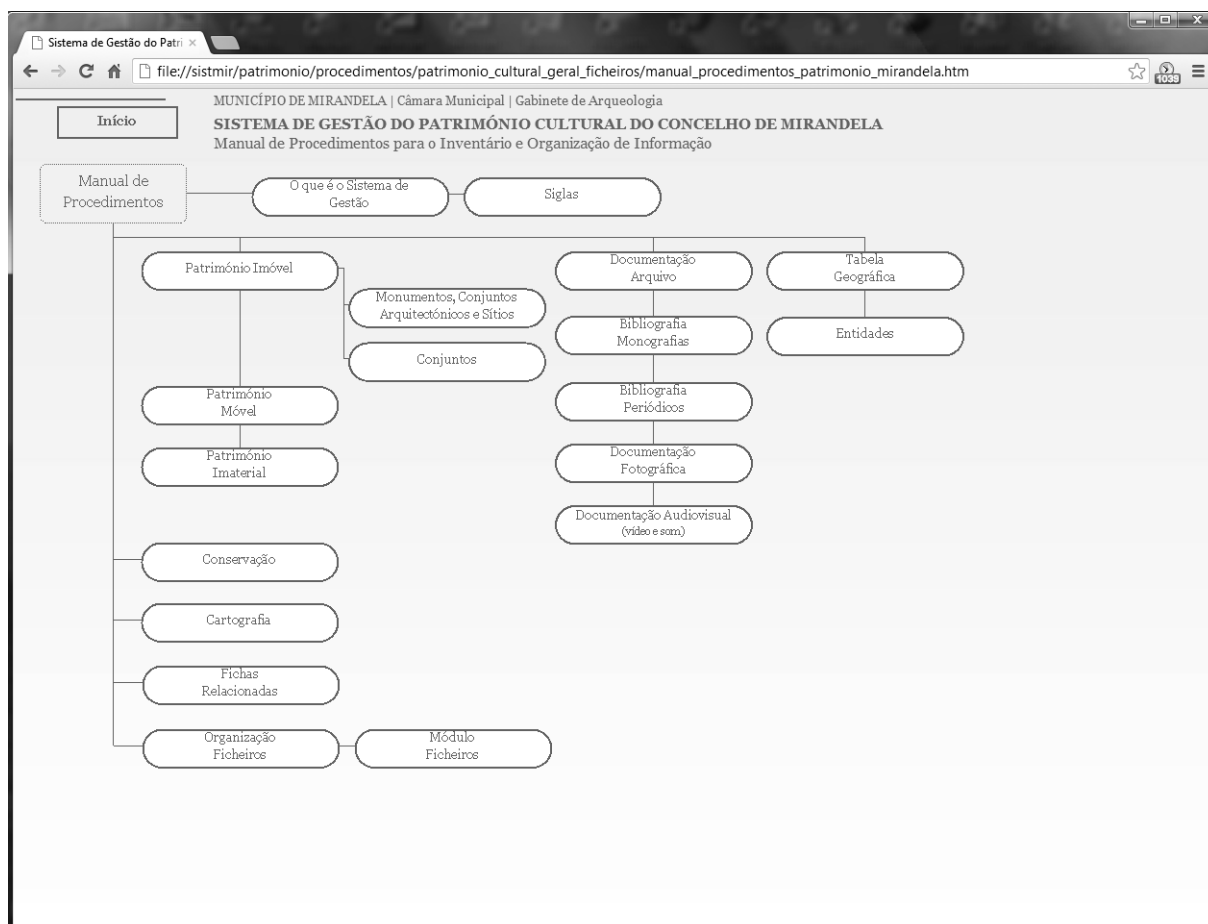


Figura 16 – View da página principal do *Sistema de Gestão do Património Cultural do Concelho de Mirandela* localizado na intranet no Gabinete de Arqueologia e que dá acesso aos manuais específicos.

Na página *web* da figura anterior cada retângulo arredondado branco diz respeito à designação geral dos manuais de gestão específicos. Ao clicar num retângulo acede-se a outra página onde se encontra o índice do manual em concreto. Esta disposição obedece à seguinte lógica (de cima para baixo):

- página com explicação do sistema de gestão e das siglas utilizadas pelos vários manuais;
- manuais relativos ao património imóvel (monumentos, sítios, por um lado, conjunto urbanos por outro), móvel e imaterial;
- manuais relacionados com material de arquivo, bibliografia (monografia e periódicos), material de fotografia e material de vídeo e som;
- manual associado a ações de conservação;
- manual de gestão cartográfica, ou seja, aplicação SIG;
- manuais de organização dos ficheiros no servidor e base de dados;
- manual de explicação do uso das fichas relacionadas;

- tabela com os dados geográficos (comuns a todos);
- manual de gestão de entidades.

No índice do manual, por exemplo no património imóvel, o inventariante encontra a seguinte ordem:

- orientações gerais sobre o manual;
- a estrutura da ficha na base de dados;
- quais os campos gerais e específicos a utilizar;
- como se deve utilizar os referidos campos;
- que termos a usar.

O manual de procedimentos mencionado tem como missão orientar a gestão da informação na plataforma informática, no sentido de proporcionar capacidade de pesquisa, disponibilização e acessibilidade.

Esta plataforma informática no Município de Mirandela, que suporta o *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela*, é composta por duas soluções existentes no mercado: 1) *inpatrimonium premium*®, da Sistema do Futuro, Lda. (<http://www.sistemasfuturo.pt/>) e o *ARCVIEW* 9.1 da ESRI (<http://www.esriportugal.pt/>).

O *inpatrimonium premium*® é a base de dados relacional que gere e suporta a informação patrimonial, congregando dados alfanuméricos resultantes do inventário com outros (por relação), caso de ficheiros de fotografias, bibliografia, etc. O *ARCVIEW* é uma ferramenta SIG com capacidade de pesquisa destinada analisar a informação com base em cartografia. O *ARCVIEW* executa ações de pesquisa através de uma *join* com o *inpatrimonium premium*® que fornece a informação patrimonial. Excetuando o procedimento referido, ambas as soluções apresentadas trabalham de forma independente.

A opção por soluções de mercado é mais barato e encurta o tempo, porque se tem acesso a soluções resultantes de experiências. Esta situação permitiu ultrapassar questões, evoluir para outras, e ajustar à realidade de Mirandela. Se se tivesse optado por construir uma solução de raiz, necessitar-se-ia de um investimento contínuo para 7 a 10 anos, tendo neste percurso de se possuir de dois tipos de equipa: uma destinada ao inventário e tratamento da informação patrimonial; outra focalizada em desenvolver soluções informáticas para registo da informação patrimonial. O Município de Mirandela não tinha capacidade física e financeira para tal.

Ao optar-se por soluções de mercado significou “beberem-se” as experiências, cruzar ideias, e ajustar e evoluir para a realidade de Mirandela. Mas o *inpatrimonium premium*® não vinha formatado e a responder ao que se pretendia para Mirandela. Houve que criar os

requisitos – o manual de procedimentos – que indicam as orientações, a forma e os termos como utilizar o *inpatrimonium premium*®, caso contrário, esta base de dados seria uma caixa com papel, sem ordem ou sequência, e quando se efetuasse uma pesquisa ou consulta resultaria em nada, ou no mais variado possível, mas sem lógica. Por isto, uma base de dados tem que ser ensinada, isto é, temos que traduzir na base de dados os procedimentos de como queremos que ela responda.

Nesta lógica recomenda-se, ao definir a estratégia de ação do processo de caracterização, que se tenha atenção aos procedimentos de registo e os resultados que se querem atingir, e se são respondidos pela base de dados. Isto exige um esforço inicial de planeamento, pesquisa, contactos e experiências, mas compensa a médio prazo, sobretudo nos investimentos.

II.2.2. O Modelo de Registo de Informação Alfanumérica para o Património Imóvel

Sistematizar informação patrimonial exige possuir uma solução ou modelo de registo de informação alfanumérica, que tem como utilidade congregar todo o tipo de contextos descritivos produzidos pelo processo de caracterização, mas também pelo processo de valorização e dinamização, para alcançar a mostra de resultados, efetuar pesquisas e disponibilizar dados.

O processo de aplicabilidade do modelo de registo de informação decorre no quadro do método de organização. Para tal, requer a existência de uma estrutura funcional relacional composta por um manual de procedimentos para o património imóvel (que orienta e indica como atuar), uma ficha de inventário (que permite indicar o que descrever) e uma base de dados (que estrutura e organiza a informação). Para implementar a interligação dos três elementos referidos como modelo de registo de informação alfanumérica, exige um conhecimento do uso e da finalidade do modelo.

Neste sentido, o conhecimento para do uso da finalidade começa por saber a orgânica da base de dados, porque é esta que vai suportar e fornecer a informação numa lógica definida. Em Mirandela a solução de gestão da informação alfanumérica (*inpatrimonium premium*®) é composta por duas áreas funcionais:

- a folha genérica;
- a folha específica.

A folha genérica é a *view* que está sempre visível quando se abre o módulo da base de dados para o património imóvel. Nesta folha encontramos campos genéricos que, de imediato,

indicam elementos identificativos sobre a RPI, caso do NIM (número de inventário), tipo imóvel, designação e descrição.

A folha específica não está visível de imediato e para aceder importa clicar na barra lateral de tarefas e escolher o campo genérico a trabalhar. Nesta folha específica localizam-se todos os campos genéricos a inventariar.

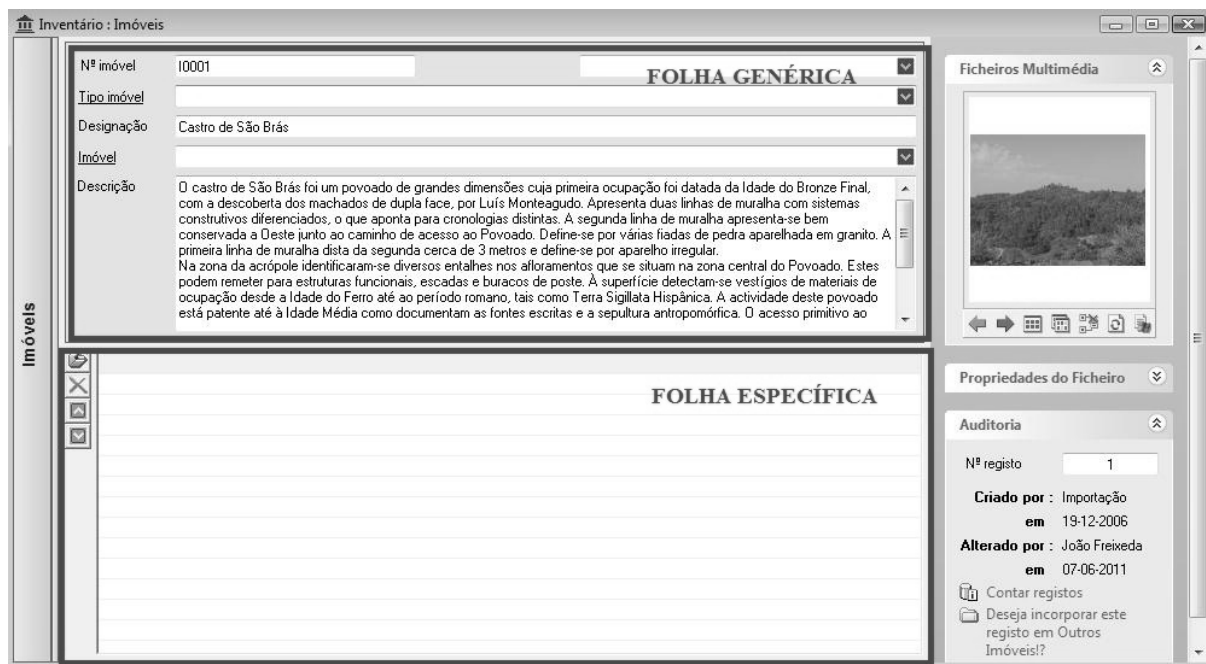


Figura 17 – Área da folha genérica e da folha específica da base de dados (*inpatrimonium premium*®).

Que campos genéricos compõem a ficha de inventário do modelo de registo de informação alfanumérica? São no total 37 campos genéricos organizados como se apresenta a figura seguinte:

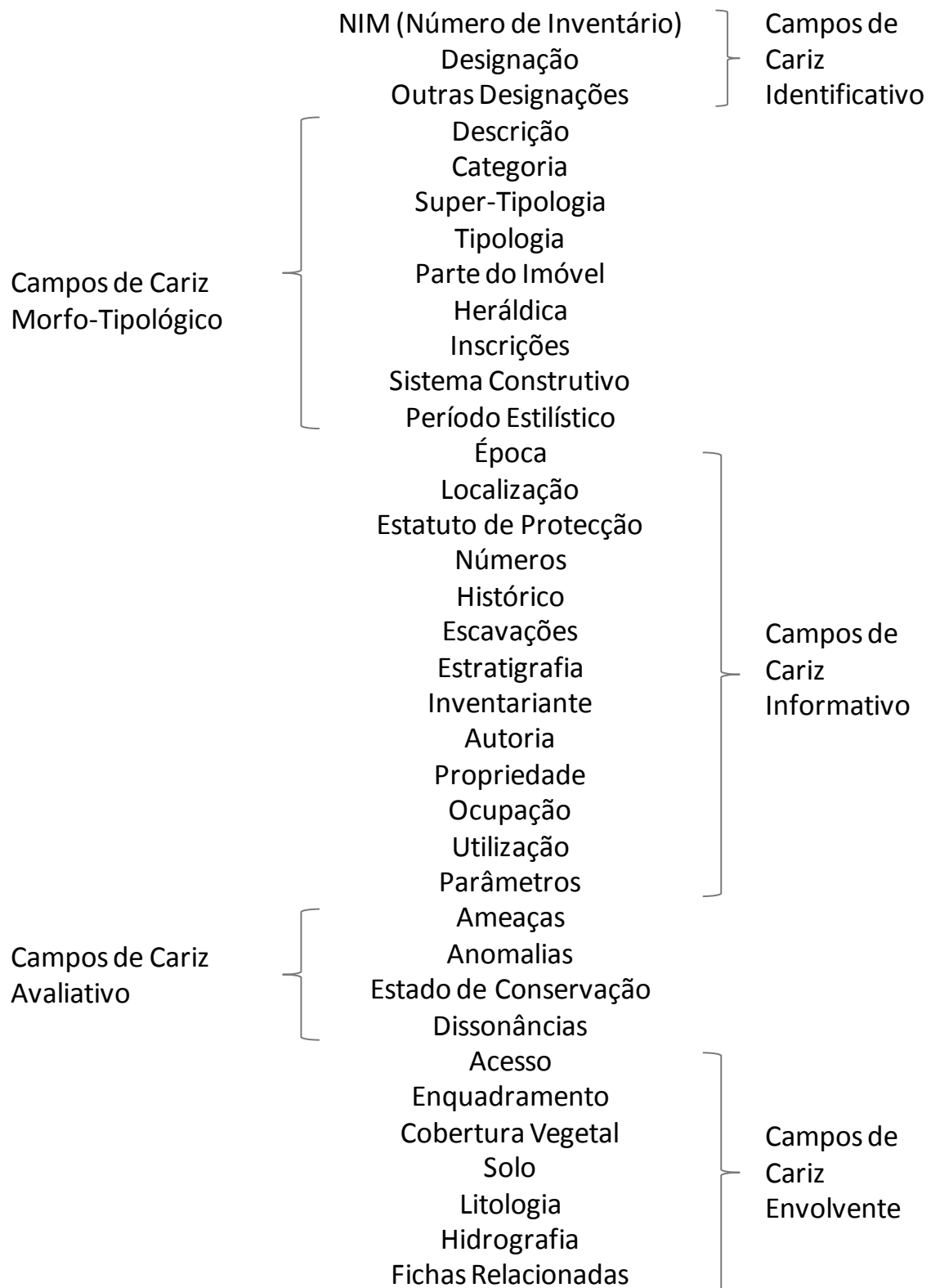


Figura 18 – Nome e disposição dos campos genéricos da ficha de inventário do modelo de registo de informação alfanumérica organizados no sistema de gestão.

Os campos genéricos expostos na figura anterior dividem-se em campos específicos, estando estes ligados a tabelas de termos, ou a data, ou a campo boleano, ou ainda a campo de texto livre. Para a perceção pormenorizada dos campos genéricos e específicos recomendo a consulta do ANEXO 21. Neste ANEXO o utilizador encontra o manual de procedimentos para o património imóvel relacionado com o processo de caracterização utilizado pelo Gabinete de Arqueologia do Município de Mirandela, da seguinte forma:

- a) O manual de procedimentos organiza-se em duas áreas:
 - área relativa à identificação da folha genérica e folha específica. Aqui mostra-se a imagem de cada folha na base de dados e quais os campos genéricos por folha.
 - área respeitante aos campos. Esta parte é composta pelos campos genéricos ordenados como se apresenta na figura 18; sob este surge os campos específicos com a indicação da sua utilidade.

- b) Na área dos campos, neste caso concreto dos campos genéricos, estes hierarquizam-se conforme se apresenta a figura 18, numa ordem definida pela Autarquia de Mirandela. Cada campo genérico começa, no cabeçalho, por se apresentar com duas designações: a designação a negrito indica o nome atribuído pela Autarquia de Mirandela; segue-se a designação azul e dentro de parêntesis curvos indica o nome existente na base de dados.

Sobre estas designações podem ocorrer diferenças entre a designação atribuída pela Autarquia de Mirandela e a designação mencionado na base de dados, porque o idealizar dos campos foi pensado com objetivo de obter determinados resultados. Isto é, foi atribuído um nome que identificasse o procedimento a realizar. Quando se converteu para a base de dados manteve-se o nome inicial, noutros adotou-se o presente na base de dados. A premissa definida foi a designação do campo indicar o que se pretende, partindo da leitura do manual de procedimentos do sistema de gestão do património do concelho de Mirandela, e nunca da base de dados.

Por exemplo, designa-se por “histórico” o campo genérico que tem como função registar todos os acontecimentos ocorridos até ao momento do inventário em curso. Este campo “histórico” na base de dados designa-se por “cronologia”. Significa que apesar da semelhança a opção adotada foi manter a designação atribuída pela autarquia de Mirandela.

Esta situação de dois nomes e diferentes pode ser confuso para quem manuseia inicialmente o sistema de gestão. O que é recomendado é utilizar o manual de procedimento como elo orientador, e nunca o que se vê na base de dados. Com o tempo “os olhos” ajustam-se.

Sublinho que um campo da base de dados pode comportar dois ou mais campos genéricos identificados no manual de procedimentos. Esta opção provém da análise do técnico responsável que considera que a informação a inserir terá uma lógica de leitura, ao invés de separar. Estes casos aplicam-se a casos concretos, por exemplo, o estado de conservação que pode ser do todo, ou de elementos, caso da estrutura, revestimento, etc.

A questão que se pode levantar na fase de divulgar pela *web* da informação, que campos prevalecerão? Os da base de dados ou no manual de procedimentos? Os mencionados no manual de procedimentos com objetivo de manter a uniformidade.

Importa sublinhar neste ponto a lógica defendida pela empresa *Sistema do Futuro, Lda.*, relativo à estrutura e designação dos campos com a qual concordo. A empresa em causa defende um produto igual para todos os clientes, enquanto estrutura de campos e respetiva orgânica, recusando soluções personalizadas para o mesmo tipo de base de dados, neste caso em particular para o módulo do património imóvel. Aceita sugestões de campos sempre que os mesmos contribuam para evolução global e nunca particular da base de dados⁴¹. A partir daqui cabe à Instituição e ao técnico superior responsável saber ajustar e criar soluções, por isso, a razão do manual de procedimentos.

- c) Sob o cabeçalho surge os objetivos. Aqui explica-se a razão genérica do campo identificado em cabeçalho ou campo genérico.
- d) Sob o campo anterior surge a imagem ou *view* da estrutura do campo genérico e respetivos campos específicos existente na base de dados no sentido da perceção da área de registo.
- e) Sob o campo anterior, e na coluna mais à esquerda, aparece a designação do campo que aponta, a negrito, o campo específico para registo da informação a

⁴¹ Por isso, a empresa Sistema do Futuro, Lda., concretamente por Fernando Cabral, promove um grupo de trabalho para debater a introdução ou alterações na base de dados no sentido da mesma responder às experiências. Este grupo de trabalho reúne sempre que o mesmo grupo o solicite.

inserir. Sob, entre parêntesis curso e azul, surge a designação atribuída na base de dados.

O número de campos específicos relativos ao campo genérico são de dois ou mais dispostos na vertical e ordenados pela ordem existente na base de dados, e como mostra a imagem indicada no ponto anterior.

- f) Na coluna à direita do campo anterior surge a descrição. Aqui, o objetivo é descrever ou explicar a razão e os critérios do campo específico apontado na linha à esquerda. Discriminam-se as recomendações a cumprir; se tem aspetos a evitar, etc. Em suma, orienta o inventariante o que deve atender na inventariação e organização.
- g) Na coluna à direita do campo anterior indicam-se os termos a utilizar pelo campo específico em linha à esquerda na coluna da designação do campo. Aqui indica-se o local no manual de procedimentos onde se encontra os termos ou palavras para preencher no registo do campo específico.

Estes termos maioritariamente encontram-se na parte final do manual de procedimentos, concretamente nas tabelas específicas. Ao utilizador é indicado o caminho do local da informação. Mas se clicar no nome do campo específico nesta coluna é automaticamente transferido para a tabela de termos.

Pode o campo específico em linha à esquerda mencionado na designação do campo não possuir termos, mas ser um campo de texto livre, ou seja, pode o inventariante redigir sem termos definidos, num número máximo de caracteres; ou ser um campo de registo de data, ou ainda boleano.

- h) Na coluna à direita do campo anterior (e última da sequência de colunas) mostra a localização dos termos na base de dados. Ou seja, nesta coluna, tal como ocorre no ponto anterior, menciona-se o local na base de dados onde se encontra a informação, especificamente em que local das tabelas auxiliares (TA).

A indicação do local é feita por caminho, neste caso, do maior para o menor, este sublinhado. Igualmente, indica se o campo específico na base de dados se não estiver associado a uma TA, se é um campo de texto livre, de data ou boleano.

O procedimento que se segue para a utilização do modelo de registo de informação alfanumérica é: como aplicar o referido nos parágrafos anteriores conjugado com a informação inventariada e que requer inserir na base de dados. Para proceder a este procedimento significa organizar a informação da RPI relativa ao inventário de campo do

geral para o específico; depois para cada parte registada associar elementos, como é o caso de fotografias, bibliografia, etc. Com este procedimento estamos a estruturar os dados no sentido de evitar que os mesmos fiquem sobrepostos ou dispersos no modelo de registo, sobretudo quando procedermos a consultas ou pesquisas. Neste procedimento é importante a perceção do método de identificação, do método de inventário até ao método de organização para se conseguir alcançar uma inserção adequada no modelo de registo.

Em Mirandela a organização da informação no modelo de registo começa por hierarquizar os dados por critérios, partindo do disposto no manual de procedimentos, da seguinte forma:

- o primeiro critério aplicar tem em conta duas características morfológicas: a implantação e a disposição estrutural ou funcional da RPI. Ambos alíneas condicionam fisicamente a RPI a sua utilização, como da sua interpretação.
- o segundo critério é a categoria, ou seja, se a RPI é um monumento, conjunto arquitetónico, sítio arqueológico ou conjunto urbano.
- o terceiro critério é a supertipologia, isto é, se é uma arqueologia, uma arquitetura civil, ou uma arquitetura religiosa.
- o quarto critério é a tipologia genérica da RPI, neste caso, se trata de uma igreja, de um povoado fortificado, ou de uma quinta.

Aplicando os critérios anteriores, o procedimento que se segue é hierarquizar a informação por níveis. Ou seja, estruturar os dados do geral (ou análise genérica da RPI) para o específico (ou análise das partes constituintes da RPI), da seguinte forma:

- num primeiro nível, abordagem genérica ou de apresentação da RPI. Significa descrever os elementos mais marcantes ou importantes sobre a RPI, sem entrar em pormenores. Neste nível objetivo é “vender” ou promover o melhor da RPI, porque será uma informação utilizada na divulgação, por exemplo, pela web;
- num segundo nível, restringe-se a justificar em concreto os elementos constituintes da RPI, agora de forma pormenorizada e hierarquizada. Significa destacar os alçados, o interior (nave e capela-mor), as muralhas e os recintos por esta definido, as estruturas que constituem um conjunto arquitetónico, etc.;
- num terceiro nível, focaliza-se nas especificidades expostas no nível dois. Aqui queremos abordar de forma muito pormenorizada uma tipologia específica que integra uma parte constituinte da RPI. Significa possuir ou exigir um conhecimento do elemento da RPI que importa abordar. Neste nível a

especificidade está no justificar uma pintura, o campanário, o óculo, o retábulo, etc.

Pode-se optar por mais níveis, com um maior grau de pormenor. Esta opção deve ser bem equacionada para evitar criar registos cuja informação seja parca ou nada diga. Invés recomendo registar a informação no campo “tipologias” presente na folha específica, e justificar.

Vejamos a aplicação do referido atrás a casos concretos de RPI enquadrados em monumentos, sítios arqueológicos ou conjuntos arquitetónicos:

- a) Nos monumentos, por exemplo, uma igreja, o primeiro nível destina-se a mostrar os elementos mais marcantes de cariz morfo-tipológico e informativo. A informação seguinte é indicar a morfologia espacial da igreja apontando os elementos estruturais que a constituem, ou seja, neste nível dois é importante hierarquizar e justificar os elementos da igreja começando pelo adro, depois os alçados (primeiro o principal, depois os laterais e por fim o posterior) e finalmente o interior, aqui seguindo uma lógica, da nave e capela-mor. Se existirem mais elementos que importa pormenorizar passamos para um nível, por exemplo, na nave realçar pinturas murais presentes no lado do evangelho, ou caixotões na capela-mor.

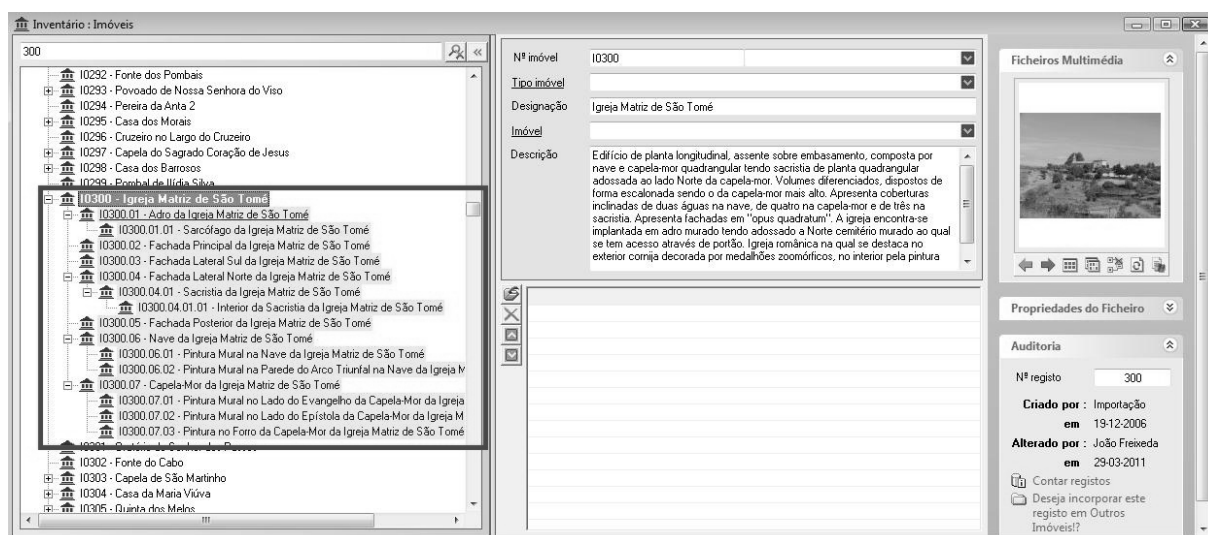


Figura 19 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em monumento.

- b) Nos sítios arqueológicos, por exemplo, um povoado fortificado, o primeiro nível é igual ao referido anteriormente, isto é, realçar os elementos mais marcantes de cariz morfo-tipológico e informativo. No nível dois será o momento de repartir o povoado fortificado como se implanta ou organiza a nível espacial. Para tal,

optou-se por escolher a muralha como indicador de divisão, ou seja, começa-se pela primeira linha de muralha e sua justificação, dentro desta, hierarquicamente, menciona-se a intramuralha da primeira linha de muralha; depois a segunda linha de muralha e assim sucessivamente. Se se encontrarem elementos que ultrapassam a última linha de muralha, ou seja, aquela mais longe do centro do povoado, considera-se por extramuralha e justifica-se num todo, exceto se os elementos justificarem criar um ou vários níveis dependentes.

Se tratar de povoados não fortificados, neste caso, abertos, em Mirandela a opção foi descrever no nível um o que se via, hierarquizando do geral para o específico, utilizando as tipologias como forma de o concretizar. Se se identificam elementos que importava justificar de forma personalizada, então, passava-se para o nível dois.

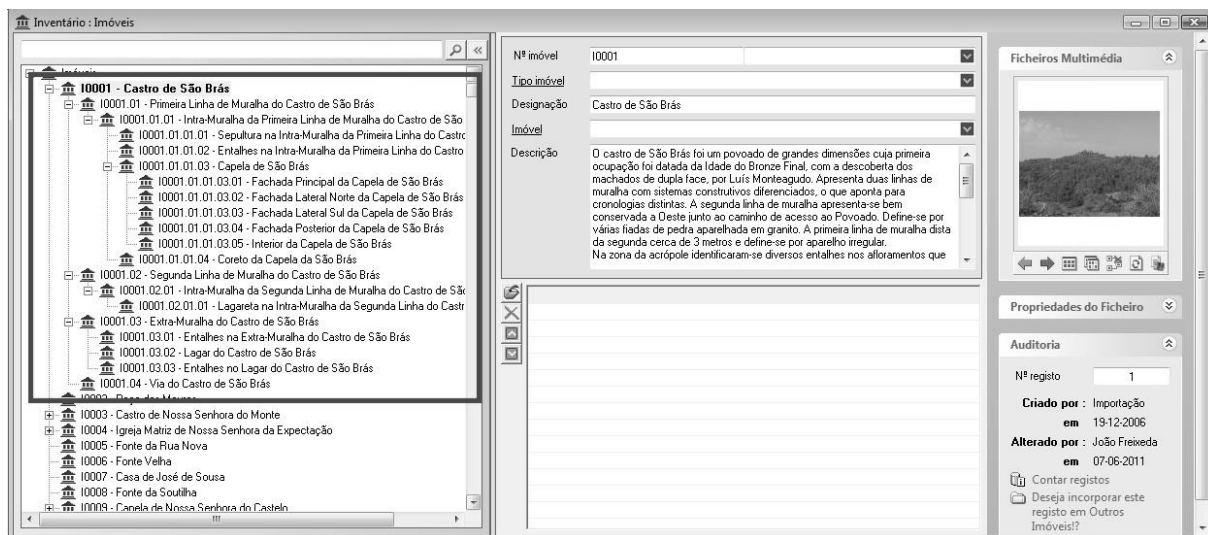


Figura 20 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em sítio arqueológico.

- c) Nos conjuntos arquitetónicos, por exemplo, uma quinta, o primeiro nível não foge ao já referido, destacando os elementos mais marcantes das várias estruturas ou casas da quinta como um conjunto. O nível dois caberá a divisão da quinta das suas partes, ou seja, num nível primário identifica-se a composição da quinta, caso da casa de habitação, capela, lagar, anexos, etc.; num nível secundário repartem-se os dados anteriores (caso se justifique). Concretamente na casa de habitação apontam-se os quatro alçados e os elementos presentes e assim sucessivamente para os casos considerados. Se existirem elementos no contexto no nível secundário do nível dois que importa reforçar,

pormenorizamos a informação para um nível três, justificando, hierarquicamente ao mesmo.

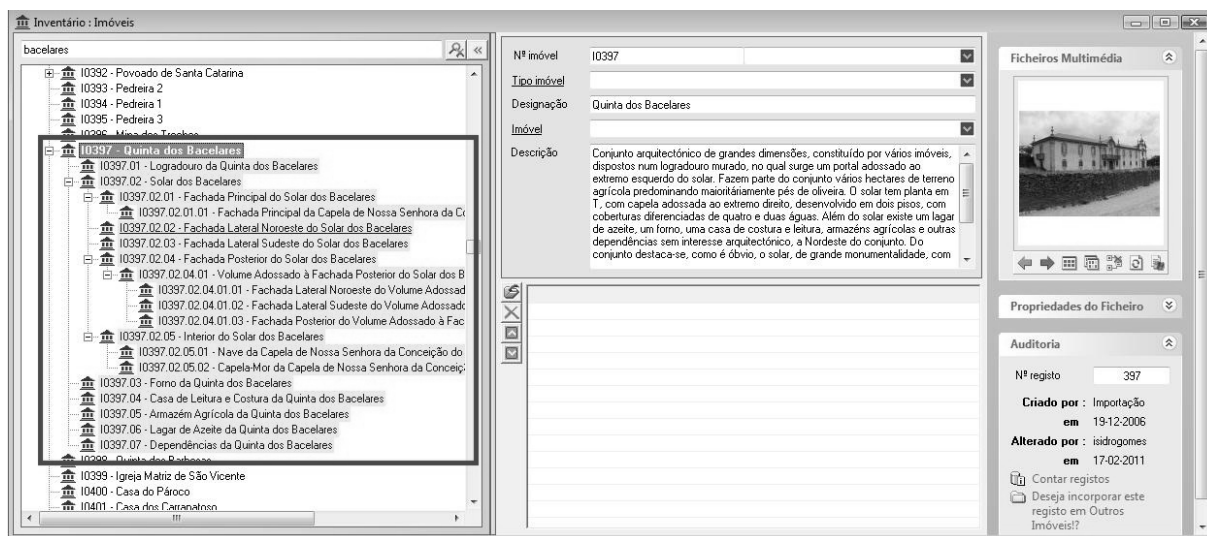


Figura 21 – Organização em níveis de uma RPI enquadrada em conjunto arquitetónico.

A hierarquização em níveis vai mostrar um modelo de registo de informação alfanumérica estruturado em árvore. A sua dimensão está sujeita à interpretação da RPI e ao número de informação recolhida. Por isto, quantos mais ramos existirem significa que mais dados foram considerados, como é o caso de fotografias, bibliografia, etc., que esclarecem as especificidades da RPI. Igualmente a disposição em árvore permite sempre crescer e moldar o modelo de registo da RPI perante o aprofundar do método de estudo e/ou da implementação do processo de valorização na RPI.

Pode-se questionar se se justifica estruturar a informação em árvore, ou apostar na inserção dos dados numa só folha. Isto distingue a capacidade de pesquisa da base de dados do resto. Se o objetivo é inserir informação como se elabora uma ficha ou se escreve um livro, para uma bonita visualização, não se aposte em base de dados, opte-se por *word* que justifica perfeitamente. Para apresentar resultados elabora-se uma contagem e insere-se num *excel* e criam-se uns gráficos. Mas se o objetivo é a informação dar resultados de várias perspetivas da RPI e do concelho, torná-la acessível e manuseável, permitir aplicar uma pesquisa, o que significa estruturar uma solução de gestão de informação (base de dados), em que está definido os procedimentos e os termos a utilizar, então é preferível a primeira opção. Por isso, desenvolver um sistema de gestão do património é trabalhoso e moroso, porque não basta identificar e descrever. Requer igualmente estruturar a informação para dar, de forma rápida, resultados que mostrem a perceção de uma RPI, de um conjunto de RPI, ou da totalidade das RPI num dado espaço (neste caso concelho).

Atualmente, a gestão da informação, assente em modelos informáticos, prossegue a sua evolução na capacidade relacional entre diversos módulos de inventário patrimonial, no campo da obtenção de resultados por pesquisa, introduzindo a potencialidade de conjugar múltiplos termos técnicos e não técnicos, incluindo estes em outras línguas, com objetivo de tornar o conhecimento transversal e próximo de todos. Esta nova vertente denomina-se pela definição de um *thesaurus*, cuja finalidade é listar termos sinónimos técnicos de cariz patrimonial e associar à tabela específica listada no manual de procedimentos e presente na base de dados. Com esta lista permite pesquisar por uma dada característica a partir de termos prováveis, invés de um só termo que obriga a saber tabela específica de termos e restringe a pesquisa ao mesmo.

A introdução do *thesaurus*, além do objetivo técnico anterior, o principal é responder à busca na *internet*, particularmente ao conceito *google*. Com esta ferramenta um utilizador consegue, pela introdução de uma palavra, encontrar o que pretende e algo similar (ou não), mas tem uma resposta que permite evoluir para outras pesquisas. A finalidade do *thesaurus* é a mesma, mas com base numa fórmula refinada e orientada para o património. Sobre o *thesaurus* do *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela* não é possível analisar neste trabalho, porque ainda está em curso.

Sublinhe-se que esta ideia de organização em níveis cresceu no grupo de trabalho com o cruzamento das experiências sobre a disposição física da RPI e bebeu do modelo de gestão implementado nos Arquivos.

II.2.3. O Modelo de Registo de Informação Cartográfica para o Património Imóvel

O modelo de registo de informação cartográfica representa a solução de gestão dos dados do património imóvel com o objetivo de uma leitura, análise e interpretação cartográfica. Neste último ponto, a caracterização espacial pressupõe a inserção de informação vetorial, raster e ortofotomapas que mostra a realidade na perspetiva da localização segundo as coordenadas da geografia. Torna-se, assim, fundamental a utilização da ferramenta SIG⁴², ou seja, *software* específico que execute ações de identificação e organização de dados sobre uma base cartográfica. Por isto, o elemento-chave do SIG está na capacidade de visualização e de pesquisa (*selection attributes*) desses dados. Para tal, importa criar elos relacionais entre este modelo de inventário de informação cartográfica e o anterior (modelo de registo de informação alfanumérica) para que se consiga obter resultados de forma rápida e acessível.

⁴² SIG, na opinião de Juan Peña Llopis (2006: 3), é uma tecnologia que gere e analisa informação cartográfica no sentido de disponibilizar de forma rápida resultados que resolvam questões no imediato.

Em Mirandela a aposta passa por criar soluções relacionais que una os dois modelos de registo num procedimento dinâmico, no sentido, por um lado, de conseguir uma só resposta, por outro, que evite a duplicação de registos (procedimento técnico atualmente comum).

Gerir informação patrimonial em contexto SIG requer indicar a localização da RPI, a disposição das várias partes constituintes da RPI e a área ocupada pela mesma para uma perceção do lugar e da morfologia. No campo do ordenamento patrimonial e territorial é o meio adequado, porque permite justificar cartograficamente, por exemplo, as zonas de proteção, as zonas *non edificanti*.

Se recorrermos a este modelo ele tem grande utilidade no manuseamento dos dados produzidos por levantamentos (resultante de desenho e/ou topografia) para a identificação dos elementos morfo-tipológicos (por exemplo, efetuar um levantamento de um povoado fortificado para determinar a potencialidade para uma escavação).

O modelo de registo de informação cartográfica aqui em análise e para o património imóvel deve ser uma solução minimalista (centrada nos procedimentos de património) e articulada no contexto autarquia. Isto significa que para funcionar o modelo em causa requer investimentos específicos e avultados, por exemplo, cartografia vetorial, ortofomapas, entre outro tipo de cartografia sobre o concelho, ferramentas de gestão próprias, e um técnico na área da geografia. Em suma, exigiria um trabalho similar ao defendido neste trabalho, mas orientado para SIG, com o dobro do esforço e tempo. Por isto, recomenda-se articular com o Gabinete SIG na maioria das Autarquias (porque possuem os meios mencionados atrás), investindo em meios e conhecimento estritamente necessário para desenvolver o modelo de registo aqui em análise.

Para esta articulação funcionar exige da vertente patrimonial e SIG um esforço e vontade para criar soluções dinâmicas entre as duas partes para que o conhecimento seja usufruído por ambos. Em Portugal existem algumas e poucas soluções. A que melhor justifica encontra-se no Município de Cascais. O sucesso da mesma permite criar uma dinâmica com base de dados (*inpatrimonium premium*®) numa só solução final para a visualização dos dados. Em Mirandela não é, de momento, possível alcançar objetivo de Cascais, por razões técnicas e financeiras, por isso, a opção é caminhar passa por combinar duas ferramentas.

Neste sentido, o investimento efetuado em Mirandela foi a aquisição do *ARCview* 9.1⁴³ da ESRI (<http://www.esriportugal.pt/>) para gestão da informação e um DGPS⁴⁴ para uma adequada referenciação em campo da RPI, incluindo os dados do nível dois, atrás descritos.

⁴³ Na web existe soluções *open source* que fazem quase tudo que o *ARCview* executa, permitindo com baixo custo criar um modelo de registo de informação cartográfica.

Nesta linha, deve-se sublinhar um procedimento que o inventariante deve cumprir quando converter em cartografia as RPI: deve ser capaz de manusear de forma básica a ferramenta SIG e nunca deixar para outros a identificação das RPI em cartografia. Por exemplo, quando se está a inventariar a informação sobre uma RPI é o momento de marcar em SIG o local da mesma (se não tiver DGPS); ou recolher a informação do DGPS em ficheiro e guardar juntamente com as outras localizações, como de seguida efetuar um *merge* do ponto da RPI com o ficheiro que contém toda a informação cartográfica em pontos sobre património imóvel, com o objetivo de realizar uma leitura e demonstração da realidade inventariada.

Para implementar um modelo de registo de informação cartográfica utilizam-se três tipos de registo: pontos, linhas e áreas. Em Mirandela:

- os pontos são usados para identificar o local genérico da RPI com base na informação produzida no nível um. A questão é: em que sítio se coloca o ponto genérico? No ponto central, não o centróide; ou seja, no caso de um povoado fortificado no meio da primeira linha; numa Igreja no centro da nave e capela-mor; numa quinta no local onde está concentrado o maior número de estruturas funcionais. Os pontos nos casos de dados do nível dois, em particular os relativos aos conjuntos arquitetónicos, como é por exemplo uma quinta, usa-se para identificar as estruturas que compõem uma área, como é o caso da casa de habitação, lagar, anexos, capela, etc. Para os restantes casos não se justifica tecnicamente;
- as linhas para o nível um, serve para situações muito específicas, caso de vias (Via Augusta XVII). É no nível dois que a aplicabilidade alarga-se, por exemplo, num sítio arqueológico, indicar as linhas de muralha; num monumento identificar a localização dos alçados;
- as áreas têm a maior aplicabilidade, porque permite uma utilização nos três níveis. Por exemplo, no nível um serve para indicar a área do monumento, sítio ou conjunto; serve para indicar a área de dispersão; serve para delimitar a área de proteção. No nível dois define, no caso de uma Igreja, o adro, nave, capela-mor e sacristia; num povoado fortificado a área intramuralha, estruturas

⁴⁴ *Differential Global Positioning System* permite com posição autónomo indicar uma RPI com um erro de 2 a 5 metros e com a posição fixo apresentar um erro de 5 a 8 centímetros. Esta capacidade de trabalho valida apostar no levantamento de elementos inseridos no nível dois e três.

habitacionais; no caso de uma quinta delimitam-se todas as estruturas que a compõem, inclusive jardins e cercas.

A marcação de pontos, linhas ou áreas para informação, enquadrada no nível três, é difícil com cartografia base. Para atingir este nível sugere-se deixar para uma fase mais adiantada do processo de caracterização, particularmente no método de estudo, e aposta-se em levantar os elementos considerados com ajuda topográfica.

Implementar um modelo de registo de informação cartográfica passa por se ajustar a cada método do processo de caracterização. Por exemplo, no método de identificação deve-se efetuar o registo da informação do nível um da RPI. Mas é no método de organização que se implementa a maioria das tarefas de gestão mencionados atrás nos pontos, linhas e áreas, porque neste método a sistematização da informação permite traduzir em cartografia a informação, e evita dispersões e dúvidas.

A organização da informação cartográfica deve ser colocada num local próprio (pasta) no servidor com os dados gerais sobre património. Igualmente os ficheiros *shape* (.shp) devem constituídos por categorias de dados, ou seja, um ficheiro para identificar genericamente a RPI, outro para indicar as RPI específica por pontos, linhas e áreas, outro para identificar a área de monumento e a área de proteção. Na tabela da *shape* recomenda-se inserir somente o número de inventário, porque ao efetuar a relação (*join*) com a base de dados com informação alfanumérica acede-se a conteúdos atualizados e evita-se a correção em duplicado, o que cria sempre erros.

II.2.4. A Funcionalidade e Aplicabilidade da Pesquisa

A meta a atingir por este processo de caracterização é desenvolver e reunir conhecimento sobre património imóvel, de forma organizada, para perceção e entendimento dos vários aspetos, tornando a informação patrimonial acessível, para uma utilização rápida dos conteúdos e a sua utilização na gestão da Autarquia. Para tal, percorridos os passos anteriores e os seguintes, a pesquisa nas bases definidas e os resultados devem ser atos rápidos e eficazes.

A pesquisa representa a funcionalidade e a aplicabilidade que dá valência de acessibilidade de forma rápida e orientada à informação que se pretende, ultrapassando a consulta integral e interpretativa das fichas de inventário. O utilizador é encaminhado pela pesquisa para o indicador referido, podendo este ser genérico ou concreto.

Esta funcionalidade levou o Município de Mirandela a apostar no desenvolvimento do *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela* (explicado anteriormente) como

forma de capacitar o modelo de gestão. Com este sistema de gestão consegue-se definir os métodos e procedimentos de atuação no processo de caracterização, em particular quais os termos a usar nos campos genéricos e específicos de pesquisa, os quais vão possibilitar a obtenção de resultados.

Neste sentido, de que forma os termos pré-definidos nos podem indicar resultados? Para conseguir os resultados temos que saber aplicar o filtro apropriado. Para tal, exige uma perceção genérica dos campos a utilizar e dos termos a pesquisar, para que o resultado indique dados concretos. A má formulação da pesquisa pode traduzir um dado que não seja realidade, um erro que pode fomentar apostas desajustadas. Por exemplo, pesquisar pelo estado de conservação e não indicar a supertipologia ou a tipologia com objetivo de um resultado mais concreto.

Aplicar uma pesquisa, na base de dados (*inpatrimonium premium*®), é possível realizar de três formas, como mostra a figura seguinte. Não se explica a funcionalidade das três formas, porque não é da responsabilidade do autor deste trabalho demonstrar o manuseamento da base de dados, mas escolher uma das três soluções. Por esta razão, opta-se seguidamente demonstrar resultados utilizando a pesquisa nº 1, porque é a ferramenta mais completa no uso dos dados existentes.

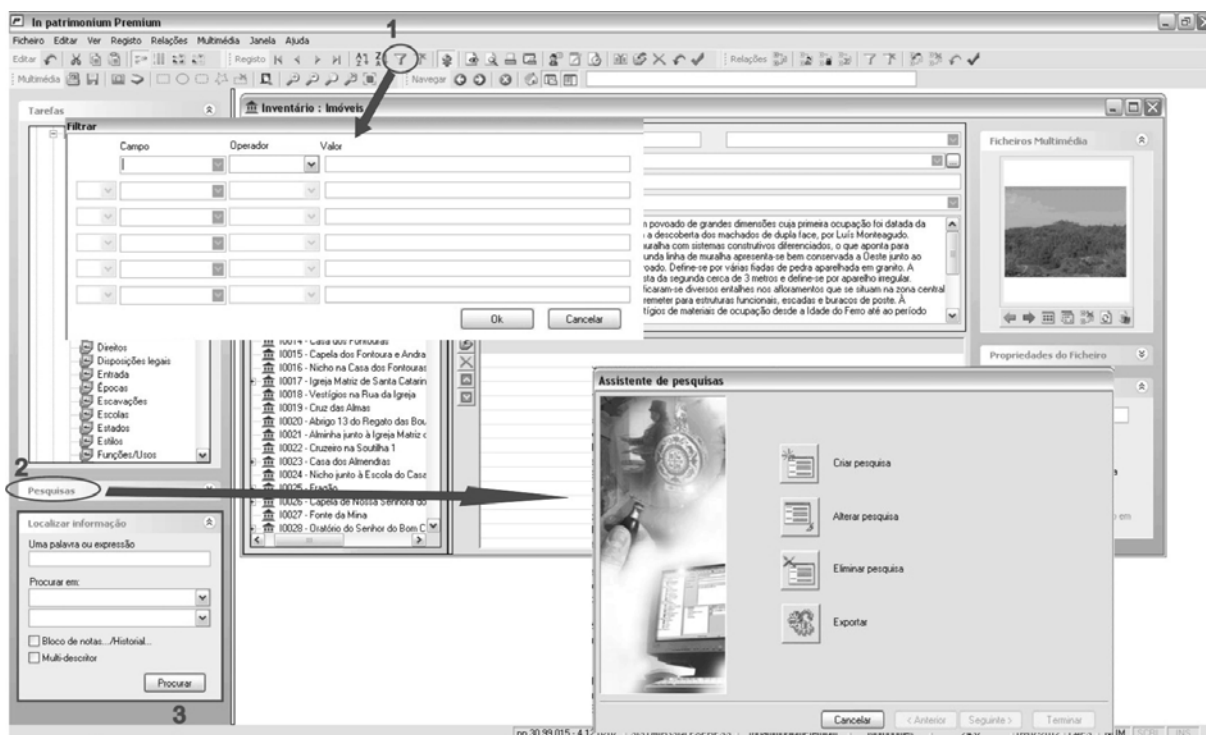


Figura 22 – Indicação das três formas de pesquisa na base de dados *inpatrimonium premium*®.

Ao clicar no símbolo filtro (dentro do círculo com nº 1) da figura anterior abre uma janela composta por três colunas (indicada pela seta do nº 1) da mesma figura:

- na coluna da esquerda, seleciona-se o campo genérico e/ou específico na base de dados que se pretende obter informação;
- na coluna do centro, indica-se de que forma a pesquisa vai selecionar o termo: igual ao termo, parecido com o termo, maior do que o termo, etc;
- na coluna da direita, opta-se pelo termo indicado ou escreve-se o termo a pesquisar.

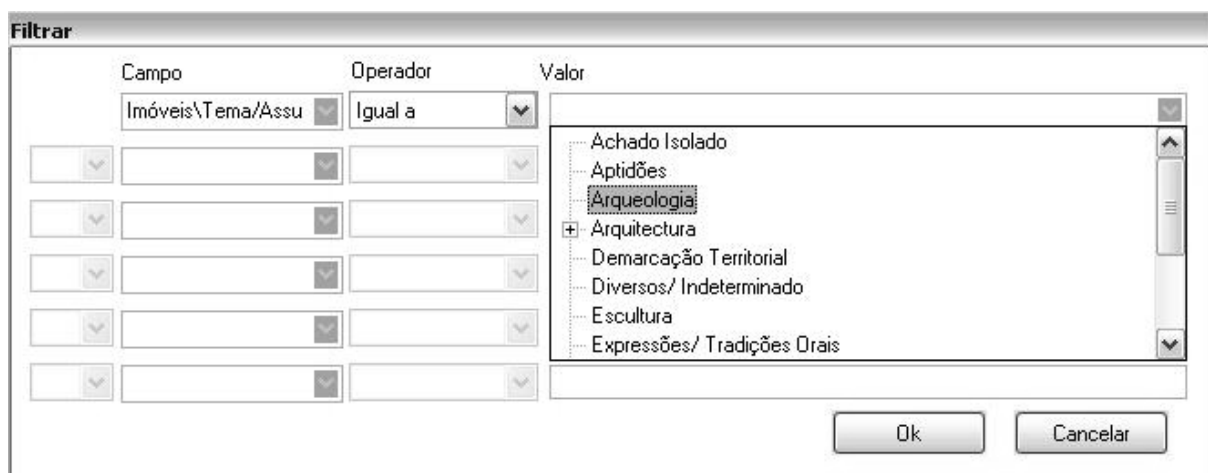


Figura 23 – Janela da base de dados (*inpatrimonium premium*®) destinada à pesquisa ou filtrar da informação registada.

Aplicar uma pesquisa na base de dados (*inpatrimonium premium*®) é possível realizar de três formas, como mostra a figura seguinte. Não se explica a funcionalidade das três formas, porque não é da responsabilidade do autor deste trabalho demonstrar o manuseamento da base de dados, mas escolher uma das três soluções. Por esta razão, opta-se seguidamente demonstrar resultados utilizando a pesquisa nº 1, porque é a ferramenta mais completa no uso dos dados existentes.

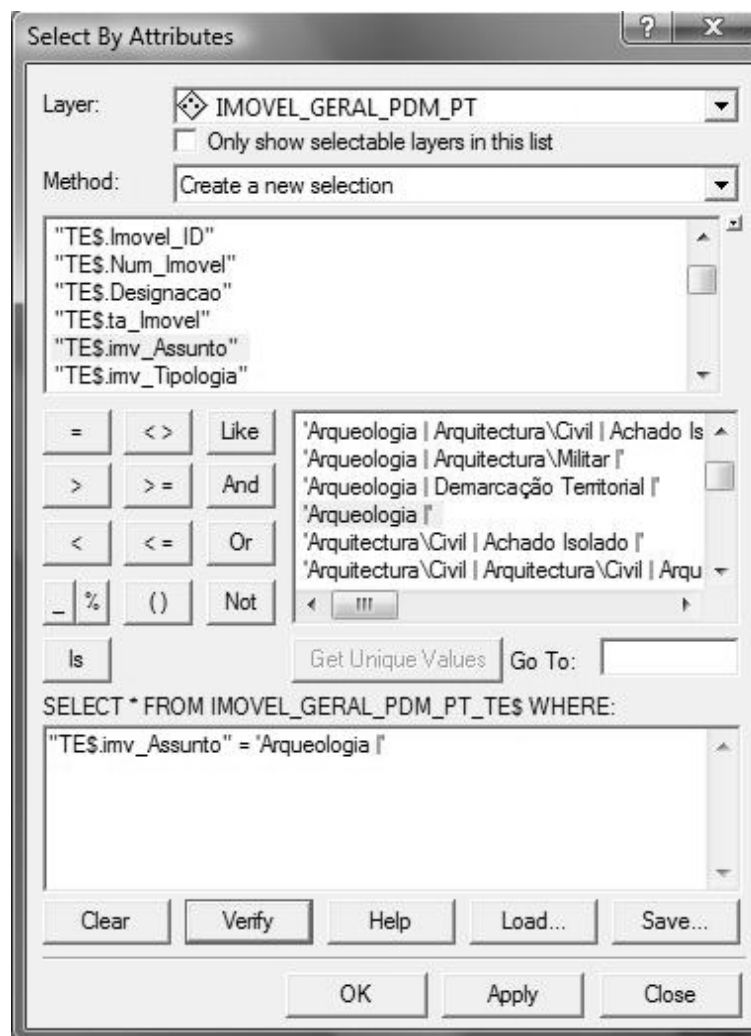


Figura 24 – Janela da ferramenta *ARCView*® destinada a pesquisar informação cartográfica ou *select by attributes*.

Passando para os resultados, utilizando as soluções anteriores, sobre o património imóvel de Mirandela, importa esclarecer o leitor que neste ponto deste trabalho não se expõem todos os resultados conseguidos, por campo genérico e/ou por campo específico, porque se tornaria demasiado extenso (para o número limitado de páginas) e inadequado, e por o processo de caraterização estar ainda em curso, ou seja, os resultados de Mirandela não são finais ou fechados. Por estas razões, enunciam-se resultados de informação na base de dados enquanto exemplos de pesquisa para demonstração da aplicabilidade e funcionalidade.

O primeiro elemento que importa saber é: quantas RPI foram identificadas entre 2006 e atualidade? 1045 RPI genéricas, distribuídas tal como apresenta a figura seguinte.

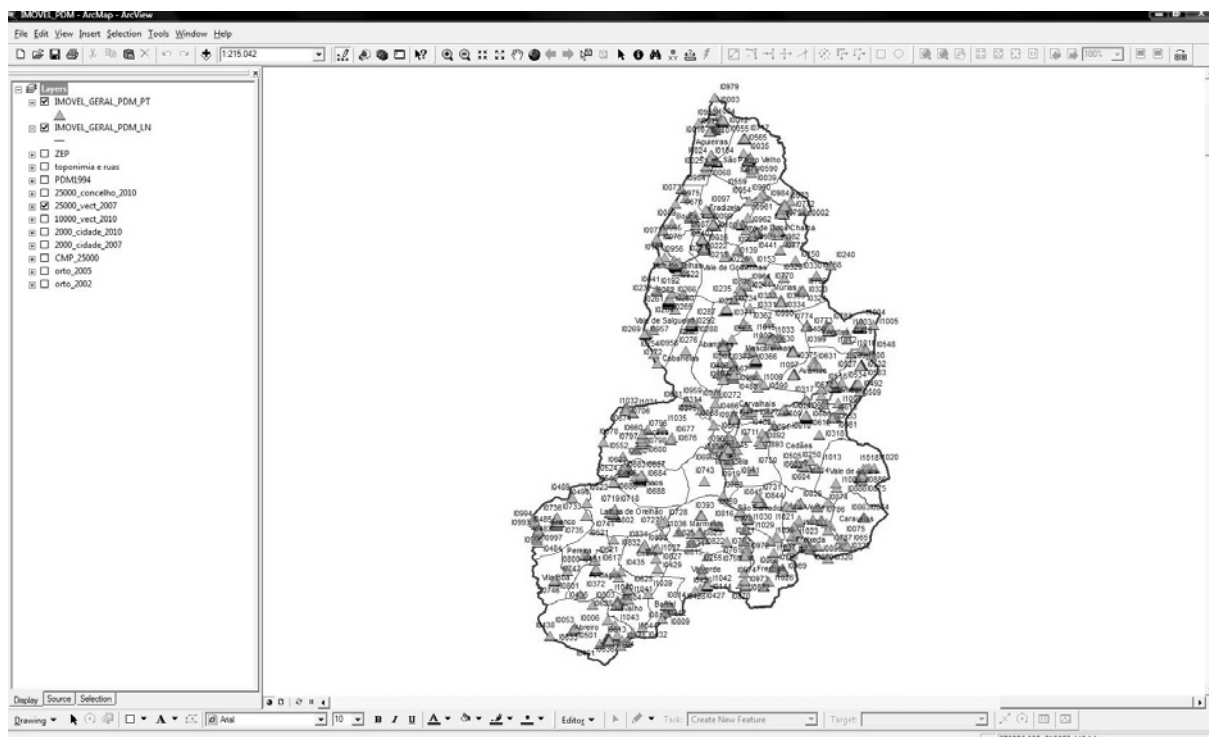


Figura 25 – Distribuição das 1045 RPI (do primeiro nível de registo) no concelho de Mirandela utilizando o ArcView®.

Se contabilizarmos as RPI específicas, isto é, as RPI de nível dois, três ou mais, o valor é de 1392. Se somarmos as RPI genéricas com as específicas, o total de registos na base de dados (*inpatrimonium premium*®) é de 2437. Este valor não é realista, porque existem RPI para serem inventariadas (cerca de 182 RPI) e outras para serem organizadas, o que significa que RPI específicas serão adicionadas ao número apresentado.

Aplicarmos a pesquisa para saber a realidade quantitativa por RPI genérica e por supertipologia [imóvel+nulo; supertipologia+arqueologia (e assim sucessivamente selecionando a supertipologia)], o resultado informa que a Arquitetura Civil assume a liderança com 60%, seguindo da Arquitetura Religiosa com 20%, logo a seguir Arqueologia com 15%, como mostra o gráfico seguinte com os todos os termos utilizados no campo genérico “supertipologia” relativo ao primeiro nível de registo.

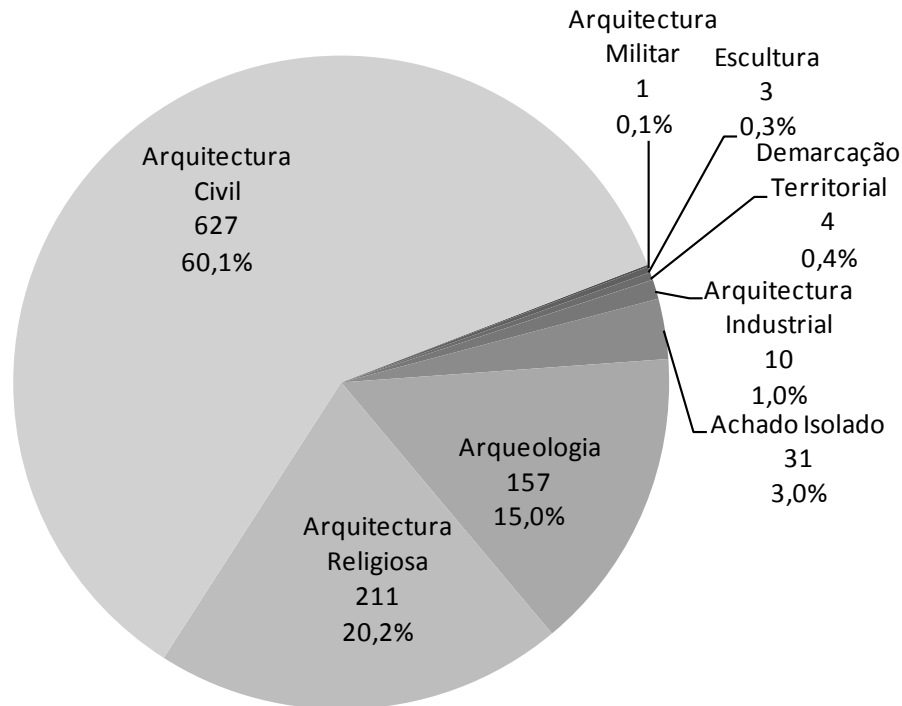


Figura 26 – Distribuição das RPI genéricas por supertipologia no primeiro nível de registo.

Se se pesquisar as RPI genéricas existentes, por freguesia [imóvel+nulo; localização+contém+nome da freguesia (e assim sucessivamente seleccionando a freguesia)], a freguesia de Mirandela apresenta a maior percentagem de RPI com 12%, seguido da Torre de Dona Chama com 7% das RPI identificadas no concelho de Mirandela, como mostra o gráfico seguinte dos resultados conseguidos no primeiro nível de registo.

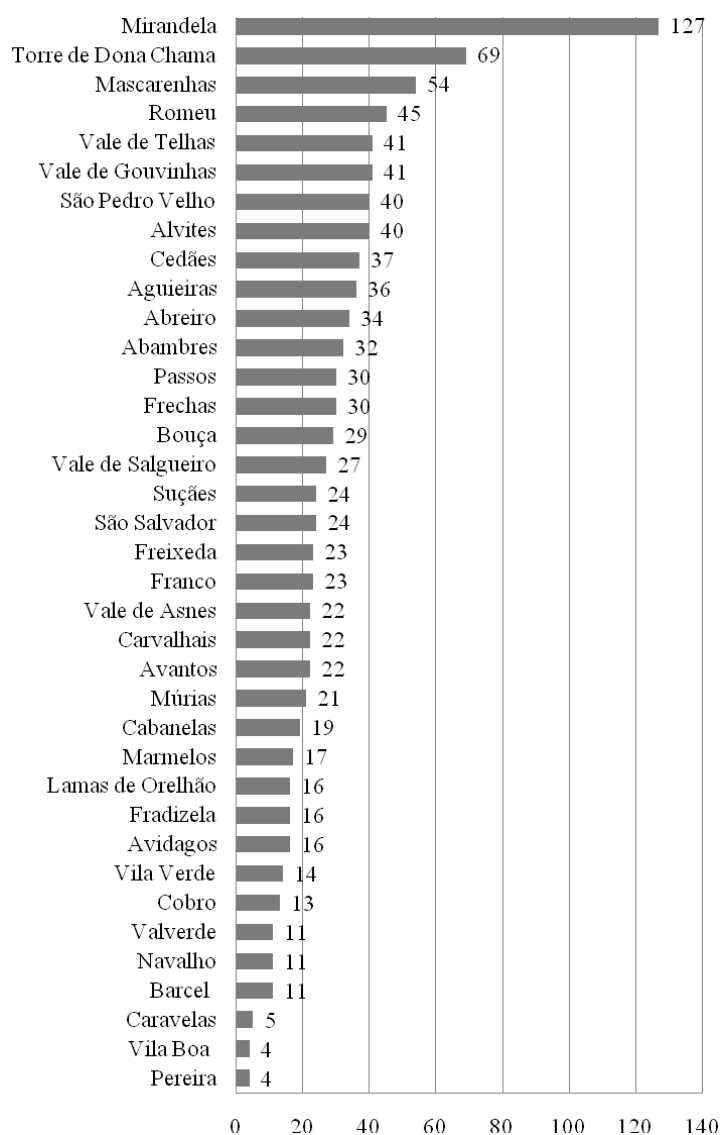


Figura 27 – Distribuição das RPI genéricas por freguesia no primeiro nível de registo.

Dos dados anteriores, se se especificar a pesquisa por freguesia, por exemplo, a Torre de Dona Chama, e acrescentar na fórmula de pesquisa o campo genérico supertipologia [imóvel+nulo; localização+contém+torre de dona chama; supertipologia+igual a+arqueologia (e assim sucessivamente selecionando a supertipologia)], o resultado traduz que 67% das supertipologias são Arquitetura Civil, seguido da Arqueologia e Arquitetura Religiosa com 11%, como mostra o gráfico seguinte.

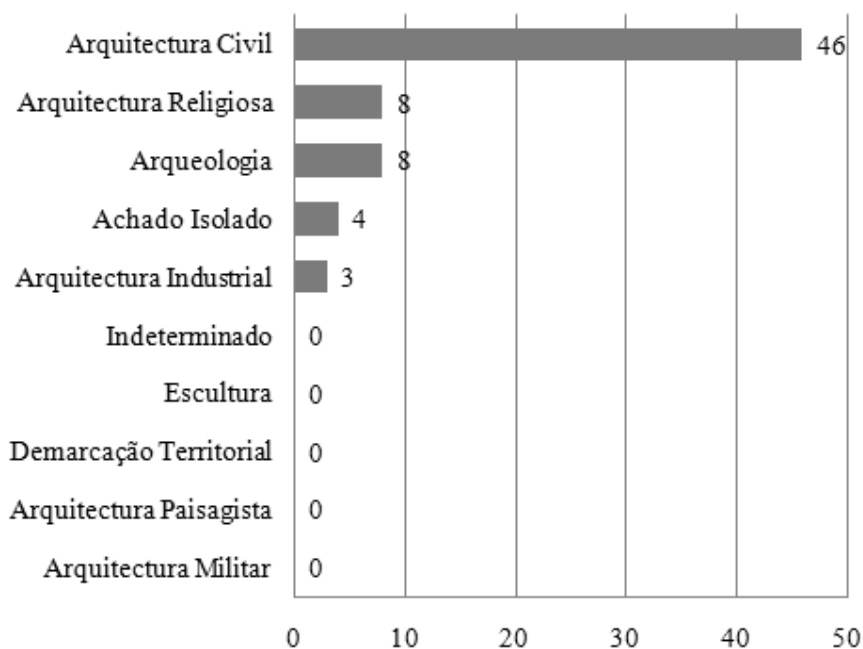


Figura 28 – Amostragem na freguesia de Torre de Dona Chama por supertipologia da RPI genérica no primeiro nível de registo.

Da amostragem anterior filtrarmos as RPI genéricas com a supertipologia Arqueologia e acrescentarmos o estado de conservação [imóvel+nulo; localização+contém+torre de dona chama; supertipologia+igual+arqueologia; estado+igual+bom (e assim sucessivamente seleccionando o estado)], obtendo-se a informação de que 38% está destruído, seguido por 25% de razoável/ regular e mau, de forma equitativa, como mostra a figura seguinte.

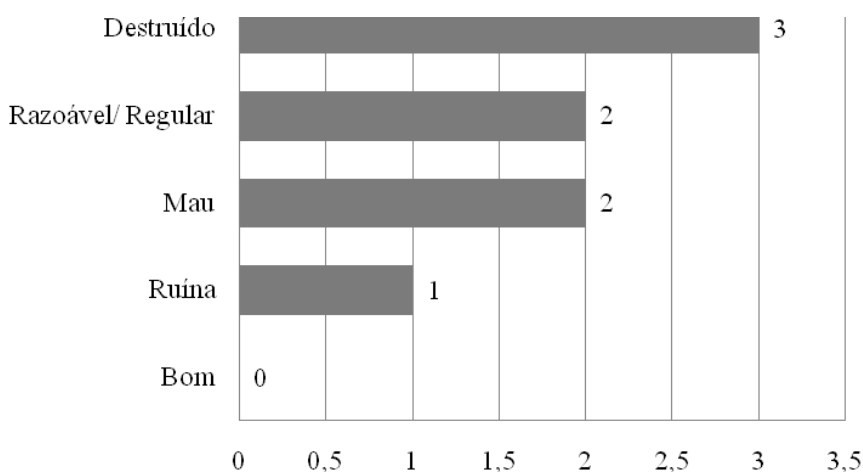


Figura 29 – Amostragem das RPI genéricas com supertipologia Arqueologia distribuídas por estado de conservação do primeiro nível de registo.

Se aplicar os procedimentos de pesquisa anteriores com a solução SIG o resultado será visual sobre cartografia na perceção da distribuição das RPI pesquisadas. Ou seja, aparecerão os pontos a indicar quais as RPI genéricas foram consideradas. Por exemplo, quantas supertipologias de Arqueologia surgem no mapa? Os resultados mostram-se na figura seguinte, sublinhado a azul.

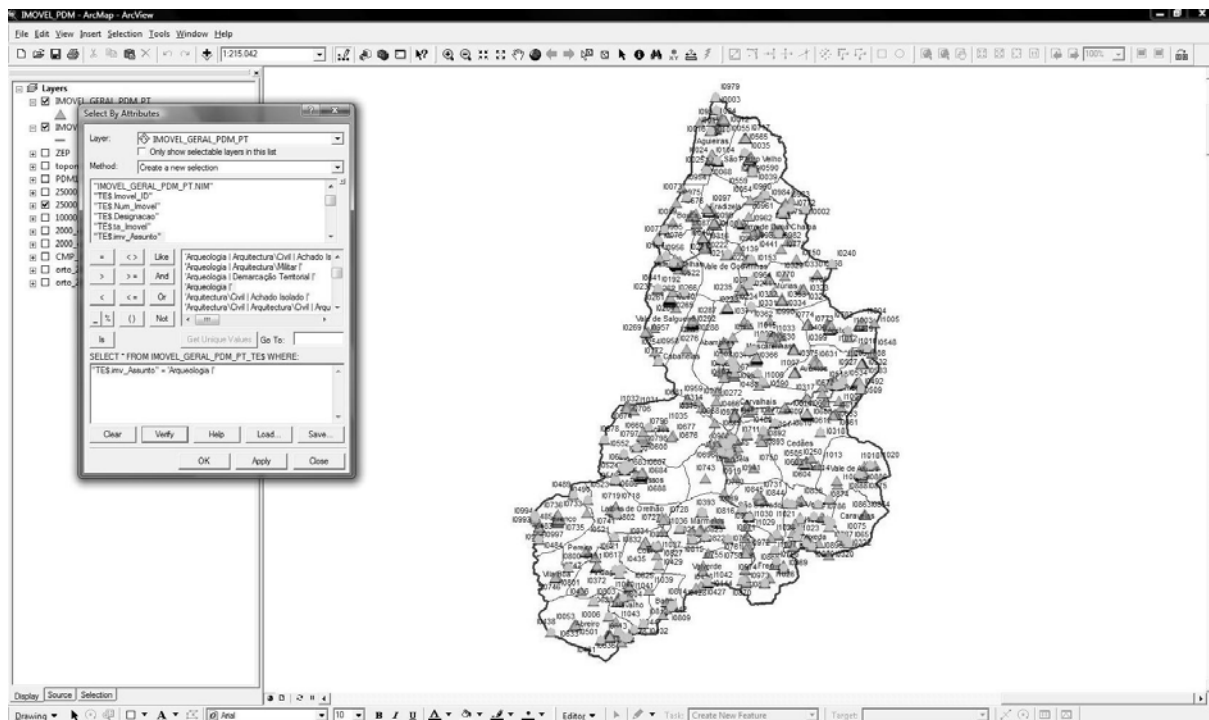


Figura 30 – Amostragem realça a azul no mapa quando se aplica uma pesquisa para determinar a supertipologia em Arqueologia com recurso a uma shape com pontos do primeiro nível de registo.

Cada solução de gestão – base de dados ou SIG – tem formas próprias de mostrar os resultados. Por isso, aplicar uma pesquisa com as soluções apresentadas requer imperativamente saber o que se quer trabalhar e a forma como se constrói a pesquisa, caso contrário, a pesquisa traduz dados errados ou nada. O definir de uma pesquisa resulta de experiências sucessivas de modo afinar a mesma no sentido de confirmar que o resultado obtido é correto. Este procedimento igualmente fiabiliza que os termos, os campos e a lógica de funcionamento do sistema de gestão executa-se nos pressupostos definidos.

Daqui será mais fácil criar uma solução para a *web* e orientar o utilizador nos procedimentos de pesquisa.

II.3. Proposta de Revisão e Prospetiva

Pensar na evolução e futuro do processo de caracterização, como das soluções de gestão da informação, passa por rever o percurso desenvolvido atendendo a três elementos que

condicionam a salvaguarda e a promoção do património imóvel: 1) a metodologia e procedimentos, 2) a gestão do conhecimento e 3) a divulgação do conhecimento.

Para o primeiro elemento – metodologia e procedimentos – representa a forma como técnico procuro e estruturo a informação sobre património imóvel no sentido da mesma cumprir critérios técnicos e científicos de forma o seu entendimento permita várias utilizações, que no caso da Autarquia de Mirandela é concretamente o planeamento e ordenamento do território, como da formação de públicos.

Por isto, quando para este trabalho defini que queria abordar o *Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela*, pretendia transpor em papel uma ideia e um método que está em execução desde de 2004 no Município de Mirandela, com objetivo de aplicar o disposto na Lei 107/2001 de 8 de setembro – estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural –, que remete para o desenvolvimento do conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação assente em soluções de planeamento, inventário, coordenação e inspeção.

A Lei 107/2001 de 8 de setembro indicava mas não explicava concretamente como. Esta razão exigia, por um lado, pesquisar as razões da lei; por outro, encontrar experiências ou teorias promovidas por outros; por outro lado ainda, aplicar e obter no terreno resultados que mostrassem o património imóvel de Mirandela. O combinar de tudo permite hoje apresentar uma proposta de caracterização para o património imóvel de Mirandela.

Nesta proposta está patente entre vários documentos internacionais, por exemplo, as sugestões da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* aprovada pela UNESCO em 1972 que no artigo 5.^o⁴⁵ sublinha a importância de uma política geral que determine a função, com serviços e meios apropriados para desenvolver ações de estudo e divulgação para um maior conhecimento, para alcançar medidas preventivas de salvaguarda. Um outro exemplo é a *Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa* aprovada pelo Conselho da Europa em 1985 que recomenda a posse de um inventário com a documentação associada, medidas de proteção especificadas, medidas de

⁴⁵ a) Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido património nos programas de planificação geral; b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas; c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural ou natural; d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido património; e e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da proteção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.

orientação preventivas, um modelo de gestão e fiscalização para a salvaguarda, a medidas de fomento através de financiamentos e/ou apoio fiscal.

Os documentos anteriores e outros similares utilizados neste trabalho são aprofundados por edições de carácter específico, que no caso da temática do presente trabalho, o *Heritage – Management, Interpretation, Identity* de Peter Howard é a opção que melhor justifica o processo. Este autor mostra um processo assente em etapas metodológicas, cada uma com procedimentos próprios, através de um percurso que começa com determinação do que é património, depois a recolha e perceção de património, segue-se a proteção e a interpretação, por fim, a utilização e usufruto, sendo que esta exigirá a uma nova ação de aprofundamento do conhecimento daquele ou do todo o património.

Passando ao segundo elemento – a gestão do conhecimento – importa introduzir no processo de caracterização conceitos de recolha, inventário e organização da informação por forma esta ter utilidade nas tarefas da Autarquia de Mirandela. Conseguir implementar uma solução de gestão de dados obriga a definir duas coisas: uma ficha de inventário (com campos e termos) e o modelo/ sistema de base de dados (converte a ficha de inventário em dinâmica de relações e pesquisa).

A definição da ficha de inventário, no início do processo (entre 2004 e 2006), teve em conta a estrutura de registo aplicada nos EIA, a ficha de sítio da altura IPA (atual IGESPAR⁴⁶) e a assimilação de campos presentes no inventário *online* do SIPA⁴⁷ da antiga DGEMN (atual IHRU). De 2008 em diante a ficha foi reforçada pela assimilação das experiências dos *Kits de Património* da responsabilidade da IHRU e IGESPAR, e da leitura de documentação de organismos e instituições internacionais.

Quanto ao modelo de base de dados ou sistema de gestão surge em 2006 para absorver todo o tipo de informação existente ou produzida sobre Mirandela, inclusive a ficha de inventário. Para tal, optei por recorrer a produtos existente no mercado ao invés de criar soluções de raiz e individuais⁴⁸. Em 2005 e 2006 em Portugal existiam duas soluções no mercado, das quais optei pelo *inpatrimonium premium* da *Sistema do Futuro, Lda*.

⁴⁶ http://www.igespar.pt/media/uploads/formularios/formularios_novos/FichaSitoIGESPAR_distributed.pdf

⁴⁷ Mostro um exemplo de um ficha de inventário de um sítio arqueológico de Mirandela e quais os campos utilizados: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5156

⁴⁸ Em 2005 e 2006 ao definir se a opção para a Autarquia de Mirandela seria criar de raiz uma base de dados, teria que ter em conta o acesso e equação de soluções de gestão de informação e para património, pensar nas fórmulas de relação e de pesquisa, e possuir um corpo técnico de pessoas com formação em património e informática. Isto obrigaria um esforço contínuo e num quadro temporal de cinco a dez anos consecutivos. Sabendo que a Autarquia de Mirandela não possuía capacidade para possuir um corpo de técnicos e como eu não tinha conhecimentos para enveredar por tal opção, como das experiências nacionais mostravam dificuldades, optei por adquirir no mercado uma solução pré-construída, mas que pudesse melhorar. Atualmente concluo que esta opção foi adequada.

(<http://www.sistemasfuturo.pt/>) por possuir um conjunto de módulos de inventário, documentação e gestão de dados, mas sobretudo pela capacidade de multirelacional da informação.

Daqui em diante passei a trabalhar com o manual de procedimentos do *inpatrimonium premium*. Igualmente inclui a troca de ideias e sugestões de Mário Brito, Fernando Cabral e Alexandre Matos, e a soma das experiências de Maria José Almeida do Município de Cascais. O resultado disto tudo foi o desenvolver de uma solução de gestão de informação assente num manual de procedimentos (hoje denominado por *Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela*) que congrega o referido manual do *inpatrimonium premium*, a ficha de inventário e as pesquisas nacionais já mencionadas atrás; em 2009 em diante acrescentei as experiências internacionais, concretamente do Instituto Andaluz para o Património Histórico (IAPH).

Sustentar uma ficha de inventário, um modelo de base de dados e um manual de procedimentos foi conseguida com a implementação no terreno, em concreto com a execução do inventário e da recolha de outra informação relacionada com o imóvel, que indicou que alterações e abordagens deveriam ser aplicadas. Assumo hoje que sem experiências no terreno, independentemente das pesquisas nacionais e internacionais, não teria sido possível alcançar e aplicar um processo de caracterização para o património imóvel, como de um modelo de gestão de conhecimento.

Este sistema de gestão não está concluído. Falta trabalhar a vertente preventiva, ou seja, campos que apontem indicadores de prevenção a ter em conta na fase do processo de monitorização, como resolver, caso ocorra, ações enquadradas no método de valorização ou dinamização. Por exemplo, apontar o tipo de intervenção a ter no futuro, no caso da arqueologia, se acompanhamento ou escavação; no caso do risco da estrutura, se justifica um impedimento total ou parcial e de que forma, etc.

Por outro lado, definiram-se os modelos de relação da informação dentro da árvore, sobretudo a vertente da informação associada ao histórico no sentido de permitir uma perceção do conhecimento identificado da RPI na aplicação dos vários processos de valorização, dinamização e monitorização.

Acrescento ao referido mais dois elementos que requer trabalhar: 1) implementar o método relativo ao estudo, concretamente os resultados do desenvolvimento da Carta de Património; 2) aprofundar e melhorar a solução em curso da dinâmica entre a base de dados e a ferramenta SIG, sobretudo a fórmula de disposição de dados e capacidade de pesquisa.

Quanto ao terceiro elemento – divulgação do conhecimento – significa transpor toda a informação produzida e/ou recolhida sobre património imóvel de Mirandela em soluções de usufruto pelo público. Se a meta aqui é disponibilizar informação, esta tem que se refletir de duas formas: 1) internamente, ou seja, na Autarquia, porque importa que o Município de Mirandela possua informação para a realização das tarefas e tomada de decisões consistentes; 2) externamente, isto é, para o público em geral, porque com conhecimento da realidade patrimonial conseguiremos formar pessoas para a salvaguarda, como para a vinda a Mirandela.

Por outro lado, podem-se usar ainda três soluções de divulgação: 1) a web, 2) edições em papel e 3) os meios de comunicação.

Pela *web* existe uma plataforma oficial denominado por “património cultural online” (<http://sigmdl.cm-mirandela.pt/Patrimonio/orientada.aspx#>) que permite ao utilizador pesquisar a informação inventariada sobre Mirandela. Esclareço que esta plataforma está desatualizada, porque até ao momento não foi possível melhorar e criar um elo dinâmico com a base de dados que a mantenha atualizada.

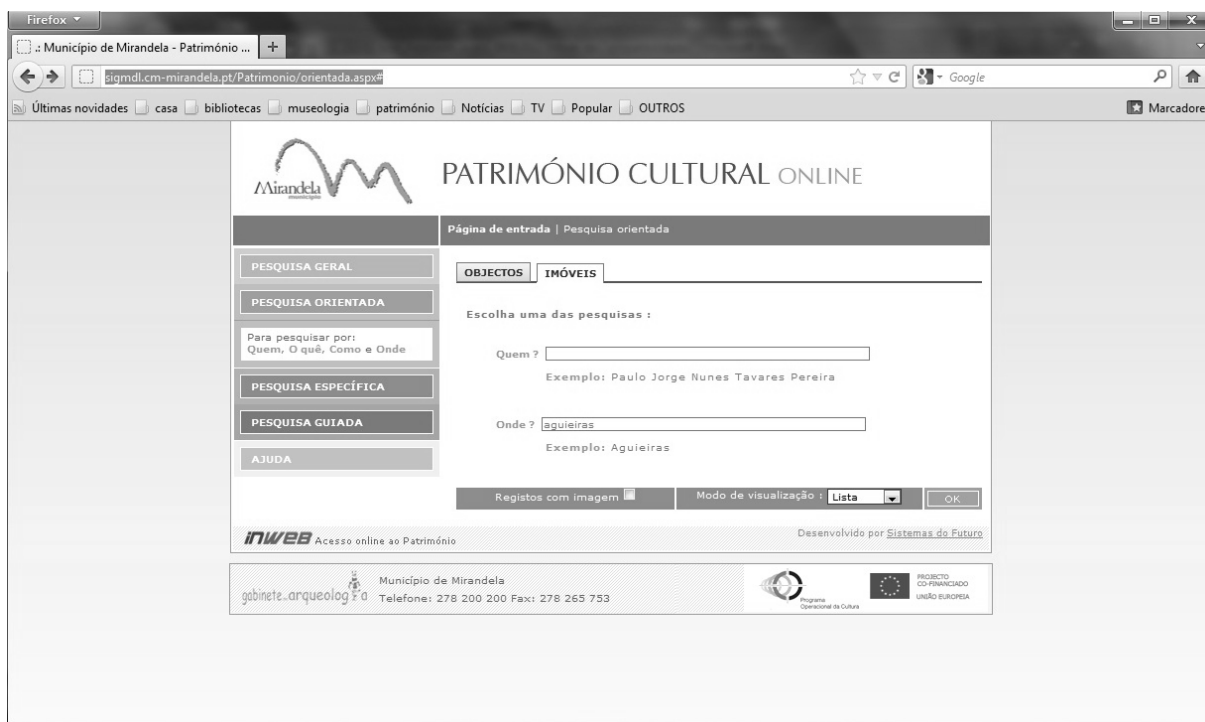


Figura 31 – View da plataforma *online* oficial para divulgação do património imóvel e móvel de Mirandela.

Em 2009, no quadro do segundo projeto cofinanciado e denominado SISTMIR, optou-se por criar um blog com a finalidade de divulgar os resultados e atividades do projeto (<http://mirandela-sistmir.blogspot.pt/>) no campo do imóvel e imaterial.

A prospetiva da plataforma *online* sobre o património de Mirandela vai congrega a estrutura árvore da solução *in situ* do *sistema de referência e indexação do azulejo* (http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/imovel_pesquisa.aspx), com as sugestões do trabalho de mestrado denominado *(Re)design da ficha de inventário online: Que contributos colaborativos e interativos poderemos acrescentar num contexto científico de um objeto museológico* desenvolvido por Maria Van Zeller de Macedo de Oliveira e Sousa (<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/60031>). Com estas duas experiências pretendo criar uma estrutura em árvore para o património imóvel de Mirandela que mostre cada registo da RPI com dados descritivos, imagens, informação documental e cartografia, no sentido do utilizador ter a leitura específica da RPI. A dúvida funcional é se o acesso a informação específica se fará por login.

Um outro objetivo na disponibilização pela *web* é criar um elo de interatividade com o utilizador com a finalidade da sociedade participar. Neste campo, o trabalho de Maria Van Zeller de Macedo de Oliveira e Sousa tem soluções a experimentar. Pelas edições em papel o Município de Mirandela publicou em 2007 um livro denominado por *Património Cultural do Concelho de Mirandela* que apresenta estruturado em três partes: arte plástica, arqueologia e arquitetura. Pelos meios de comunicação social em 2011 o Município de Mirandela aproveitou a rádio e o jornal local para divulgar património. No caso do *Jornal Terra Quente* mensalmente publicaram-se pequenas notícias sobre o património imóvel e imaterial do concelho; na *Rádio Terra Quente* foi dada uma entrevista a explicar o projeto SISTMIR e no fundo do processo de caracterização (http://mirandela-sistmir.blogspot.pt/2011/04/entrevista-radio-terra-quente_12.html).

O futuro das edições passará pela publicação de temáticas, como por exemplo, os povoados fortificados do concelho, a pintura mural e em caixotões nas igrejas, etc.; igualmente publicação de folhetos turísticos, neste caso, promovendo a visita de espaços museológicos e visitáveis, e rotas, etc. Relativamente aos meios de comunicação defendo ações no jornal e rádio local com a edição de pequenos textos sobre o património e divulgar atividades, por as ações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, como de outras específicas, no sentido de mostrar à sociedade local o contributo do património.

Ainda dentro das edições defendo o desenvolvimento de vídeos temáticos, por exemplo, abordar em forma de documentário, a ocupação em Mirandela, etc., e um vídeo mais interativo orientado para o público mais jovem.

Para alcançar as intenções referidas, como prosseguir com o processo de caracterização, requer melhorar e ajustar a estratégia de ação e de investimento perante os seguintes pontos fracos:

- o plano de investimento do Município de Mirandela para o património assenta em projetos cofinanciados, sobretudo provenientes da UE, sendo aceite valores percentuais iguais ou superior a 51%, nunca menos. Para implementar um processo de caracterização exige equacionar pelo menos três projetos, isto é, para abarcar um período de cinco anos, pressupondo que a maioria terá uma execução temporal máxima de 24 meses. Tal planeamento exige um conhecimento técnico dos passos e dos ajustes aplicar, um apoio político e uma medição com cofinanciadores que garanta o cumprimento integral. Na realidade e na execução ocorrem alterações que modificam claramente a estratégia anterior que obrigam a um plano B. Por isto, defendo a existência de um cronograma que indique etapas, objetivos, metas, meios e investimento. Este plano deve ser debatido com o executivo para que não haja dúvidas. No mesmo plano devem ser equacionadas soluções interprojetos, ou seja, fases que medeiam um projeto de outro, e que durante X tempo não há investimento; neste interprojeto deve ser identificado como decorrerá a execução técnica para que não haja paragens ou retrocessos, algo lamentavelmente recorrente;
- o quadro temporal proporcionado é limitado, isto é, pressupõe-se (na autarquia e nos cofinanciadores) que em vinte e quatro meses de execução um projeto consiga-se implementar um processo de caracterização. A solução passa por apresentar junto das autoridades tutelares e cofinanciadores, na fase pré-candidatura do primeiro projeto, que um processo exigirá um quadro temporal específico que obriga a possuir dois a três projetos. Aplicação desta solução deve ser enquadrada numa estratégia de apresentar e argumentar resultados e necessidades nas fases de execução e final de etapas aos cofinanciadores no sentido de conseguir viabilidade do processo.

A realidade mostra, pelo contrário, uma aposta na procura da continuidade de um projeto no fim da sua etapa, o que provoca paragens. A paragem no inventário é mau porque vão ocorrendo alterações físicas no património, sobretudo as provocadas pelo Homem, que obrigam a verificar cada caso para não cairmos no erro de assumir um imóvel que está alterado ou destruído;

- a presença de meios humanos permanentes, neste caso de técnicos qualificados em património, pode resumir-se a um elemento, o que não permite criar um corpo técnico sólido para destruição de tarefas. Ou seja, em Mirandela num período de três anos e três meses de projetos cofinanciados executados entre 2006 e 2011, tive duas equipas, num total de quinze técnicos superiores. Quando mudei de equipa tive que ensinar tudo de novo. Como não conhecem o património e o território, o inventariar exigiu retornar aos casos existentes. Em suma, vi-me obrigado a rever o realizado no sentido da equipa perceber o contexto de trabalho. Hoje nenhum técnico persiste. Deste facto concluí que não posso inculcar na equipa a pressão de realizar os quatro métodos do processo, porque o querer andar depressa provoca uma redução da qualidade da caracterização. Preferível omitir fases do trabalho, ou seja, orientar para a identificação e inventário, depois acrescentando organização e estudo se houver tempo. Ensinar técnicos superiores que estarão na Autarquia somente dois anos o método de organização, neste caso base de dados, é uma perda de tempo. A resolução deste método deve ficar a cargo dos técnicos superiores permanentes da autarquia; se houver somente um técnico superior então que se aposte num inventário mais completo possível, porque a conversão para a base de dados caberá a esse técnico, o que deve ser preparada para ser menos morosa e mais exigente;
- a existência de meios materiais que permitam a execução do processo é fundamental ser equacionada no antes e durante a implementação. Deve-se ter computadores, servidor, base de dados, máquina fotográfica, ferramentas cartográficas para identificação, viatura, pelo menos; a maioria deste material deve ser multiplicado pelo número de meios humanos existentes. O sucesso dos resultados está dependente das condições, as quais condicionam o tempo disponível. Por isto, o projetar de meios necessários deve começar antes do arranque do processo ou de um projeto. Se estes forem insuficientes é preferível suspender a execução do projeto ou do processo;
- a presença de uma estrutura orgânica e funcional no Município de Mirandela que abarque o património do concelho é importante implementar na Autarquia no sentido de dar credibilidade e responsabilidade (para o bom e para o mau) às estratégias de ação, acabando com a duplicação e intromissão. O sinal dado na

última revisão da estrutura orgânica da Autarquia de Mirandela⁴⁹ é um passo positivo, mas requer introduzir melhorias funcionais que articulem com as orientações nacionais e internacionais, que terá que passar por criar uma unidade dedicada ao património cultural e natural;

- aposta numa estrutura de apoio para a caracterização a nível do organismo central responsável pela tutela do património português, tal como ocorre noutros países referidos na parte 1 deste trabalho, em vez de uma resposta individual dada por um técnico sem suporte técnico ou documental adequado, apesar da criação dos *Kits de Património* demonstrarem um começo positivo, mas longe das boas práticas. Perante esta lacuna a solução está nos organismos intermédios do Estado ou nos organismos do poder local (autarquias) criarem soluções de gestão da informação para o planeamento, ordenamento e divulgação do património como lentamente ocorre.

Concluo que a prospetiva da gestão da informação sobre património imóvel em Mirandela exige uma avaliação dos passos executados para traçar os passos a executar, sobretudo na relação entre as metas, o percurso, e os meios disponíveis e necessários, no sentido das apostas físicas e financeiras serem sustentáveis e usufruíveis.

Atualmente o conhecimento do Município de Mirandela proveniente das experiências de gestão no processo de caracterização já permite com maior rigor melhorar ou redefinir a estratégia de ação.

Neste sentido, a minha recomendação técnica para as outras autarquias de Portugal, concretamente para aqueles que vão estipular e decidir o percurso para o património é o desenvolverem a conceção e as linhas estratégicas para o médio prazo, equacionando todas as vertentes, desde o temporal, físico e financeiro.

⁴⁹ No dia 13 de setembro de 2010, no quadro da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mirandela, aprovou a proposta de reorganização dos serviços da Autarquia (<http://www.cm-mirandela.pt/files/10/10085.pdf>). A 3 de janeiro de 2011 em reunião ordinária aprova a reorganização dos serviços do Município de Mirandela e das unidades orgânicas (<http://www.cm-mirandela.pt/files/10/10402.pdf>), encontrando na Divisão de Assuntos Culturais uma miscelânea de atribuições sobre património, assuntos culturais a bibliotecas, não organizado, mas nítida separação da vertente turismo, que pouco melhora relativamente a 2001 (<http://dre.pt/pdf2sdip/2001/11/265126000/0001700024.pdf>). Posteriormente à referida reorganização nunca foi proposto um mapa de funções da Divisão, mantendo-se as tarefas na vontade e capacidade de cada um.

CONCLUSÃO

Este trabalho é uma aposta desenvolvida no quadro do Município de Mirandela que procura mostrar de forma sintetizada a estratégia, o método e as ferramentas implementados para o conhecimento do património imóvel, desde de 2004 até atualidade, relativo ao concelho de Mirandela, no sentido proceder à revisão do PDM, enquanto missão principal, igualmente possuir informação patrimonial para dar a conhecer o território, como introduzir governança na Autarquia para ter capacidade de resposta ou solução.

Enquanto trabalho não deve ser entendido como o produto final, mas a amostragem de um percurso que vai a meio, o que significa o risco deste trabalho, no futuro, mostrar erros, ou transformar-se numa estratégia ultrapassada, ou ainda uma aposta descabida, porque não foram equacionados ou experimentadas todas as soluções do processo de caraterização.

Por isto, este trabalho simboliza para mim uma reflexão no sentido de melhorar a continuação da execução do processo de caraterização do património imóvel. Para os leitores deste trabalho que seja uma experiência para evoluir com os erros que eu cometi e passar para um nível mais avançado do processo.

A missão do *Processo de Caraterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela* pretende contribuir para o emergir de uma solução de gestão de informação para as Autarquias sobre património imóvel no sentido da aquisição de conhecimento que capacite no planeamento, no ordenamento e na divulgação, aproximando de exemplos em países europeus apontados neste trabalho.

Na realidade, hoje em Portugal, estamos ainda longe de uma boa prática de gestão e aplicação do processo de caraterização concertada para o património imóvel, apesar dos *Kits Património* da IHRU e IGESPAR mostrarem um começo. Os exemplos portugueses identificados mostram-me uma difusão de métodos orientados para um inventário simplificado, esquecendo a gestão e sustentabilidade. Se nos restringirmos às autarquias, a larga maioria enquadra-se no referido atrás, agravado por um conhecimento genérico do património, centrado na identificação, ou um conhecimento resultado de ações orientadas de forma parcial a determinados imóveis existentes no seu território.

Do exposto considerou-se que este trabalho se deveria estruturar em duas partes: parte um, destinada às problemáticas e conceitos em torno do património e patrimonialização, como das soluções internacionais e nacionais para atuação na caraterização, valorização e monitorização; parte dois, mostrar o percurso, o método, as ferramentas e a finalidade no

executar do processo de caracterização no concelho de Mirandela, às soluções e prospetivas para concluir o processo no Município de Mirandela.

A parte um deste trabalho tem um primeiro momento destinado à problematização e à identificação de conceitos sobre património e patrimonialização. Neste momento procurei mostrar por quatro documentos – Convenções –, que na minha opinião, indicam no percurso e na história da gestão e salvaguarda do património uma evolução do entendimento da aplicação do mesmo património. Acrescentei ainda a este primeiro momento conceitos e perspetivas teóricas de autores internacionais e nacionais do entendimento e utilidade de património, sobretudo o remeter para necessidade de salvaguarda e gestão sustentável.

Sobre este primeiro momento considero que abordei a problematização e cruzamento de conceitos. Pretendia neste momento enquadrar perspetivas e ideias gerais sobre património e patrimonialização para assentar a parte dois deste trabalho.

O segundo momento, ainda da primeira parte, orientou-se para o enquadramento do património imóvel, concretamente para a justificação de conceitos de salvaguarda e proteção, como de soluções de identificação e inventário, de proveniência internacional e nacional. Com este momento pretendo retirar dados orientadores que indicassem como atuar na caracterização do património imóvel, desde o método, passando pelos procedimentos até a meios ou formas de registo ou gestão da informação.

Na vertente internacional, encontrei um role de informação, sobretudo da ICOMOS, que sugere aspetos a ter em conta no património imóvel, o que me ajudou a perceber como atuar. Outra abordagem para completar o anterior foi pesquisar exemplos de gestão de informação documental em países europeus, caso da Inglaterra, Irlanda, Espanha e França. Destes exemplos retirei formas de gestão similares quanto à uniformização de termos e inventário, notando aplicação de orientações do Conselho da Europa e ICOMOS. Quanto ao resto, uma identidade própria que responde aos objetivos de cada Instituição, mas não põe em causa os conceitos gerais da gestão da informação patrimonial.

Na pesquisa de exemplos internacionais assumo que optei por casos europeus, particularmente por proximidade geográfica a Portugal, apesar das escolhas possuírem culturas próprias, renegando exemplos australianos e norte americanos. Com este objetivo geográfico pretendi indiretamente mostrar a diversidade e complementaridade que Portugal tem à sua volta e que pode ir beber.

Para a vertente nacional os conceitos e formas de gestão provém de influência internacional. Por isto, procurei mostrar exemplos das soluções desenvolvidas pelos organismos tutelares ou de cariz central, concretamente desde de 2008 a edição dos *Kits*

Património pela IHRU e IGESPAR tem auxiliado a introdução de pensamento de inventário, particularmente com aposta em *workshops* para formação de técnicos e não só, ocorridas em Lisboa. Procurei igualmente boas práticas regionais, autárquicas, universitárias e privadas com objetivo de adquirir conhecimento, como mostrar o nível de abordagem das soluções do processo de caracterização em Portugal. No caso da boa prática autárquica assumo a orientação para o trabalho desenvolvido no Município de Cascais por conhecer o mesmo com alguma especificidade.

A parte dois deste trabalho focaliza-se no mostrar do trabalho desenvolvido no Município e concelho de Mirandela para a implementação de um processo de caracterização. Nesta parte dois abordei três tipos resultados: 1) o percurso e a estratégia, 2) os métodos e os procedimentos, e por fim, 3) as ferramentas ou as soluções de gestão da informação. Isto tudo somado representa o processo de caracterização em Mirandela.

Na abordagem ao percurso e estratégia procurei explicar o caminho percorrido entre 2004 e atualidade (2012), desde as primeiras idealizações à revisão atualmente em curso. Ao explicar este percurso mostro a estratégia aplicada, em concreto os objetivos, metas, o que se queria alcançar, o que hoje falta ainda executar. Nesta estratégia indico as etapas projetadas, o modelo de financiamento alcançado e algum dos meios físicos obtidos neste percurso no sentido de satisfazer critérios técnicos. O elemento que sublinho é a componente financeira porque viabiliza a vontade da Autarquia e permite criar as condições necessárias, e aqui mostra-se a importância de uma articulação entre técnica e política.

Naturalmente deste percurso retiram-se pontos fracos que exigem reformulação. Por isso, na parte final da parte dois deste trabalho elenco os aspetos negativos como pontos de alerta a ter atenção na revisão da estratégia que está em curso. Estes aspetos negativos genéricos a ter em conta são quatro: 1) o tempo, 2) a vontade e a estrutura da instituição, 3) os meios e o 4) financiamento.

Nos métodos e procedimentos implementados para a execução das tarefas, concretamente na justificação do processo de caracterização, resultam da aplicação de um conceito teórico no terreno cujas experiências permitiram afinar os referidos conceitos (métodos e procedimentos) e de que forma no território a teoria requer ajustamentos, atendendo a condicionantes físicas, humanas e financeiras. O avaliar das experiências realizadas em terreno é a mais-valia do processo na adequação dos métodos e procedimentos, porque permitiu-me desenvolver um modelo de atuação que reverte na capacitação e sustentabilidade da informação e dos investimentos.

Destas experiências concluo que o processo de caracterização assenta em quatro métodos, ou seja, a identificação, inventário, organização e estudo; métodos de capacidade relacional com outros; métodos de execução não sequencial, mas criando sintonia entre os vários métodos. Este método tem que traduzir resultados, uma finalidade que é a capacidade de gestão para disponibilizar informação para o ordenamento, planeamento e formação de públicos.

São as ferramentas os meios de capacitar a disponibilização e a utilização da informação recolhida e estruturada pelo processo de caracterização. Na realidade é de momento o único meio de gestão. Por este aspeto ser concretizável, para uma adequada definição dos métodos e procedimentos, requer desenvolver-se um modelo de gestão que congregue uma solução de base de dados (pensada para articular vários conceitos de informação) e cartografia.

Se cruzar o referido com a parte um deste trabalho concluí-se que nos países mencionados o cerne da gestão da informação está em bases de dados, as quais foram pensadas para dar resposta a objetivos. Esta última afirmação é o ponto-chave de um processo de caracterização e da razão do sistema de gestão do património do concelho de Mirandela: gerir um território requer pensar nas metas e na utilidade da informação para definir um modelo que responda a estes desideratos.

O tipo de ferramentas a utilizar na gestão da informação e do património imóvel é fundamental. Existe a solução de criar de raiz ou ir ao mercado. Para ambas é preciso ter experiência e mesmo sorte na formulação das apostas. A aposta de Mirandela em soluções existentes no mercado, assente no cruzamento e desenvolvimento de experiências, para melhorar o sistema de gestão foi a mais acertada até ao momento. O passo seguinte é conseguir a sustentabilidade do sistema.

Para conseguir atingir este objetivo é preciso convencer da utilidade do sistema de gestão, descrita no último ponto da parte dois, que para mim é demonstrativo da importância de uma base de dados: uma ferramenta para gerir informação e não somente armazenar. Esta utilidade está no conseguir manusear da informação organizada na base de dados, através da pesquisa, com o objetivo de obter resultados que justifiquem questões ou perceções no património imóvel ou no território. O conseguir tal alcança-se elaborando fórmulas de pesquisa (pesquisa simples e avançada), as quais se iniciam no momento de estruturação dos dados no sistema de gestão.

O facto referido é uma das lacunas do sistema de gestão, porque o modelo final ainda não foi encontrado por estar ainda em desenvolvimento. Igualmente requer melhorar o modelo de funcionamento da pesquisa e de visualização da informação em árvore, porque só

assim percebemos a disposição dos dados de uma RPI, acrescentando a este bolo a equação do *thesaurus*; da mesma forma aprofundar a dinâmica com SIG. Isto e outras questões que resultarão da consolidação da informação e do desenvolvimento da Carta de Património serão equacionados na estratégia em curso.

O que faltou mostrar neste trabalho foram as soluções de disponibilização e divulgação da informação recolhida no processo de caraterização. Mais, os exemplos que mostrei estão desatualizados e não permitem visualizar qual e estado da informação sobre o património imóvel de Mirandela. Quanto às soluções propostas requerem um trabalho de desenvolvimento de demonstração da informação e a inclusão de modelos de interação com o público.

O futuro do processo de caraterização do património de Mirandela está situado na revisão da estratégia desenvolvida até hoje. Para tal, importa ter em atenção os pontos fracos, caso do tempo, financiamentos, meios humanos, recursos materiais e a orgânica da Autarquia para saber articulá-los na estratégia a prosseguir.

Concluo afirmando que requer melhorar e aprofundar o processo de caraterização patrimonial, ou seja, de um trabalho que aqui defendo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

- LEI 48/1998, DR 184, SÉRIE I-A, 11/08/1998, 3869-3875, retirado a 20/5/2012 em <http://dre.pt/pdf1sdip/1998/08/184A00/38693875.PDF>.
- LEI N.º 13/85, DR 153 SÉRIE I, 1985-07-06, 1865-1874 retirado a 22/12/2011 em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=1985.153&iddip=19851723>.
- LEI N.º 159/99, DR 215, SERIE I-A, 14-9-1999, 6301-6307 retirado a 5/1/2011 em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=1999.215A&iddip=19993155>.
- LEI N.º 48/98, DR 184, SERIE I-A, 11-8-1998, 3869- 3875 retirado a 5/1/2011 em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=1998.184A&iddip=19982275>.
- LEI N.º 5-A/2002, DR 9, SERIE I-A, 11/01/2002, 288(2)-288-(31) retirado a 5/1/2012 em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=2002.9AS01&iddip=20020114>.
- LEI N.º 107/2001, DR 209 SÉRIE I-A, 2001-09-08, 5808-5829 retirado a 23/12/2010 em <http://dre.pt/util/getpdf.asp?s=dip&serie=1&iddr=2001.209A&iddip=20013078>.

Bibliografia

- ALMEIDA, Antonio Campar de (2006), “Paisagens: um Património e um Recurso. In JACINTO, R., BENTO, V., ed. lit., *O Interior Raiano do Centro de Portugal. Outras Fronteiras, Novos Intercâmbios*, Porto: Campo das Letras, Guarda: CEI, 2006 (Iberografias, 8), pp. 31- 42.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993), “Património – Riegl e Hoje”. In *Revista da Faculdade de Letras*, Porto: FLUP, pp. 407 – 415.
- ALMEIDA, Maria José (10 e 11 de novembro de 2011b) “Município de Cascais: a Utilização de Tecnologias de Informação no Âmbito do Património Cultural”. In *Seminário "Reservas: Gestão e Conservação Preventiva"*, Ourique: Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão ficheiro acedido a 05/04/2012 em http://lisboa.academia.edu/MariaJosedeAlmeida/Talks/76183/Municipio_de_Cascais_a_utilizacao_de_tecnologias_de_informacao_no_ambito_do_patrimonio_cultural.
- ALMEIDA, Maria José (2011a), "Carta Arqueológica de de Cascais: Desafios de uma revisão". In ALMEIDA, Maria José de and CARVALHO, António (eds.), *Atas do Encontro Arqueologia e Autarquias*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 91-110, informação retirada a 05/04/2012 em

http://lisboa.academia.edu/MariaJosedeAlmeida/Papers/981418/Carta_Arqueologica_de_Cascais_desafios_de_uma_revisao.

ALMEIDA, Maria José de, MATOS, Alexandre, CABRAL, Fernando (accepted for publication), “The Integrated Archaeological Management System at Cascais (Portugal): From Management to Public Access”. In CONTRERAS, Francisco, MELERO, Francisco Javier, FARJAS, Mercedes (eds.), *Proceedings of the 38th Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*, Granada, Spain, April 2010, Granada: s.n.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE SANTARÉM, *Biblioteca*, página consultada a 01/12/2011 em <http://www.patrimonio-santarem.pt/cat.php?catid=39>

BOTICA, Natália (2004), *Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica*, Dissertação de Mestrado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: Braga.

BOTICA, Natália, SANTOS, Maribel Yasmina, LEMOS, Francisco Sande (Nov. 2004), “Servatis – Um Sistema de Apoio à Atividade Arqueológica”. In ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (2004), *CAPSI 2004: Atas da 5ª Conferência*, 5, Lisboa: Associação Portuguesa de Sistemas de Informação.

CABRAL, Clara Bertrand (2009), “Convenção de UNESCO: Inventários e Salvaguarda”. In *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, Softlimits, pp. 125-139.

CABRAL, Clara Maria Ferreira Bertrand (2009), *Património Cultural Imaterial, Proposta de uma Metodologia de Inventariação*, Dissertação Conducente à Obtenção do Grau de Mestre em Ciências Antropológicas, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

CHOAY, Françoise (2008), *Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70.

CHOAY, Françoise (2008), *Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2009), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte*, ficheiro retirado a 1/12/2011 em <http://www.cedr-n.pt/>;

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO EM PORTUGAL, *Categorias e Critérios de Classificação*, ficheiro consultado a 31/01/2012 em www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+criterios.doc.

- CONSELHO DA EUROPA (1954), *European Cultural Convention*, European Treaty Series, 18, informação obtida a 15/02/2011 em <http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?NT=018&CM=8&DF=27/04/2012&CL=ENG>.
- CONSELHO DA EUROPA (1985), *Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa*, 121, Granada: Séries do Tratado Europeu.
- CONSELHO DA EUROPA (1985), *Convenção para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa*, 121, Granada: Séries do Tratado Europeu.
- CONSELHO DA EUROPA (1992), *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico*, 143, Valleta: Séries do Tratado Europeu.
- CONSELHO DA EUROPA (1992), *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico*, 143, Valleta, Séries do Tratado Europeu.
- CORREIA, Paulo Alexandre Campos Sampaio (2011), *Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão) - Um Modelo de Gestão Patrimonial*, Dissertação de Mestrado em História e Património Ramo de Mediação Patrimonial, Vol. 1, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CRUZ, Valle Muñoz, SÁNCHEZ, Carmen Ladrón de Guevara (2007), “El Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)”. In *PH Cuadernos*, 20, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Sevilla: Consejería de Cultura
- DECRETO N.º 49/79, DR 130/79 SÉRIE I, 1979-06-06.
- DECRETO-LEI 309/2009, DR 206 SÉRIE I, 2009-10-23, 7975-7987.
- DECRETO-LEI N.º 380/99, DR 222, SERIE I-A, 22/09/1999, 6590- 6622.
- DEPARTMENT OF ARTS, HERITAGE AND THE GAELTACHT (2011), *Architectural Heritage Protection, Guidelines for Planning Authorities*, Dublin: Government of Ireland, retirado a 22/01/2012 em <http://www.pobail.ie/en/Publications/HeritagePublications/BuiltHeritagePolicyPublications/Architectural%20Heritage%20Protection%20Guidelines%20%282011%29.pdf>.
- DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT, HERITAGE AND LOCAL GOVERNMENT (2003), *Architectural Heritage Protection for Places of Public Worship, Guidelines for Planning Authorities*, ficheiro consultado em 22/01/2012 em <http://www.environ.ie/en/Publications/DevelopmentandHousing/Planning/FileDownload,1600,en.pdf>.

- DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT, HERITAGE AND LOCAL GOVERNMENT (June 2006), *NIAH HANDBOOK, National Inventory of Architectural Heritage*.
- DGOTUD (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Plano de Ação*, ficheiro retirado a 8/01/2012 em <http://www.dgotdu.pt/>;
- DURAND, Jean-Yves (2005), “Patrimónios/ Patrimônios”. In *Jornadas sobre a Função Social do Museu (conferência)*, 16, Montalegre.
- ENGLISH HERITAGE (2007), *MIDAS Heritage, The UK Historic Environment Data Standart*, ficheiros retirados a 01/12/2011 em <http://www.english-heritage.org.uk/publications/midas-heritage/>.
- FENTRESS, James, WICKHAM, Chris (1994), *Memória Social: Novas Perspetivas sobre o Passado*, trad. Telma Costa, Lisboa: Teorema.
- FONTES, Luis, ANDRADE, Francisco (2010), “Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final”. In FONTES, Luis, MARTINS, Manuela, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./ Memórias*, 8, 2010, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (2009), “Plantas, Direitos e Cultura: A Antropologia e a Patrimonialização das Conceções, Conhecimentos e Práticas relativos à Natureza”. In *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, Softlimits, pp. 305-319.
- GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA, *Inventário do Património do Imóvel dos Açores*, página consultada a 9/3/2012 em <http://www.inventario.iacultura.pt/index.html>.
- GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES, INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA, *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores*, página consultada a 9/3/2012 em <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/moinho-vento/CD-IMoinhosVento/index.html>.
- GUILLAUME, Marc (2003), *A Política do Património*, Campo das Ciências, 11, Porto: Campo de Letras.
- HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence (2003), *Invenção das Tradições*, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- ICOMOS (1964), *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*, Veneza: II Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

- ICOMOS (1981), *Carta dos Jardins Históricos*, Florença: Comité Internacional dos Jardins Históricos ICOMOS-IFLA.
- ICOMOS (1987), *Carta Internacional para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas Históricas*, Washington (EUA): Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1990), *Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico*, Lausanne (Suíça): Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1992), *Carta para a Conservação de Conjuntos Patrimoniais com Valor*, Nova Zelândia: Comité Nacional da Nova Zelândia.
- ICOMOS (1993), *Guia Orientador para a Educação e Treino para a Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios*, Colombo (Sri Lanka): Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1996), *Carta Internacional para a Proteção de Gestão do Património Cultural Subaquático*, Sofia: Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1996), *Princípios para o Inventário de Monumentos, Conjuntos e Sítios*, Sofia: Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1999), *Carta para o Património Vernáculo Construído*, México: Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (1999), *Charter On The Built Vernacular Heritage*, Mexico: Ratified by the ICOMOS 12th General Assembly, in Mexico, October 1999, Mexico.
- ICOMOS (1999), *Princípios que devem Orientar a Conservação de Estruturas Históricas em Madeira*, México: Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (2003), *Princípios para a Preservação, Conservação e Restauro de Pinturas Murais*, Victoria Falls (Zimbabwe): Assembleia Geral do ICOMOS.
- ICOMOS (2003), *Princípios para Análise, Conservação e Restauro de Estruturas do Património Arquitetónico*, Victoria Falls (Zimbabwe): Assembleia Geral do ICOMOS.
- INDEX RERUM, página consultada a 01/03/2012 em <http://www.indexrerum.com/>.
- INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (2008), “Património Arquitetónico – Geral”. In *Kits Património*, nº 1, versão 1.0, Lisboa: IHRU, IGESPAR.
- INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (2010), “Património Arquitetónico – Património Arquitetónico de Habitação Multifamiliar do Século XX”. In *Kits Património*, nº 2, versão 1.0, Lisboa: IHRU, IGESPAR.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (2010), “Património Industrial”. In *Kits Património*, nº 3, versão 1.0, Lisboa: IHRU, IGESPAR.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (2010), “Património Arquitetónico – Edifícios Conventuais Capuchos”. In *Kits Património*, nº 5, versão 1.0, Lisboa: IHRU, IGESPAR.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO (2010), “Património Arquitetónico – Igrejas de Misericórdia”. In *Kits Património*, nº 6, versão 1.0, Lisboa: IHRU, IGESPAR.

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO, *Ficha de Sítio*, ficheiro retirado a 1/3/2012
http://www.igespar.pt/media/uploads/formularios/formularios_novos/FichaSítioIGESPAR_distributed.pdf

INSTITUTO DE HABITAÇÃO E DA REGENERAÇÃO URBANA (2008), *Normas de Inventário do Património Arquitetónico, Monumento (NIPA-M)*, versão 9.0, Lisboa: IHRU.

JORGE, José Duarte Centeno (2003), “A Matéria do Património”. In RAMOS, João, coord., *Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa: Fernando Mão de Ferro, pp. 10-16.

LEAL, João (2009), “O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma Perspetiva Histórica”. In *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, Softlimits.

LINO, Fernanda Noia da Costa (2010), *A Preservação do Patrimônio Cultural Urbano: Fundamentos, Agentes e Práticas Urbanísticas*, Tese de Doutora em Direito do Estado, São Paulo: Faculdade de Direito de São Paulo, documento retirado em 29/6/2012 em
<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=a%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20pensamento%20contempor%C3%A2neo%20atrav%C3%A9s%20da%20leitura%20de%20documentos%20internacionais&source=web&cd=3&ved=0CF8QFjAC&url=http://www.teses.usp.br/2Fteses%2Fdisponiveis%2F2%2F2134%2Fde-27012011-091914%2Fpublico%2FFernanda%2FNoia%2Fda%2FCosta%2FLino.pdf&ei=->

[J72T97LKYfOhAfX5cjbBg&usg=AFQjCNExml8gRBvA7UwZtF75O9wTcKs8ng&c
ad=rja](http://www.matriz.imc-ip.pt/index.php)

LLOPIS, Juan Peña (2006), *Sistemas de Información Geográfica Aplicados a La Gestión Del Territorio*, Alicante: Departamento de Ecología, Universidad de Alicante, Editorial Club Universitario.

LOPES, Flávio, coord. (1994), *Critérios, Classificação de Bens Imóveis – Património Arquitetónico, Critérios para Futuras Classificações*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

LOPES, Flávio, coord. (1994), *Critérios, Classificação de Bens Imóveis – Património Arquitetónico, Critérios para Futuras Classificações*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

MATRIZ, página consultada a 01/03/2012 em <http://www.matriz.imc-ip.pt/index.php>.

MINISTERE DE LA CULTURE, *L'Architecture Et Du Patrimoine*, site consultado a 15/01/2012 em <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/index.htm>

MINISTERE DE LA CULTURE, *Inventaire Général Du Patrimoine Cultural*, site consultado a 15/01/2012 em <http://www.inventaire.culture.gouv.fr/>

MINISTERE DE LA CULTURE, *La Médiathèque Del'Architecture et Du Patrimoine*, site consultado a 15/01/2012 em <http://www.mediatheque-patrimoine.culture.gouv.fr/fr/index.html>

NATIONAL ROADS AUTHORITY (a), *Guidelines for the Assessment of Archaeological Heritage, Impacts of National Road Schemes*, ficheiro consultado a 31/01/2012 em <http://www.nra.ie/Publications/DownloadableDocumentation/Environment/file,3486,en.pdf>.

NATIONAL ROADS AUTHORITY (b), *Guidelines for the Assessment of Architectural Heritage, Impacts of National Road Schemes*, ficheiro consultado a 31/01/2012 em <http://www.nra.ie/Publications/DownloadableDocumentation/Environment/file,3485,en.pdf>.

OLIVEIRA, César, “A Construção do Poder Local Democrático 1976-1993”. In OLIVEIRA, César, Coord., (1996), *História dos Municípios e do Poder Local* (dos Finais da Idade Média à União Europeia), Temas e Debates, Ind. Gráfica, Lda, pp. 362-401;

PALMER, Robert (coord.) *et ali.* (2009), *Guidance on Inventory and Documentation of the Cultural Heritage, Document prepared by the Ad hoc Group for Inventory and Documentation within the Technical Cooperation and Consultancy Programme*

related to the Integrated Conservation of the Cultural Heritage, Council of Europe: Strasbourg.

Património Arquitetónico, A evolução do Pensamento Contemporâneo através da Leitura de Documentos Internacionais, informação retirada 29/06/2012 em http://www.geocities.ws/animate032000/images/textos/Patrimonio_Arquitetonico.htm

PEIXOTO, Paulo (Dez-2004), “A identidade como Recurso Metonímico dos Processos de Patrimonialização”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70 (2004), Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 183-204.

PINTO, Fernando (2003), “Ler o Património”. In RAMOS, João, coord., *Matéria do Património – Memórias e Identidades*, Lisboa: Fernando Mão de Ferro, pp. 17-22.

PORTAL DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, *Documentação, Legislação Nacional*, página consultada a 01/12/2011 em <http://www.prorestauro.com/index.php?option=content&task=view&id=31#ano1>

RAPOSO, Jorge (2003), “Planos Diretores Municipais, Inquérito aos PDM’s de “1ª Geração””. In *Almadan*, II Série, 12, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 82-91

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS (1931), *Carta de Atenas*, Atenas: Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos.

SISTEMA DO FUTURO (2007), *Manual de Procedimentos do INPATRIMONIUM PREMIUM*, (polic.), Porto: Sistema do Futuro.

SISTEMA DO FUTURO, página consultada a 01/03/2012 em <http://www.sistemasfuturo.pt/>.

TORRICO, Juan Agudo (2006), “Património e Discursos Identitários”. In PERALTA, Elsa, ANICO, Marta (organizadoras), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, pp. 21-34.

TRUST, J. Paul Getty (1998), *Documenting the Cultural Heritage*, Editors Robin Thornes and John Bold, página consultada a 05/10/2011 em <http://archives.icom.museum/object-id/heritage/>.

UNESCO (1972), *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris: Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, informação obtida em 15/02/2011 em <http://www.igespar.pt/pt/account/legislacao/>.

UNESCO (2003), *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, Paris: 32ª Sessão Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, informação obtida a 15/02/2011 em <http://www.igespar.pt/pt/account/legislacao/>.

UNESCO (2005), *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidade de las Expressiones Culturales*, Paris: 33ª Sessão Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura informação obtida em 15/02/2011 em <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/cultural-diversity/diversity-of-cultural-expressions/the-convention/convention-text/>.

UNESCO (2010), *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, Comité Intergovernamental para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Lisboa: Centro do Património Mundial.

SIGLAS

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
CEE – Comunidade Económica Europeia;
DGEMN – Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais;
EIA – Estudo de Impacte Ambiental;
GIS – Geographical Information System;
ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites;
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico;
IHRU – Instituto de Habitação e Regeneração Urbana;
IIM – Imóvel de Interesse Municipal;
IIP – Imóvel de Interesse Público;
IPA – Instituto Português de Arqueologia;
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico;
MN – Monumento Nacional;
ON2 – Programa Operacional da Região Norte entre 2007-2013;
PDM – Plano Diretor Municipal;
POC – Programa Operacional da Cultura;
RPI – Referência Patrimonial Imóvel;
SIG – Sistemas de Informação Geográfica;
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico;
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação;
UE – União Europeia;
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization;

ANEXOS

Anexo 1 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao *National Inventory of Architectural Heritage* (NIAH) (DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT, HERITAGE AND LOCAL GOVERNMENT, 2006)

Registration Number	
Location	Name
	Previous name
	Number
	Street name
	Town
	Townland
	County
	Plannig authority
Classification	Original type
	In use as
	Additional type
	Historical use
Date	
Condition	Excellent €
	Good (G)
	Fair (F)
	Poor (P)
	Derelict (D)
	Ruin (R)
Categories of Special Interest	Architectural
	Historical
	Archaeological
	Artistic
	Cultural
	Scientific
	Technical
Social	
Rating	Internacional (I)
	National (N)
	Regional ®

	Local (L)
	Record only (O)
Summary Description	
Appraisal	
Photographic Record	
General	
Mapping	

Anexo 2 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao *Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage* (PALMER, 2009)

Names and references	Name of building	
	Unique reference number	
	Date of compilation	
	Recording organisation	
	Cross-reference to related building and ensemble records	
		Qualifier of Relationship
	Cross-reference to fixtures and movable items	
	Cross-reference to documentation	
		Photographic reference number(s)
		Graphic reference number(s)
		Textual sources reference number(s)
		Bibliographic reference number(s)
	Cross-reference to archaeological records	
	Cross-reference to environmental records	
Location	Administrative location	
		State
		Geo-political unit
		State administrative division(s)
		Administrative sub-division
	Address	
		Postal name
		Number in the street/road
		Name of street/road
		Locality
	Town/city	
	Postal code	
	Cartographic reference	

Functional type	Cadastral reference/land unit	X Coordinates
		Y Coordinates
Dating	Building type	Spatial referencing system employed
		Date
Persons and organisations associated with the history of the building	Building category	From
		To
		Period
		Century
Building materials and techniques	Absolute date	Date Range
		Person or organisation
		Role in the history of the building
Physical condition	Main materials and structural techniques	Date
		Walls
		Roof
Protection/legal status	Covering materials	Condition priority
		Condition quality
		Grade of wear and associated damage
		Occupancy
		Ownership
Notes	Type of protection	Grade of protection
		Date at which protection was granted
		Historical summary

Anexo 3 – Estrutura de Campos da Ficha de Inventário relativo ao *Core Data Standard for Archaeological Sites and Monuments* (PALMER, 2009)

Names and references	Reference number	
	Name of monument or site	
	Date of compilation and date of last update	
		Date of compilation
		Date of last update
	Originator of reference	
	Cross-reference to related records of monuments or sites	
		Reference number
		Qualifier of relationship
		Originator of reference
	Cross-reference to archaeological collections and artefacts	
		Reference number
		Originator of reference
	Cross-reference to documentation	
	Reference number	
	Type of documentation/archive	
	Originator of reference	
Cross-reference to archaeological events		
	Reference number	
	Type of event	
	Start date of recording event	
	End date of recording event	
	Originator of reference	
Location	Administrative location	
		Country or nation
		Geo-political unit
		Administrative sub-division
	Site location	
		Description of location
Address		
	Name for address purposes	
	Number in the street or road	

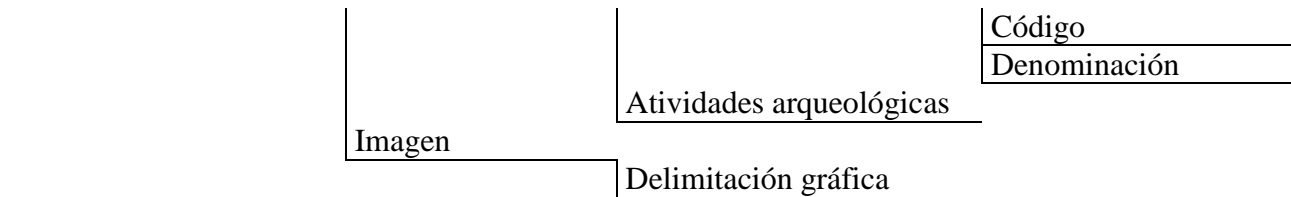
		Name of street or road
		Locality
		Town or city
		Postal or other similar national address code
	Cadastral reference/land unit	Cadastral reference
	Cartographic reference	Cartographic identifier
		Spatial referencing system
		Topology
		Qualifier
		Sequence number
		Z Coordinate
		X Coordinate
		Y Coordinate
Type	Monument or site type	
	Monument or site category	
Dating	Cultural period	Cultural period
	Century	Century
	Date range	From date
		To date
	Scientific and absolute dates	Date
		Method
Physical condition	Condition	
	Date Condition Assessed	
Designation/protection status	Type of designation or protection	
	Date of designation or protection	
	Reference number	
	Originator of reference	
Archaeological summary		

Anexo 4 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Cidades Históricas do Sistema de Informação del Patrimonio Histórico de Andalucía

FUENTES DE INFORMACIÓN	ELEMENTOS DE INTERÉS	
	IDENTIFICACIÓN/ LOCALIZACIÓN	
		Código (de la ciudad histórica)
		Denominación (de la ciudad histórica)
		Código (del área relacionada)
		Denominación (del área relacionada)
		Otras denominaciones
		Código provincia
		Provincia
		Código municipio
		Municipio
		Código núcleo
		Núcleo
		Comarca histórico cultural
		Tipo de ciudad (POTA)
		Estructura supramunicipal
		Unidad territorial
		Subunidades
		Red de centros históricos
		Altitud
	Superficie	
	Coordenadas	
	Áreas relacionadas	
IMÁGENES ASOCIADAS	Código	
	Título	
DESCRIPCIÓN LITERAL	Tipología de ciudad	
		Tipo de emplazamiento
		Forma del centro histórico

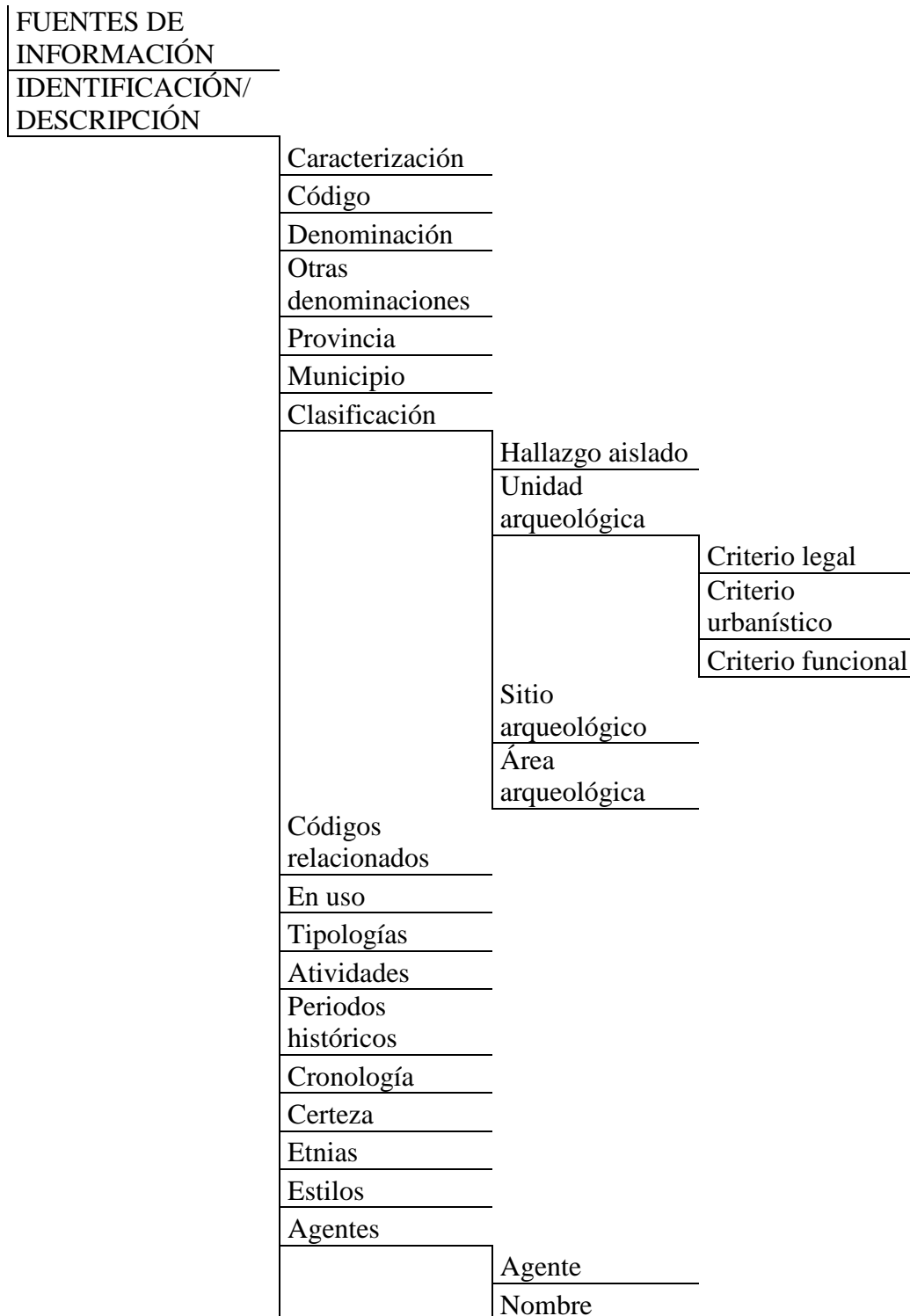
DESCRIPCIÓN HISTÓRICA	Descripción	Estructura urbana	
		Posición relativa centro/núcleo	
		Según origen	
		Justificación de la inclusión	
		Emplazamiento	
		Topografía/Geografía	
		Morfología urbana	
	Estructura urbana de ocupación		
	Tipología edificatoria dominante		
	Transformaciones recientes		
	Periodo histórico		
	Características de la ocupación		
	Límites y extensión		
	Contexto histórico		
Elementos de interés			
DESCRIPCIÓN ESTADÍSTICA PLANEAMIENTO URBANÍSTICO	Planeamiento	Código planeamiento	
		Clase	
		Figura	
			Clase: General
			Clase: De Desarrollo
		Tipo	
		Denominación	
		Estado tramitación	
		Fecha aprobación definitiva	
		Fecha publicación	
		Tipo publicación	
		Convalidación	
		Disposición	
		Fecha	
		Informe Cultura	
		Protección Individualizada	

		Determinaciones de protección individualizada
		Catálogo
		Ámbito
		Denominación del catálogo
		Nivel de protección
		Definición del nivel de protección
		Inmuebles protegidos
		Nivel
		Número
	Protección individualizada (más información)	
	Inmuebles	
		Forma de identificación de los inmuebles
		Planos de localización de inmuebles
	Protección arqueológica	
		Protección arqueológica
		Normativa
		Nivel de protección
		Planos de identificación de áreas
GESTIÓN CULTURAL		
	Protección	
		Estado
		Figura de protección
		Tipología
		Código Ministerio
		Código DGBC
		Categoría
		Disposición
		Fecha resolución
		Tipo publicación
		Número
		Página
		Fecha publicación
		Delimitación literal
		Justificación delimitación
		Justificación protección
	Intervenciones	
		Número total de intervenciones
		Total inversión
		Intervención/Conservación



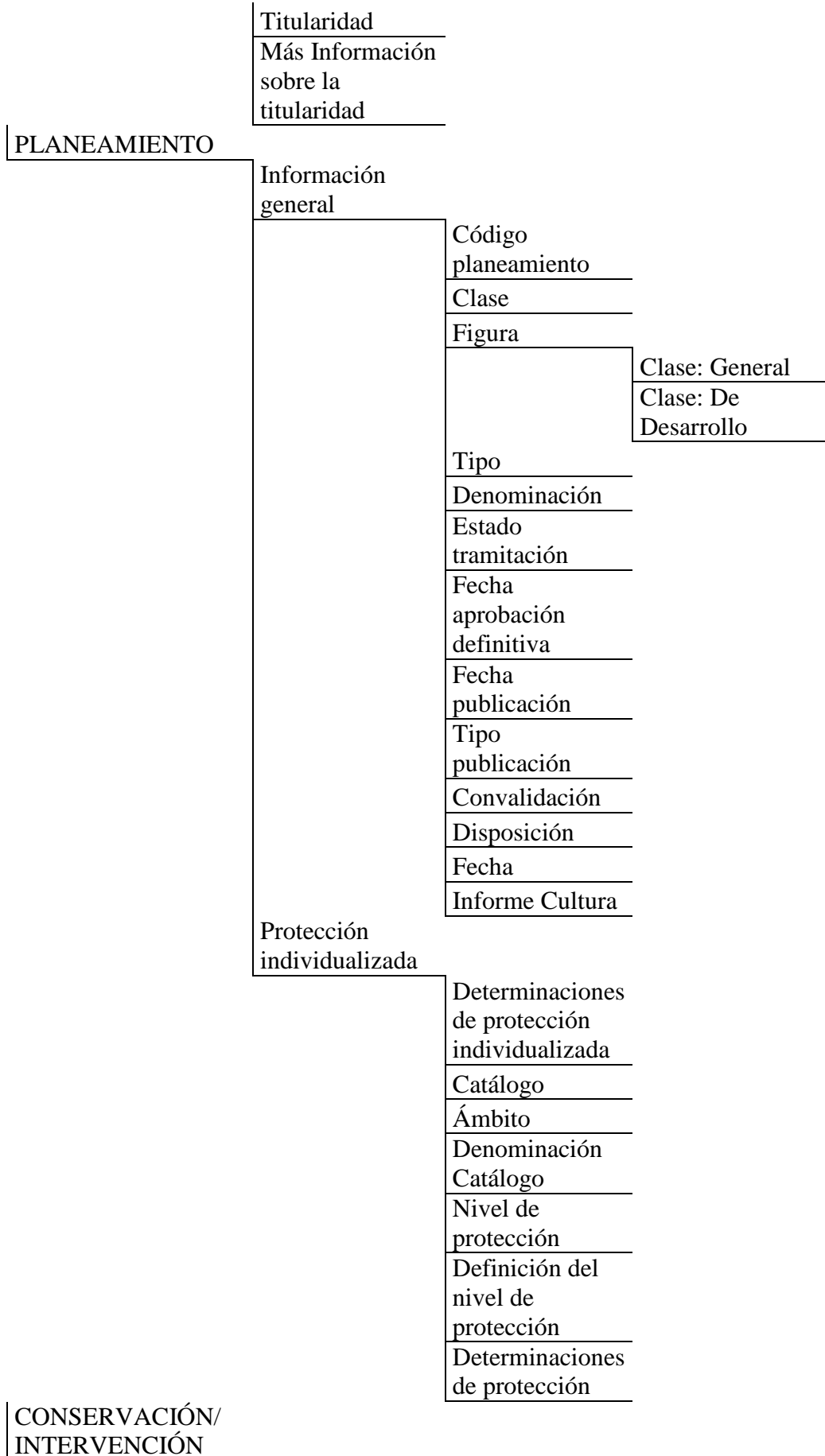
DOCUMENTACIÓN

Anexo 5 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Patrimonio Inmueble do Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía

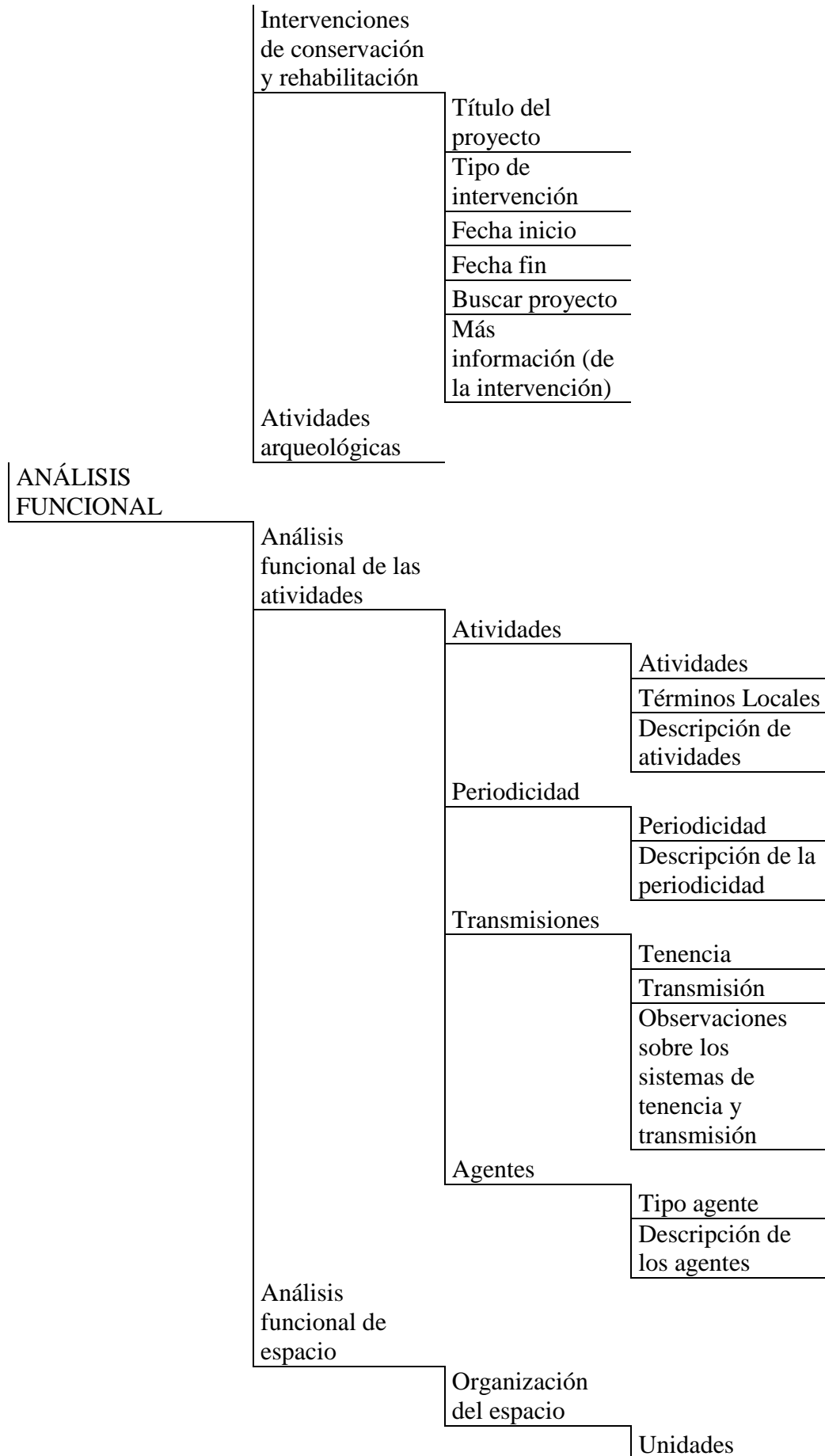


		Actuación
		Fecha actuación
	Descripción	
		Emplazamiento
		Tipología funcional
		Volumetría y plantas
		Datos de interés para la protección
	Datos históricos	
	Descripción por elementos	
	Observaciones	
IMÁGENES ASOCIADAS		
	Código	
	Título	
LOCALIZACIÓN		
	Provincia	
	Municipio	
	Entidad local menor	
	Comarca	
	Dirección	
	Otros municipios	
	Acceso	
	Visitas	
	Vías de acceso	
	Situación geográfica	
		Ámbito
		Accidentes geográficos
		Clasificación territorial
DELIMITACIÓN		
	Delimitación del bien	
		Coordenadas
		Delimitación Catastral
		Superficie
		Cota máxima
		Cota mínima

Delimitación del entorno	Hoja y Escala
	Justificación de la delimitación
	Delimitación literal
	Coordenadas
	Delimitación Catastral
	Justificación de la delimitación del entorno
	Delimitación literal del entorno
PROTECCIÓN	Estado
Figura protección	
Categoría	
Tipología Jurídica	
Código Ministerio de Cultura / DGBC	
Denominación del expediente	
Número de Expediente DGBC	
Disposición	
Fecha	
Publicado en	
Número publicación	
Página	
Fecha	
Justificación de la protección	
Instrucciones particulares	
Bienes muebles protegidos por el inmueble	
Propuesta	
Justificación de la propuesta	



Conservación	
Fuente y fecha	
Diagnóstico	
	Estado de conservación
	Fatores de alteración
	Agentes Naturales
	Agentes Mecánicos
	Agentes Humanos
	Más información (del estado de conservación)
	Cimentación
	Estructura
	Compartimentación
	Cubiertas
	Ornamentación
Instalaciones	
Carpintería	
Cerrajería	
Revestimientos	
Patología	
Diagnosis	
Tratamiento	
Observaciones	
Prioridad	
Actuación	
	Medidas adotadas
	Cerramiento
	Enterrado
	Vigilancia
	Consolidación
	Conservación
	Restauración
	Limpieza
	Otros
	Restitución
Propuestas	
Prioridad en la Intervención	



Acceso
Multifuncional
Organización Funcional del Espacio
Transformaciones en los usos del espacio
Transformaciones en la estructura
Descripción del entorno creado
Prácticas y creencias asociadas al uso
Valoración de los usuarios
Valoración global del inmueble

DOCUMENTACIÓN

Anexo 6 – Estrutura de Campos da Base de Datos de Atividades Arqueológicas do Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía

INFORMACIÓN GENÉRICA	Tipo de Actividad (Genérica)	
	Tipo de Actividad (Específica)	
	Provincia y municipio	
	Medio	
	Diretores	
	Nº de Expediente	
	Motivo	
	Intervención negativa	
	Procedimiento de autorización	
	Fecha de resolución	
	Modalidad	
	Inicio	
	Fin	
	Financiación	
	Cuantía	
	Proyecto	
	Programa	
	Actuación	
	Planteamiento metodológico	
	Descripción	
	Incidencias	
	Imágenes	
	Documentación preceptiva	
	Denominación	
	Fecha	
	Observaciones	
ACCESO A LA INFORMACIÓN ESPECÍFICA	Provincia	
	Municipio	
	Código SIPHA	
	Denominación	
	Periodo Histórico	
	Tipología	
	Coordenadas	
EXCAVACIONES ARQUEOLÓGICAS	Delimitación	

	Periodos históricos y tipologías	Periodo Histórico
		Tipología
Datos de titularidad		Titularidad
		Nombre
		Dirección
		Parcela catastra
Depósito de materiales		
Análisis realizados		
Promotor		
Superficie total		
Superficie excavada		
Profundidad máxima		
Secuencia estratigráfica		
Medidas adotadas		
Propuestas		
Valoración histórica		
Observaciones		
Documentación		
PROSPECCIONES ARQUEOLÓGICAS	Municipios prospektados	
	Delimitación del área prospetada	
	Tipo de área	
	Reconocimiento	
	Superficie afetada	
	Número de entidades arqueológicas	
	Densidad de entidades arqueológicas	
	Clasificación de entidades arqueológicas	
		Periodo Histórico
		Principal
		Tipología
		Principal
		Número
	Depósito de materiales	
	Valoración histórica	
Propuestas		
Observaciones		
Documentación		

DOCUMENTACIÓN GRÁFICA	Objetivos	
	Valoración	
	Documentación	
ESTUDIO DE MATERIALES	Sitios arqueológicos de procedencia	
	Periodos históricos	
	Tipologías	
	Materiales	
	Relación con otras actividades	
	Documentación	
REPRODUCCIÓN Y ESTUDIO DEL ARTE RUPESTRE	Descripción	
	Sistema de expresión artística	
		Tipo
		Aditivos
		Sustractivos
		Estilos y temas parietales
	Documentación	

Anexo 7 – Estrutura de Campos para a Descrição dos Bens para Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO

Identificação do bem	País
	Estado, província ou região
	Nome do bem
	Coordenadas geográficas ao segundo
	Mapas e planos com a indicação dos limites do bem proposto para inscrição e da zona tampão
	Área do bem proposto para inscrição (em hectares) e da zona tampão proposta (em hectares)
Descrição	Descrição do bem
	Histórico e evolução
Justificação da inscrição	Critérios de acordo com os quais a inscrição é proposta (e

Estado de conservação do bem e fatores que o afetam	justificação da inscrição de acordo com esses critérios)	
	Projeto de declaração de valor universal excecional	
	Análise comparativa (mencionando o estado de conservação de bens similares)	
	Integridade e/ou autenticidade	
Estado de conservação do bem e fatores que o afetam	Estado de conservação	
	Fatores que afetam o bem	
		Pressões devidas ao desenvolvimento (por exemplo usurpação, adaptação, agricultura, exploração mineira)
		Pressões de natureza ambiental (por exemplo poluição, alterações climáticas, desertificação)
		Catástrofes naturais e planificação prévia (terramotos, inundações, incêndios, etc.)
		Pressões devidas aos visitantes/turismo
Proteção e gestão do bem		Número de habitantes no perímetro do bem e na zona tampão
	Direito de propriedade	
	Classificação de proteção	
	Meios de aplicação das medidas de proteção	
	Planos atuais envolvendo a autarquia e a região em que está situado o bem proposto (por exemplo, plano regional ou local, plano de conservação, plano de desenvolvimento turístico)	
	Plano de gestão do bem ou sistema de gestão documentado e exposição dos objetivos de gestão para o bem proposto para inscrição na Lista do Património Mundial	
	Fontes e níveis de	

	financiamento	
	Fontes de competências especializadas e de formação em técnicas de conservação e de gestão	
	Instalações para os visitantes e estatísticas respetivas	
	Política e programas de valorização do bem	
	Número de empregados (setor profissional, técnico, de manutenção)	
Acompanhamento	Indicadores chave para medir o estado de conservação	
		Indicador
		Periodicidade
		Localização dos dossiês
	Disposições administrativas quanto ao acompanhamento do bem	
	Resultados dos exercícios anteriores de apresentação de relatórios	
Documentação	Fotografias, diapositivos, inventário das imagens e quadro de autorização de reprodução, e outra documentação audiovisual	
	Textos relativos à classificação para fins de proteção, exemplares dos planos de gestão do bem ou dos sistemas de gestão documentados e extratos de outros planos respeitantes ao bem	
	Forma e data dos dossiês ou dos inventários mais recentes sobre o bem	
	Endereço do local onde estão guardados o inventário, os dossiês e os arquivos	
	Bibliografia	
Coordenadas das autoridades responsáveis	Responsável pela preparação da proposta	
	Instituição/agência oficial local	

Outras instituições locais
Endereço oficial de Internet
Assinatura em nome do Estado parte

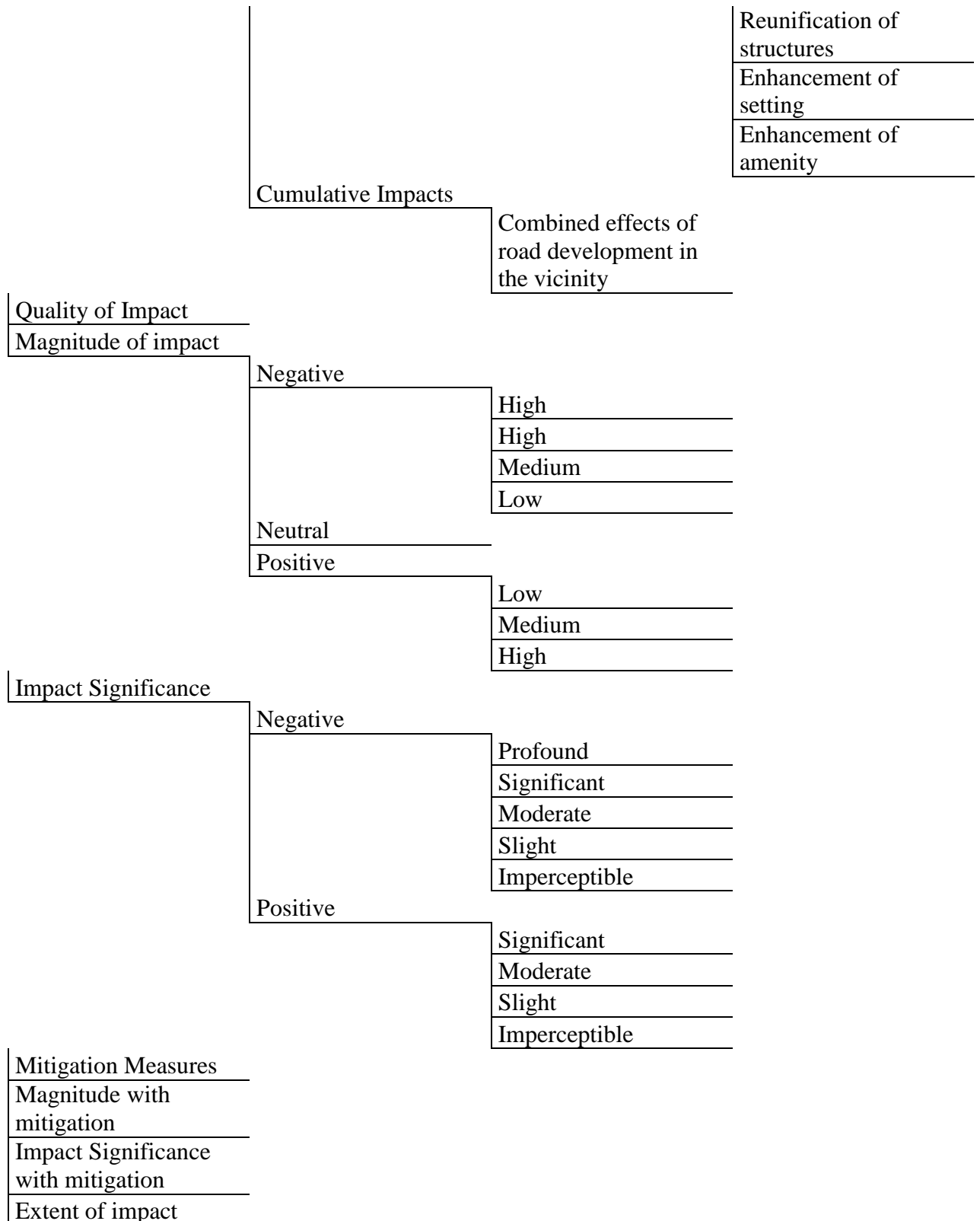
Anexo 8 – Estrutura de Campos do Inventory of Archaeological Heritage (NATIONAL ROADS AUTHORITY)

Identification number	
Figure/Photo	
Reference no.	
Legal Status	
Reference Number	
Townland	
Weather Conditions	
Access	
Landowner	
Physical environment	
Cultural landscape	
Archaeological potential	
Site Type	
NGR	
Description	
Sketch	
Adjacent Archaeological sites	
Sources	
Approx. Distance from Preferred Route	
Proximity to known archaeological monuments (Preservation, scale and mass, visibility, vulnerability, local, regional, national significance)	
Proximity to protected structures	
Additional information	
Quality of Impacts	Negative Impact Neutral Impact Positive Impact
Significance of Impacts	Profound Significant Moderate Slight Imperceptible
Duration of Impacts	Temporary Impact

Types of Impacts	Short-term Impacts
	Medium-term Impact
	Long-term Impact
	Permanent Impact
	Cumulative Impact
	Do Nothing Impact
	Indeterminable Impact
	Irreversible Impact
	Residual Impact
	'Worst case' Impact
	Mitigation Measures

Anexo 9 – Estrutura de Campos do Inventory of Architectural Heritage (NATIONAL ROADS AUTHORITY)

Reference Number			
Photo. Reference no.			
Address			
Location/ Coordinates			
Site Type			
Description			
Approximate Date			
Sources			
Importance/ Legal Status			
Distance from centre line of Route B			
Type of Impact			
Nature of Impact			
	Individual Impacts		
		Negative	
			Total loss of structure or grounds
			Partial loss of structure or grounds
			Visual Intrusion
			Severance
			Degradation of setting
			Degradation of amenity
		Positive	
			Increased physical separation
			Reduced visual intrusion



Anexo 10 – Estrutura de Dados e Campos do *Inventaire Général du Patrimoine Culturel*
 (<http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine/index.htm>)

Architecture-Mérimée	Édifice / site
	Localisation

	Dénomination
	Parties non étudiées
	Éléments protégés
	Époque de construction
	Siècle détail
	Année
	Auteur(s)
	Historique
	Plan
	Description
	Intérêt de l'oeuvre
	Type d'étude
	Référence
	Enquête
	État
	Étages
	Gros-oeuvre
	Couverture (type)
	Couverture (matériau)
	Couvrement
	Décor
	typologie
	Propriété
	Protection
	Site protégé
	Visite
	Type d'étude
	Rédacteur(s)
	Référence
	Enquête
	Date versement
	Date mise à jour
	Crédits photo
	Contact
	Service producteur
Mobilier	
Images	
	Localisation
	Aire d'étude
	Lieu-dit
	Edifice
	Sujet de l'illustration
	Légende
	Titre du dossier
	Notice d'oeuvre

	Auteur de l'oeuvre
	Auteur de l'illustration
	Date prise vue
	Type de support
	N° support (NUMI)
	Service producteur
	Contact
	Crédit photo
	Droits diffusion
	Référence
Thésaurus	
	Terme
	Pluriel
	Terme générique
	TG niveau 01
	Terme(s) spécifique(s)
	Champs d'emploi
	AAT
	RCHME
Les Collections	
Bibliographie	
	Type
	Pays
	Région
	Département
	Commune
	Adresse
	Artiste(s)
	Commentaire
	Thème
	Date de l'intervention
	Cote document
	N° de notice
Acces géographique	

Anexo 11 – Estrutura da Ficha de Sítio definido pelo IGESPAR
(http://www.igespar.pt/media/uploads/formularios/formularios_novos/FichaSitio_IGESPAR_distributed.pdf<http://www.igespar.pt/>)

Designação	
Localização	
	Distrito
	Concelho
	Freguesia
	Lugar
	C.M.P. 1:25.000 folha n.º

	Altitude (m)
Coordenadas	
	X
	Y
Tipo de sítio	
Período cronológico	
Descrição do sítio (15 linhas)	
Bibliografia	
Proprietários	
Classificação	
	Decreto
Estado de conservação	
Uso do solo	
Ameaças	
Proteção/Vigilância	
Acessos	
Descrição do Espólio	
Local de depósito	
Arqueólogo responsável	
Tipo de trabalho	
Datas	
	de início
	de fim
	duração (em dias)
Projeto de Investigação	
Objetivos (10 linhas)	
Resultados (15 linhas)	

Anexo 12 – Estrutura da Ficha de Inventário para Monumentos definida pelo IGESPAR e IHRU (<http://www.igespar.pt/pt/account/comoinventariaropatrimonio/>)

Categoria
Tipo
Identificador
Designação
Localização
Acesso
Proteção
Época de construção
Imagem
Enquadramento
Descrição
Arquiteto / Construtor / Autor
Cronologia
Tipologia
Bens móveis

Utilização	Inicial
	Atual
Proprietário	
Utente	
Conservação geral	
Documentação	
Observações	
Autor	
Data	
Tipo de registo	

Anexo 13 – Estrutura da Ficha de Inventário para Monumentos utilizada pelo IHRU

IPA	
Número IPA	
Código Funcional	
Designação	
Localização	
Acesso	
Proteção	
Grau	
Enquadramento	
Descrição	Geral
	Complementar
Património Móvel	
Utilização	Inicial
	Atual
	Possível
Propriedade	
Proprietário	
Afetação	
Utente	
Época Construção	
Arquiteto / Construtor / Autor	
Cronologia	
Tipologia	
Caraterização Estilística	
Caraterísticas Particulares	
Dados Técnicos e Sistemas Estruturais	
Materiais, Técnicas de Construção, Redes e Equipamentos	
Conservação	Cobertura exterior
	Estrutura

	Elementos Secundários
	Cobertura interior
	Pavimentos
	Decoração
	Vegetação
Adulteração	
Perigos Potenciais	
Bibliografia	
Documentação	
	Gráfica
	Fotográfica
	Administrativa
Área	
	Bruta
	Útil
	Envolvente
Intervenção	
	Realizada
	Necessária
Observações	
Autor Data	
Revisor	
Data da Revisão	
Atualização	

Anexo 14 – Estrutura da Ficha de Inventário do Património Imóvel dos Açores

Designação	
Freguesia	
Morada	
Tipo de Construção	
Tipologia/ Categoria	
Estatuto de Proteção	
Época	
Descrição	
Elementos Datados	
Estado de Conservação	
Função	
	Inicial
	Atual
Bibliografia e Documentação	
Observações	
Data de Levantamento	

Anexo 15 – Estrutura da Ficha de Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores

Localização	
Designação	
Descrição	
Género	
Tipo	
Classificação	
Altitude	
Acesso	
Medidas	
	Interior/topo do pedestal
	Base
	Da eira
Datas	
	Construção
	Desativação
	Ampliação/remodelação
	Reconstituição
Função atual	
Material	
	Elementos
	Materiais
	Cores
Estado de Conservação	
Proprietário	
Bibliografia e Documentação	
Observações	
Levantamentos	

Anexo 16 – Estrutura da Ficha de Inventário utilizada na Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas

Nº identificador do sítio	
Designação	
Topónimo	
Tipologia	
Tipo de classificação	
Propriedade	
	Contacto
Localização	
	Localização administrativa
	Coordenadas
	Acessos

Informação documental:	Fontes e referências – bibliográficas e documentais
	Documentação gráfica
Descrição	
Interpretação	
Cronologia	
Conservação e Valorização	Estado de conservação
	Classe de risco (Risco de deterioração)
	Fator de risco
	Interesse científico
	Valor patrimonial
	Potencial valorização
	Medidas de valorização
	Proposta de classificação
Local de depósito	
Ilustrações	Fotos, desenhos, fac-similes de ilustrações publicadas, cartografia
Contexto ambiental	Orografia
	Forma Geral de Relevo
	Local de Implantação
	Forma Específica de Relevo
	Geologia
	Substrato Geológico
	Afloramentos
	Edafologia
	Tipo de Solo
	Cond. Sedimentação
	Cond. Erosão
	Hidrografia
	Tipo de Água
	Uso da Água
	Cobertura vegetal
	Primária
	Secundária
	Terciária
	Uso do solo
	Primária

Vias naturais de trânsito	Secundária
	Terciária
Visibilidade e paisagem	Inculto
	Tipo de Via
	Orientação
Observações	Nível de perceção
	Enquadramento da paisagem
Operador	
Data de realização de campo	
Revisor	
Data	

Anexo 17 – Estrutura de campos do Servator: *Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica*

Número
Sítio
Topónimo
LOCADM
Lugar
Descrição
Estruturas
Materiais
Interpretação
Cronologia_relativa
Referencias_cronologicas
Referencias_bibliográficas
Carta_militar
Longitude
Latitude
Altitude
Área
Geomorfologia_mac
Geomorfologia_mic
Topografia
Litologia
Recursos_mineiros
Hidrologia
Recursos_aquíferos
Solos
Aptidão_solos
Ventos
Sol

Agricultura
Pastorícia
Silvicultura
Cobertura_vegetal
Defesa_natural
Ecologia
Estratégia
Observações

Anexo 18 – Estrutura de campos utilizada no módulo Imóveis do *Inpatrimonium* da empresa *Sistema do Futuro, Lda*.

Informação Genérica	Nº Imóvel
	Tipo Imóvel
	Designação
	Descrição
Informação Específica	Acesso
	Autoria
	Caraterísticas Técnicas
	Componentes
	Cores
	Cronologia
	Outras Designações
	Disposições Legais
	Edafologia
	Envolvente
	Época
	Escavações
	Estado
	Estilo
	Estratigrafia
	Estrutura
	Funções
	Geomorfologia
	Iconografia
	Inscrições
	Inventariante
	Linha de Água
	Litologia
	Localização
	Material
	Medidas
Numerações	
Perigos	

Período
Propriedade
Proteção
Ocupação
Sistema Construtivo
Sistema Agrário
Técnica
Tema/Assunto
Tipologia
Utilização
Valores
Fichas Relacionadas

Anexo 19 – Bibliografia (Monografias) que abordam o Concelho de Mirandela

- (s/d), Portugal Económico, “Monumental e Artístico. Concelho e Vila de Mirandela”, in *Portugal Económico, Monumental e Artístico*, Tomo 2, fascículo XXXIV, pp. 451-464.
- Academia Nacional de Belas Artes (1935), *Pelourinhos: Inventário Conforme o Inquérito Determinado pelo Decreto nº 23122 de 11 de outubro de 1935*, Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, Fundo Geral Monografias.
- ALVES, Francisco Manuel (1977), *Insculturas e Arte: Novos Elementos para a sua Interpretação*, Museu Abade Baçal.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), BARROS, Amândio Morais (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo 3 e 4, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), CASTRO, Maria Sarmento de (org.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Índices*, Tomo 12, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), DIAS, Lino Tavares (rev.), DUARTE, Luís Miguel (rev.), SILVA, Francisco Ribeiro da (rev.), (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo 1, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), DIAS, Lino Tavares (rev.), CAMPOS, Nelson (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Arqueologia, Etnografia e Arte*, Tomo 9, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), MEA, Elvira Cunha de Azevedo (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Os Judeus no Distrito de Bragança*, Tomo 5, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Os Notáveis*, Tomo 7, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Os Fidalgos*, Tomo 6, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), SILVA, Francisco Ribeiro da (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. No Arquivo de Simancas. A Restauração de 1640 no Distrito de Bragança*, Tomo 8, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), SOEIRO, Teresa (rev.) (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Arqueologia, Etnografia e Arte*, Tomo 10 e 11, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- ALVES, Francisco Manuel, PEREIRA, Gaspar Martins (coord.), SOUSA, Fernando de (rev.), ALVES, Luís Alberto Marques (rev.), TEIXEIRA, Vítor Gomes (rev.), (2000), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo 2, Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus, Pronorte.
- AZEVEDO, Carlos de (1988), *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, 2ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, pág. 79.

- AZEVEDO, José Correia de (1991), “Inventário Artístico Ilustrado de Portugal. Trás-os-Montes e Alto Douro”, in *Inventário Artístico Ilustrado de Portugal*, Algés: Nova Gesta.
- BARROS, João de (1919), *Geographia D'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Tomo 5, in *Coleção de Manuscritos Inéditos*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, Tipografia Progresso, pp. 118-119.
- BRANCO, Ilda Amália Fernandes (2009), *Mirandela Setecentista*, Porto: Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- CARDOSO, Luís (1747), *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve*, Lisboa: Regia Offic. Silviana.
- CARDOSO, Nuno Catharino (1935), “Pelourinhos Demolidos”, in *Arte Portuguesa*, Tomo 4, Lisboa: Nuno Catarino Cardoso; Manutenção Militar.
- CARDOSO, Nuno Catharino (1936), “Pelourinhos de Traz-os-Montes”, in *Arte Portuguesa*, Tomo 10, Lisboa.
- CASTRO, José de (1947), *Bragança e Miranda (Bispado)*, Tomo 2, Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.
- CHAVES, Luís (1930), “Os Pelourinhos Portugueses”, in *Estudos-Nacionais* (sob a égide do Instituto de Coimbra), vol. 2, Gaia: Edições Apolono, pp. 51 e 67.
- CHAVES, Luís (1938), *Os Pelourinhos: Elementos para o seu Catálogo Geral*, Lisboa: Edições José Fernandes Júnior, pp. 16 e 19.
- CHAVES, Luís (1949), *Os Pelourinhos Portugueses: O seu Perfil Histórico, Artístico e Etnográfico-Folclórico*, Guimarães: Minerva Vimaranesense.
- COFFYN, André (1985), *Le Bronze Final Atlantique Dans Péninsule Ibérique*, Paris: Diffusion de Boccard, pp. 215 e 219.
- COSTA, A. Teixeira Félix da, *Os Pelourinhos: Estudo Histórico*, Elvas.
- COSTA, Américo (1929), *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. 1, Porto: s.n. (Domingos d'Oliveira).
- COSTA, Américo (1930), *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. 2, Azurara - Vila do Conde: Edição do autor, Typographia Primitiva do Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular.
- COSTA, Américo (1949), *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. 12, Porto: Livraria Civilização, Tipografia Primitiva do Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular.
- COSTA, António Carvalho da (1706), *Corografia Portugueza, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo 1, Lisboa: Oficina de Valentim Deslandes.
- FERNANDES, Ilda (2001), *Frechas, Tradição e Modernidade*, Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela.
- FERNANDES, João Luís Teixeira (1985), *Murça: História, Gentes, Tradições: Ensaio Monográfico*, Mirandela: Câmara Municipal de Murça, pág. 87.
- GOMES, José Manuel Pereira Ribeiro (1996), *Arte Sacra - Mirandela, Comemorações Jubilares dos 450 anos da Diocese de Bragança-Miranda*, Departamento de Liturgia e Património Cultural da Diocese de Bragança-Miranda, Comissão Arte Sacra.
- Grupo de Amigos de Clemente Menéres (1915), *40 anos de Traz-os-Montes*, Porto: Officinas do Commercio do Porto.
- JORGE, Vítor Oliveira (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: Distrito do Porto - Os Monumentos e sua Problemática no Contexto Europeu*, Tomo 1, Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada na FLUP (polic.).

- JORGE, Vítor Oliveira, DINIZ, Mariana (2000), “Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica”, in *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*, Tomo 3, Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- JÚNIOR, António Rodrigues Mourinho (1995), *A Arquitetura Religiosa na Antiga Diocese de Miranda do Douro - (Bragança) 1545-1800*, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro (Sagnor, Lda. - Sendim), pp. 667-672 e 675-679 (695 páginas).
- LEAL, Augusto Soares D'Azevedo Barbosa de Pinho (1874), *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geographico, Estatístico, Corographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*, vol. 4 (12 Volumes), Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- LEMOS, Francisco Sande (1993), *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Tomo 1 e 2, Dissertação de Doutoramento na especialidade de Pré-História e História da Antiguidade U.M. (polic.), Braga: Universidade do Minho.
- LOPES, A. Flávio, SANTOS, Maria José Machado (1993), “Património Arquitetónico e Arqueológico Classificado. Distrito de Bragança”, in *Património Arquitetónico e Arqueológico Classificado*, Tomo 3, 1º edição, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1987), *Apontamentos Arqueológicos*, pref. Francisco Sande Lemos, Braga: Instituto Português do Património Cultural
- MACIEL, Tarcísio D. P., MACIEL, M. Justino (2004), “A Antiga Rede Viária e as Suas Pontes”, in *Vinhais Património*, Vinhais: Câmara Municipal de Vinhais.
- MAGALHÃES, Fernando Perfeito de (1991), *Pelourinhos Portugueses*, Lisboa: Edições Inapa.
- MALAFAIA, Eurico de Ataíde (1997), “Pelourinhos Portugueses: Tentâmen de Inventário Geral”, in *Presenças da Imagem*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MENDES, José Maria Amado (1981), *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII: Segundo um Manuscrito de 1796*, in *Textos de História*, Tomo 2, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MENÉRES, Alfredo (1916), *Carvalhaes: Traços Históricos*, Porto: Typographia Sequeira.
- MONTALVÃO, António (1971), *Notas sobre Vias Romanas em Terras Flavienses*, Bragança, pág. 61.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999), “Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando”, in *Estudos da Faculdade de Letras de Coimbra*, vol. 29, Lisboa: Fernando Mão de Ferro, Edições Colibri.
- MORENO, Humberto Baquero (1984), “Os Castelos Portugueses (1350-1450)”, in *Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa.
- NUNES, Susana Andreia Batista de Almeida (2003), *Monumentos sob Tumulus e Meio Físico no Território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): Aproximação à Questão*, Porto: Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PINHEIRO, José Henriques (1895), *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga: em que são Determinadas todas as Estações da referida Via*, Porto: Imp. Civilização.
- PINTO, Paulo Mendes (1998), *Pontes Romanas de Portugal*, Lisboa: Associação Juventude e Património, Gráfica Povoense.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (2001), *De Miranda a Bragança: Arquitetura Religiosa de Função Paroquial na Época Moderna*, Bragança: Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à FLUP.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (2006), *Arte da Talha Dourada e Policromada no Distrito de Bragança. Documentos. Séculos XVII-XVIII*, Mirandela: João Azevedo Editor.

- RODRIGUEZ COLMENERO, Antonio (1988), *Aquae Flaviae I - Fontes Epigráficas*, Tomo 1, Braga: Câmara Municipal de Chaves, pp. 417-418.
- SALES, Ernesto Augusto Pereira de (1950), *Mirandela, Apontamentos Históricos, 1250-1950*, vol. 1, Lisboa: Câmara Municipal de Mirandela.
- SALES, Ernesto Augusto Pereira de (1983), *Mirandela, Apontamentos Históricos*, vol. 2, Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela, Escola Tipográfica – Bragança.
- SANCHES, Maria de Jesus (1996), “Ocupação Pré-Histórica do Nordeste de Portugal”, in *Monografias Arqueológicas*, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- SANCHES, Maria de Jesus (1997), *Pré-História Recente de Trás-Os-Montes e Alto Douro*, vol. 1 e 2, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANTOS, Maria Alcina R. C. Afonso dos, SOUSA, Alberto (1977), *Pelourinhos do Distrito de Bragança*, Bragança: Museu do Abade de Baçal.
- SARMENTO, Francisco Xavier de Moraes (2001), *Famílias Transmontanas: Descendência de Francisco de Moraes, Palmeirim: Ligações Familiares e Outras Famílias de Trás-os-Montes*, Tomo 1 e 2, Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda.
- SILVA, António Lambert Pereira da (1958), *Nobres Casas de Portugal*, vol. 4, Porto: Távares Martins.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986), *A Cultura Castreja no Norte de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, pp. 94, 98, 99.
- SILVA, João Belmiro Pinto da (1992), *São Martinho de Aliviada e as Pontes do Diabo*, in *Jornadas de Estudo*, Tomo 1, Marco de Canaveses, pp.81-86.
- SOUSA, Alberto (1982), *Pelourinhos do Distrito de Bragança: Agualelas*, Bragança: Museu do Abade de Baçal.
- TAVARES, Virgílio António Barbosa (1996), *Conheça a Nossa Terra: Mirandela*, Edição do Autor, Virgílio A. B. Tavares, Norgráfica - Artes Plásticas, Lda.
- TAVARES, Virgílio António Barbosa (2001), *Centenário da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses*, 1ª edição, Guimarães: Cidade Berço.
- TRANOY, Alain (1981), “La Galice Romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité”, in *Maison Pays Ibériques*, Tomo 7, Paris: Diffusion de Bocard, pp. 221, 21.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1913), *Religiões da Lusitânia*, Tomo 3, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 20-22; 223 e 229.
- VERDELHO, Pedro (2000), *Roteiro dos Castelos de Trás-os-Montes*, Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- VITERBO, Sousa (1907/1910), *Cruzeiros de Portugal: Contribuições para o seu Catálogo Descritivo*, Lisboa: Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lallemand, separata.

Anexo 20 – Bibliografia (Periódicos) que abordam o Concelho de Mirandela

- AFONSO, Belarmino (1985), “Pinturas Murais Seiscentistas em Capelas do Distrito de Bragança” in *Brigantia*, vol. 5 (1), Bragança: Assembleia Distrital, pp. 211-218.
- ALVES, Francisco Manuel, BEÇA, Celestino (1915), “Estudos Arqueológicos do Major Celestino Beça”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 20, 1ª série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 74 – 106.
- ALVES, Jorge Fernandes (2007), “De Pedras fez Terra – Um Caso de Empreendedorismo e Investimento Agrícola no Nordeste Transmontano (Clemente Meneres)”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. 8, 3ª série, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 113 – 155.

- AZEVEDO, Pedro A. de (1900), “Extratos Archeologicos das "Memorias Parochiaes de 1758"”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 05, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 26 - 31, 49 - 52, 153 - 160, 187 - 192, 234 - 256, 297 - 304, 343 - 352.
- AZEVEDO, Pedro A. de, LOPO, Albino dos Santos Pereira (1903), “Extratos Archeológicos das "Memórias Parochiaes de 1758"”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 08 (10-12), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pág. 216.
- AZEVEDO, Pedro A. de, VASCONCELLOS, José Leite de (1902), “Extratos Archeológicos das "Memorias Parochiaes de 1758"”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 07, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 27 - 32; 74 - 79; 123 - 128; 190 - 192; 237 - 240; 267 - 272; 319 - 320.
- BARRADAS, Lerenó Antunes (1956), “Vias Romanas das Regiões de Chaves e Bragança”, in *Revista de Guimarães*, vol. 66 (1-2), Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 160 - 240.
- COSTA, Augusto, NUNES, José HESPANHOL, Pilar Pinto, ROCHA, Maria Manuela, G. FERREIRA, Maria João Mendes (1999), “Igreja de São Tomé de Abambres. Intervenções de Conservação”, in *Monumentos*, vol. 11, Lisboa: Direção Geral de Edifício e Monumentos Nacionais, pp. 80 - 89.
- ENCARNAÇÃO, José de (1982), “Noticiário Arqueológico”, in *Conímbriga*, vol. 21, Coimbra, pp. 169-204.
- FARIA, Coronel António (julho de 1968), “Concelho de Mirandela – Frechas, com base nos estudos do falecido P. Sales” in *Os Amigos de Bragança*, vol. 4, 4º série, Bragança: s. n., Escola Tipográfica – Bragança, pp. 22 - 23.
- FELGUEIRAS, Francisco (1971), “Pelourinhos, porcas e o mais que se verá (continuação)”, in *Os Amigos de Bragança*, vol. 4, 5º série, Bragança: s.n., Escola Tipográfica – Bragança, pp. 3 - 5.
- FELGUEIRAS, Francisco (março de 1971), “Pelourinhos, porcas e o mais que se verá”, in *Os Amigos de Bragança*, vol. 3, 5º série, Bragança, s.n., Escola Tipográfica – Bragança, pp. 6 - 10.
- FELGUEIRAS, Francisco, FARIA, Coronel António (julho de 1968), “Monografia de Torre D. Chama”, in *Os Amigos de Bragança*, vol. 4, 4º série, Bragança: s. n., Escola Tipográfica – Bragança, pp. 24 - 29.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (1983/ 1984), “Subsídios para um Dicionário de Artistas e Artífices que Trabalham em Trás-os-Montes nos sécs.XVII-XVIII”, in *Revista de História*, vol. 5, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 159 - 186.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita, LOPO, Joaquim Castro (1895 (maio)), “Informações Archeologicas Colhidas no Diccionario Geographico de Cardoso” in *O Arqueólogo Português*, vol. 01 (5), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pág. 144.
- FONTES, José T. Ribeiro (1904), “A Antiga Fivela Circular do Norte”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 09, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 3 - 11.
- FORTES, José (1906), “As Fíbulas do Noroeste da Península”, in *Portugália*, vol. 02, 1º série, Porto, pp. 15 - 33.
- FORTES, José, FONTES, José T. Ribeiro (1904), “Fíbulas e Fivelas” in *O Arqueólogo Português*, vol. 09, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pág. 9.

- HÖCK, Martin (1980), “Corte Estratigráfico no Castro de S. Juzenda (Concelho de Mirandela)”, Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, in *Revista de Guimarães*, vol. 2, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, separata, pp. 55-70.
- HÖCK, Martin, COELHO, Luis (1974/ 1977) “O Castro de São Juzenda em Vale de Prados, Mirandela (Nota preliminar)”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 07-09, 3º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 203 – 208 (separata).
- HÖCK, Martin, COELHO, Luis, MOURINHO, António Maria (1972), “Materiais Metálicos da Coleção Arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança” in *O Arqueólogo Português*, vol. 06, 3º série, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Imprensa Nacional, pp. 220-250, separata.
- HÖCK, Martin, COELHO, Luis, MOURINHO, António Maria (1972), “O Abrigo Rupestre da Solhapa em duas Igrejas, Miranda do Douro”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 06, 3º série, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Imprensa Nacional, pp. 33 – 62.
- JORGE, Vítor Oliveira, SANCHES, Maria de Jesus (1987), “A "Estátua-Menir" da Bouça – Mirandela”, in *Arqueologia*, vol. 16, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 3 - 7 e 78 - 82 (separata).
- JORGE, Vítor Oliveira, SANCHES, Maria de Jesus (1987), “O Buraco da Pala - Um Abrigo Pré-Histórico no Concelho de Mirandela. Notícia Preliminar das Escavações de 1987”, in *Arqueologia*, vol. 16, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 58 - 77.
- JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos Santos Berrões (1975), “Proto-Históricos no Nordeste de Portugal”, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 22 (2), Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, Impr. Portuguesa, pág. 97.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1901 (Maio-Julho)), “Archeologia Bragançana”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 06 (5-7), 1.ª série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 146 – 150.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1903), “Arqueologia do Distrito de Bragança” in *O Arqueólogo Português*, vol. 08 (10-12), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 250 – 254.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1911), “Uma Estação Arqueológica em Mirandela”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 16, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 96 – 100.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, AZEVEDO, Pedro A. de (1900) “Archeologia Transmontana” in *O Arqueólogo Português*, vol. 05, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 290 – 295.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, AZEVEDO, Pedro A. de (1900), “S. Juzenda”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 05, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 114 – 115.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, AZEVEDO, Pedro A. de (1900), “Torre de D. Chama. Ruínas de S. Braz” in *O Arqueólogo Português*, vol. 05, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 279 – 280.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira, VASCONCELLOS, José Leite de (1907 (maio - agosto)), “Dois Miliários Inéditos: trajeto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 12 (5 - 8), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 162 - 164 + mapa.
- LOPO, Joaquim Castro, FIGUEIREDO, A. Mesquita (1895 (maio)), “Excursão a Torre de D. Chama”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 01 (5), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 232 – 237.

- MOURINHO, António Maria (1978), “Ponte Romana do Rio Tuela: uma Síntese das Vias e Pontes Romanas no Nordeste Transmontano”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 23 (2-3), Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 279 – 288.
- PIEL, Joseph M. (1985 (março)), “Vestígios da Onomástica Pessoal Visigoda, Medieval, na Toponímia Menor das Terras de Bragança” in *Os Amigos de Bragança*, vol. 6, 7º série, Bragança: s.n., Escola Tipográfica - A.V- Sabor-Bragança, pp. 20.
- PINTO, Rui de Serpa (1931), “As Fíbulas do Museu Regional de Bragança”, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. 05: 01, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, Impr. Portuguesa, pp. 90 – 95.
- RODRIGUES, Luís Alexandre (1997), “A Obra do Frontespício do Palácio dos Távoras em Mirandela” in *Museu*, vol. 6, 4ª, Porto, pp. 163 – 172.
- SANCHES, Maria de Jesus (1988), “Descoberta de Novos Abrigos com Pintura Esquemática no Norte de Portugal” in *Arqueologia*, vol. 18, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pág. 205.
- SANCHES, Maria de Jesus (1989), “5 Datas para a Pré-História Recente do Leste de Trás-Os-Montes”, in *Arqueologia*, vol. 19, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 114-115.
- SANCHES, Maria de Jesus (1994), “Laje de Vale de Juncal” in *Estudos Pré-Históricos - Megalitismo no Centro de Portugal*, vol. 2, Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 395 – 414.
- SANCHES, Maria de Jesus (2003), “Sobre a Ocupação do Neolítico Inicial no Norte de Portugal. Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo. Atas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 25, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 155 – 178.
- SANCHES, Maria de Jesus, ALONSO MATHIAS, Fernán, SOARES, António Manuel Monge (1993), “Buraco da Pala (Mirandela): Datas de C14 Calibradas e o seu Poder de Resolução. Algumas reflexões”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 33 (3-4), Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 223 – 237.
- SANCHES, Maria de Jesus, BOTELHO, Iva João Teles M., SILVA, Margarida M. Santos (1990/91), “Mamoá 1 da Pedreira, S. Pedro de Vale do Conde (Marmelos, Mirandela): Escavação de Emergência”, in *Portugália*, vol. 11 – 12, Nova Série, Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pág. 39-52.
- SANCHES, Maria de Jesus, CAVALHEIRO, José (1995) “Um Caso de Metalurgia Primitiva de Ouro na 1ª Metade do 3º Milénio A.C.: O Abrigo do Buraco da Pala - Mirandela. Atas do 1º Congresso de Arqueologia”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (fasc. 4), Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 167 – 187.
- SANCHES, Maria de Jesus, FIGUEIRAL, Isabel (1999), “A Contribuição da Antropologia no Estudo dos Recursos Florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História Recente”, in *Portugália*, vol. 19 – 20, Nova Série, Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71 – 101.
- SANCHES, Maria de Jesus, JORGE, Vítor Oliveira (1990), “Os Abrigos com Pintura Esquemática da Serra de Passos - Mirandela - no Conjunto da Arte Rupestre desta Região. Algumas reflexões”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. 07, 2ª série, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 335 – 365.
- SANCHES, Maria de Jesus, JORGE, Vítor Oliveira, JORGE, Susana Oliveira (1990), “Statues-Menhirs et Stèles du Nord du Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. 07, 2ª série, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 299 – 324.

- SANCHES, Maria de Jesus, SANTOS, Branca do Carmo T. O. (1989), “Levantamento Arqueológico de Mirandela”, in *Portugália*, Nova Série, Vol. VIII, 1987, Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela (separata).
- SANTOS, Manuel Tavares dos (1941), “Pelourinhos de Portugal”, in *Boletim da C.P.*, Lisboa: C. P., Oficinas Gráficas da C.P.
- SAVORY, H. N. (1951), “A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa”, in *Revista de Guimarães*, vol. 61 (3-4), Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, pp. 323 – 377.
- VASCONCELLOS, José Leite de, AZEVEDO, Pedro A. de (1902), “Extratos do "Aparato de Antiguidades Romanas" de Carneiro Fontoura”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 07, 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pág. 14.
- VASCONCELLOS, José Leite de, LOPO, Albino dos Santos Pereira (1907 (maio - agosto)), “Ara consagrada a Juppiter”, in *O Arqueólogo Português*, vol. 12 (5 - 8), 1º série, Lisboa: Museu Ethnographico Português, Imprensa Nacional, pp. 242 – 243.

Anexo 21 – Ficha de Inventário para o Património Imóvel do Sistema de Gestão do Património do Concelho de Mirandela

1. Campos

1.1. NIM [nº inventário]

NIM é o acrónimo de *Número de Inventário Municipal para o Património Histórico-Cultural do Município de Mirandela*.

Trata-se de um número de ordem, único e sequencial que identifica individualmente a RPI, seja esta arqueologia, arquitetura, monumento, povoado, etc.

Aparece no topo da **folha genérica** no campo denominado **Nº Inventário** como apresenta a imagem seguinte:



O NIM é uma nomenclatura composta por letras e números árabes da seguinte forma:

1º. Identificação do acrónimo. Isto é **I** de *Imóvel*.

2º. Acresce ao acrónimo anterior **algarismos árabes sequenciais** composto por quatro (4) números – 0000.

Exemplificando: **I0001, I0002, (...)**.

Quando o NIM se divide em **sub-registos ou níveis inferiores** à nomenclatura anterior acresce, seguido de ponto (.), de mais um número composto por dois algarismos (00). Este procedimento pode-se repetir infinitivamente consoante a organização do inventário da RPI, criando uma perceção orgânica em árvore.

Exemplificando: **I0001.01.01**. O **I0001** significa a RPI geral; **I0001.01** significa um sub-registo ou nível inferior da I0001, por exemplo a nave da Igreja; **I0001.01.01** pode significar um elemento tipológico específico, por exemplo, o púlpito, inscrição, oratório, etc.

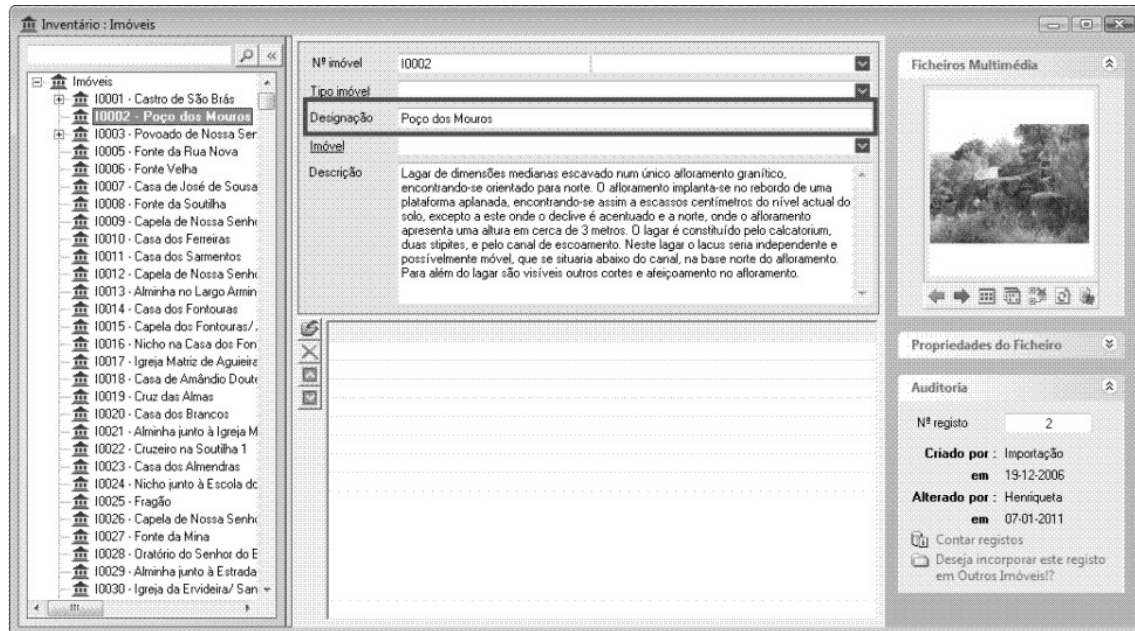
O NIM é da responsabilidade de uma só pessoa: o **coordenador**. Mais ninguém pode criar NIM ou outros números para as referências patrimoniais.

Este número encontra-se armazenado, conjuntamente com outros, no campo **numerações**, na folha específica.

1.2. Designação Geral [designação]

Objetivo	Campo de registo presente na folha genérica destinado a mencionar o nome comumente conhecido à RPI.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Designação	Inserir o nome mais comum que designa a RPI. Deve-se optar primeiramente por designações orais. Quando não existe é atribuída pelo inventariante tendo em conta as características morfológicas e geográficas. Mais informação consultar outras designações .	∞ Texto livre	∞ Texto livre

1.3. Outras Designações [outras designações]

Objetivo	Campo de registo presente na folha específica destinado a mencionar todas designações atribuídas à RPI.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

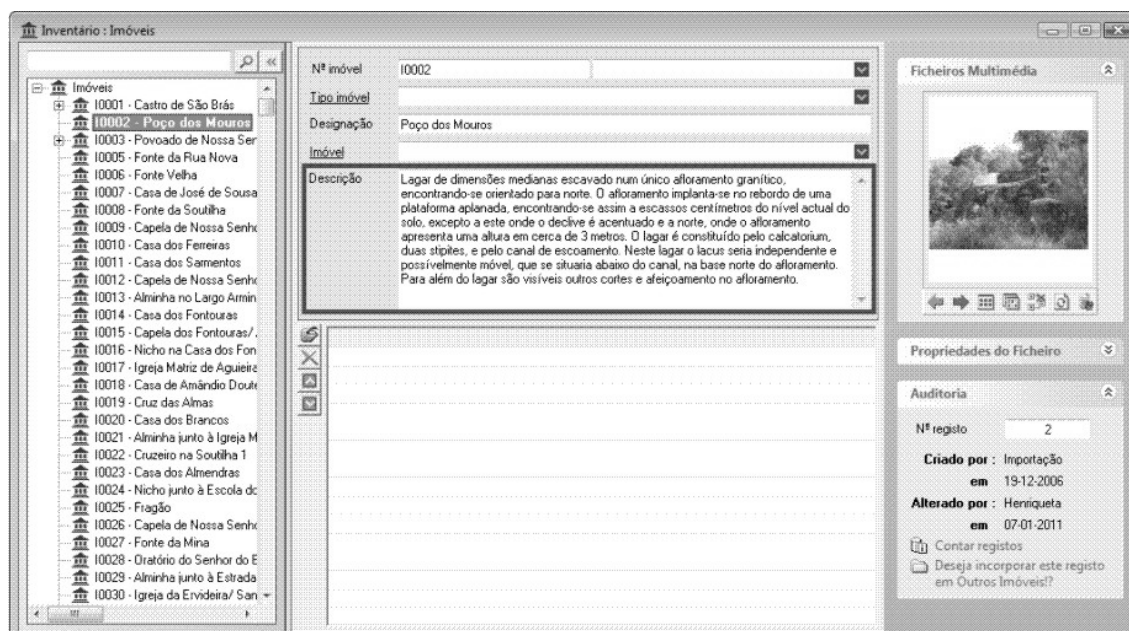
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Tipo de Designação [tipo designa.]	Inserir a proveniência da designação. Se provém de uma bibliografia, origem oral, etc.	Consultar: tipo de designação/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: designações
Designação	<p>Descrever o nome da RPI.</p> <p>A designação começa sempre pela típolgia genérica da RPI.</p> <p>Quando atribuído pelo inventariante deve ser mais curto possível.</p> <p>A disposição neste campo deve ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> o Nomes por ordem cronológica ou de atribuição. o O primeiro registo começa pelo referenciado na folha genérica. <p>Quando o inventariante tem para a designação o nome de uma função (por ex. comercial) deve referir em maiúsculas e entre comas (ex: Casa “APRIPEC”).</p> <p>No caso da Igreja na Arquitetura Religiosa referir nome da localidade, seguido se matriz ou não, depois de colocar a / o nome do oráculo. Por exemplo: Igreja Matriz de Agueiras/ Santa Catarina.</p> <p>Nem sempre o que se chama atualmente é o referido na designação geral. Por exemplo, Hospital Velho em vez da Sede da Santa Casa da Misericórdia. Razão? Associar à razão funcional primária. Mas cada caso avaliado por si.</p>	∞ Texto livre	∞ Texto livre

Justificação	Mencionar como resulta a designação. Deve respeitar as nomenclaturas definidas na tabela em anexo.	Consultar: justificação/ Tabelas Específicas.	∞ Texto livre Apesar de livre deve seguir o definido na Tabela
Notas	Outros comentários acrescentar.	∞ Texto livre	∞ Texto livre

1.4. Descrição [descrição]

Objetivo	Campo de registo do texto que descreve a interpretação e avaliação técnica do inventariante sobre a RPI.
-----------------	--

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Descrição	<p>Inserir texto corrido que descreva a interpretação do inventariante perante a RPI cumprindo critérios técnicos. Por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Partir do geral para o específico. Descrever somente 2499 caracteres incluído espaços. Os passos na descrição da RPI devem ser: <ol style="list-style-type: none"> 1º. Começar pela designação atribuída na folha genérica. 2º. Segue-se a localização e 	∞ Texto livre	∞ Texto livre

	<p>enquadramento.</p> <p>3°. Passamos para o período geral e mais antigo da ocupação ou construção.</p> <p>4°. Depois a planta. Se estivermos perante uma RPI com várias folhas, a primeira, a planta geral no monumento, sítio ou conjunto. Nas restantes folhas e específicas a planta dessa componente em descrição.</p> <p>5°. Entramos aqui descrição dos elementos morfo-tipológicos, caso, da categoria e porquê, da tipologias mais expressivas e relação na RPI.</p> <p>6°. Incluir elementos do Histórico mais expressivos que valorizem a RPI.</p> <p>Em Arqueologia deve ter em conta a relação da implantação à disposição; vestígios à superfície a estruturas mais expressivas.</p> <p>Em Arquitetura deve ter em conta a implantação, disposição, planta e elementos de nota arquitetónicos e artísticos. Relação com outros elementos associados diretamente e pertencente à referência.</p> <p>O inventariante tem que atender que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ A descrição na folha genérica é de valorização e justificação do potencial da RPI, para promoção da RPI, orientado para leigos. ○ Ler e ter em conta as alíneas que se seguem. ○ A descrição deve ser sucinta e restrita. ○ Recusar elaborar analogias com outras RPI ou autores. Neste caso delegar dados para o histórico ○ Citar somente quando os dados da RPI são parcos. Citação curta e direta. 		
--	--	--	--

1.5. Descrição Geral (primeiro registo)

Comporta o texto (corrido) que apresenta de forma **geral e genérica** a RPI. Importa destacar os elementos **mais importantes** visando a promoção, divulgação e conhecimento da RPI que qualquer leigo entenda. Igualmente é o texto a colocar na Web ou suportes promocionais. Nos registos inferiores, sub-registos ou registos específicos deve o inventariante descrever em concreto e de forma pormenorizada.

Quando a RPI não se reparte em sub-registos ou registos específicos o inventariante deve elaborar um registo pormenorizado. Mas as descrições muito pormenorizadas devem ser relegadas para as tipologias e associar imagens ou vídeos.

A informação relacionada com este registo – imagens, documentação, etc. – deve ser associada/inserida/relacionada no próprio registo.

1.6. **Descrição Específica** (segundo ou mais registos dependentes do primeiro registo)

Segundo e/ou mais registos, comporta o texto (corrido) centrado na interpretação e avaliação técnica das partes ou tipologias da RPI. Aqui o inventariante descreve de forma técnica e pormenorizada (direta e sucinta).

Recusar inventariar ou referir outra tipologia ou parte do imóvel. Evitar repetições de dados doutras partes do imóvel. Neste caso, criar novo registo.

Caso de uma parte do imóvel possuir inserida em si outra(s) parte do imóvel o procedimento parte do descrito no “primeiro registo”. Neste caso o inventariante deve em primeiro lugar distinguir e perceber as partes a descrever.

A informação relacionada com este registo – imagens, documentação, etc. – deve ser associada/inserida/relacionada no próprio registo. Recusar inserir informação doutras componentes ou tipologias (superiores ou inferiores). As imagens aqui devem relativas à componente ou tipologia em registo.

1.7. **Outros Tipos de Descrições**

Os campos seguintes encontram-se no topo, na barra de ferramentas. A inserção neste campo é definida pelo Coordenador.

1.7.1.1. **Multi-Descritor**

Campo de registo de informação sobre a RPI que se queira estruturar por áreas. Por exemplo, a tradução em inglês do texto no campo descrição.

No base deste campo existe uma tabela que permite definir o tipo de área a descrever que se replica em todos os registos.

1.7.1.2. **Bloco de Notas**

Campo de registo de informação variada sobre a RPI.

NÃO PREENCHER.

1.7.1.3. **Historial**

Campo para inserir texto corrido sobre a história da RPI. Este texto pode ter utilidade em situações de justificação ou promoção da RPI. Aqui o inventariante, no método de estudo, pode jogar com a informação e introduzir o seu toque técnico.

1.8. **Categoria** [tema/assunto]


Objetivo	Campo de registo da categoria que enquadra a RPI nos pressupostos da <i>Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural</i> aprovada pela UNESCO em Paris em 1972.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Categoria [tema]	<p>Inserir-se 1 termo.</p> <p>O termo a inserir deve ser o mais abrangente.</p> <p>Categoria parte da Convenção de 1972 e definiu-se 4 termos assentes em 3 níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No primeiro nível insere-se RPI que pelas suas características arquitetónicas ou morfológicas definem um monumento. - No segundo nível insere-se as RPI que podem ser a soma de monumentos num espaço definido que vão constituir um conjunto arquitetónico, ou, pela disposição geográfica de monumentos ou elementos de monumentos num dado espaço com uma linha cronológica perceptível enquadra-se em sítio arqueológico. - No terceiro nível insere-se grupos de RPI que podem ser monumentos, conjuntos arquitetónicos ou sítios arqueológicos delimitados num dado espaço por razões funcionais, históricas, tipológicas ou sociais são definidas por conjunto. <p>O registo da categoria ocorre somente no primeiro registo.</p>	Consultar: categoria/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>tema</u>
Notas	Outros comentários acrescentar.	∞ Texto livre	∞ Texto livre

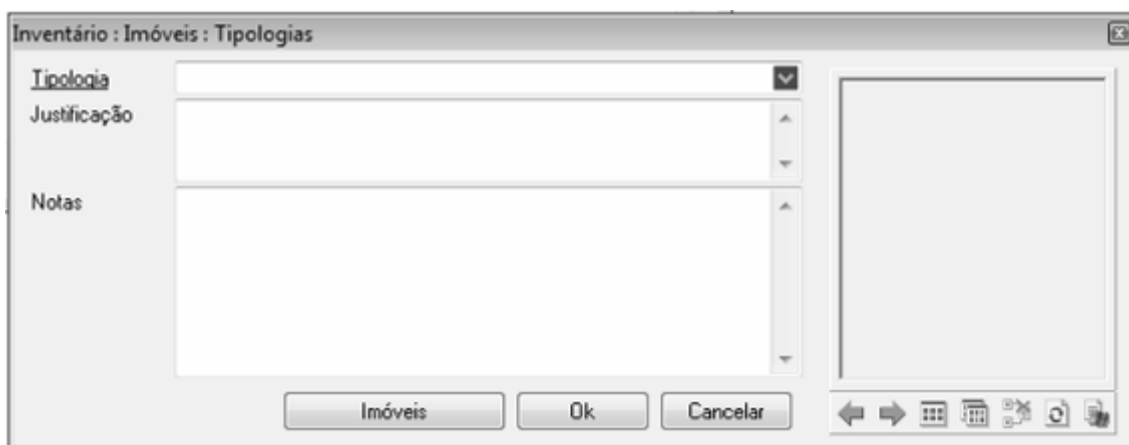
1.9. Supertipologia [tema/ assunto]

Objetivo	Campo de registo da supertipologia ou a temática genérica que caracteriza a
-----------------	---

RPI.			
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Supertipologia [tema]	<p>Inserir a supertipologia da RPI.</p> <p>No primeiro registo da RPI insere-se somente 1 termo e o que melhor caracteriza.</p> <p>Por supertipologia são: Arqueologia, Arquitetura Civil, Demarcação do território, etc.</p> <p>Em situações pontuais (caso de uma só folha de registo) se justificar inserção de duas supertipologias, o inventariante igualmente expor hierarquicamente e justificar no campo “notas”. Neste caso deve optar-se pelos registos secundários.</p> <p>As supertipologias inseridas devem ser colocadas por ordem hierárquica da maior importância para a menor, de cima para baixo.</p>	Consultar: Supertipologia/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>tema</u>
Assunto	NÃO PREENCHER		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.	∞ Texto livre	∞ Texto livre

1.10. Tipologias [tipologias]

Objetivo	Campo de registo das tipologias que caracterizam a RPI.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	



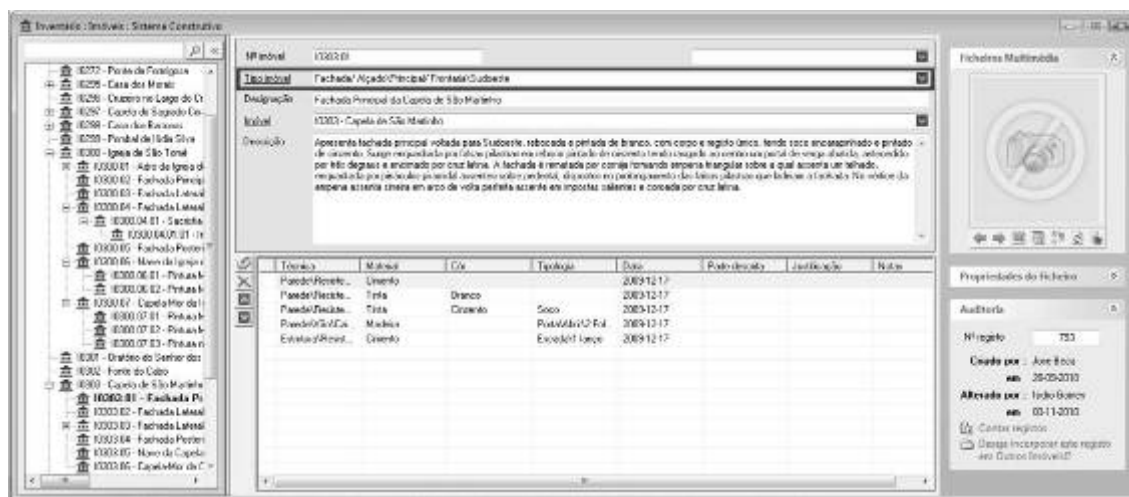
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Tipologia	<p>Inserir as tipologias presentes na RPI atendendo à folha em que se procede à caracterização.</p> <p>As tipologias a utilizar neste campo devem ser apontar elementos morfo-tipológicos presentes na RPI.</p> <p>Para orientar o inventariante e reduzir erros os termos estão associados a uma tabela. Novos termos devem ser solicitados ao coordenador.</p> <p>Por isto o inventariante deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Registrar tipologias relativas à RPI em inventário. Significa que no registo em inventário não referir tipologias de registos de folhas inferiores. ○ O primeiro registo da tipologia caracteriza genericamente a RPI. Os seguintes vão apontar os elementos particulares retirados do primeiro registo tipológico. ○ Não referir as tipologias de registos superiores ou “pais”, exceto de se tratar de parte (fachadas). ○ Todas as tipologias selecionadas são justificadas, exceto o primeiro registo que é descrito na folha genérica. <p>Todos os registos são complementados com imagens.</p>	<p>Consultar: Tipologia/ Tabelas Específicas.</p>	<p>→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipologias</p>
Justificação	<p>Descrever as razões, contexto ou fatores relativos à identificação da tipologia.</p> <p>Inserir 999 caracteres inclusive.</p>	∞ Texto livre	∞ Texto livre

Notas	Outros dados acrescentar.	∞ Texto livre	∞ Texto livre
--------------	---------------------------	---------------	---------------

1.11. Parte do Imóvel [tipo imóvel]

Objetivo	Campo de registo presente na folha genérica destinado a determinar a parte estrutural, funcional ou de implantação da RPI.
-----------------	--

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



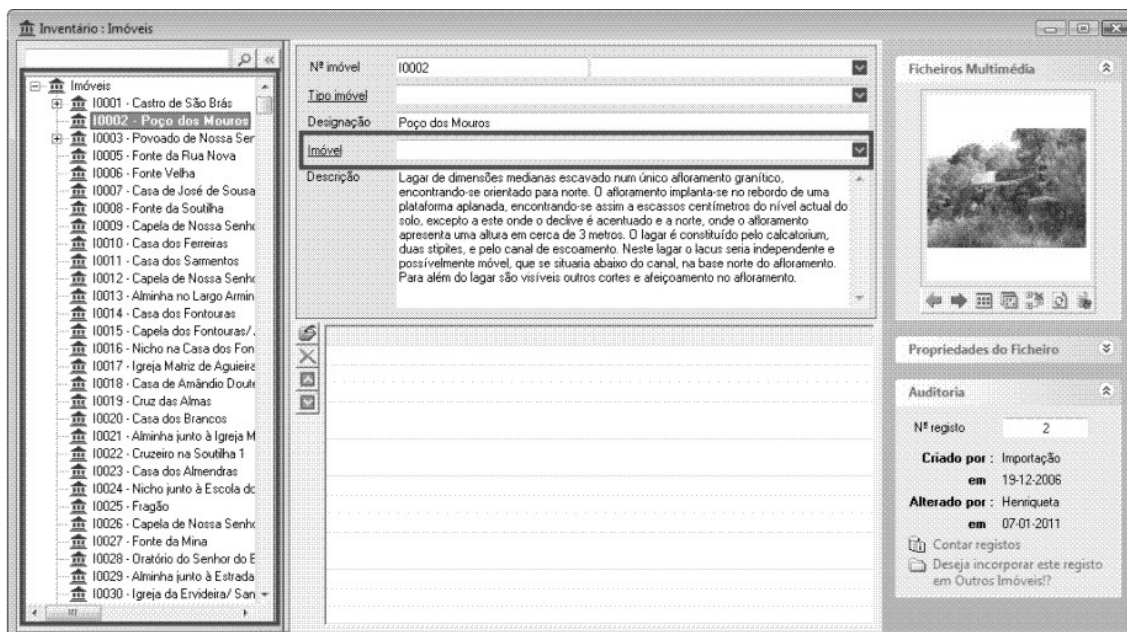
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Parte do Imóvel [tipo Imóvel]	<p>Inserir 1 termo.</p> <p>Parte do imóvel representa um elemento morfológico que compõe a RPI.</p> <p>Este elemento é constituído por por várias tipologias que a caracterizam. Mas nunca confundir com tipologia.</p> <p>Uma parte de imóvel é, por ex., uma fachada (elemento estrutural), uma intramuralha (termo que comporta várias tipologias que se associam por razão de implantação).</p> <p>Para não ocorrer dúvidas ao inventariante no decurso da organização, previamente deve esquematizar a informação.</p> <p>O esquematizar na Arquitetura aplica-se desta forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parte superior ou cobertura; - Parte média ou alçados/fachadas; - Parte inferior ou pavimento. <p>No caso da Arqueologia atender à distribuição espacial dos elementos presentes. Por ex., a intramuralha e a extramuralha. A muralha define uma parte do imóvel mas deve ser entendida como</p>	Consultar: Parte do Imóvel/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo imóvel

	<p>elemento tipológico enquadrado no campo <u>tipologia</u>.</p> <p>Ter sempre atenção neste campo a relação com o campo <u>imóvel</u>, <u>NIM</u> e <u>tipologias</u>.</p>		
--	--	--	--

1.12. Imóvel [imóvel]

Objetivo	Campo de registo presente na folha genérica destinado a enquadrar os NIM da RPI na árvore.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Imóvel	<p>Selecionar o NIM que se pretende que o registo fique inserido ou dependente hierarquicamente.</p> <p>Neste campo constrói-se uma árvore de registos onde a descrição estrutura-se do geral para os elementos específicos.</p>		A tabela localiza-se no lado esquerdo do módulo de inventário.

1.13. Heráldica [heráldica]

Objetivo	Campo de registo dos elementos heráldicos (por ex. brasões de famílias) presentes na RPI.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Heráldica	Inserir o tipo de heráldica em que se enquadra o elemento identificado.	Consultar: heráldica/ Tabelas Específicas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: heráldica
Descrição	Descrever a heráldica. Descrever segundo os procedimentos próprios definidos.		∞ Texto livre
Localização	Referir o local na RPI onde se encontra a heráldica.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.14. **Inscrições** [\[inscrição\]](#)

Objetivo	Campo de registo de marcas textuais incisas, gravadas, desenhadas, pintadas, símbolos, ou de outra forma, na RPI.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Tipo de Inscrição [tipo inscrição]	Inserir a tipologia da inscrição.	Consultar: tipo inscrição/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: inscrições
Designação do Autor [autor]	Inserir o nome da pessoa ou entidade que elaborou/ executou a inscrição. Quando se desconhece referir <u>Não Determinado</u> .	Consultar: Autores/ Entidades	→ Entidades \ autores
Texto	Transcrever o texto que se identifica na inscrição. Aqui aplicar os procedimentos de epigrafia.		∞ Texto livre
Grafias [grafia]	Inserir o tipo de letra utilizada na inscrição.	Consultar: grafias/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: grafias
Técnica da Inscrição [técnica]	Inserir o tipo de técnica, ou característica técnica, usada para realizar a inscrição.	Consultar: técnica da inscrição/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: técnicas
Posição	Inserir a localização da inscrição no imóvel.		∞ Texto livre

Idioma [idioma]	Inserir a língua ou idioma que foi inscrita a inscrição.	Consultar: idioma/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>idiomas</u>
Tradução	Tradução para português atual o “texto” da inscrição.		∞ Texto livre
Data	Data da realização da inscrição.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.15. Sistema Construtivo [sistema construtivo]

Objetivo	<p>Campo de registo das técnicas e tipologias aplicadas na construção da RPI.</p> <p>Aspetos que o inventariante deve atender:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Todos os elementos existentes na RPI são caracterizados. Por ex., existe duas janelas iguais: regista-se uma como exemplo. Este procedimento por fachada, etc. 2. Os registos são inseridos da cobertura para o pavimento. Se a ficha de inventário for constituída por uma só folha, a regra aqui aplica-se, tendo o cuidado por cada elemento os dados ficarem ordenados do maior para o menor. 3. Os registos são inseridos por ordem cronológica. Se existir, por ex., um dado de 2007 que é igual em 2010, regista-se somente o primeiro. A exceção quando se identifica diferenças, mesmo pontuais.
-----------------	--

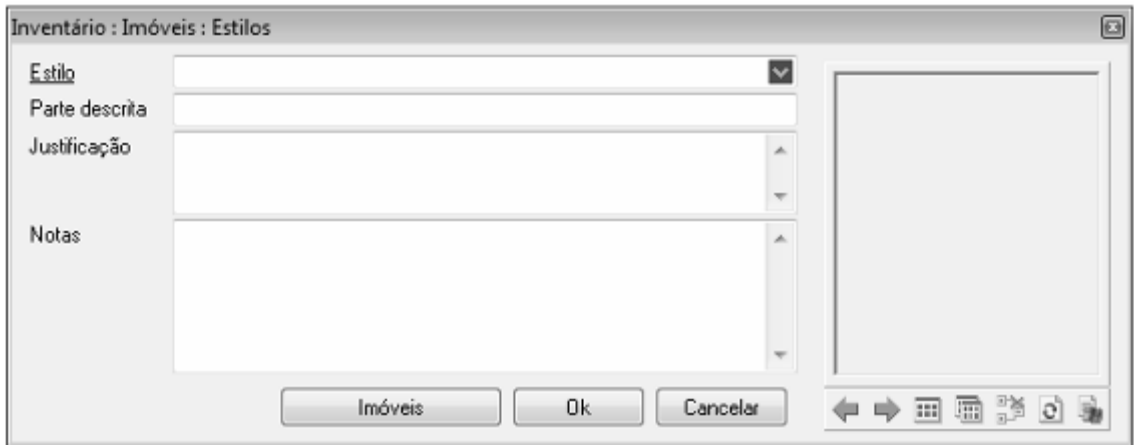
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Técnica Construtiva	Inserir a técnica de construção ou de execução utilizada para edificar ou criar a referência patrimonial e suas componentes.	Consultar: técnica construtiva/ Tabelas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica:

		Específicas.	técnica construtiva
Material	Inserir o tipo de material utilizado para a elaboração da técnica construtiva e tipologia construtiva.	Consultar: material/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: materiais
Designação da Cor	Inserir a cor existente na técnica construtiva. As cores naturais da pedra não contam.	Consultar: designação da cor (material)/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: cores
Tipologia Construtiva	Inserir a tipologia construtiva que definem o modelo de construção de uma componente ou tipologia. Se uma tipologia construtiva possuir dois ou mais técnicas construtivas, inserir o número de vezes necessárias de registo repetindo a técnica construtiva. Este procedimento deve ocorrer de forma hierárquica. A indicação da tipologia construtiva não repete a existente na tipologia geral que tipifica a referência patrimonial em análise, porque significa que se está analisar a tipologia geral em causa. Todas as outras sempre mencionar. Para uma pesquisa deve-se incluir os campos “tipologias” + “técnica construtiva” + “tipologia construtiva”.	Consultar: tipologia construtiva/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipologia construtiva
Parte Imóvel [parte descritiva]	Inserir a parte ou elemento (vertical ou horizontal) que compõe a referência patrimonial. Parte ou elemento pode representar uma ou mais tipologias, mas nunca confundir com tipologias. Parte ou elemento de um imóvel são fachadas, interior, piso, etc. Cuidado: ter em atenção a hierarquização das partes ou elementos de um imóvel no sentido aplicar relação vertical e horizontal dos dados. Significa que estar associado com o anterior. Os registos inferiores ou mais específicos poderão não possuir parte ou elementos de um imóvel, porque são tipologias inseridas na componente.	Consultar: parte do imóvel/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo imóvel

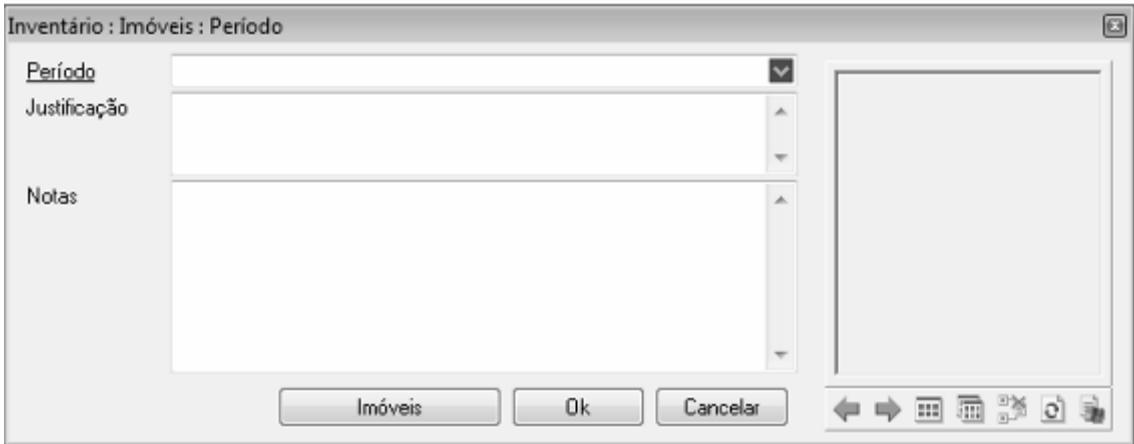
	<p>Neste campo o inventariante deve registrar atendendo o referido na folhe genérica. Ou seja, se está referido “interior”, na folha genérica, então utiliza este campo para complementar, por ex., piso, pavimento, etc. Se não tem nada acrescentar, então, não refere nada. <u>Evite repetir o que está superior.</u></p> <p>Se o registo do imóvel é constituído somente por uma folha, o inventariante deve utilizar este campo para mencionar, em específico, as partes ou elementos do imóvel.</p> <p>Quando se utilizar a <u>pesquisa</u> deve relacionar sempre o sistema construtivo com a parte (tipo imóvel) na folha genérica.</p> <p>Mais informação consulte Parte ou Elemento de um Imóvel.</p>		
Justificação	Descrever de forma sucinta os elementos a destacar ou que importa justificar em concreto.		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano em que ocorre caracterização deste campo.		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.16. Período Estilístico [estilos]

Objetivo	Campo de registo dos períodos estilísticos que marcam formas de arte na arquitetura e na História.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Estilo	Inserir o estilo maioritariamente presente na	Consultar:	→ Tabelas

[estilo]	RPI e de forma hierárquica. A inserção ocorre somente no primeiro registo, exceto se existir outros estilos que presentes em determinadas partes do imóvel (por ex., capela, cada de habitação, etc.), inserir nos sub-registos. Não referir o estilo nos alçados e interiores, exceto de elementos específicos e definidos, caso de caixotões, pinturas murais.	período estilístico/ Tabelas Específicas	auxiliares \ Tabela específica: estilos
Parte descritiva	Inserir tipologia ou parte do imóvel da RPI quando o registo em causa for abrangente que se justifica indicar aqui qual o elemento em análise.		∞ Texto livre
Justificação	Se justificar e de forma sucinta clarificar fatores de atribuição do estilo.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.17. **Época Histórica** [\[época\]](#)

Objetivo	Campo de registo do período ou época da história da origem da RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Época [época]	Inserir a época histórica da construção da RPI. Outros momentos cronológicos inserir no campo histórico . Não referir época nos registos dos alçados e interiores, exceto se registe pinturas, elementos arquitetónicos ou integrados, capelas em sítios, etc. A época considera-se as barreiras	Consultar época histórica/ Tabelas Específicas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: época

	cronológicas criadas pelos historiadores balizar momentos da história do Homem.		
Justificação	De forma sucinta justificar atribuição.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.18. **Localização** [localizações]

Objetivo	Campo de registo da nomenclatura oficial para definição das áreas territoriais de Portugal, incluindo a informação relacionada com o sistema de coordenadas da RPI.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Designação Administrativa [Local Administ.]	Inserir a designação administrativa territorial onde se localiza a RPI. A inserção dos dados processa-se da seguinte forma: 1°. País 2°. Distrito 3°. Concelho 4°. Freguesia 5°. Lugar	Consultar: Locais Administrativos/ Tabelas Geográficas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela Geográficas: Locais Administrativos

	<p>Se a RPI localizar-se num ponto que colide com dois ou mais concelhos ou freguesias, registar todas as localizações, por ordem da área ocupada.</p> <p>Informação sobre a implantação da RPI consultar a <i>shape</i> <u>área dos lugares</u>.</p>		
Topónimo	<p>Inserir o nome dado a um determinado local, que não o lugar.</p> <p>Estes podem estar referenciados na CMP ou provir da população, ou ainda de bibliografia.</p> <p>A existência de vários topónimos processa-se em registos individuais repetindo o campo anterior.</p>		∞ Texto livre
Morada	<p>Inserir a morada ou endereço pela seguinte ordem:</p> <p>1º. Rua, Avenida ou outra; 2º. Nome atribuído à rua; 3º. Número de polícia ou de porta, frações ou blocos. 4º. Número de andar e lado. 5º. Código postal completo (número grande e pequeno).</p> <p>Se a RPIpossuir acesso a duas ou mais ruas mencionar as mesmas em registos individuais e em articulação com os campos anteriores.</p>		∞ Texto livre
Data	<p>Dia, mês e ano quando procedeu ao registo</p>		<input type="checkbox"/> Data
Sistema de Coordenadas [geo datum]	<p>Inserir o sistema de coordenadas.</p> <p>Por Geo Datum ou Sistema de Coordenadas representa o modelo de projeção do <i>ponto de referência a partir do qual a representação gráfica dos paralelos e meridianos, e consequentemente do todo o resto que for desenhado na carta, está relacionado e é proporcionado.</i></p> <p>Utiliza-se neste Gabinete o sistema de coordenadas: DATUM 73 HAYFORD GAUSS IGEOE (saiba +).</p>	<p>Consultar: sistema de coordenadas/ Tabelas Geográficas</p>	<p>→ Tabelas auxiliares \ Tabela Geográficas: geo datum</p>
Método	<p>Inserir a forma como se obtém as coordenadas que podem ser por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DGPS; - Carta Militar de Portugal (CMP) à esc. 1/25000; 	<p>Consultar: Método/ Tabelas Geográficas.</p>	<p>→ Tabelas auxiliares \ Tabela Geográficas: método</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - SIG; - Google Earth. <p>Para determinar a RPI genérica ou principal, o ponto deve ser obtido na área central. Por ex., num povoado, no centro da intramuralha da primeira linha muralha; num conjunto arquitetónico do centro do núcleo funcional.</p> <p>Pontos obtidos pelo método do DGPS os pontos provém em coordenadas retangulares. Deve o inventariante proceder a uma segunda exportação em coordenadas geográficas.</p> <p>Valores obtidos por DGPS em modo fixo. Pode o inventariante recorrer à Internet para outras conversões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aceder ao site http://www.igeoe.pt/utilitarios/coordenadas/trans.aspx - Os valores de Y subtrair 200000. colocar o resultado no campo M no site. - Os valores de X subtrair 300000. Colocar o resultado no campo P no site. - Ao transformar colocar primeiramente “coordenadas retangulares” e “ponto central Datum 73”. - Retirar dados da UD50. 		determinação
Código SIG	Número SIG. NÃO PREENCHER		∞ Texto livre
Coord. Geo. X	Coordenadas geográficas, ou seja, eixo horizontal, meridiano ou longitude . Inserir os graus, minutos e segundos (incluindo décimas) + W (Oeste)		∞ Texto livre
Coord. Geo. Y	Coordenadas geográficas, ou seja, eixo vertical, paralelo ou latitude . Inserir os graus, minutos e segundos (incluindo décimas) + N (Norte)		∞ Texto livre
Coord. Plana X	Coordenadas retangulares, ou seja, eixo horizontal, meridiano ou longitude . Inserir valor composto por 6 unidades e 4 décimas, acrescido de N		∞ Texto livre
Coord. Plana Y	Coordenadas retangulares, ou seja, eixo vertical, paralelo ou latitude . Inserir valor composto por 6 unidades e 4 décimas, acrescido de E		∞ Texto livre

Altitude [Coord. Plana Z]	Inserir valor em metros relativo à altitude no ponto central já mencionado atrás. A separação entre metros e decímetros processa-se por uma vírgula (,). Colocar 3 casas decimais, ou seja, até ao milímetro.		∞ Texto livre
Ambiente	Inserir o ambiente em que se encontra inserido o imóvel. NÃO PREENCHER.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar. Inserir no registo dados sobre a UTM (Universal Transverse Mercator) que é uma projeção retangular, partindo da CMP (da projeção UD50) da seguinte forma: 1º. Insere-se a zona da quadrícula 29T , seguido da identificação dos quadrados de 100 000 m onde se situa o ponto: PG ou PF . 2º. Inserir os valores relativos ao meridiano e depois o paralelo. Dar espaço entre ambos. 3º. Os dois pontos anteriores são inseridos de forma contínua como descrito na Carta Militar de Portugal (CMP).		∞ Texto livre

Mais informações dados cartográficos também consultar o módulo **Cartografia**.

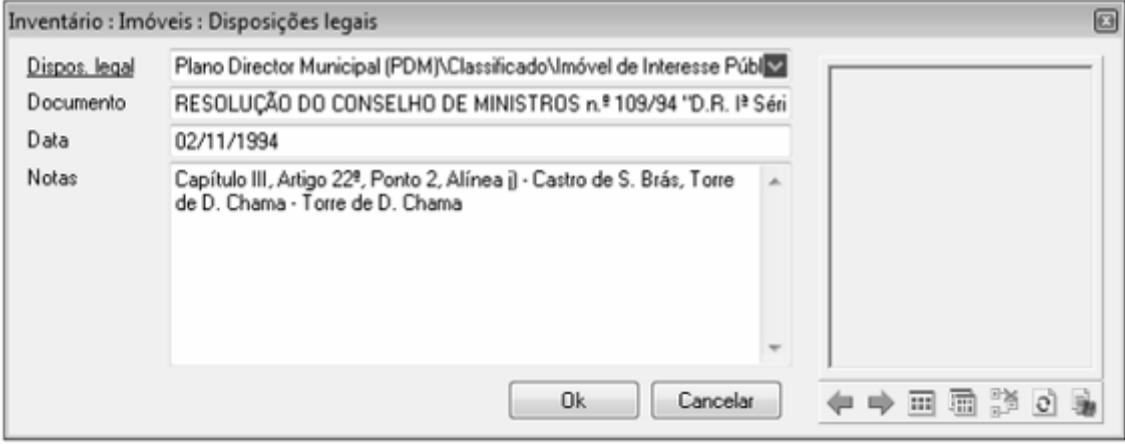
Na *view* da folha específica da “localização”, no lado direito, surge **quatro botões**:

1. Ver “google maps”;
2. Ver “mapa SIG (geral)”;
3. Ver “mapa SIG (local)”;
4. “inserir imóvel no SIG”.

Definições:

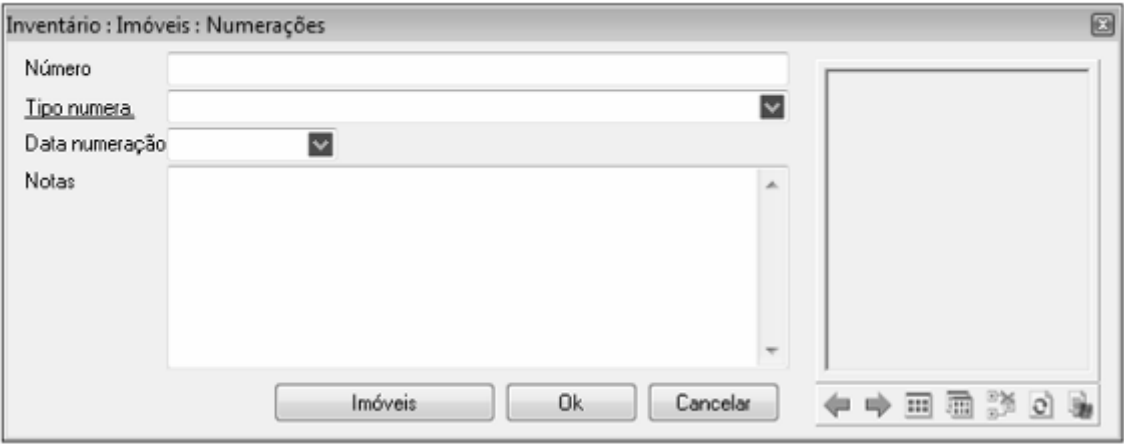
- **Sistema de coordenadas geográficas** – *considera desvios angulares a partir do centro da Terra, não é um sistema conveniente para aplicações em que se buscam distâncias ou áreas. Para estes casos, utilizam-se outros sistemas de coordenadas, mais adequados, como, por exemplo, o sistema de coordenadas planas, descrito a seguir.*
- **Sistema de coordenadas planas** (ou, sistema de coordenadas cartesianas) – *parte da escolha de dois eixos perpendiculares, usualmente denominados eixos horizontal e vertical, cuja interseção é denominada origem, estabelecida como base para a localização de qualquer ponto do plano.* Nesse sistema de coordenadas, um ponto é representado por dois números: um correspondente à projeção sobre o eixo x (horizontal), associado principalmente à longitude, e outro correspondente à projeção sobre o eixo y (vertical), associado principalmente à latitude. Estas coordenadas são relacionadas matematicamente às coordenadas geográficas, de maneira que umas podem ser convertidas nas outras.

1.19. **Estatuto de Proteção** [disposições legais]

Objetivo	Campo de registo do estatuto legal da RPI na proteção e no ordenamento do território.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Disposição Legal [dispos. legal]	<p>Inserir a disposição ou estatuto legal em que se enquadra a RPI. Por exemplo se encontra:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Classificado. 2. Em vias de classificação. 3. Referido em PDM. 4. Abrangido. <p>Se a RPI não possuir qualquer tipo de estatuto referir <u>sem estatuto de proteção</u>.</p> <p>Relacionar o relatório da fundamentação de classificação do imóvel.</p>	Consultar: Disposição Legal/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: disposições legais
Designação do Documento [documento]	<p>Inserir os dados sobre a documentação jurídica, caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Do nome do diploma; - Do n.º atribuído ao diploma; - Da série; - Do n.º da série; - Do n.º da folha. <p>Por exemplo: RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 109/94 "D.R. Iª Série B" 253 (02-11-1994) 6575</p>		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano do diploma ou conclusão da fundamentação. Por exemplo: 02/11/1994		<input type="checkbox"/> Data
Notas	<p>Inserir os restantes elementos inscritos no diploma. Por exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Artigo; 		∞ Texto livre

	<p>2. Ponto; 3. Alínea; 4. Nome atribuído na alínea.</p> <p>Por exemplo: Artigo 22º, Ponto 1, Alínea a) – Castelo Velho de Mirandela - lugar de São Martinho, Mirandela.</p>		
--	--	--	--

1.20. Números [numerações]

Objetivo	Campo de registo de números que identificam a RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Número [numero]	Inserir o número relacionado com a RPI. Por exemplo a CMP (Carta Militar de Portugal), CNS (Código Nacional de Sítio), etc.	∞ Texto livre	∞ Texto livre
Tipo de Numeração [tipo numera.]	Inserir o tipo de nomenclatura que categoriza o número atribuído no campo anterior. Por exemplo, se trata do NIM, do número de ficheiro (NF), da Carta Militar de Portugal (CMP), outros.	Consultar: tipo de numeração/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: numerações
Data da Numeração [data numeração]	Dia, mês e ano quando foi executado o registo, quando conhecido. Se tratar por exemplo do NIM, do CMP, não se justificar inserir a data.	<input type="checkbox"/> Data	<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros dados acrescentar.	∞ Texto livre	∞ Texto livre

1.21. Histórico [cronologia]

Objetivo	Campo de registo do historial (história) da RPI. Isto é, registo dos acontecimentos ocorridos, sejam materiais ou imateriais (por oralidade da
-----------------	--

população ou por fonte escrita) relacionados com a RPI. Por exemplo, incêndios, danos em parte ou na íntegra sobre a estrutura, elementos inseridos posteriormente na RPI, intervenções implementadas, etc.

Os registos neste campo são sempre que possível relacionado com outros módulos da base de dados, caso por ex., monografias, periódicos e material fotográfico.

Quanto à distribuição da informação, no primeiro registo menciona-se dados que aborem o todo. Nos restantes registos secundários (ou sub-registos) inserir dados que indiquem concretamente aquele elemento, por ex., a muralha, o alçado, etc.

Ainda sobre o parágrafo anterior atenção à disposição da árvore de NIM's da RPI.

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Data Inicial	Dia, mês e ano que se conhece quando iniciou um acontecimento, ação, intervenção ou inventário. Se a informação vem de uma obra documental referir a data quando foi realizada ou da sua edição. Se a informação for de origem oral referir a data quando foi recolhida. Quando temos somente uma data que não sabemos se é inicial ou final perante o acontecimento colocamos por defeito aqui.		<input type="checkbox"/> Data
Data Final	Dia, mês e ano que se conhece quando finalizou um acontecimento, ação, intervenção ou inventário		<input type="checkbox"/> Data
Data Textual	Inserir quando não temos uma data exata, mas uma década, século. Colocar entre parêntesis () o quartel, inicio,		<input type="checkbox"/> Texto livre

	metades ou outro que enquadre os elementos no parágrafo anterior.		
Época Histórica [época]	<p>Inserir a época do dado histórico.</p> <p>Se o registo aborda uma interpretação ou uma análise da RPI, insere-se a época relativa ao momento da realização da interpretação ou análise.</p> <p>Se o registo menciona dados provenientes de uma informação oral, inserir a época de quando ocorreu o acontecimento. Nos campos <u>data inicial</u> inserir a data quando a informação foi cedida.</p> <p>Se o registo descreve uma informação proveniente de documentação, inserir a época que enquadra cronologicamente os dados. No campo inicial mencionar a data da publicação.</p> <p>Se o registo aborda um inventário realizado por um inventariante que trabalhou na alçada do Gabinete de Arqueologia, inserir a época da execução.</p>	Consultar: época histórica/ Tabelas Específicas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>época</u>
Assunto [parte descrita]	Inserir de forma sucinta possível o assunto em registo.		∞ Texto livre
Justificação	<p>Descrever elementos essenciais em 999 caracteres incluindo espaços.</p> <p>Evitar dispersar, por uma questão de caracteres, mas incluir a informação necessária e explicativa.</p> <p>O registo processa-se por ordem cronológica dos acontecimentos, ações, intervenções ou inventários, etc. ocorridos na RPI.</p> <p>Quando dos dados provém de uma bibliografia ou outro documento com a mesma data de edição a regra aplica-se pela antiguidade do autor.</p> <p>Quando o descrito provém de uma bibliografia colocar no campo notas a citação.</p> <p>O inventariante deve posteriormente relacionar o registo criado com a edição existente no módulo “monografia”, “periódico” ou “arquivo histórico” (referir nas notas da relação a(s) página(s)).</p>		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.22. Escavação [escavações]

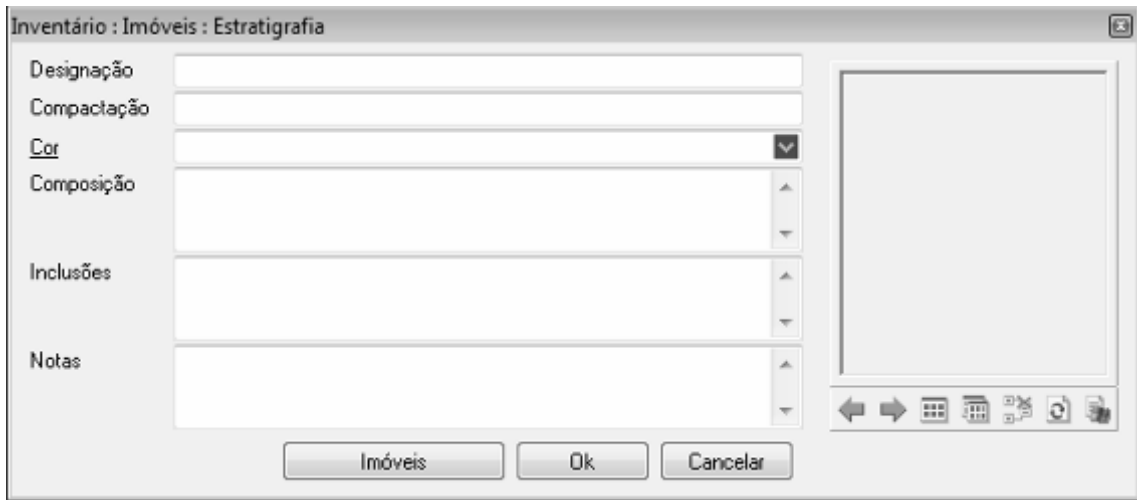
Objetivo	<p>Campo de registo das ações de escavação e/ou sondagem arqueológica ocorrida na RPI.</p> <p>No campo <u>histórico</u> mencionar sucintamente o tipo de ação arqueológica realizada. O relatório da ação será inserido no <u>módulo de arquivo</u> e relacionado com este campo e o histórico.</p>
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Código da Escavação [código]	<p>Inserir o código da escavação ou sondagem. Igualmente põe incluir outras referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área de uma sondagem. - Quadrícula. - Outra que se identifique como tal. <p>Neste campo inclui o ano da intervenção.</p>		∞ Texto livre
Designação	Inserir o nome ou designação dada à escavação ou sondagem.		∞ Texto livre
Data inicial	Dia, mês e ano do início dos trabalhos.		∞ Texto livre
Data final	Dia, mês e ano do término dos trabalhos.		∞ Texto livre

Nome do Responsável [responsável]	Os nomes dos responsáveis e colaboradores técnicos pela ação arqueológica inserir no campo <u>autorias</u> . No campo <u>notas</u> das <u>autorias</u> inserir a data inicial e final, como da designação NÃO PREENCHER.		→ Entidades \ colaboradores
Categoria de Escavação [escavação]	Indicar a categoria de ação em que a escavação se enquadra. Por ex., ação de emergência, projeto de estudo, etc.	Consultar: categoria escavação/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: categorias de escavação
Metodologia	Descrever o método de intervenção implementado.		∞ Texto livre
Objetivos	Descrever sucintamente os objetivos da ação.		∞ Texto livre
Resultados	Inserir os resultados alcançados. Elencar os mesmos de forma sucinta.		∞ Texto livre
Testemunhos	Inserir os vestígios encontrados.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.23. Estratigrafia [estratigrafia]

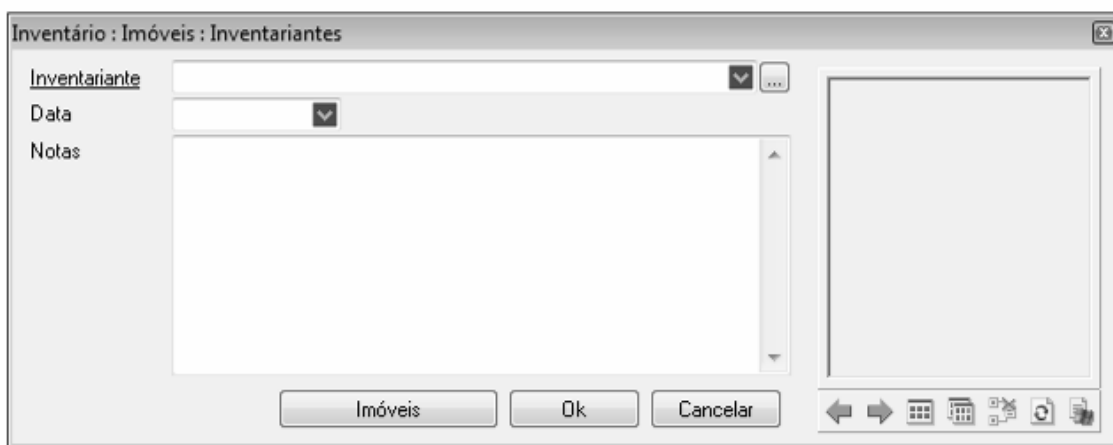
Objetivo	Campo de registo da informação sobre a estratigrafia ou unidades estratigráficas obtidas da realização de trabalhos arqueológicos numa RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados

Designação	Inserir o nome ou designação dada à camada ou unidade estratigráfica.		∞ Texto livre
Compatação	Inserir os níveis de compatação.		∞ Texto livre
Designação da Cor [cor]	Inserir a cor da camada ou unidade estratigráfica.	Consultar: designação da cor da estratigrafia/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: cores
Composição	Inserir os elementos que compõe a camada ou unidade estratigráfica.		∞ Texto livre
Inclusões	Inserir os «(...) materiais, orgânicos ou não, encontrados durante a escavação.».		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.24. Inventariantes [\[inventariantes\]](#)

Objetivo	Campo de registo dos técnicos que trabalharam no inventário, organização e estudo sobre RPI.
-----------------	--


Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados



Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Nome do Inventariante [inventariante]	Inserir os nomes dos inventariantes.	Consultar: inventariantes/ Entidades.	→ Entidades \ inventariantes
Data	Dia, mês e ano em que ocorreu o inventário ou outro tipo de registo. Inclui-se a data de término do registo.		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Além de outros comentários acrescentar, deve o inventariante		∞ Texto livre

	<p>referir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação – quando o inventariante regista a RPI sumariamente para a sua identificação, para mais tarde proceder ao inventário. - Inventariação – quando o inventariante elaborou o registo descrevendo todos os campos preentes neste manual. - Organização – quando o inventariante coloca a informação inventariada na base de dados e/ou estrutura a informação documental (bibliografia, imagens, etc.), prepara e coloca na base de dados. <p>Ao colocar pode o inventariante referir o número de situações realizadas.</p>		
--	--	--	--

1.25. **Autoria** [autorias]

Objetivo	Campo de registo dos autores e/ou técnicos que contribuíram para a construção, alteração da RPI, a ações complementares desenvolvidas.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Nome do Autor [autor]	Inserir o nome do autor e/ou técnico com a responsabilidade pelo ato. Mencionar somente quando exista documentação.	Consultar: autores/ Entidades.	→ Entidades \autores
Área Técnica	Inserir a área técnica do autor mencionado	Consultar:	→ Tabelas

[tipo autoria]	atrás.	área técnica/ Tabelas Específicas	auxiliares \ Tabela específica: autorias
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.26. Propriedade [\[propriedade\]](#)

Objetivo	Campo de registo dos dados sobre os proprietários de parte ou todo da área da RPI.
-----------------	--

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Nome do Proprietário [proprietário]	<p>Inserir o nome do:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proprietário e dos, - Confrontantes. <p>Regista-se 1 único registo por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proprietário identificado. - Tipo de prédio registado existente (predial e matricial). - Confrontante identificado. - Confrontação registada. <p>Quando não existe informação matricial ou predial regista-se não identificado. Este significa que não se encontrou dados nas entidades ou não existe.</p>	Consultar: proprietários/Entidades .	→ Entidades \ proprietários
Data	<p>Dia, mês e ano referente à inscrição na entidade (conservatória ou finanças).</p> <p>No caso da <u>confrontação</u> não se refere</p>		<input type="checkbox"/> Data

	data.		
Tipo de Prédio [tipo prédio]	Identificar a natureza do prédio onde se localiza a referência patrimonial. Se urbano ou rústico . Não se refere o tipo de prédio quando: - Estamos a registar a confrontação. - Se identifica “ não determinado ”	Consultar: tipo de prédio/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo prédio
Tipo de Registo [tipo registo]	Identificar o tipo de registo do prédio. Aqui refere-se o registo: - Predial. - Matricial. - Confrontação na ficha matricial. - Outras identificadas na TA.	Consultar: tipo de registo/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo registo
Número	Inserir o número do artigo matricial e/ou da ficha predial. Quando se trata da confrontação não referir o número.		∞ Texto livre
Nome da Entidade [entidade]	Inserir o nome da instituição que possui a informação do registo matricial e predial.	Consultar: Entidade da Propriedade/ Entidades.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: entidade
Área	Inserir a área em metros quadrados, por exemplo: - Superfície coberta (SC), - Logradouro (L), - Área Total (AT), - Área de implantação do edifício (AIE), - Área bruta de construção (ABC), - Área bruta dependente (ABD), - Área bruta privativa (ABP).		∞ Texto livre
Notas	Outros elementos acessórios acrescentar.		∞ Texto livre

1.27. Ocupação [ocupação]

Objetivo	Campo de registo do tipo de ocupação da RPI, ou seja, se arrendada, devoluta, ou outro; a quem se encontra.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Designação da Entidade [entidade]	Inserir nome da pessoa ou entidade (completo) que ocupa a RPI em parte (se piso ou andar) ou todo. No caso de Igrejas ou Capelas referir o nome da Fábrica ou Comissão Fabriqueira.	Consultar: ocupantes/ Entidades.	→ Entidades \ propriedade
Tipo de Ocupação [ocupação]	Inserir o tipo da ocupação. Se arrendada, cedida, etc.	Consultar: tipo de ocupação/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: ocupação
Data	Dia, mês e ano em que procedeu à identificação da propriedade pelo inventariante. Igualmente se o inventariante identificar a data de um contrato de arrendamento ou similar, mencionar nas notas que a mesma se refere a esse contrato.		<input type="checkbox"/> Data
Relação	Inserir a relação entre os ocupantes. Caso dos proprietários, se esposo e esposa; se irmão, etc. no caso dos ocupantes, arrendatários, por exemplo, se esposo, esposa, etc.		∞ Texto livre
Piso	Inserir a informação sobre o piso. Por exemplo, 3º andar direito traseiro.		∞ Texto livre
Notas	Outros elementos acessórios acrescentar.		∞ Texto livre

1.28. Utilização [utilização]

Objetivo	Campo de registo da funcionalidade da RPI ao longo da sua História.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Utilização [utilização]	Inserir o tipo de utilização da RPI atualmente, anteriormente e no início. A inserção processa-se sempre que: <ul style="list-style-type: none"> - Na folha genérica da RPI. - No sub-registo que se considere possa ter uma utilização. Por ex., a casa de habitação da quinta, a capela, a dependência. - Nunca referir utilização para as partes do imóvel, caso dos alçados. 	Consultar: utilização/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: utilizações
Tipo de Utilização [tipo utilização]	Inserir o enquadramento da utilização, ou seja, se atual, anterior ou inicial.	Consultar: Tipo de Utilização/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo utilização
Data	Dia, mês e ano em que foi efetuado o registo pelo inventariante. Aplica-se a data à utilização <u>atual</u> .		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros elementos acessórios acrescentar.		∞ Texto livre

1.29. Parâmetros [medidas]

Objetivo	Campo de registo das medidas do todo ou partes da RPI.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Tipo de Medida [tipo medida]	Inserir o tipo de medida utilizada para efetuar a medição.	Consultar: tipo de medidas/ Tabelas Específicas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: tipo de medidas
Valor	Inserir o valor obtido através do <u>tipo de medida</u> .		<input type="checkbox"/> Número
Unidade de Medida [uni. medida]	Inserir a unidade de medida utilizada na medição.	Consultar unidade de medidas/ Tabelas Específicas	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: unidades de medidas
Parte Descrita	Inserir a parte do imóvel analisada. Utiliza-se este campo quando o registo comporta várias <u>partes do imóvel</u> .		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.30. Ameaças [perigo]

Objetivo	Campo de registo das ameaças ou perigos que podem influenciar a preservação ou conservação parcial ou total da RPI.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Ameaça [perigo]	Inserir o tipo de ameaça. Se não identificar ameaças não mencionar. Se existir ameaça e a mesma persistir não inserir novos registos, porque significa que a ameaça persiste. Se ameaça se encontrar corrigida inserir <u>ameaça corrigida</u> . Os critérios partem do <i>Thesaurus Endovélico</i> do IPA.	Consultar: ameaças/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>perigos</u>
Descrição	De forma sucinta destacar elementos particulares considerados.		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano em que ocorre caracterização deste campo.		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre


1.31. Estado de Conservação [estado]

Objetivo	Campo de registo do estado de conservação em que se encontra a RPI.
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados	

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Estado de Conservação [estado]	<p>Inserir o nível de conservação em que se encontra a RPI.</p> <p>Se a RPI possuir sub-registos, no primeiro registo (que dá informação geral e genérica) indica-se o estado de conservação do todo.</p> <p>Nos registos inferiores (ao primeiro registo) indica-se o estado de conservação específico do elemento concreto em análise.</p> <p>Complementar análise deste campo com fotos ou vídeos.</p> <p>Na TA (tabela) na base de dados deve seleccionar-se o campo <u>estados</u> e escolher o registo <u>conservação</u> e depois o respetivo <u>nível</u> de conservação.</p>	Consultar: estado de conservação/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>estados</u>
Parte Descritiva	<p>Indicar a parte do imóvel.</p> <p>Utiliza-se este campo quando o registo comporta várias <u>partes do imóvel</u>.</p>		∞ Texto livre
Descrição	<p>Descrever de forma sucinta e direta as patologias identificadas no campo anterior, se complementar o registo.</p>		∞ Texto livre
Cond. Especiais	<p>Condições Especiais representa o campo para indicar comentários ou sugestões que possam melhorar o estado no todo ou em parte.</p>		∞ Texto livre

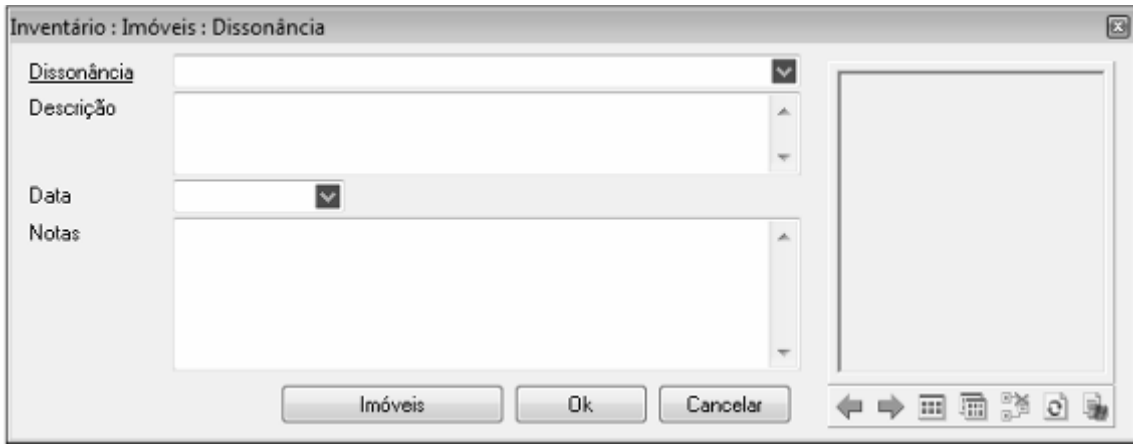
Data Estado	Dia, mês e ano em que ocorre caracterização.		<input type="checkbox"/> Data
Data revisão	Dia, mês e ano em que em que deve ocorrer avaliação. NÃO PREENCHER		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.32. Anomalias [estado]

Objetivo	Campo de registo das anomalias ou riscos presentes na estrutura da RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Anomalias [estado]	Inserir as anomalias ou patologias estruturais, não estruturais e humidades existentes na estrutura. Na TA (Tabela) da base de dados deve seleccionar-se no campo <u>estado</u> o registo <u>anomalia</u> e dentro desta a respetiva informação.	Consultar: anomalias/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: <u>estados</u>
Parte Descritiva	Inserir a parte do imóvel analisada. Utiliza-se este campo quando o registo comporta várias <u>partes do imóvel</u> .		∞ Texto livre
Descrição	Descrever de forma sucinta e direta as razões ou dados complementares sobre anomalia.		∞ Texto livre
Cond. Especiais	Condições Especiais representa o campo		∞ Texto livre


	para indicar comentários ou sugestões que possam melhorar o estado no todo ou em parte.		
Data Estado	Dia, mês e ano em que ocorre caraterização.		<input type="checkbox"/> Data
Data revisão	Dia, mês e ano em que em que deve ocorrer avaliação. NÃO PREENCHER		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.33. Dissonância [dissonância]

Objetivo	Campo de registo das irregularidades que alteraram no todo ou nas partes, disvirtuando ou colocando em causa a identidade inicial da RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Dissonâncias [dissonância]	<p>Inserir os níveis ou graus dissonantes na RPI. Significa que todos os edifícios, pela sua volumetria, forma, materiais e cores, estejam em conflito estético e arquitetónico com os confinantes, ou o edifício se demarca do seu estilo ou qualquer outro atributo particular que o descaraterize ou que contenha em si mesma elementos descaraterizadores da sua tipologia.</p> <p>A mesma RPI pode possuir mais que um grau associado.</p> <p>Grau 0: RPI não apresenta adições ou alterações que ponham em causa a função, estado de conservação e o valor.</p> <p>Grau 1: RPI apresenta adição de</p>	Consultar: dissonância/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: dissonância

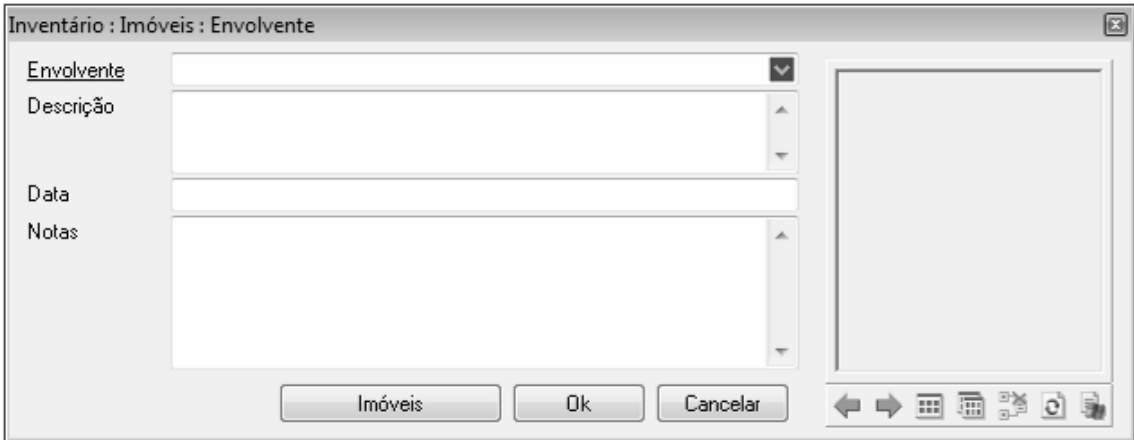
	<p>componentes, acessórios ou outro tipo de elementos.</p> <p>Grau 2: RPI apresenta pequenas alterações não estruturais.</p> <p>Grau 3: RPI apresenta alterações parciais na estrutura ou destruição parcial do existente pondo em causa o valor patrimonial.</p> <p>Grau 4: RPI apresenta alterações integrais ou destruição total do existente.</p>		
Descrição	Descrever forma sucinta as razões		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano em que ocorre o diagnóstico.		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.34. Acesso [acessos]

Objetivo	Campo de registo de como aceder à RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Acesso [acesso]	Inserir o tipo de acesso que indica a forma de locomoção para chegar à RPI. Por ex., por carro, a pé.	Consultar: acessos/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: estilos
Data	Dia, mês e ano em que ocorre caracterização.		<input type="checkbox"/> Data
Justificação	A descrição do percurso de forma sucinta. Utilizar de preferência estradas nacionais e municipais. Em último caso recorrer a estradas de terra batida. Para esta situação terá que ter atenção a forma de		∞ Texto livre

	<p>explicitação.</p> <p>A descrição inicia-se na rotunda Luciano Cordeiro em Mirandela.</p> <p>Deve elaborar paralelamente na <i>shape</i> dos <u>acessos</u> o percurso.</p>		
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.35. Enquadramento [\[envolvente\]](#)

Objetivo	Campo de registo do enquadramento da área envolvente à RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Enquadramento [envolvente]	Inserir o tipo de enquadramento da RPI com a envolvente.	Consultar: enquadramento / Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: envolventes
Descrição	<p>Descrever de forma sucinta o enquadramento.</p> <p>Este deve retratar a envolvência em que a referência patrimonial se insere. Relação com a geografia social e humana; relação com a geografia física; relação com todos os elementos envolventes.</p> <p>Se trata, por ex., de uma quinta, referir a disposição dos imóveis desse conjunto.</p> <p>Igualmente descrever a morfologia e topografia de implantação da referência patrimonial.</p>		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano em que ocorre		<input type="checkbox"/> Data

	caraterização.		
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.36. Cobertura Vegetal [envolvente]

Objetivo	Campo de registo dos elementos vegetais que cobrem e envolvem a área da RPI.
-----------------	--

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

The screenshot shows a window titled 'Inventário : Imóveis : Envolvente'. It contains a form with the following fields: 'Envolvente' (a dropdown menu), 'Descrição' (a text area), 'Data' (a date field), and 'Notas' (a text area). At the bottom, there are three buttons: 'Imóveis', 'Ok', and 'Cancelar'. To the right of the form is a large empty rectangular area, likely for an image or map. The window also has standard navigation icons at the bottom right.

Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Cobertura Vegetal [envolvente]	Inserir ao tipo de vegetação (arbórea, arbustiva e rasante) que cobre o solo da área da RPI. Regista-se a cobertura vegetal predominante(s). A cobertura vegetal é registada seguida ao enquadramento.	Consultar: Cobertura Vegetal/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: envolventes
Descrição	Indicar qual o tipo de vegetação. Pode o inventariante utilizar designações populares.		∞ Texto livre
Data	Dia, mês e ano em que ocorre caraterização.		<input type="checkbox"/> Data
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.37. Solo [edafologia]

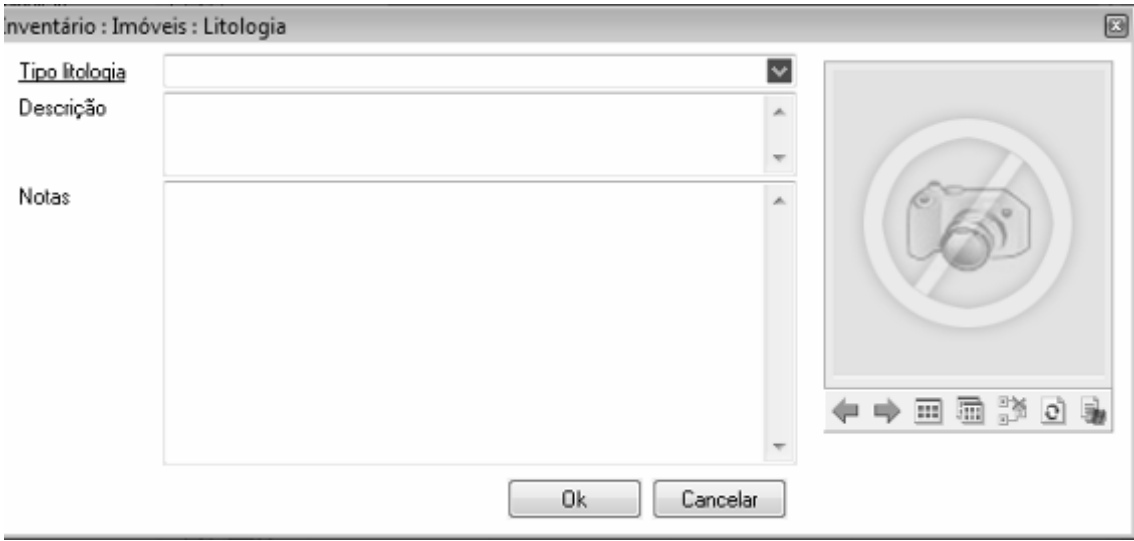
Objetivo	Campo de registo do tipo, uso e aptidão do solo na área onde se implanta a RPI.
-----------------	---

Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados

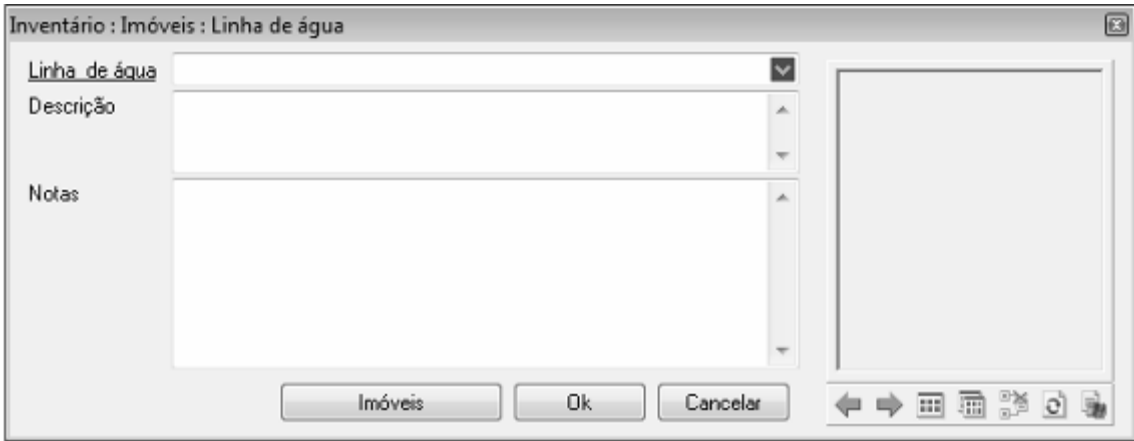
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Uso do Solo [uso solo]	<p>Inserir o uso do solo, ou seja, o fim a que se destina o solo em que insere a referência patrimonial.</p> <p>Parte da carta de solos, isto é, de documentos oficiais ou técnicos que definem o solo.</p> <p>Neste campo deve-se cruzar a informação do <i>Thesaurus Endovélico</i> (http://www.ipa.min-cultura.pt/) com os dados da <i>shape: COS90</i> no campo <u>leg_simpl</u>, partindo da <i>shape</i> em primeiro lugar.</p> <p>Atenção a relação com a utilização.</p> <p>Quando na bibliografia se identifica o uso do solo regista-se completando com a justificação.</p>	Consultar: Uso do Solo/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: uso solo
Tipo de Solo [tipo solo]	<p>Inserir o tipo de solo.</p> <p>A informação foi fornecida pelo SIG de Mirandela e encontra-se registada na <i>shape: tipo_solo</i> no campo <u>legenda</u>.</p> <p>Se surgir o registo <u>área urbana</u> ignorar e registar o tipo que lhe envolve.</p>	Consultar: Tipo de Solo/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: solos
Aptidão de Solo [aptidão]	<p>Inserir a aptidão do solo.</p> <p>A informação foi fornecida pelo SIG de Mirandela e encontra-se registada na <i>shape: aptidao_solo</i> no campo <u>legenda</u>.</p> <p>O inventariante deve criar o registo em relação com outros campos.</p>	Consultar: Aptidão do Solo/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: aptidão solos
Data	Dia, mês e ano em que procedeu à		<input type="checkbox"/> Data

	caraterização.		
Descrição	Acrescentar elementos a destacar quanto ao solo.		∞ Texto livre
Notas	Outros comentários acrescentar.		∞ Texto livre

1.38. **Litologia** [litologia]

Objetivo	Campo de registo da geologia onde se implanta a RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Tipo Litologia	<p>Inserir o tipo de rocha existente no solo onde se localiza a RPI.</p> <p>Regista-se a:</p> <ol style="list-style-type: none"> Designação simples (ao consultar a <i>shape</i> ver campo “desc_simpl”); Designação específica (ao consultar a <i>shape</i> ver campo “DESCRICA001”). <p>A consulta da informação no ficheiro <i>shape: geo_200k_mdI</i></p> <p>Litologia estuda o <i>tipo de rocha</i>. Consiste na <i>descrição de rochas em afloramento ou amostra de mão, com base em várias características tais como a cor, textura, estrutura, composição mineralógica ou granulometria.</i> (http://www.dct.uminho.pt/pnpg/gloss/litologia.html)</p>	Consultar: Litologia/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: litologias
Descrição	Se justificar descrever dados sobre o tipo de rocha.		∞ Texto livre
Notas	Outros elementos acessórios acrescentar.		∞ Texto livre

1.39. Hidrografia [linha de água]

Objetivo	Campo de registo dos cursos de água envolventes à RPI.		
Imagem da Estrutura de Registo na Base de Dados			
			
Nome do Campo	Descrição	Termos a Utilizar	Localização dos Termos na Base de Dados
Hidrografia [linha de água]	<p>Inserir o nome dos cursos de água associados à referência patrimonial num raio de 250 m.</p> <p>Sobre aquisição de informação consultar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionar a população para determinar o nome das linhas de água. ▪ Carta Militar de Portugal 1/25000. ▪ <i>Shape</i> “hid_In_md1” no campo “nome”. 	Consultar: Hidrografia/ Tabelas Específicas.	→ Tabelas auxiliares \ Tabela específica: linhas de água
Descrição	<p>Descrever o posicionamento da linha de água relativamente à RPI.</p> <p>Igualmente referir sem à data caudal de água.</p>		∞ Texto livre
Notas	Outros elementos acessórios acrescentar.		∞ Texto livre

1.40. Fichas Relacionadas

Consultar o campo [fichas relacionadas](#).

2. Tabelas Auxiliares (TA)

Área que comporta a lista dos termos e suas definições indicado para consultar na coluna termos a usar do capítulo campos.

As tabelas auxiliares são composta por dois tipos de tabelas:

1. Tabela Específica – possui a lista de termos dos campos ligados a tabela de todos os manuais do sistema de gestão, exceto informação geográfica e de arquivo.
2. Tabela Geográfica – possui o lista de termos requeridos pelo campo localização e CNS.

2.1. Tabelas Específicas (TE)

Tabelas específicas (TE) é o local de armazenamento da lista de termos e respetivas definições que os campos mencionados no capítulo anterior indicam estando associados a tabela na base de dados.

2.1.1. Designação

2.1.1.1. Tipo Designação [TE designações]

Atribuída	Nome criado pelo inventariante resultante da avaliação.
Escrita	Nome referenciado em bibliografia, documentos ou outro tipo de fonte escrita
Oral/ Popular	Nome dado pela população
Científica	Nome referenciado por trabalhos académicos – mestrados, doutoramentos.

2.1.1.2. Justificação

Associação do imóvel a outro próximo
Designação do imóvel atribuído pela população do local
Designação atribuída pelo inventariante
Designação atribuída por organismo ou instituição (referir qual entre parêntesis)
Designação referida em inscrição (referir qual e onde entre parêntesis)
Bibliografia (referir o autor, ano e página)
Carta de PDM (indicar a data do mesmo)
Decorativo
Endereço (Toponímia)
Freguesia (Toponímia)
Função atual
Função anterior
Invocação atual
Invocação anterior
Mitos e lendas
Nome de um anterior proprietário
Nome de um anterior proprietário referido pela população
Nome do atual proprietário
Nome do atual proprietário referido pela população
Tipologia associada à rua
Tipologia associada ao lugar
Tipologia associada ao topónimo
Tipologias associada à evocação
Tipologia associada ao rio ou ribeiro
Topónimo

2.1.2. Categoria [TE tema]

Monumentos	Enquadra-se no nível 1 – obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
Conjunto Arquitetónico	Enquadra-se no nível 2 – obras de cariz unicamente arquitetónico que congregam dois ou mais monumentos, ligados entre si por fatores sociais ou funcionais. Caso, por exemplo, de quintas, casas agrícolas.
Sítio Arqueológico	Enquadra-se no nível 2 – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
Conjuntos	Enquadra-se no nível 3 – aglutina um espaço edificado onde se enquadra relações sociais, económicos e históricas, e que pela sua característica da arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Sobre este nível consultar ficha própria.

2.1.3. Supertipologia [TE tema]

Supertipologia	São elementos arqueológicos ou arquitetónicos descontextualizados; não in situ; fora do local original e sem relação. Não significa que sem contexto não se possa determinar a sua tipologia e associar. Igualmente não significa sendo achado isolado não se refira se é de arqueologia ou arquitetura. Cada caso um caso; atender a tal.	
Achado Isolado		
Arqueologia	Estruturas não visíveis (que se encontram enterradas ou parcialmente desenterradas; destruídas, das quais se conhece por documentação ou oral) e estruturas visíveis (que estão num estado acentuado de ruína e abandono, não se conhece documentação (ou parca), e a informação oral quase desconhece).	
Arquitetura	Estruturas visíveis ou construídas, mas que o seu estado não seja destruído ou ruinoso. Neste último caso atender com arqueologia	
	Civil	Estruturas visíveis que o estado seja pouco ruinoso.
	Religiosa	Arquiteturas de uso religioso (atual, anterior ou inicial).
	Industrial	Referências patrimoniais arquitetónicas cuja funcionalidade é de fins industriais, ou seja, identifica-se a presença de produção e sistema de organização de produção.
	Militar	Referências patrimoniais arquitetónicas cuja utilização era para fins militares. Caso dos castelos, fortes, etc.
	Paisagista	Abordagem ao espaço - Paisagem - é de natureza arquitetónica, sintetizando, no espaço concebido, o conhecimento científico disponível relativo à Natureza e à Cultura, através de metodologias integrativas e de práticas comuns à Arquitetura e ao Design.
Demarcação do Territorial	São peças isoladas no Território para demarcar uma área, terreno, divisão ou território.	

Escultura	Representa elementos arquitetónicos esculpidos provenientes de arquiteturas inseridas no Território e com finalidade definida, e não peças no sentido móvel ou museológico.
	Funerária Elementos arquitetónicos esculpidos cuja a finalidade é para práticas funerárias.
Património Integrado	Significa o que integra um bem imóvel ou móvel. Citando «(...) <i>património integrado devem entender-se todos os bens cuja a finalidade e existência foi determinada pelo próprio edifício que os contém e que constituem com ele uma unidade. Embora sabendo da circunstancialidade pela qual muitos desses bens vieram a ser “integrados” num dado imóvel, o facto é que eles constituem uma das parcelas identificativas e inalienáveis desse bem, entendido, claro, está, como um conjunto de bens.</i> » (CALADO, L. F., LEITE, J. P., FERREIRA, P., “Património Integrado ou a Alma dos Monumentos” in <i>Estudos/ Património</i> , n.º 4, 2003, Lisboa, IPPAR, pp. 5-22).

2.1.4. Tipologia [TE tipologia]

Abóbada de Berço	Falsa	
	Quebrada	
Abrigo	Sob Rocha	
Acrópole		
Adega		
Adro		
Águas-Furtadas		
Alinhamento		
Alminha		
Alpendre		
Altar		
Ameias		
Anexo/ Arrumos		
Anta		
Apeadeiro		
Aqueduto		
Arcada		
Arco	Abatido	
		Fecho
	Apontado/ Quebrado	
	Conopial	
	Triunfal	
	Volta Perfeita	
Armazém		
Atalaia		

Átrio	
Azenha	
Azulejo	
Bairro	Padrão
Banco	
Base	
Berrão	
Berroa	
Brasão	
Buraco de Poste	
Cabanal	
Cais	
Caixotão	
Calçada	Trata-se de uma via (utilizada ou abandonada) na qual identificamos vestígios (integrais ou parciais) do pavimento em lajeado.
Calcatorium	
Caminho	
Campanário	Ameias
Canal de Escoamento	Dupla Sineira
Capela	Alpendrada
	Lateral
	Mor
	Mortuária

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

Carranca	
Carreira de Tiro	
Cartela	
Casa	Identificar por casa quando se nota um cariz habitacional, podendo ter outras funções.
	Agrícola
	Alpendrada
	Brasonada
	Capela
	Inscrição
	Nobre
	Oratório
	Passagem de Nível com Guarda
	Pátio
	Torre
Castelo	
Cemitério	
Chafariz	
Chalé	
Chaminé	
	Telha Vã
Claraboia	
Coluna	
Cómoda	
Concavidade	
Confessionário	
Coreto	
Cornija	

O Processo de Caraterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

	Lisa	
	Modilhão	
	Moldura	
Coro-alto		
Coruchéu		
	Piramidal	
Cruz		
	Grega	
	Latina	
		Resplendor
		Trevada
	Malta	
Cruzeiro		
Degraus		
Dependência		
Dólmen		
Edifício		Representa casa sem função habitacional, ou esta está repartida por frações ou apartamentos e inclui utilizações comerciais
Embasamento		
Empena		
	Truncada	
Entablamento		
Entalhes		
Epígrafe		
Escada		
	Enrolamentos	
	Patim	

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

Escola	Mista	Comporta os dois sexos
	Primária	1º ciclo
Espaldar		
Estação	Bombagem	
	Ferroviária	
Estalagem		
Esteio		
Estela		
Estrela		
	Relevada	
Fábrica		
Fachada		
Fogaréu		
Fontanário		
Fonte		
	Mergulho	
Forno		
Forro	Masseira	Pintado
	Octogonal	Pintado
Fossetes/ Covinhas		
Fosso		
Frade		
Fresta		
	Chanfrada	

Frise	Boleado		
	Canelado		
Frontão	Falso		
		Recortado	Lancetado
	Recortado		
	Triangular		
		Interrompido	
Garagem			
Gárgula			
Guarda	Canhão		
Igreja	Balaustrada		
Inscrição	Matriz		
Janela	Avental		
		Contracurvado	
		Quebrado	
			Conopial
	Chanfrada		
	Cornija		
		Conopial	
		Curva	
		Lancetada	
	Elipsoidal		

O Processo de Caraterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

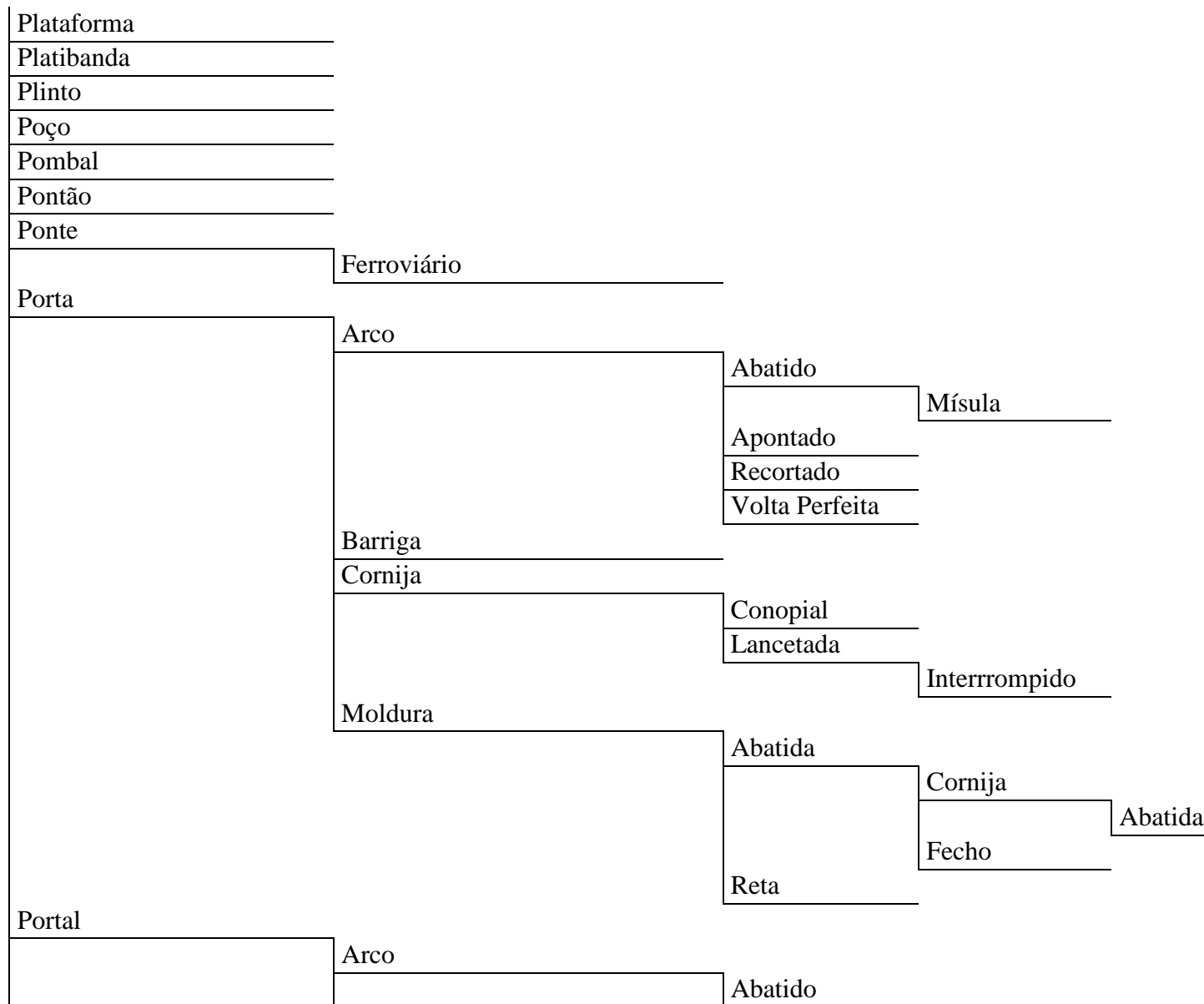
	Lintel		
		Abatido	
			Fecho
		Mísula	
		Reta	
	Lucarna		
	Moldura		
		Reta	
			Chanfrada
	Namoradeira		
Jardim			
Lacus			
Lagar			
	Azeite		
	Escavado na Rocha		
	Vinho		
Lagareta			
Lago			
Laje			
Lareira			
	Brasão		
	Coluna		
	Inscrita		
Lavabo			
Lavadouro			
Logradouro			
Mamoá			
Manjedoura			
Marco			

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

	Divisão Administrativa	
	Miliário	
	Propriedade	
Memorial		
Menir		
Merlão		
Mina		
	Céu Aberto	
		Corta
		Trincheira
	Subterrânea/ Galeria	
Miolo		
Mísula		
Moagem		
Modilhão		
Muralha		
	Externa	
	Interna	
	Primeira Linha	
	Segunda Linha	
	Terceira Linha	
Muro		
	Gavião	
Namoradeira		
Nave		
Necrópole		
Nicho		
	Cornija	
		Conopial

Nora		
Óculo		
	Moldura	Circular
		Elíptico
		Oval
Oficina		
Oratório		
Paço		
Padieira		
Painel		
Palacete		
Palheiro		
Pátio		
Pedras Fincadas		
Pegões		
Pelourinho		
Pia	Água Benta	Circular
		Concheada
		Retangular
	Batismal	Octogonal
	Circular	
	Retangular	
	Triangular	
Pilar		
Pilarete		

Pilastra	Ângulo	
	Duplo Capitel	
	Falsa	
		Brinco
Pináculo	Bulboso	
	Espiralado	
	Piramidal	
	Prismático	Esfera
Pintura	Mural	
Piscina		
Planta	Circular	
	Elíptica	
	em L	
	em T	
	Ferradura ou U	
	Irregular	
	Longitudinal	
	Quadrangular	
	Quadrilátero	
	Retangular	
		Irregular
	Semicircular	
	Trapezoidal	
	Triangular	



O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela
 - análise e proposta de revisão -

		Apontado	Fecho
		Mísula	
		Volta Perfeita	
	Cornija		
		Contracurvado	
	Moldura		
		Modenatura	
		Reta	
			Chanfrada
Portão			
Povoado			
	Aberto		
	Fortificado		
Púlpito			
Quinta			
Relógio			
	Sol		
Reservatório			
Retábulo			
	Colateral		
	Lateral		
	Mor		
Roseta			
Sacristia			
Santuário			
Sarcófago			
Sepultura			
	Antropomórfica		

Siglas/ Marcas de Pedreiro	
Sineira	
Sino	
Soco	
Solar	
Stipites	
Supedâneo	
Tabuleiro	
	Cavalete
	Horizontal
Taburno	
Talha-mar	
Talude	
Tanque	
	Retangular
Terraço	
Terreno Agrícola	
Torreão	
Tribuna	
Tronco	
Tulha	
Tumulus	
Túnel	
	Ferroviário
Vão	
	Cego
Varanda	
	Alpendrada
	Balaustrada

Vestígios de Superfície

Via

Ferroviária

Rodoviária

Villae

Volante

Voluta

2.1.5. Parte do Imóvel [TE tipo imóvel]

Cobertura	O que se encontra fora ou exterior à linha da muralha, isto no caso dos povoados fortificados																											
Extra-Muralha	O que se encontra fora ou exterior à linha da muralha, isto no caso dos povoados fortificados																											
Fachada/ Alçado	Quando os elementos identificados se distribuem por todos os alçados, o inventariante somente este registo																											
	<table border="1"> <tr> <td>Lateral</td> <td> <table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td>Posterior</td> <td> <table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td>Principal/ Frontaria</td> <td> <table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table> </td> </tr> </table>	Lateral	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul	Posterior	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Nordeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sul	Principal/ Frontaria	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Noroeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul
Lateral	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul																			
Este																												
Nordeste																												
Noroeste																												
Norte																												
Oeste																												
Sudeste																												
Sudoeste																												
Sul																												
Posterior	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Nordeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Nordeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sul																					
Este																												
Nordeste																												
Norte																												
Oeste																												
Sudeste																												
Sul																												
Principal/ Frontaria	<table border="1"> <tr><td>Este</td></tr> <tr><td>Noroeste</td></tr> <tr><td>Norte</td></tr> <tr><td>Oeste</td></tr> <tr><td>Sudeste</td></tr> <tr><td>Sudoeste</td></tr> <tr><td>Sul</td></tr> </table>	Este	Noroeste	Norte	Oeste	Sudeste	Sudoeste	Sul																				
Este																												
Noroeste																												
Norte																												
Oeste																												
Sudeste																												
Sudoeste																												
Sul																												
Interior	<table border="1"> <tr><td>Cobertura</td></tr> <tr><td>Lado da Epístola</td></tr> <tr><td>Lado do Evangelho</td></tr> <tr><td>Pavimento</td></tr> </table>	Cobertura	Lado da Epístola	Lado do Evangelho	Pavimento																							
Cobertura																												
Lado da Epístola																												
Lado do Evangelho																												
Pavimento																												
Intra-Muralha	O que se encontra no interior ou círculo fechado da muralha e que a demarca enquanto espaço. A determinação parte do interior para o exterior do povoado. A tipologia é sempre muralha, dentro da qual a linha de muralha (1º, 2º, ...)																											
Pavimento																												

Piso

-1
0 (Térreo)
1
2
3

2.1.6. **Heráldica** [TE heráldica]

Civil	Relativo a heráldica da uma Instituição do Estado. Caso do brasão nacional
Eclesiástica	Relativo a brasão de Instituição Religiosa
Familiar	Relativo a brasão de família

2.1.7. **Tipo de Inscrição** [TE inscrições]

Assinatura	Relativo a inscrições com assinaturas. Surgem em azulejos e caixotões
Comemorativa	Quando se comemora um evento ou ação
Datação	Quando a inscrição traduz uma data
Dedicatória	Quando se dedica ou homenageia uma pessoa
Devocional	Quando resulta da devoção a algo
Funerária	A inscrição encontra-se presente numa lápide funerária
Identificativa	A inscrição identifica um assunto que indica ou contextualiza
Ilegível	Quando por erosão a inscrição se torna impercetível identificar.
Incompleta	Quando a inscrição mostra que está inacabada
Indeterminada	Apesar de identificar letras ou símbolos não permite uma leitura
Informativa	A inscrição informa um ato ou acontecimento ocorrido, ou que levou a
Símbolo	Marca decorativa inserida num elemento do imóvel.
Sigla	Representa marcas, símbolos, monogramas marcados na pedra, madeira ou outro suporte. Usual surgirem em campas funerárias, siglas de pedreiro, ...

2.1.8. **Grafia** [TE grafias]

Romana	O modelo de escrita utiliza formas ou ortografia romana.
Latina	A forma de escrever ou numeração insere-se no português atual ou antigo

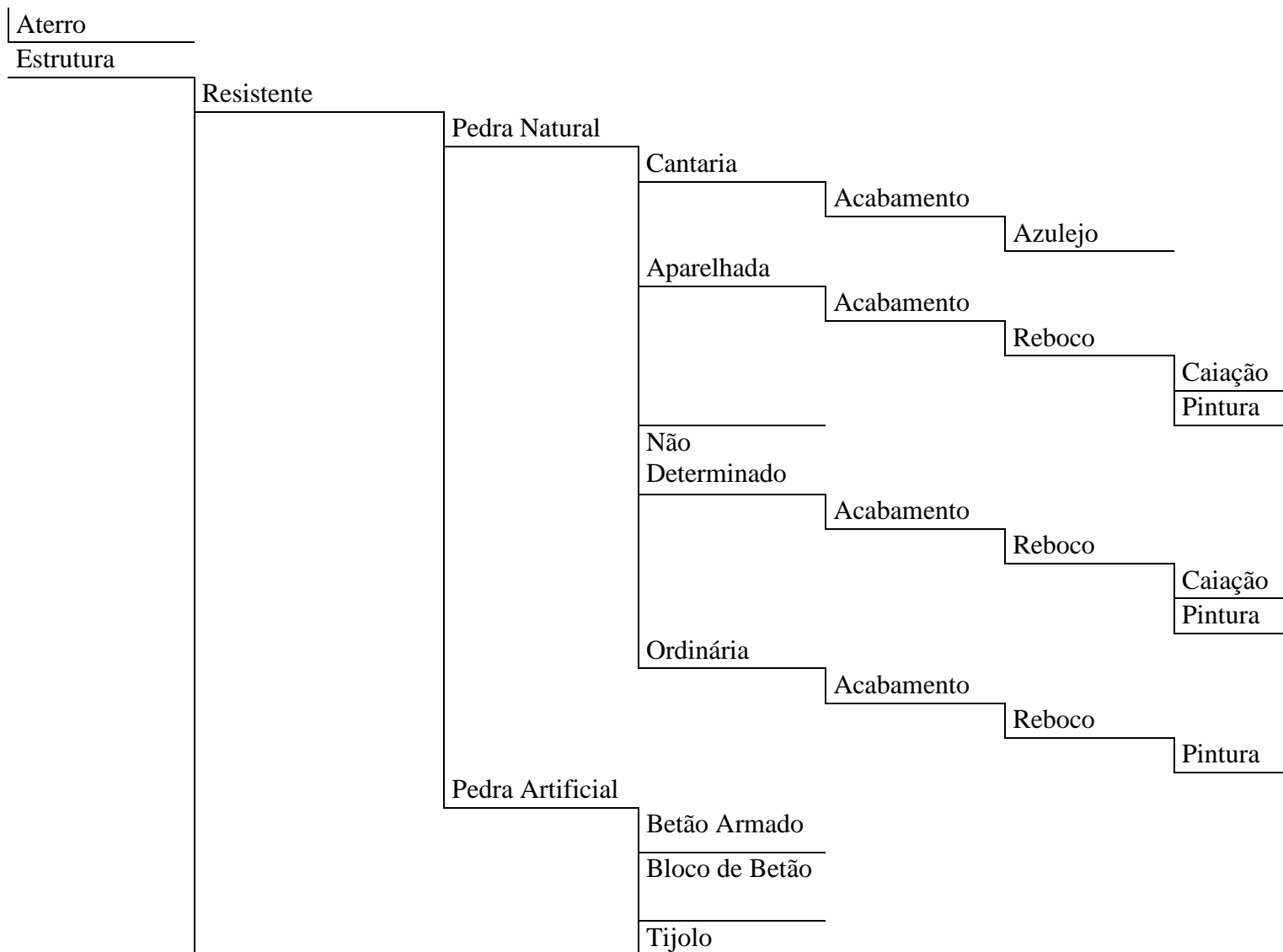
2.1.9. **Técnica da Inscrição** [TE técnicas]

Gravado	Pintado	A inscrição encontra-se gravada no suporte sobre a qual foi preenchida por tinta de cal ou tinta plástica
	Em Relevo	Alto relevo Baixo relevo
Pintado		A inscrição foi pintada sobre o suporte.

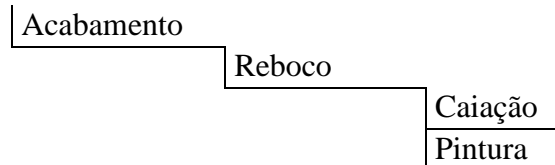
2.1.10. **Idioma** [TE idiomas]

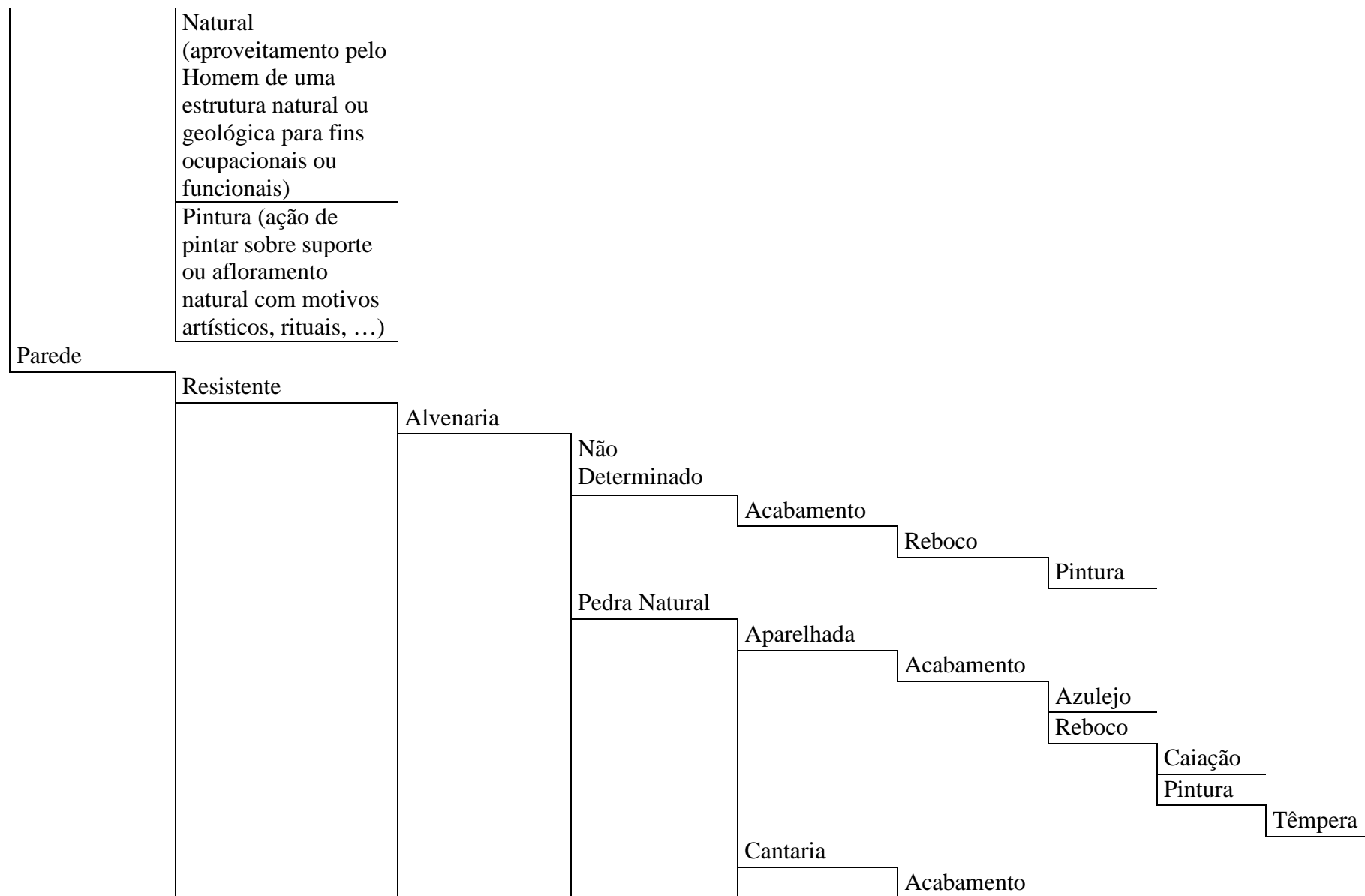
Português
Latim
Numeração

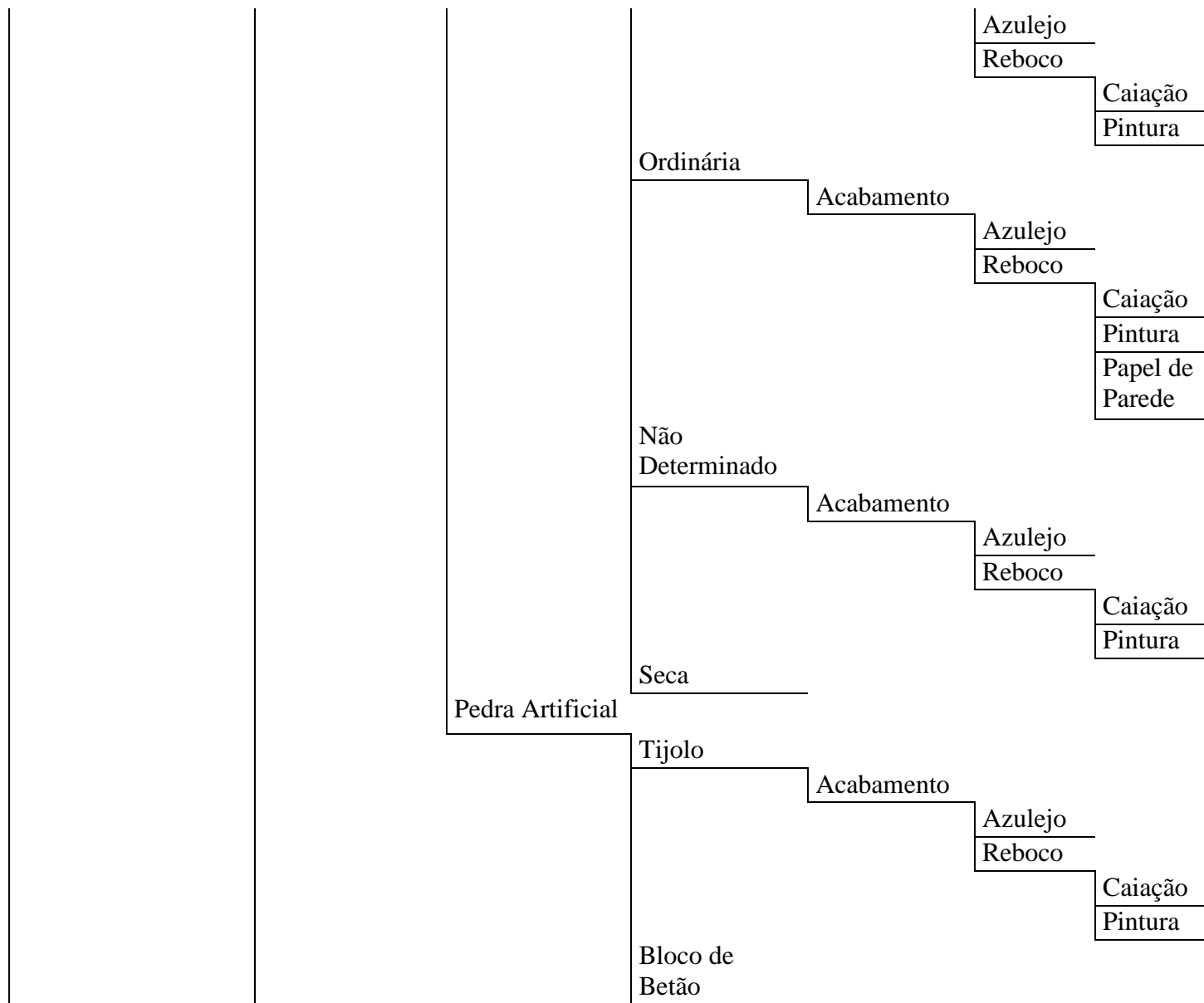
2.1.11. Técnica Construtiva [TE técnica construtiva]

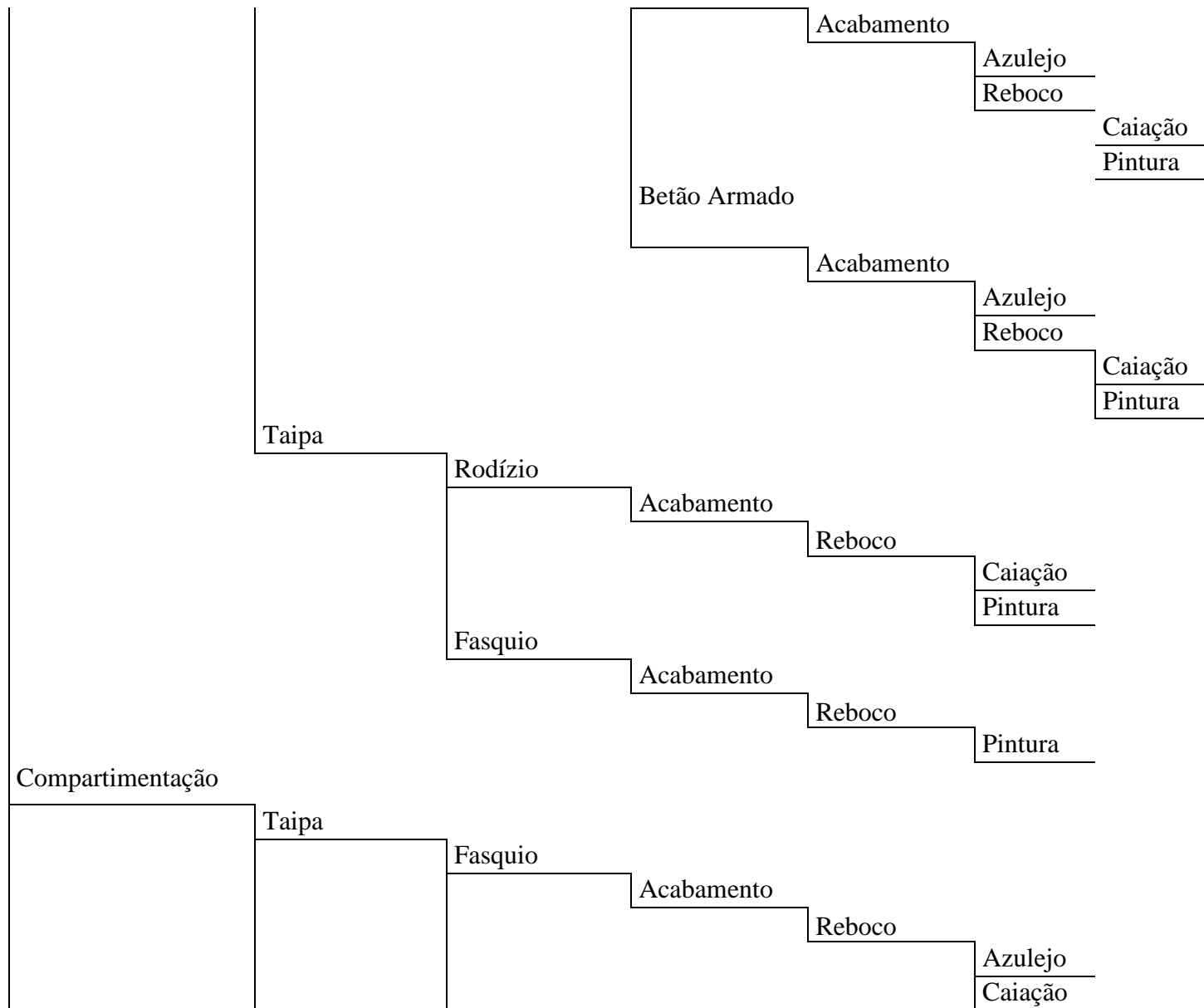


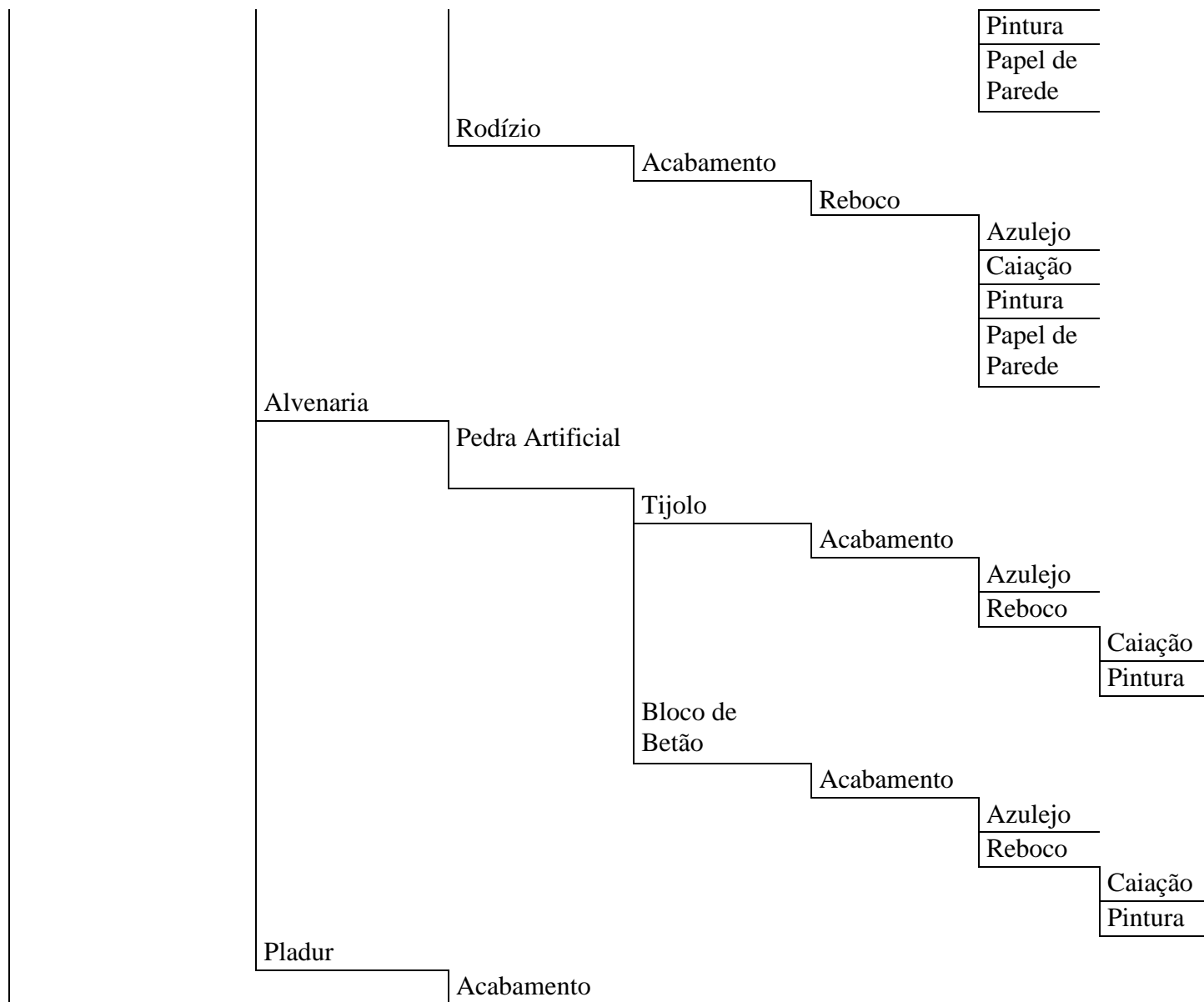
Assentamento (preparação do solo – rocha ou terra – para receber uma parede de alvenaria ou outra)
Esculpida (ação de esculpir ou escavar uma rocha para assentar ou receber uma estrutura, que pode ser ou não, para fins funcionais ou ocupacionais)
Abrasão (ação de gravar sobre suporte ou estrutura natural para criação de motivos decorativos, votivos, simbólicos ou estéticos)
Escavada (ação de escavar no solo com a finalidade de criar uma estrutura funcional)

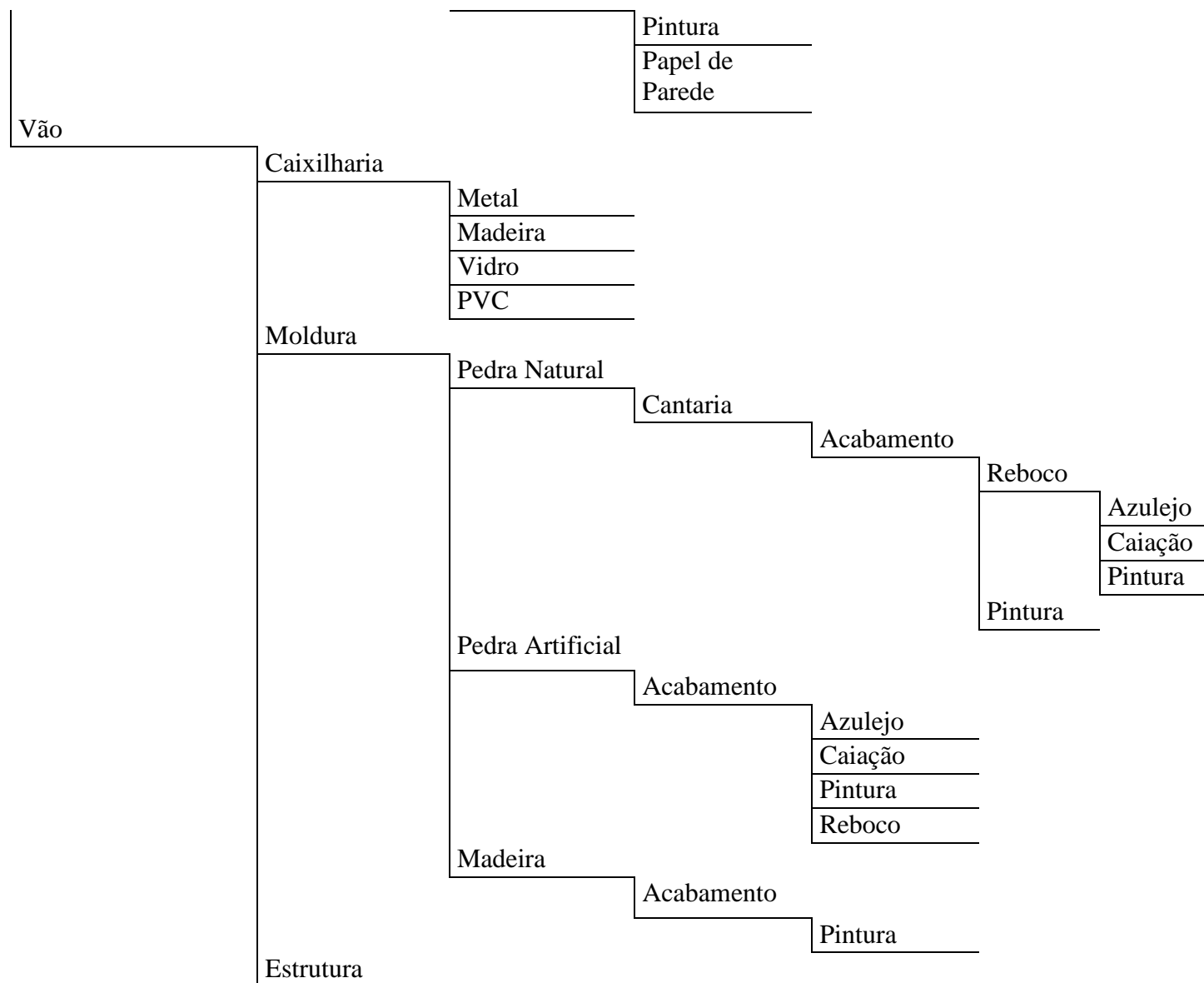


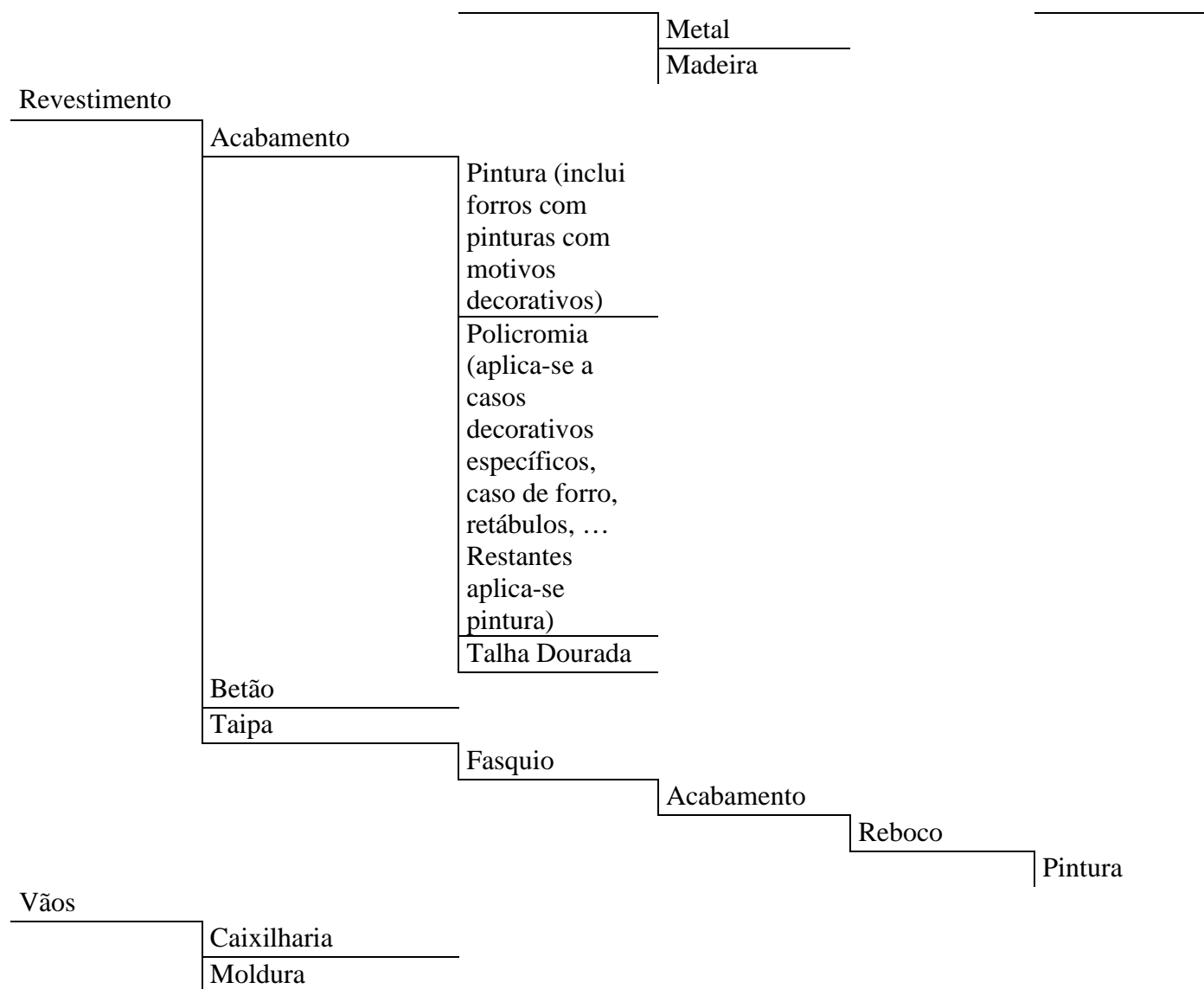












2.1.12. **Material** [TE material]

Betuminoso		
	Alcatrão	
Cal		
Calcário		
Cerâmica		
Cerâmico		
Cimento		
Madeira		
	Castanho	
	Ulmeiro	
Metal		
	Alumínio	
	Ferro	
	Zinco	
Não Determinado		A parede está rebocada que impossibilita identificar o material.
Ouro		
	Folha	
Pedra		
	Granito	
	Mármore	
	Quartzito	
	Quartzo	
		Ferruginoso
		Filito
		Silicificado
		Silicioso
	Seixo Rolado	
	Xisto	
		Quartzítico
		Silicioso
		Verde
Pigmento		
Terra		
	Compata	Terra colocada pelo Homem e que foi compactada intencionalmente
		Terra colocada pelo Homem e sem compactação intencional. A identificação da compactação pode ocorrer da natural compressão e ajusto da terra ao longo dos tempos
	Natural	
Tinta		
	China	

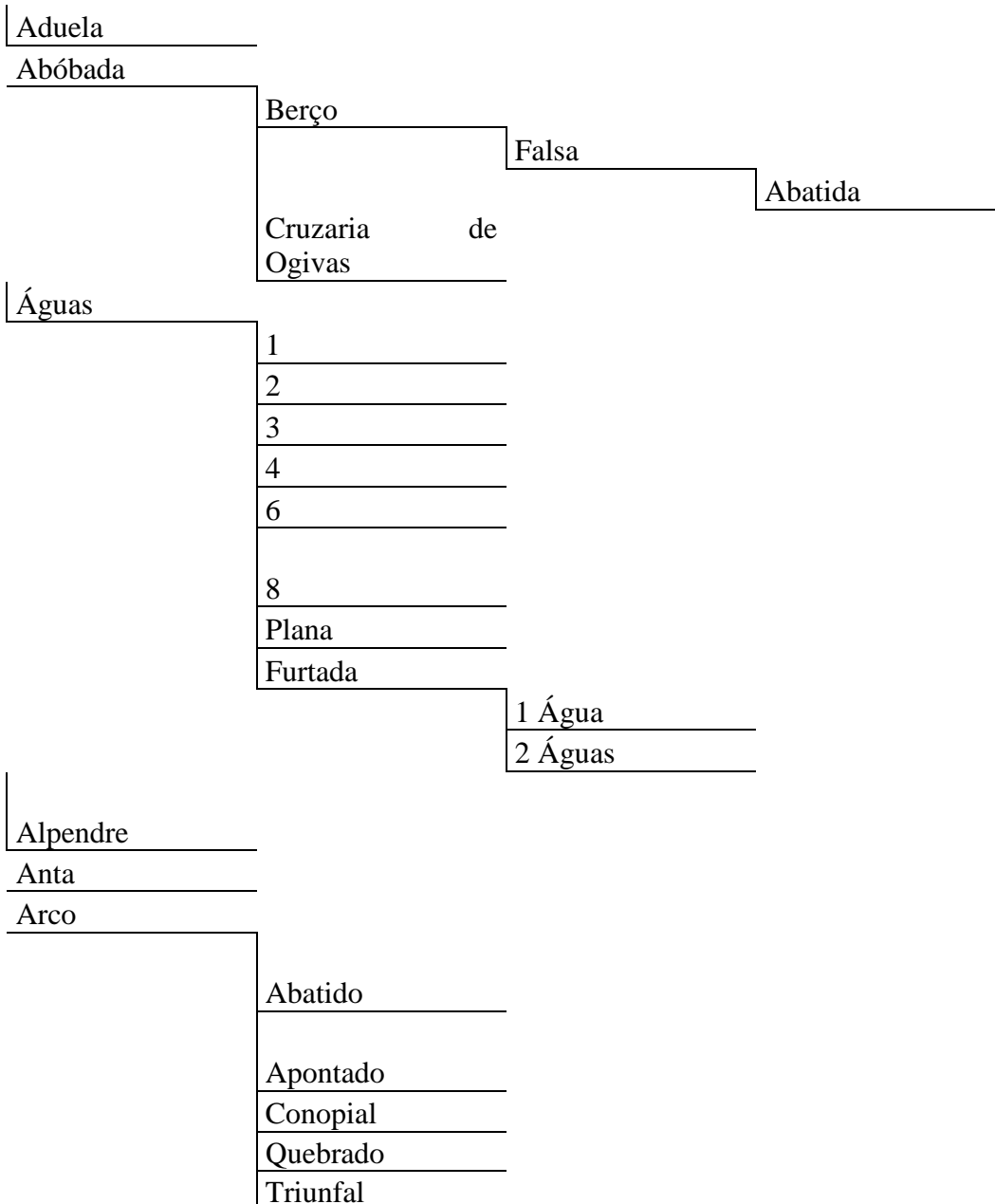
Vidro

Óleo

2.1.13. Cor [TE cores]

Amarelo
Azul
Bege
Branco
Castanho
Cinza
Dourado
Verde
Vermelho

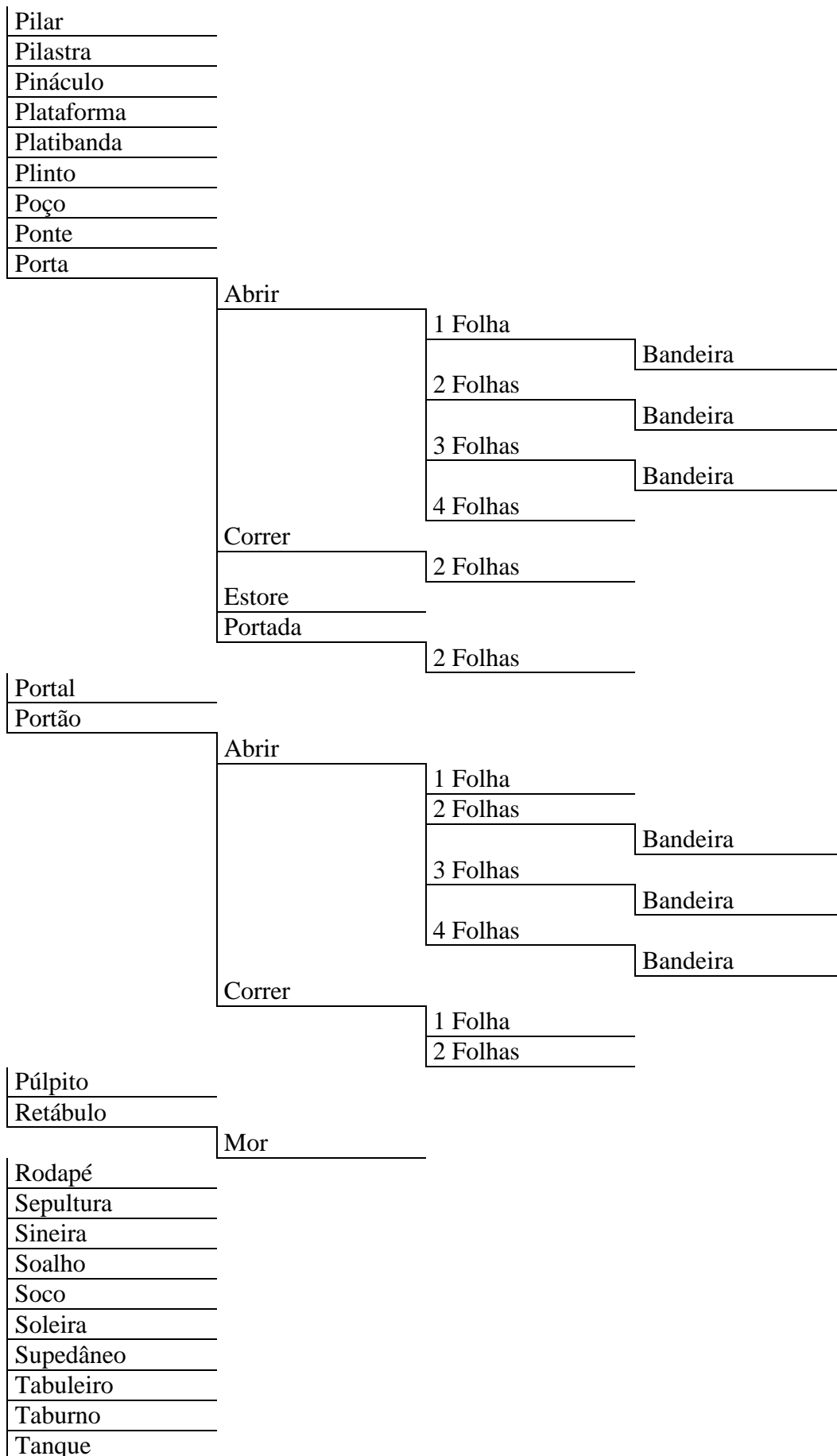
2.1.14. Tipologia Construtiva [TE tipologia construtiva]



		Abatido
		Volta Perfeita
	Volta Perfeita	
Arquitrave		
Asna		
Balaústre		
Base		
Beiral		
Brasão		
Cachorro		
Caixotão		
Calcetamento		
Camarinha		
Campanário		
	Sineira	
		Dupla
Chaminé		
Clarabóia		
Coluna		
Cornija		
Coro-Alto		
Coruchéu		
	Truncado	
Cruz		
	Grega	
	Latina	
Cruzeiro		
Cunhal		
Embasamento		
Empena		
Encontros		
Entablamento		
Entalhes		
Escada		
	1 lanço	
	2 lanços	
	3 Lanços	
Espaldar		

Fecho	
Fonte	
Forno	
Forro	Abobadado
	Falsa Abóbada
	Abatida
	Berço
	Gamela
	Oitavada
	Inclinado
	1 Água
	2 Águas
	3 Águas
	4 Águas
	Masseira
	Plano
Fossetes/ Covinhas	
Fresta	Chanfrada
	Fixa
	Gradeada
Friso	
Frontão	
Fuste	
Gárgula	
Guarda	Vento
Janela	Abrir
	1 Folha
	2 Folhas
	Bandeira
	3 Folhas
	Bandeira
	4 Folhas

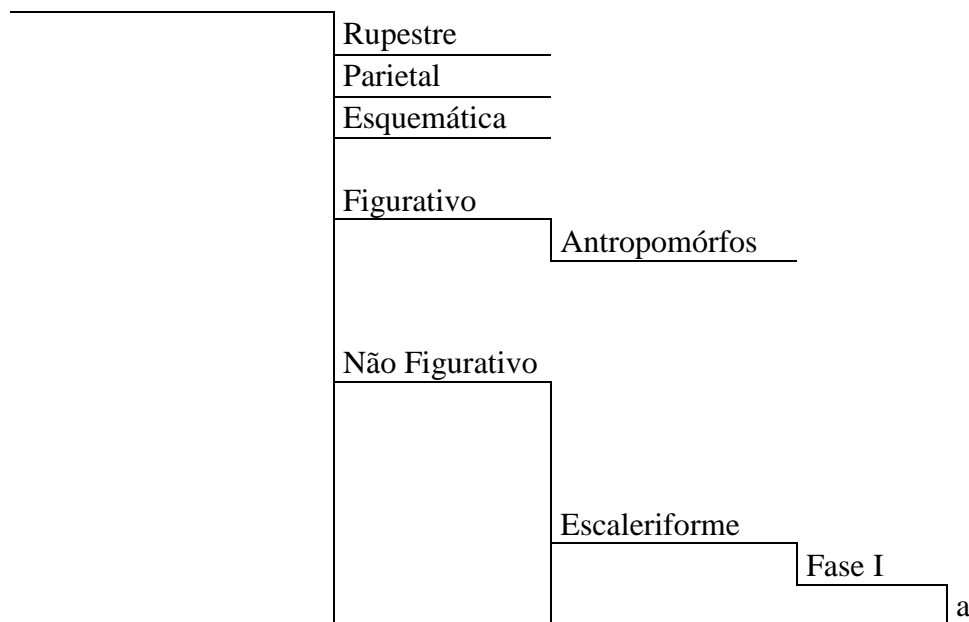
		Bandeira
	Correr	
		2 Folhas
	Estore	
	Fixa	
	Gradeada	
	Guilhotina	
		2 Folhas
	Lucarna	
	Portada	
		2 Folhas
Lagar		
Lago		
Laje		
Lajeado		
Lambril/ Lambrim		
Lanternim		
Lareira		
Lavabo		
Mamoá		
Masseira		
Mísula		
Moldura		
	Boleada	
	Chanfrada	
	Elipsoidal	
	Recta	
Muro		
	Gavião	
Namoradeira		
Nicho		
Nora		
Óculo		
	Gradeado	
	Oval	
Ombreira		
Padieira/ Lintel/ Verga		
	Abatida	
	Recta	
Parquet		
Passadiço		
Pedestal		
Pedra de Chão		
	Mapa de Portugal	
	Rectangular	
Peitoril		



Talha-mar	
Telha	
	Aba e Canudo/ Lusa
	Canudo
	Marselha
Tijoleira	
Tribuna	
Taburno	
Terraço	
Varanda	
	Alpendrada
	Balaustrada
Viga	

2.1.15. Período Estilístico [TE estilo]

Arte / Estilos	Cronologia	Definição
Arte	2M – 8000 a.C. Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro.	# Arte consistiu basicamente em pintura realizada nas cavernas ou ao ar livre representando cenas do quotidiano como caçadas ou lutas contra outras tribos consistindo sempre em figuras muito simples constituídas por figuras zoomórficas e monocromáticas. Ex. Vale do Coa. # Pintura ou gravação sobre rocha de formas estilizadas.

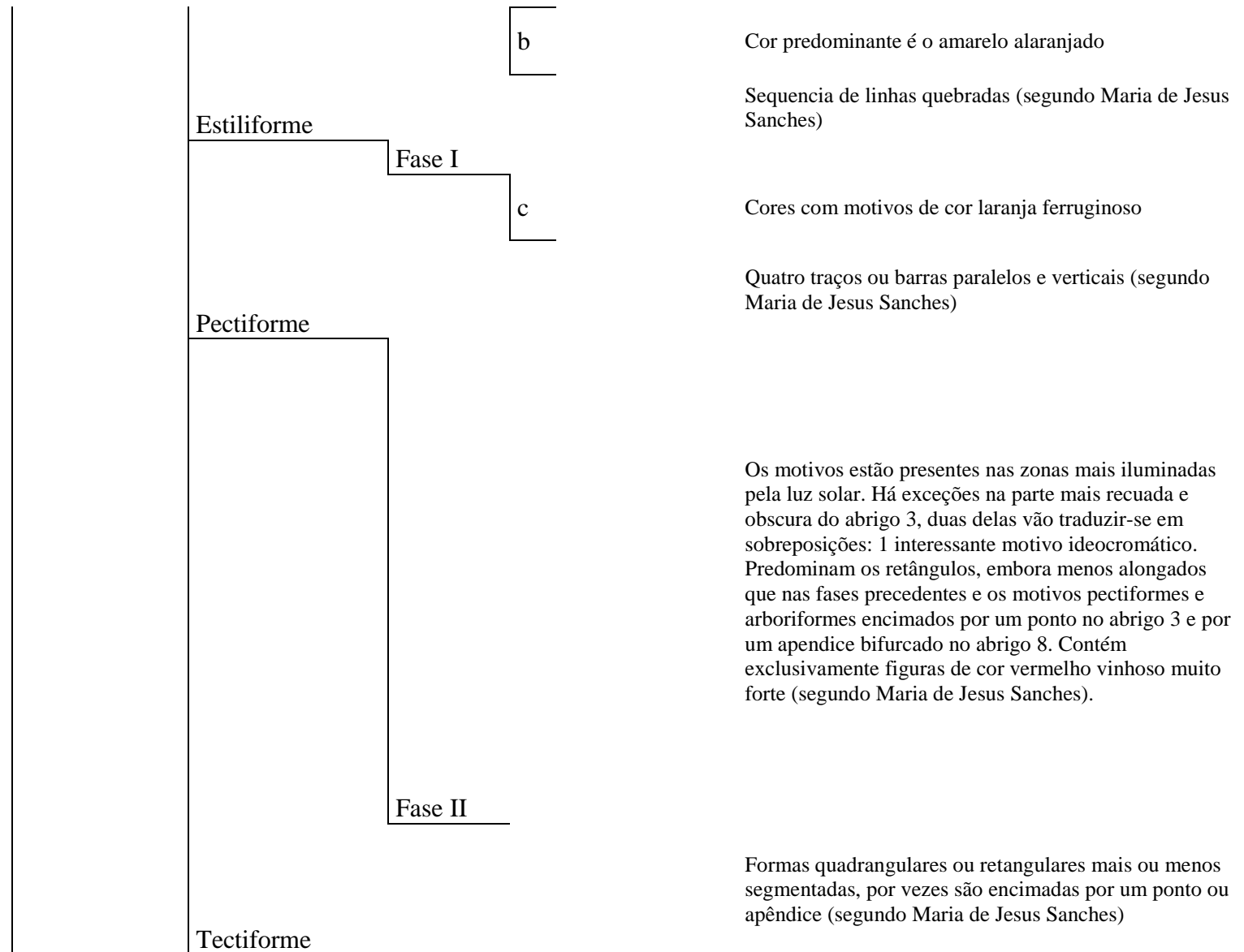


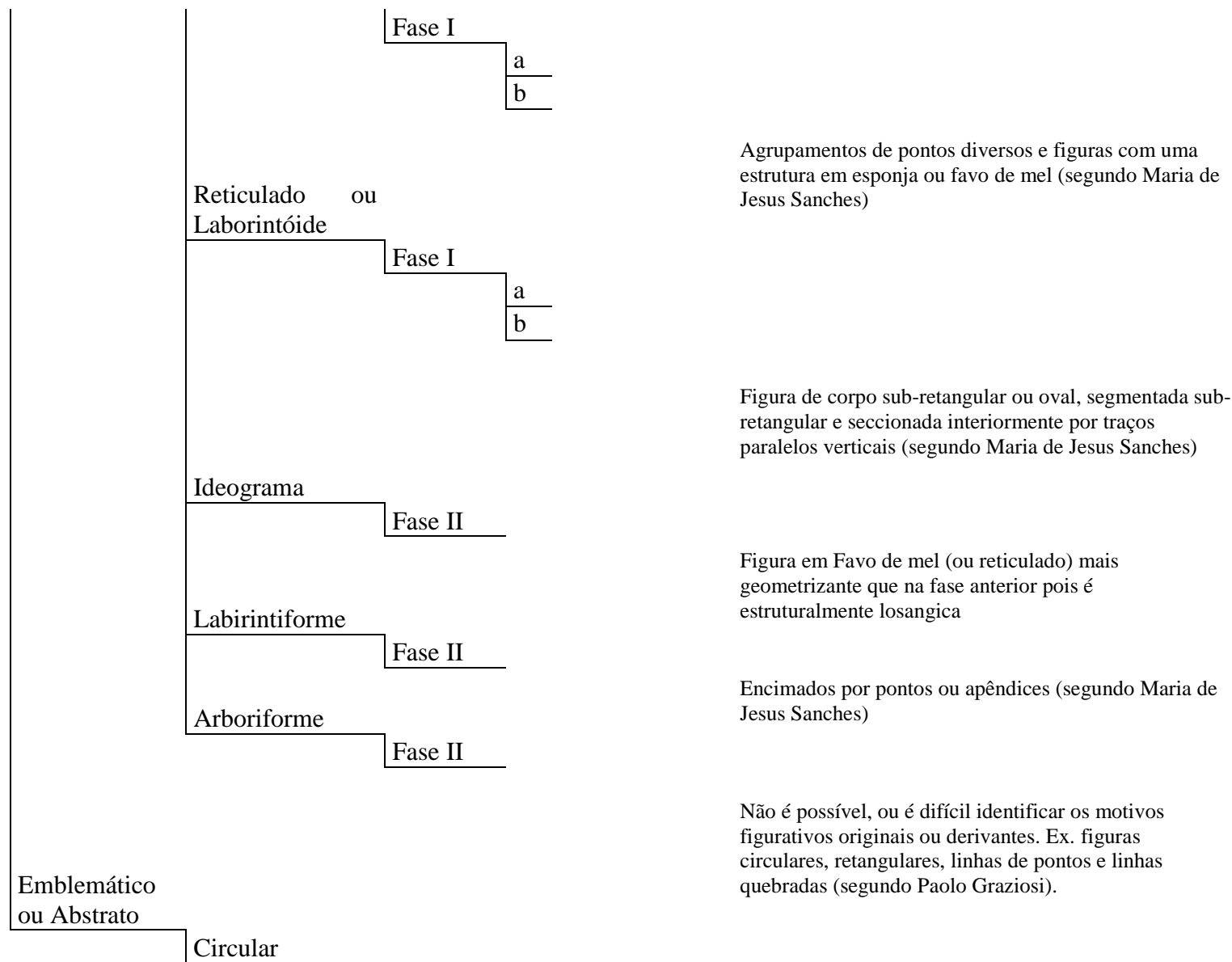
Onde se percebem ou identificam figuras do mundo real (segundo Paolo Graziosi).

Incluem os temas não figurativos de origem antropomorfa ou zoomorfa (segundo Paolo Graziosi)

Retângulos alongados e segmentados interiormente por barras paralelas verticais (segundo Maria de Jesus Sanches)

Cor predominante é o amarelo claro





Triangular

Megalitismo

10000 - 5000

a.C.

Surgem as primeiras formas de arquitetura composta nomeadamente pelos menires, antas, entre outros, sendo essencialmente de cariz religioso, funerário e civil.
Pintura e gravação nos suportes arquitetónicos muitas delas de cariz abstrato.

Idade dos Metais

5000 - 1500

a.C.

Escultura típica do final da idade do ferro representando guerreiros galaicos e os denominados berrões;
A arte do ouro e da prata viu-se representada na joalheria com peças como torques, braceletes, arrecadas, lúnulas ... sendo os motivos ornamentais os habituais círculos concêntricos, gregas, ziguezagues, elementos fitomórficos e geométricos.

Romana

Séc. III a.C. – # Desenvolveu-se durante o Império Romano;
V d.C. # De influencias gregas distinguindo-se dela através de
caraterísticas como o gosto da magnificência, do
colossal, utilização da ordem coríntia, utilização da
abóbada e do arco e da platibanda;
Criação de edifícios como: basílicas, termas,
anfiteatros, templos, aquedutos, arcos de triunfo, domus,
villa, insula.
Em Portugal destacou-se uma arquitetura utilitária e
pragmática sobrepondo-se sempre a funcionalidade em
relação à decoração

Paleocristã

Séc. III d.C. – # Arte produzida pelos cristãos durante a vigência do império romano do ocidente;
V d.C. # Em Portugal manifestou-se em pinturas, mosaicos, sarcófagos, batistérios, mausoléus, basílicas, aproveitando também alguns edifícios pagãos;
Basílicas com três naves, com clerestório, sendo as laterais mais baixas e separadas da central através de arquivadas assentes em colunas;
Planta longitudinal com altar situado na ábside, separada das naves através de arco triunfal;
Existência em alguns casos de transepto;
Tetos com travejamento de madeira à vista;
Exterior sóbrio, com pouca decoração, sendo antecedida por átrio com arcadas, criando um nártex de ligação entre a igreja.

Visigótica

409 - 711

Arte correspondente ao período compreendido entre as invasões bárbaras e as muçulmanas;
Sofreu variadas influências entre elas romanas, paleocristãs, bizantinas, indígenas e germânicas;
Arquitetura de cariz religioso expressa em igrejas de planta basilical;
Planta quadrangular estruturalmente suportada por vãos e arcos em ferradura;
São Frutuoso, com planta em cruz grega, ou centrada com três ábsides iguais com colunas que servem de suporte às abobadas que suportam cúpula.
Ex. Capela de São Frutuoso

Islâmica

712 - 1249

Arte produzida durante a ocupação muçulmana;
Traduziu-se essencialmente na arquitetura, em muito influenciada na arte produzida anteriormente;
Utilização de vários sistemas construtivos de modo a responder a problemas estruturais;
Utilização do arco de ferradura, das arcadas com colunas de capitéis ricamente decorados;
Paredes de taipa, em alguns casos intercalada por pilares de alvenaria;
Revestidas muitas vezes por cal.

Moçárabe	Séc. X – XII	<ul style="list-style-type: none"># Arte produzida pelos cristãos durante o período muçulmano no território;# Mantiveram alguns templos visigóticos construindo raramente novos templos e expressando-se essencialmente em obras religiosas como missais e livros de orações.
Românico	Séc. XII – XIII	<ul style="list-style-type: none"># Teve por base a arquitetura militar e religiosa, nomeadamente nos castelos e nas igrejas, estas últimas sempre ligadas a uma ordem religiosa ou a um mosteiro;# Utilização de materiais existentes no próprio local e fruto das cruzadas;# Eram templos pesados, sóbrios, constituídos por grossas paredes com poucas aberturas sendo a iluminação feita através de pequenas frestas;# Planta de cruz latina com três naves sendo as laterais mais estreitas e mais baixas separadas da central através de arcadas ou simples colunas de pedra;# Coberturas através da abóbada de berço ou de arestas;# Exterior simples com portal decorado e existência de uma ou duas torres sineiras a ladear a fachada em alguns casos. <p>Ex. Sé de Braga</p>

Gótico

Último quartel
do séc. XII–XV

- # Arte monástica e rural e não episcopal e urbana;
 - # A expansão da arquitetura gótica efetuou-se devido às ordens mendicantes com a construção de abadias e mosteiros;
 - # De menores dimensões relativamente ao resto da Europa, onde a verticalidade não é tão acentuada;
 - # Planta basilical com transepto saliente;
 - # Verticalidade oferecida pelos finos pilares sustentando arcos quebrados na divisão entre as naves centrais e as laterais;
 - # Mais luminosidade interior oferecida por largas frestas;
 - # Utilização da abóbada de cruzaria de ogivas;
 - # Aparecimento do arcobotante que permitia descarregar o peso das coberturas diretamente para os contrafortes exteriores;
 - # Exteriores compactos predominando características ainda românicas com portais decorados e normalmente encimados por rosáceas.
- Ex. Mosteiro da Batalha

Manuelino (Gótico
Final, Flamejante)

Finais do séc.
XV – XVI

Fase final do gótico português exprimindo-se essencialmente na arquitetura atingindo porém a escultura tendo por base a estrutura gótica exercendo nela outro tipo de decoração ligada aos descobrimentos e de influências platerescas e mudéjares;
Motivos ornamentais como a esfera armilar, a Cruz de Cristo, o escudo nacional, elementos naturalistas e fantásticos como a sereia e a gárgula, as cordas entrelaçadas, entre muitos outros, todos eles ligados ao apogeu marítimo-comercial dos descobrimentos;
Nova tipologia de igrejas com nave única sem transepto;
Decoração surge não no interior mas em alguns pontos exteriores como portais, janelas, arcos de triunfo, abóbadas, pilares, óculos, entre outros.
Ex. Convento de Cristo em Tomar

Mudéjar

Séc. XII – XVI

De menor amplitude no nosso país contrariamente ao que se verificou em Espanha;
Ligado à arquitetura assumiu-se como uma arte híbrida gótico-mudéjar desenvolvida no Alentejo a par do Manuelino surgindo azulejos de inspiração decorativa mudéjar nas igrejas e palácios bem como tetos de madeira em algumas igrejas.
Ex. Apse da Igreja de Castro de Avelãs em Bragança

Renascimento

Meados séc. # De influências do gótico final com inovações do
XV – finais século XV, nomeadamente italianizantes e flamengas;
XVI # De cariz essencialmente religioso, igrejas e claustros;
Bastante simples, com sólidas estruturas e simples fachadas, e proveniente do espírito contra reformista;
Influenciada pelo estilo manuelino utilizando igrejas-salão, expressando-se uma certa horizontalidade com abóbadas assentes em arcos abatidos;
Utilização de elementos platerescos na decoração e renascentistas utilizando as ordens clássicas e compósitas, os frontões retos e curvos, os entablamentos e arquitraves;
Tipologia das igrejas: três naves, salão e de estrutura geométrica, esta última por influência de Sérlio e Palladio.

Maneirismo

Segunda metade do séc. XVI – XVII – inícios XVIII

- # Contrariamente ao Renascimento, o Maneirismo prolongou-se durante mais tempo em Portugal;
- # Surgiu essencialmente nas igrejas e palácios, apresentando exteriores mais sóbrios em contraposição com interiores mais decorados com azulejos, retábulos em talha dourada, quadros a óleo nas igrejas;
- # Palácios apresentam baixelas, faianças, porcelanas e mobiliário;
- # Existência pela primeira vez tetos em maceira pintados;
- # Corte em completo com a norma clássica, agora com inspiração italiana.

“Estilo-Chão”

Séc. XVII –
XVIII

Arquitetura representada nas igrejas jesuíticas e de influência clássica;
Utiliza muito a proporção, a métrica, a geometria;
Utilização da linha reta evitando ao máximo a decoração, criando edifícios atarracados, de aspeto fortificado;
Nasce da tentativa de preservar a identidade nacional assumindo-se como um estilo tipicamente português;
Apresenta igrejas de nave única, sem transepto, com profunda capela-mor;
Interiores sem decoração e exteriores bastante simples;
As fachadas destas igrejas concebidas em andares apresentam-se ora ladeadas por torres sineiras ora sem elas tendo ricas aletas a ladear o frontão.
Ex. Mosteiro de São Vicente de Fora

Barroco

Séc. XVII –
XVIII

A arte Barroca dirigia-se ao grande público, e por isso destinava-se a persuadir e a estimular as emoções pelo movimento curvilíneo, real ou aparente, pela busca do infinito, pelo jogo ostentatório da luz e da sombra, pelo teatral e pelo fantástico;

Na arquitetura verificou-se o seguinte:

Fim da estaticidade e simetria;

Libertação espacial;

Busca da fantasia e do movimento;

Antítese entre espaços interiores e exteriores;

Relativamente às igrejas preferiram-se as plantas de nave única que se nos apresentam segundo duas tipologias:

As retangulares, onde a nave central, alongando-se, empurrou as naves laterais transformando-as em capelas abertas para o espaço central;

E as elíptico-transversais e elíptico-longitudinais;

As torres sineiras, nos lados da fachada, também decoradas, constituem elementos independentes do edifício principal, mas que o completam reforçando a verticalidade.

Ex. Palácio Nacional de Mafra

Rococó

Séc. XVIII

Arte que fugiu às imposições canónicas, irreverente, defensora da criatividade individual, da improvisação constante e dos prazeres da vida, resultante do gosto de uma elite aristocrática e intelectual, amante do exotismo, da fantasia, da alegria do natural, e que ouve musica;
A decoração, extremamente exagerada quer no exterior quer no interior, é naturalista, baseada principalmente em concheados e folhas de acanto, denominados de rocaille mas também elementos arquitetónicos e escultura;
Estruturalmente a arquitetura foi muito semelhante à que se verificou no período barroco.
Ex. Basílica da Estrela

Pombalismo

Segunda
metade do séc.
XVIII

Estilo marcadamente português surgido da necessidade de reconstruir Lisboa aquando do terramoto de 1755, impulsionado pelo Marquês de Pombal;
Adota pela primeira vez o sistema antissísmico bem como o sistema pré-fabricado;
As ruas da cidade até então de traçado medieval de cariz labiríntico dão agora lugar a um traçado retilíneo ortogonal;
Relativamente aos novos edifícios, incluindo os palácios apresentam uma arquitetura sóbria, sem decoração contrariamente ao que se verificava até então no Rococó, apresentando agora influências neoclássicas;
Decoração apenas existente nos portais e nas janelas criando espaços interiores amplos e luminosos muito ao gosto rococó.
Ex. Arco Triunfal da Rua Augusta

Neoclassicismo
(Neopalladianismo)

Final do séc.
XVIII – XIX –
inícios XX

De influências italianas e inglesas, em Lisboa e no Porto respetivamente;
Utilização do aparelho (rusticado ou não) no piso térreo;
O edifício apresenta estrutura simples e bastante funcional submetendo tudo ao carácter utilitário;
Apresenta simetria sendo constituído habitualmente por três corpos avançando o central relativamente aos laterais, ornamentado por pilastras, poucas colunas, sacadas, arcada no piso térreo em forma de embasamento;
Utilização de balaústres, com pouca decoração escultórica, sendo ela praticamente arquitetónica, muito inspirada na simplicidade pombalina.
Ex. Hospital de Santo António no Porto

Romantismo

Séc. XIX – # Surge em oposição ao Neoclassicismo;
inícios do XX # Teve como principais caraterísticas a irregularidade da estrutura espacial e volumétrica, o sentido orgânico das formas, a luminosidade e por conseguinte os efeitos por ela criada, a movimentação dos planos, a utilização da cor na decoração, ou seja, fatores que transmitissem emoções, encantamento, estímulo e imaginação dos sentidos, fizessem sonhar através de realidades diferentes, distantes ou imaginárias;
Surgem também os famosos jardins românticos.
Ex. Palácio Nacional da Pena

Neomanuelino,
Neogótico ou Neoárabe

Final do séc.
XVIII – XIX

O Romantismo exprimiu-se numa série de historicismos entre os quais se destacam o Neomanuelino, o Neogótico e o Neoárabe;
Arquitetura Neomanuelina profusamente decorada na tentativa de imitar o estilo original não copiando os edifícios;
Utiliza elementos como os arcos de vários tipos, pináculos, cordas, frisos, ameias, elementos vegetalistas, entre outros;
O Neogótico não teve muita importância utilizando elementos do gótico original como os pináculos, as rosáceas, os arcos apontados verificando-se o mesmo com o Neoárabe;
Ex. Elevador de Santa Justa: Neogótico; Praça de Touros do Campo Pequeno: Neoárabe; Neomanuelino: Estação do Rossio.

Ecletismo

Segunda
metade do séc.
XIX – inícios
XX

A arquitetura eclética tinha por base a falta de originalidade, onde os estilos arquitetónicos não conseguiram exprimir a realidade. Teve por base a mistura de estilos arquitetónicos do passado criando assim uma nova linguagem arquitetónica.
O Ecletismo esteve intimamente ligado à chamada arquitetura historicista, que reviveu a arquitetura antiga criando os estilos “neos”. Caracterizou-se pela simetria, pela busca de grandiosidade, pela hierarquização rigorosa dos espaços internos e riqueza decorativa;
O Ecletismo esteve muito associado ao revivalismo, tendo-se dedicado a misturar estilos antigos evitando a rigorosidade presente na arquitetura revivalista.
Ex. Câmara Municipal de Lisboa.

Revivalismo

Séc. XVIII –
XIX – XX

Assistiu-se a uma série de crises traduzidas nos movimentos chamados revivalistas devido ao facto das inovações tecnológicas não encontrarem naquele período uma manifestação formal apropriada, e por variadas razões culturais, os arquitetos deste período viam na cópia da arquitetura do passado e nos seus cânones e tratados uma linguagem estética legítima de ser estudada e trabalhada.

Revivalismo / Neobarroco	
Arquitetura do Ferro	Segunda metade do séc. XIX # Utilização de novos materiais na arquitetura como o ferro, o betão, o vidro; # Começou por se verificar em obras de engenharia passando depois para a arquitetura, construindo obras de ferro respeitando sempre os princípios do historicismo; # Construção de pontes e estações de caminho de ferro. Ex. Estação de São Bento, Ponte D. Luís
Modernismo	Início do séc. XX – final Estado Novo # Conjugação de formas do modernismo europeu com o nacionalismo salazarista; # O Modernismo na arquitetura exprimiou-se essencialmente no pavilhão da Exposição do Mundo Português, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa.

"A Casa Portuguesa"

Início do séc.
XX – final
Estado Novo

Inserida dentro daquela que é considerada a arquitetura realizada no período do Estado Novo e impulsionada pelo arquiteto Raul Lino, nomeadamente com a tipologia da “casa portuguesa”;
Combateu o Modernismo que vinha já entrando em fase de decadência com o aparecimento do Estado Novo;
Bastante influenciado pelo movimento Arts and Crafts;
Criou assim a tipologia da “casa portuguesa” projetando mais de 700 casas entre elas a conhecida “Casa do Cipreste”, com o objetivo de criar um espaço próprio e carateristicamente nacional.
Ex. Casa dos Patudos, Teatro Tivoli

Arte Nova

1905 - 1920

A sensibilidade, o refinamento, a imaginação e a fantasia foram privilegiadas, aliadas ao gosto pelo pitoresco e pelo decorativo;
Rejeitou por completo os estilos académicos, históricos e revivalistas inspirando-se agora na Natureza e no Homem, onde as formas sinuosas e encadeadas adquiriam expressividade através das linhas e formas estilizadas, sintetizadas ou geometrizadas, na procura do movimento, do ritmo, da expressão e do simbolismo poético, apelando acima de tudo à sensibilidade estética e à fantasia do espetador;
Utilizou materiais como o ferro, o vidro, o aço, o betão e o betão armado tirando partido das suas propriedades quer a nível construtivo quer a nível decorativo;
A nível formal manifestou-se em plantas livres favorecendo volumes irregulares e assimétricos, com superfícies sinuosas e movimentadas onde o vidro tomava papel de destaque;
No que diz respeito à parte estética vigorou a ornamentação quer no exterior quer no interior dos edifícios em que o ornamento se tornava volumétrico ou bidimensional, estilizado ou geométrizado no desenho; sinuoso, movimentado e expressivo na linguagem plástica, e imaginativo, naturalista, orgânico, simbólico e poético a nível temático.
Ex. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

Arte Déco

1925 - 1940

Em total oposição à Arte Nova, marcou a arquitetura com linhas geométricas e tons pastel;
A arquitetura podia apresentar duas vertentes, ou surgia limpa e pura, de linhas encurvadas, graduais e impetuosas, seguindo um arco bem definido, ou apresentava linhas direitas, com a maior retidão possível;
No que concerne à arquitetura dedicou-se principalmente à decoração de interiores estando associada também à construção de inúmeros edifícios modernistas tais como cinemas, teatros (antigo teatro de Mirandela), fábricas e algumas casas familiares;
Principais características da arquitetura Art Déco:
Construções com tetos planos predominando a horizontalidade;
A geometrização surge aplicada na composição do espaço (plantas) e das fachadas;
De estrutura simples e clareza nos volumes, alternando superfícies planas e retilíneas com curvas destacadas, de traçado geométrico;
A decoração recorria muitas vezes à cor, era contida, estilizada e abstrata surgindo em locais como lintéis e ombreiras, puxadores e fechos de portas, gradeamentos e pequenos frisos.
Ex. Casa de Serralves

Estado Novo, Estilo
Nacionalista

Décadas de
1940 – 1950

Modelo arquitetónico presente em edifícios públicos e privados durante o período do Estado Novo;
Um dos principais arquitetos e impulsionadores deste tipo de arquitetura foi Raul Lino com a “Casa Portuguesa”;
Estilo de arquitetura influenciada pelo modernismo da engenharia disfarçada pela mistura de elementos estéticos exteriores provenientes da arquitetura produzida entre os séculos XVII e XVIII e das casas tradicionais do país;
Utilização de novos materiais provenientes da arquitetura do ferro bem como os novos processos de engenharia bem como elementos decorativos utilizados na arquitetura dos séculos XVII e XVIII;
Comum a existência de arcadas e torreões de influência medieval com coruchéus rematados por esferas armilares ou cata-ventos;
Papel fundamental representam as colonatas na arquitetura dos edifícios do Português Suave.
Ex. Palácio da Justiça do Porto.

Erudito

XVII – XX

Edifícios estruturalmente simples apresentam alguma erudição atribuída não só por determinados materiais mas e também pelas formas decorativas que muitos deles apresentam, formas essas muitas vezes proporcionadas por elementos não estruturais mas meramente decorativos aliados à arquitetura;

A base fundamental da arquitetura erudita é a humildade e o entendimento que se verifica entre o arquiteto e o cliente de modo a que seja possível conceber o edifício em perfeita harmonia na sua natureza;

A arquitetura erudita sente a necessidade de dominar a Natureza através do auxílio de técnicas construtivas, na busca de aperfeiçoamento tendo a preocupação estética e estilística. Podemos afirmar tratar-se de uma arquitetura cuidada, requintada mostrando porém uma inquietação renovadora, enraizada em fenómenos económicos, sociais, e de outra natureza de cariz mais geral e internacional.

Vernacular/ Popular

XIX – XX

- # Arquitetura relativamente simples mas com caraterísticas tipológicas comuns numa determinada região;
- # Toda a arquitetura cujos edifícios apresentam traços ou caraterísticas tipológicas quer estruturais quer meramente decorativas, comuns numa determinada área geográfica de extensão diferente;
- # Este tipo de arquitetura surge intimamente vinculada a gentes que, com o passar dos tempos, sem qualquer tipo de experiência nem ajuda da própria comunidade, foram quem as ergueu;
- # São edifícios que parecem nascer da própria paisagem e do caráter daquele que as vai habitar tornando-se num elemento de identidade de cada região;
- # Caraterísticas básicas desta arquitetura:
- # Um modo de construir proveniente da própria comunidade;
- # Tenta dar resposta ao meio ambiente através do seu caráter marcadamente local ou regional;
- # Coerência no estilo, nas formas e no aspeto, bem como o uso de tipos arquitetónicos estabelecidos de forma tradicional;
- # Conhecimento tradicional da construção e da composição, transmitido de modo informal;
- # Forma de dar resposta às necessidades sociais, ambientais e funcionais;
- # Utilização e aplicação das técnicas tradicionais da construção.

Indeterminado

Não existe referência bibliográfica que indique o estilo construtivo, ou, não consegue determinar o estilo.

2.1.16. Época Histórica [TE época]

Pré-História Antiga	Paleolítico	Também conhecido como Idade da Pedra Lascada, neste período o homem fabricava utensílios de pedra lascada e madeira, é um período pré-histórico correspondente ao intervalo entre a primeira utilização de utensílios pelo homem (cerca de 2 milhões de anos atrás) até ao início do Neolítico (cerca de 10 mil a.C.).
	Inferior	De 2 500 000 - 2 000 000 a 300 - 100 000 BP
	Médio	De 300 - 200 000 a 40 - 30 000 BP
	Superior	De 40 - 30 000 a 10 - 8 000 BP
	Aurignacense	De 40 mil a 28 mil anos antes do presente
	Gravetense	De 28 mil a 21 mil anos antes do presente
	Proto-Solutrense	
	Solutrense	De 21 mil a 17 mil anos antes do presente
	Magdalenense	De 17 mil a 10 mil anos antes do presente
	Mesolítico	O Mesolítico foi o período pré-histórico situado entre o Paleolítico e o Neolítico, que na Península Ibérica durou aproximadamente entre 10.000 a.C. e 5.000 a.C. O seu nome significa Idade Média da Pedra (do grego mesos=medio e lithos=pedra) por contraposição ao Paleolítico (Idade Antiga da Pedra).
Pré-História Recente	Neolítico	<p>O Neolítico é o último período da Idade da Pedra e caracteriza-se por uma profunda mudança. A partir de 9.000 a.C., começaram a formar-se as primeiras comunidades neolíticas, que trocaram o estilo de vida nómada pelo sedentarismo. Entre 6.000 e 5.000 a.C., já parte dos habitantes da Península tinham começado a sua Revolução Neolítica, importada por comunidades que vieram por mar, das costas do Mediterrâneo.</p> <p>De 10 a 6 mil anos, vulgarmente conhecido como Idade da Pedra Polida (por causa de alguns instrumentos, feitos de pedra lascada e pedra polida), é o período da Pré-História que começa em 8000 a.C.. Durante este período surge a agricultura, e a fixação resultante do cultivo da terra e domesticação de animais para o trabalho provoca o sedentarismo (moradia</p>

			fixa em aldeias).
		Antigo	
		Médio	
		Final	
	Neo-Calcolítico		
	Calcolítico		Período que vigora entre cerca de 3500 a.C. e 2500 a.C.
	Bronze		
		Inicial	
		Médio	
Proto-História		Final	Representa o final do Bronze e começa o início da Proto-História (cronologicamente começa por cerca de 1200 a. C.)
	Ferro		
		1º	
		2º	
	Romano		
		República	
		Alto Império	
		Baixo Império	
	Idade Média		
		Alta Idade Média	Século V (476) queda do Império Romano do Ocidente, até século X.
		Baixa Idade Média	Entre o séc. XI ao séc. XV (1453, queda de Constantinopla)
		Medieval	
		Islâmico	
		Cristão	
	Moderna		Período da história entre 29 de maio de 1453 (da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos) à Revolução Francesa em 14 de julho de 1789.
		Século XV	Partir de 1453.
		Século XVI	
		Século XVII	
		Século XVIII	Até 1789.

Contemporânea		Período da história que inicia a 14 de julho de 1789.
	Século XVIII	A partir de 1789.
	Século XIX	
	Século XX	
	Século XXI	
Indeterminado		

2.1.17. Disposição Legal [\[TE disposição legal\]](#)

Classificado		A referência patrimonial possui um estatuto de proteção definido na lei 107/2001
Monumento Nacional (MN)	Zona Geral de Proteção	A referência patrimonial está classificada como valor patrimonial acrescido para Portugal.
	Zona Especial de Proteção (ZEP)	
Imóvel de Interesse Público (IIP)	Zona Geral de Proteção	A referência patrimonial está classificada como valor patrimonial para Portugal.
	Zona Especial de Proteção (ZEP)	
Imóvel de Interesse Municipal (IIM)		A referência patrimonial está classificada como valor patrimonial para o Concelho de Mirandela.

	Zona Geral de Proteção
	Zona Especial de Proteção (ZEP)
Em vias de Classificação	
Imóvel de Interesse Municipal (IIM)	Zona Especial de Proteção Provisória
Imóvel de Interesse Público (IIP)	Zona Especial de Proteção Provisória
Monumento Nacional (MN)	Zona Especial de Proteção Provisória
Plano Diretor Municipal (PDM)	
Monumento Nacional (MN)	

Classificado	
Imóvel de Interesse Público (IIP)	
Classificado	
Proposta para Classificação com Perímetro de Proteção	Aplica-se unicamente aos imóveis em vigor no PDM de 1994 e relativo ao ponto 6
Imóvel de Interesse Municipal (IIM)	
Imóvel de Interesse Concelhio (IIC)	
Proposta para Classificação com Perímetro de Proteção	Aplica-se unicamente aos imóveis em vigor no PDM de 1994 e relativo ao ponto 6
Identificado com Perímetro de Proteção	Aplica-se unicamente aos imóveis em vigor no PDM de 1994 e relativo ao ponto 6
Plano de Urbanização (PU)	
Plano de Pormenor (PP)	

Abrangido

Zona Especial
de Proteção
Provisória

Imóvel de
Interesse
Municipal
(IIM)

Imóvel de
Interesse
Público (IIP)

Monumento
Nacional
(MN)

Zona Geral de
Proteção

Imóvel de
Interesse
Municipal
(IIM)

Imóvel de
Interesse
Público (IIP)

Monumento
Nacional
(MN)

Zona Especial
de Proteção
(ZEP)

Imóvel de
Interesse

	Municipal (IIM)	
	Imóvel de Interesse Público (IIP)	
	Monumento Nacional (MN)	
Perímetro de Proteção	Plano Diretor Municipal (PDM)	
	Identificado	
	Proposta de Classificação	
	Imóvel de Interesse Concelhio (IIC)	
	Imóvel de Interesse Público (IIP)	
Sem Estatuto de Proteção		A referência Patrimonial não está mencionada em nenhum instrumento de gestão territorial.
Fundamentação	Classificação	Significa que o texto descrito é a citação ou excerto da justificação já realizada. A cópia da fundamentação deve ser associada ao registo.
	Atualização da Classificação	Significa que a classificação requer ser atualizada enquanto tipo de classificação.
	Atualização da Zona de	Significa que importa alargar, diminuir, ou acrescentar outra tipologia disposta na lei, no sentido de reforçar a proteção da

Proteção	referência patrimonial.
Proposta de Classificação	Significa a fundamentação das razões que levam à classificação da referência patrimonial.

Exemplo: Classificado\ Imóvel de Interesse Público (IIP)\ Zona Especial de Proteção (ZEP);
Abrangido\ Zona Especial de Proteção (ZEP)\ Imóvel de Interesse Público (IIP).

2.1.18. Tipo de Numeração [TE numerações]

Carta Militar de Portugal (CMP)	Registo do número da folha da série M888 do Instituto Geográfico do Exército respeitante ao Concelho de Mirandela em que a referência patrimonial se localiza. O Concelho de Mirandela abarca as folhas 48, 49, 75, 76, 90, 91, 104 e 105
Código Nacional de Sítio (CNS)	Registo do nº atribuído pelo Instituto Português de Arqueologia aos sítios arqueológicos
Seção de Património do Município de Mirandela	Registo do número dado por esta seção da Autarquia e consta para registo contabilístico. Aplica-se ao Património Móvel.

2.1.19. Categoria de Escavação [TE categorias de escavação]

Ações de Emergência	A realizar em sítios arqueológicos que, por efeitos de ação humana ou ação natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total
Ações preventivas	A realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural, urbano ou subaquático
Projetos de estudo	Ações de pesquisa e ação valorativa autorizadas com objetivo de aprofundar o conhecimento específico. Valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação

2.1.20. Designação da Cor da Estratigrafia [TE cor]

Em construção

2.1.21. Área Técnica [TE autoria]

Arqueólogo	Técnico superior habilitado para desenvolver ações de cariz arqueológico
Arquiteto	O que exerce a arte de projetar edifícios e lhes superintende a construção
	Paisagista
	A Arquitetura Paisagista designa a profissão de quem concebe a Paisagem. A abordagem ao espaço - Paisagem - é de natureza arquitetónica, sintetizando, no espaço concebido, o conhecimento científico disponível relativo à Natureza e à Cultura, através de metodologias integrativas e de práticas comuns à Arquitetura e ao Design.
Autor	Que executou uma obra mas que não se insere nos outros parâmetros.
Carpinteiro	
Desenhador	
Dono de Obra	
Dourador	
Empreiteiro	
Encomendador	Quem encomenda a obra; quem paga a obra
Engenheiro	
	Civil
	Eletrotécnico
	Técnico
Ensamblador	
Entalhador	
Estucador	
Ferreiro	

Mestre
Carpinteiro
Pedreiro
Pedreiro
Pintor
Serralheiro

2.1.22. Tipo de Prédio [TE tipo prédio]

Prédio	Artigo 2.º, n.º 1 do DL 287/2003 de 12 de novembro, DR 262, Série I-A, pág. 7595
Rústico	Artigo 3.º, n.º 1 do DL 287/2003 de 12 de novembro, DR 262, Série I-A, pág. 7595
Urbano	Artigo 4.º, n.º 1 do DL 287/2003 de 12 de novembro, DR 262, Série I-A, pág. 7595
Misto	Artigo 5.º, n.º 1 do DL 287/2003 de 12 de novembro, DR 262, Série I-A, pág. 7595
Infraestrutura Rodoviária	Pontes, estradas, caminhos, privados ou público (estatal ou municipal), que fazem parte da estrutura viária do país. Estes imóveis não são registáveis.
Nacional	Estradas que fazem parte da Rede Rodoviária Nacional (IP, IC, ER) definida pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN/2000).
Municipal	As estradas que foram desclassificadas da Rede Rodoviária Nacional e as estradas que nunca pertenceram à respetiva Rede, mas que são geridas pelo Município.
Público	Imóvel encontra-se em espaço público, comum do povo, uso do povo. Pode estar a cargo da Câmara ou do estado central. Não se encontra identificada na conservatória ou finanças, e não é obrigatório estar, porque são imóveis não registáveis.
Posse	O imóvel é utilizado por uma instituição mas a sua propriedade não lhe pertence. Aplica-se ao caso das igrejas, capelas.

2.1.23. Tipo de Registo [TE tipo registo]

Ficha Predial	Registo a cargo da conservatória.
Omisso	Apesar de identificado no artigo matricial não foi registado na respetiva conservatória do registo predial.
Artigo Matricial	Registo a cargo das finanças.
Confrontações	Significa que o prédio identificado confronta com vizinhos que estão ligados/ associados.
	Norte
	Sul
	Nascente
	Poente
Omisso	Sabemos por via oral o nome do proprietário, mas nas finanças e registo predial não se encontra dados referentes.
Concordata 2004 (art. 22º)	Os imóveis tipificados por igreja e capela (que não estejam inseridos em domínio particular) mas classificados por monumento nacional ou imóvel de interesse público são propriedade do Estado. As restantes situações não enquadradas no parágrafo anterior são propriedade da Igreja Católica Portuguesa.
Não	Não foi possível determinar dados sobre a propriedade.

Determinado

2.1.24. Tipo de Ocupação [TE ocupação]

Afeta ao Domínio Público	Bem afeto ao uso público.
Arrendada	Sítio ou imóvel encontra-se arrendado.
Cedida	Sítio ou imóvel encontra-se cedido pelo proprietário a outro sem existência de contrato ou outro vínculo.
Devoluta	<i>«Prédio urbano ou a fração autónoma que, durante um ano, se encontre desocupada, sendo indícios de desocupação a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações, de fornecimento de água, gás e eletricidade e a inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade, e telecomunicações.».</i> Igualmente considera-se devoluto prédio rústico sem aparente uso, mas que se conheça o tipo de ocupação.
Própria	Sítio ou imóvel é usado pelo proprietário. Pode-se encontrar devoluta ou abandonada (referir noutro registo se for o caso).
	Não Registada Quando se conhece a pessoa que ocupa o imóvel e esta coincide com o proprietário, embora não haja registo da respetiva propriedade.
Posse	Atuação de forma correspondente ou análoga ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real.
Subarrendada	Sítio ou imóvel encontra-se arrendado pelo inquilino.
Usufruto	Sítio ou imóvel encontra-se em usufruto por determinada pessoa ou Instituição que não o proprietário.
Não Determinado	Quando não se consegue determinar a ocupação do imóvel ou do espaço onde se insere o imóvel.

2.1.25. Utilização [TE utilização]

Administrativo	Utilização do imóvel para fins administração pública (estatal ou local).
Agrícola	Utilização para fins agrícolas ou para agricultura.
Armazenagem	Utilização para fins de arrumação ou de armazenagem.
Associativo	Utilização do imóvel para fins associativo ou recreativo. Associações recreativas, casas de folclore, etc.
Cemiterial	Utilização do imóvel para cemitério.
Comemorativa	Utilização para fins comemorativos ou demarcação de um momento.
Conventual	Utilização de espaço por monges ou freiras como local de vivência tipo convento.
Cultural	Utilização do imóvel para o culto religioso ou devoção.
Cultural	Utilização do imóvel como espaço de fruição cultural. Ex. festas populares, etc.
Demarcação de Espaço	Utilização do imóvel ou da sua componente para delimitação ou demarcação do espaço/ propriedade. Ex. cerca, portão, ...
Decorativo	Utilização do imóvel para uso no espaço público ou privado para decoração ou preenchimento.
Defensivo	Utilização do imóvel para carácter defensivo ou defesa de algo.

Doméstico	Utilização do imóvel para auxílio ou apoio à habitação; uso complementares da habitação para fins diversos
Desocupado	Utilização do imóvel mostra falta de uso, aparentemente não é utilizado para fins habitacionais.
Equipamento	Utilização do imóvel como equipamento de apoio ou fornecimento: água, ...
Social	Utilização como de serviço de apoio social à comunidade.
Saúde	Utilização do imóvel para fins de saúde ou hospitalar.
Lazer	Utilização do imóvel para um fim complementar à habitação, como caso de ócio, contemplação, etc.
Escolar	Utilização do imóvel para fins escolares ou formativo.
Hotelaria	Utilização do imóvel para hospedagem, restauração, etc.
Comercial	Utilização do imóvel para fins comerciais
Cultural	Utilização do imóvel para fins culturais, caso de Museu, Biblioteca
Funerário	Utilização do imóvel para serviços religiosos ou culto dos mortos. Ex. capela-mortuária
Habitacional	Utilização do imóvel como espaço de uso doméstico, de habitação.
Industrial	Utilização do imóvel teve fins de produção doméstica e/ou industrial.
Marco Histórico-Cultural	Utilização resulta para fins culturais ou turísticos.
Militar	Utilização para fins militares.
Pastoril	Utilização do espaço para atividades de pastoreio.
Serviço	Utilização do imóvel para a execução e/ou prestação de serviços para a comunidade ou cidadãos.
Religiosa	Utilização do imóvel para fins de cariz religioso.
Viário	Utilização para estrada ou local e passagem. Ex. ponte, etc.
Pública	Utilização por agentes de caráter público.
Privada	Utilização por para fins privados
Sem Utilização	Não se identifica a sua utilização atual
Não determinado	Quando não se consegue determinar a utilização inicial ou anterior

2.1.26. Tipo de Utilização [TE tipo utilização]

Utilização	Atual	Quando a utilização é atual; no presente.
	Anterior	Quando se identifica as utilizações que antecederam à utilização atual
	Inicial	Quando se identifica - por fontes escritas ou orais - a primeira utilização ou inicial.

2.1.27. Tipo de Medida [TE medidas]

Altura
Altura
máxima
Altura média

Altura mínima

Área

Comprimento

Comprimento

máximo

Diâmetro

Diâmetro

máximo

Diâmetro

médio

Diâmetro

mínimo

Espessura

Espessura

máxima

Espessura

média

Largura

Largura

máxima

Largura média

Largura

mínima

Perímetro

Peso

Profundidade

Profundidade

máxima

Profundidade

média

Profundidade

mínima

Raio

Volume

Área Lote

Inserir os metros quadrados da área do terreno (lote).

Área de

Implantação

Inserir os metros quadrados da área de implantação do imóvel.

Área de

Construção

Útil

Inserir os metros quadrados da área de construção útil, ou seja, a soma das áreas dos pisos do imóvel pelo perímetro interior (rejeitando paredes).

Bruta

Inserir os metros quadrados da área de construção bruta, ou seja, a soma de todas as áreas de todos os compartimentos medido pelo perímetro exterior.

Nº pisos

Inserir o nº de pisos existentes.

2.1.28. Unidade de Medida [TE unidade de medida]

Cm

Centímetro

Gr

Gramas

Ha

Km	Quilómetro
M	Metro
M2	Metro quadrado
M3	Metro cúbico
Mm	Milímetro

2.1.29. Ameaças [TE perigos]

Abandono	A referência patrimonial mostra descuido, ausência de ocupação, de tratamento, como tal encontra-se em degradação ou simplesmente abandonada.
Agentes Climáticos	Quando a preservação da referência patrimonial pode danificar-se pela ação da chuva, vento, sol, Caso por exemplo, as pinturas do regato de bouças.
Agrícola	Ações, trabalhos agrícolas que se realizem
Barragem	RPI está sujeita aos riscos de construção de barragem
Conservação	Referência patrimonial mostra ausência de tratamento e conservação, ou como tratar ou preservar.
Construção Civil	Perigo subjacente da realização de ações/ obras para construção de casas ou outros.
Cultural	Práticas culturais ou religiosas podem provocar danos.
Florestação	Prática de florestação pode proporcionar a destruição parcial ou total da referência patrimonial.
Pastorícia	Ações dos animais pela atividade da pastorícia podem provocar parcialmente a degradação.
Pedreira	Existência de pedreira ou ações de pedreira no local ou associado.
Vandalismo	Ações visando a degradação ou destruição do imóvel.
Vegetação	O crescimento da vegetação arbórea, arbustiva, rasante ou líquenes provocam a degradação do imóvel.
Viário	Utilização do imóvel como local de passagem por carros que leva à degradação ou destruição (parcial ou total).
Ameaça Corrigida	As ameaças identificadas no passado foram corrigidas ou ultrapassadas

2.1.30. Estado de Conservação [TE estados]

Estado	Arqueologia	Arquitetura	Estrutura	
Conservação	Bom	A referência patrimonial apresenta uma conservação razoável quanto às estruturas visíveis e não mostre sinais de abandono	A referência patrimonial evidencia uma conservação boa nos planos verticais, horizontais e cobertura, como elementos decorativos, quanto a fissuras, degradação aparente ou deterioração.	A referência patrimonial apresenta um bom estado de conservação estrutural, não evidenciando sinais exteriores de cedências, deformações ou fissurações.
	Regular/ Razoável	A referência patrimonial apresenta uma conservação satisfatória quanto às estruturas visíveis notando-se sinais expressivos de degradação e deterioração	A referência patrimonial mostra uma conservação satisfatória evidenciando alguns elementos em degradação, deterioração e/ou abandono nos planos verticais, horizontais, cobertura e revestimento, tal como nos elementos decorativos.	A referência patrimonial apresenta um razoável estado de conservação estrutural não evidenciando sinais exteriores de cedências e deformações exibindo, no entanto, alguma fissuração, não colocando o imóvel em risco.
	Mau	A referência patrimonial apresenta um estado de conservação com uma degradação acentuada/ extrema (patente nas estruturas visíveis) acrescido de destruição parcial ou total de elementos da referência patrimonial.	A referência patrimonial mostra estado acentuado de degradação, deterioração e/ou abandono nos planos verticais, horizontais, cobertura e revestimento, tal como nos elementos decorativos, dos quais já resulta sinais (mais ou menos expressivos) de ruína.	A referência patrimonial apresenta um mau estado de conservação estrutural evidenciando sinais exteriores de possível cedência, deformações e fissuração, de algumas partes, não de todo. Apresenta risco de colapso parcial.



Ruína	A referência patrimonial apresenta-se arruinada pelo mau estado de conservação que resultou na destruição parcial ou quase total dos elementos que compõe a referência patrimonial. Neste estado ainda se identifica pequenos elementos estruturais ou então encontram-se dispersos pelo solo.	A referência patrimonial apresenta-se num estado de ruína, resultado de ações temporais, de intervenções recentes destinadas a construções vizinhas e ou abandono, que mostram ruína integral ou parcial do imóvel, encontrando-se visíveis pequenos troços isolados e pontuais. Quando o imóvel se encontra neste estado não se identifica anomalias estruturais e não estruturais porque apresenta todo o tipo anomalias.	A referência patrimonial apresenta um estado de conservação de ruína dos seus elementos estruturais onde a maioria dos mesmos já cederam/ caíram estruturalmente. Significa que encontraremos somente, pontualmente, pequenos troços erigidos (parcialmente).
Destruído	A referência patrimonial encontra-se destruída quase ou totalmente na íntegra (e identifica-se ausência de elementos estruturais visíveis à superfície). Os vestígios que podem surgir são peças de uso doméstico dispersas pelo solo.	Retrata referências históricas desaparecidas. Por isso, não existe elemento arquitetónico visível.	A referência patrimonial apresenta integralmente destruída não havendo elementos estruturais visíveis à superfície.

2.1.31. Anomalias [TE estado]

Anomalias

Estrutural	Anomalia encontra-se na estrutura, no esqueleto do imóvel.	
	Cedência	O imóvel apresenta cedência parcial nos elementos verticais ou horizontais.
	Colapso	O imóvel apresenta risco de colapso integral da estrutura (entenda-se uma ou mais fachadas, por ex.).
	Deformação	O imóvel apresenta anomalia por deformação dos elementos verticais ou horizontais, como de elementos tipológicos específicos, caso de molduras de janela ou porta.
	Desaprumo	Os elementos verticais em parte ou em todo apresentam desaprumo.

Não Estrutural	Fissuração	O imóvel apresenta nos elementos tipológicos ou componentes anomalias por fissuração
	Integral	A RPI apresenta de uma só forma sinais de colapso da cobertura ou outro elemento, cedências, deformação e fissuração. Aplica-se esta situação quando o estado é ruína.
	Sem Anomalia	Quando não se deteta anomalias estruturais, ou seja, as anomalias anteriormente identificadas e registadas foram resolvidas no todo ou parte.
		Anomalia encontra-se nos elementos inseridos na estrutura mas que não elementos estruturais. Caso, por ex., do reboco.
	Sem Anomalia	Quando não se deteta anomalias não estruturais, ou seja, as anomalias anteriormente identificadas e registadas foram resolvidas no todo ou parte.
	Reboco	
	Desagregamento ou Destacamento	Afastamento do reboco em relação ao suporte
	Deformação ou Empolamento	Variação da geometria do reboco (por uma variação á planura), geralmente pela formação de convexidades para o exterior.
	Desprendimento	Separação definitiva da argamassa em relação ao seu suporte, por queda, provocando descontinuidades na superfície.
	Lacunas	Caso particular dos destacamentos, que resulta da perda de material (por exemplo, em esquinas, varandas ou platibandas).
	Pintura	Quando a pintura destaca-se da superfície da parede.
	Bolhas	Podem ocorrer quando for aplicada massa corrida aquosa em exteriores, pois o produto é indicado apenas para superfícies de interiores. Na repintura sobre tinta de má qualidade, a humidade da tinta nova pode-se infiltrar na antiga e provocar bolhas. Ocorre quando a poeira não foi eliminada após se lixar a massa ou quando a tinta não foi devidamente diluída.

	
Calcinação	São manchas que aparecem nas superfícies pintadas, provocando descascamento ou destruição da tinta plástica. Pela alcalinidade natural da cal e do cimento que compõe o reboco. Essa alcalinidade, na presença de certo grau de humidade, reage com acidez característica de alguns tipos de emulsão. Pelo ataque através da intempérie a tinta vai se deteriorando.
Desagregamento	O descascamento da pintura da superfície juntamente com partes de reboco, tornando-se esfarelado. Ocorre quando a tinta é aplicada sobre superfície de reboco novo não curado, ou quando há infiltração de humidade. 
Eflorescência	Aparecem manchas esbranquiçadas na superfície pintada. Acontece quando a tinta foi aplicada sobre reboco húmido ou devido à infiltração. Isso ocorre devido à migração de humidade do interior para o exterior em paredes de reboco novo ou velho, cimento, fibro-cimento, tijolos, etc., carregando consigo sais solúveis. Enquanto a humidade ou os sais solúveis não tiverem sido totalmente eliminados, a situação persistirá.

		
	Enrugamento	<p>Aparecem manchas esbranquiçadas na superfície pintada. Ocorre quando se aplicam demãos de tinta demasiadamente espessa, ou quando a aplicação é feita sobre a superfície ou em ambientes com temperatura excessivamente quente.</p> 
	Microfissuras	<p>São fendas estreitas, rasas e sem continuidade. Tempo insuficiente de hidratação da cal antes da aplicação do reboco ou camadas espessas de massa fina.</p> 

Mofo, Bolor ou Fungos

São manchas que aparecem na superfície recém pintada, devido a pingos de chuva isolados. Constituem-se num grupo de seres vivos vegetais, que proliferam em condições favoráveis, principalmente em climas quentes e húmidos, mal ventilados ou mal iluminados. Produzem o escurecimento da película da tinta decompondo-a.




Manchas amareladas

Em paredes e tetos provém de gorduras, óleos, fumo de cigarro (nicotina) ou poluição. No caso de superfície de gesso, são provenientes de extração de solúveis pertinentes ao gesso, pela humidade.



Saponificação

São manchas que aparecem nas superfícies pintadas, provocando retardamento indevido da secagem dos esmaltes e tintas a óleo, deixando a superfície pegajosa. É causada pela alcalinidade natural da cal e do cimento que compõe o reboco. Essa alcalinidade, na presença de certo grau de humidade, reage com a acidez característica de alguns tipos de resina.

	
Deformação	
Envelhecimento	Envelhecimento e degradação dos materiais (revestimentos)
Inadequação à Construção	Inadequação dos elementos de construção para o desempenho das funções concebidas
Fissuração	Causadas por movimentos da estrutura
Humidades	<p><i>Humidade origina com frequência uma diminuição da durabilidade dos materiais e a alteração de algumas das suas propriedades, nomeadamente a diminuição do isolamento térmico, sendo talvez a causa mais importante da deterioração das construções. Ao mesmo tempo provoca condições deficientes de habitabilidade e salubridade, que podem afetar, de um modo sensível, os utentes dos edifícios, especialmente os destinados a habitação.</i></p>
	<p>Construção</p> <p><i>Na construção tradicional a água tem um papel preponderante na fase da construção, entrando na composição de muitos materiais e processos de construção (como por exemplo da execução de betões e argamassas ou da humedificação dos tijolos). Além da humidade resultante do próprio processo construtivo acrescente-se ainda aquela proveniente da água das chuvas ocorridas enquanto a construção não se encontra protegida com uma cobertura estanque nem com revestimentos apropriados nas paredes exteriores.</i></p>

Terreno ou Ascensional	<p>«Os valores que o coeficiente de capilaridade dos materiais de construção correntemente utilizados pode atingir são, por vezes, bastante elevados, fazendo com que, quando em contato com a água ou com solo húmido, fiquem sujeitos à ascensão capilar. A ascensão de água nas paredes pode atingir alturas elevadas, dependendo da porometria dos materiais (quanto menor o diâmetro dos poros, maior a subida da água), da quantidade de água em contato com a parede, das condições de evaporação e, ainda, da espessura, época de construção e orientação da parede. Este fenómeno aparece quando se reúnem as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none">- Existência de paredes ou fundações em contato com água ou solo húmido;- Características dos materiais constituintes dessas paredes com elevada capilaridade;- Inexistência ou deficiente posicionamento do corte-hídrico.»
Precipitação	<p>«A chuva, por si só, não constitui uma ação especialmente gravosa para as paredes dos edifícios, desde que a componente vento não lhe seja associada. O que torna a ação da chuva muito gravosa para as paredes, é a presença quase constante da pressão do vento, que faz com que a trajetória da água passe a ter uma componente horizontal por vezes bastante elevada. Quando isto acontece as paredes das construções ficam sujeitas a uma ação de humidificação que pode constituir um grande risco de humedecimento dos seus paramentos interiores. A penetração da água da chuva nas paredes não teria então qualquer problema se conseguíssemos garantir que ela não atingisse o paramento interior das mesmas. Este tipo de anomalia, provocada pela água das chuvas, deveria hoje em dia ter o seu aparecimento restringido às construções antigas. De facto, com as normas atualmente existentes para a execução das paredes a fim de garantir a estanqueidade das mesmas, não se justifica o seu aparecimento em construções recentes. Mas a realidade é bem diferente e a humidade de precipitação aparece indistintamente em construções novas e antigas.»</p>
Condensação	<p>«As condensações de vapor de água sobre os paramentos ou no interior dos elementos de construção constituem uma das causas mais vulgares da existência de humidade nos edifícios de habitação.»</p>

Fenómenos de higroscopicidade	<i>No interior das nossas paredes observa-se a presença de diversos tipos de sais solúveis na água, quer por fazerem parte da composição de um grande número de materiais de construção, quer ainda por existirem nos solos (principalmente em locais ricos em matérias orgânicas). Estes sais, só por si não trazem qualquer prejuízo ou anomalia às paredes, no entanto, em presença de água, dissolvem-se e acompanham a migração da água até à superfície, onde cristalizam sob a forma de fluorescências (cristalização à superfície) ou de criptoefluorescências (cristalização sob o revestimento da parede).</i>
Causas fortuitas	<i>Englobam-se neste título todas as humidades resultantes de infiltrações de água de origem pontual e que terão em comum: - Corresponderem a um defeito de construção ou de funcionamento de equipamento; - Implicarem, a maior parte das vezes, uma responsabilidade humana, quer ela seja ativa como será o caso dos acidentes, quer ela seja passiva como acontece na falta de manutenção. Dentro das causas mais frequente deste tipo de anomalias destacamos as que decorrem de roturas de canalizações.</i>

2.1.32. Dissonâncias [TE dissonância]

Grau 0	Referência Patrimonial Imóvel não apresenta adições ou alterações que ponham em causa a função, estado de conservação e o valor. Solução: fácil e simples resolução.
Grau 1	Referência Patrimonial Imóvel apresenta adição de componentes, acessórios ou outro tipo de elementos. Solução: fácil intervenção, restauro e/ou recuperação.
Aterro	Colocação de terras ou entulhos.
Antenas TV	Tubos com antenas de TV na cobertura ou alçados
Ar Condicionado	Presença de sistemas de ar condicionado no imóvel, sobretudo fachadas
Colocação de Caixa	Colocação no alçado ou muro de caixas de alarmes, água, correio ou elétrica que desvirtua.
Decoração/ Acessórios	Vasos, alcatifas, mobiliário
Estendais da Roupa	

Iluminação	Fios elétricos, candeeiros, focos, etc.
Publicidade	Reclamos Luminosos, tarjas, placares informativos, toldes, etc.
Revestimentos no Pavimento	Alcatifas, flutuantes, linóleos ou vinílicos
Sinalética	
Graffiti (vandalismo)	Quando nos alçados surge pintado, ato de vandalismo, graffiti, assinaturas, ...
Vegetação	Vegetação muito densa que dificulta a perceção do imóvel, ou vegetação na área do imóvel que mostra falta de cuidado ou limpeza.
Enquadramento	O elemento ou RPI não está in situ ou deslocada de posição, como pode estar perante risco de desaparecimento ou destruição. Fácil deslocação noutra local.
Intervenções Irregulares	Ações ilegais e/ou sem acompanhamento técnico que resultam da adição ou alteração restrita e pontual no existente ou na leitura do imóvel.
Impato Arqueológico	O impato resulta de introduções ou alterações da função inicial de forma parcial.
Grau 2	Referência Patrimonial Imóvel apresenta pequenas alterações não estruturais. Solução: médio restauro ou recuperação.
Cor	
Caixilharia	Diferentes materiais
Caixa de estores exteriores	Instalação de caixa de estores, sobretudo em janelas
Marquises	Instalação de marquises em vãos de varandas
Guardas	Presença de guardas de diferentes tipologias e cores
Material	Aplicação de rebocos, materiais cerâmicos, juntas mal executadas ou pintadas, alteração do tipo de material, etc.
Cobertura	Alteração dos revestimentos da cobertura ex: telha
Revestimentos	Alteração ou adição de rebocos ou outro tipo de material
Muro	Construção de muro e/ou alteração da cota do muro.
Remoção de Pedra	Retirar de pedra da estrutura construtiva.

Intervenções Irregulares	Ações ilegais e/ou sem acompanhamento técnico que resultam em pequenas alterações não estruturais, mas parciais e expressivas que alteram a função inicial.
Impacto Arqueológico	O impacto resulta de introduções ou alterações na função inicial de forma total.
Grau 3	Referência Patrimonial Imóvel apresenta alterações parciais na estrutura ou destruição parcial do existente pondo em causa o valor patrimonial. Solução: difícil restauro, recuperação.
Cobertura	Mudança da tipologia. Ex. duas águas para quatro águas)
Vãos	Alteração da tipologia dos vãos; alteração da fachada com introdução, remoção ou deslocação dos vãos, e/ou alteração das dimensões.
Caixas de escadas	Construção de caixas de escadas no exterior ou anexado a fachadas
Estrutura	Modificação/alterações das lajes, pilares, vigas, asnas, etc.
Volumetria	Aumento da volumetria ou da cércea do imóvel que o desvirtua.
Construções	Construção de anexos ou outros elementos. Estes podem estar adossados ou associados.
Enquadramento	Quando algum elemento construído junto ao imóvel não se enquadra.
Divisão em Frações	A RPI foi alvo de partilhas que traduziu na Arquitetura na inserção de elementos diferentes.
Remoção de Pedra	Retirar de pedra da estrutura construtiva.
Abertura de Vala	O abrir de valas ou caboucos provocam destruição parcial de vestígios.
Intervenções Irregulares	Ações ilegais e/ou sem acompanhamento técnico que resultam de alterações parciais na estrutura ou evidencia destruição parcial do existente.
Impacto Arqueológico	O impacto resulta de ações/ intervenções manuais e/ou mecânicas que provocam uma destruição parcial do existente, provocados por aterros e movimentação de terras sem acompanhamento.

Grau 4	Referência Patrimonial Imóvel apresenta alterações integrais ou destruição total do existente. Solução: não existe solução de recuperação; aberto à construção.
---------------	---

Demolições ou Arrasamentos

Novas construções

Não existe nenhum elemento arquitetónico preservado, ou destruiu estruturas existentes.

Intervenções Irregulares

Ações ilegais e/ou sem acompanhamento técnico que resultam em alterações ou destruição total/ parcial da estrutura ou do existente.

Impato Arqueológico

Destruição total/ integral (que resulta de aterros, remoção e movimentação de terras e de estruturas) do existente.

2.1.33. Acessos [TE acessos]

Automóvel
 Pedonal

2.1.34. Enquadramento [TE envolvente]

Enquadramento

Urbano	Quando a referência patrimonial se implanta num núcleo ou aglomerado populacional com 2 ou mais casas; possuam acessos e infraestruturas básicas (água, ou luz, ou saneamento); acessos; outras condições de vida.
Rural	Quando a referência patrimonial se afasta dos aglomerados populacionais, ou se situa na sua periferia, perdendo a relação arquitetónica com o aglomerado, mas mesmo assim está associado. Igualmente se considera casos em que o aglomerado constitui-se por menos de 2 ou mais casas habitacionais, configurando um núcleo populacional, mas os acessos e condições infraestruturais são inexistentes ou primitivas (sem água, luz, saneamento).
Isolado	Quando a referência patrimonial se implanta num espaço isolado ou afastado/ fora do que se refere anteriormente.

2.1.35. Cobertura Vegetal [TE envolvente]

Cobertura
 Vegetal

Rasante	Quando se identifica uma vegetação de pasto ou ervas rasteiras	
	Ervas ou Pasto	Não se identifica espécies em concreto, mas o solo cobre-se com manto de ervas rasteiras.
	Culturas Anuais de Sequeiro	Cultura de hortícolas.
	Líquenes/ Musgos	
Arbustiva	Quando composto por arbustos de média dimensão	
Arbórea	Carrasco	
	Giesta	
	Vinha	
	Quando composto por árvores.	
	Amendoeira	
	Azinheira	
	Castanheiro	
	Índia	
	Bravo	
	Cedro	
	Carvalho	
	Eucalipto	
	Mistos de Pomares	Identifica-se vários tipos de árvores frutícolas.

Oliveira	
Pinheiro	
	Bravo
	Manso
Sobreiro	
Videira	

2.1.36. Uso do Solo [TE uso solo]

Agrícola	Solo para uso agrícola.
Baldio	Solo do estado mas regido por uma associação de partes.
Comercial	Solo utilizado para instalação de antenas ou outros usos com fins comerciais
Cultural	Solo ocupado com valor culturais ou são usufruídos como valores patrimoniais ou culturais.
Ferrovário	Solo está ocupado para uma utilização relacionadas com comboios.
Florestal	Solo para fins florestais.
Incultos	Solo referenciado não possui plantações ou agricultado.
Improdutivo	Solo sem capacidade para agricultura.
Industrial	Solo ocupado por estruturas industriais.
Natural	Solo de valor natural. Pode estar dentro de uma área protegida.
Pastoreio	Solo utilizado para a pastorícia.
Recursos Geológicos	Solo utilizado para fins de extração de recursos naturais.
Urbano	Solo destinado ou com uso para edificação ou existência de infraestruturas.
Uso Não Determinado	O inventariante não identifica um uso, porque não apresenta uso. O solo aparenta abandono.
Viário	Solo utilizado para passagem de carros ou pessoas
Superfície Aquática	Solo

2.1.37. Tipo de Solo [TE solo]

Leptossolos	Dístricos	Órticos
	Êútricos	Órticos
	Úbrimcos	
Fluvisolos	Êútricos	
Cambissolos	Crómicos	
	Dístricos	Crómicos
		Órticos

Fonte: shape “tipo_solo”

2.1.38. Aptidão do Solo [TE aptidão solo]

Área Urbana		
Com aptidão	Elevada	Agricultura
		Pastagem melhorada

	Exploração florestal/pastagem natural
Moderada	Agricultura Pastagem melhorada Exploração florestal/pastagem natural
Marginal	Agricultura Pastagem melhorada Exploração florestal/pastagem natural
Sem aptidão	Agricultura Pastagem Melhorada

Fonte: shape “aptidao_solo”

2.1.39. Litologia [TE litologias]

2.1.39.1. Designação Simples

Ampelitos
 Aplitos
 Aplo-Pegmatitos
 Cherts
 Granito
 Grauvaques
 Liditos
 Quartzitos
 Xistos

2.1.39.2. Designação Específica

Complexo Vulcano-Silicioso	Intercalações de Cherts e Liditos Intercalações de Metavulcanitos Hiperálcalinos Intercalações de Pórfiros e Metavulcanitos Ácidos Intrusões Diabásicas e Metavulcanitos Básicos Xistos Hematíticos (borra de vinho) e Xistos Cloríticos	
Depósitos	Conglomeráticos	matriz areno-lutítica; níveis arenosos e lutíticos intercalados; esmectite dominante na fração argilosa matriz predominantemente lutítica suportando clastos subangulosos e argilas ilito-cauliníticas
	Eluvio-Aluvionais	

Formação	Campanhó e Ferradosa	Intercalações de Ampelitos e Liditos
		Intercalações de Quartzitos
		Xistos cinzentos silico carbonosos
	Desejosa	Alternância de filitos com laminação fina, paralela e metagrauvaques, metaquartzovaques, às vezes carbonatados
	Quartzitos Superiores	Intercalações de quartzitos
		Quartzitos xistoides e quartzofilitos
	Xistos Superiores	Intercalações de vulcanitos básicos
		Xistos cinzentos siliciosos e carbonosos e siltitos
	Quartzito Armoricano	Quartzitos Inferiores: quartzitos compactos e conglomerados
		Quartzitos superiores com bancadas de ferro, xistos intermédios e quartzitos inferiores
	Xistos intermédios: xistos com intercalações de metagrés	
	Filito-Quartzítica	Intercalações de quartzitos quartzofilitos e xistos
	Pelito-Grauváquico	Intercalações de liditos
		Xistos cinzentos com intercalações de xistos negros, ampelitos
	Xistentia	Xistos ardosíferos, carbonosos com intercalações de metassiltitos na base
Granito	Grão grosseiro a médio	porfiróide, de duas micas
	Grão médio a grosseiro	Esparcos megacristais, de duas micas
		porfiróide, de duas micas
	Grão médio	Duas micas
	granodioritos porfiróides, de grão médio a grosseiro, essencialmente biotíticos	
Maciço	Valpaços	Granito de grão grosseiro, porfiróide, de duas micas, essencialmente biotítico
		Granito de Grão Médio de duas Micas
	Romeu	Granito de grão médio moscovítico
Microgranito		
Moscovítico		
Quartzo		

Unidade	Mouquim-Canadelo	Xistos carbonosos
---------	------------------	-------------------

2.1.40. Hidrografia [TE linha água]

Regato	da Figueirinha
	da Freixeda
	da Vacaria
	da Vistosa
	das Bouças
	do Freixo
	do Vale da Bouça
	do Vale Direito
Ribeira	da Açoreira
	da Agricha
	da Cabreira
	da Cidade
	da Coitada
	da Coutada
	da Crosseira
	da Figueirinha Brava
	da Flagosa
	da Freixeda
	da Lavandeira
	da Pombeira
	da Pousada
	da Senhora do Viso
	da Sobreira
	da Vinha
	das Múrias
	das Olgas
	de Aila
	de Carvalhais
	de Cedães
	de Macedinho
	de Milhais
	de Mourel
	de Orelhão
	de Pereira
	de São Domingos
	de São Martinho
	de Suções
	de Vale de Prados
	de Vale de Telhas

	de Vale Pereiro
	de Valverde
	de Vila Verde
	do Barroco
	do Carneiro
	do Carvalhal
	do Eivado
	do Freixo
	do Romeu
	do Seixagal
	do Seixo
	do Vale da Lameira
	do Vale da Pomba
	do Vale de Bornes
	do Vale do Covo
	do Vale do Manhuscal
	do Vale do Ninho
	do Vale do Seixo
	do Vale dos Serralhões
	dos Couços
	Pequena
Ribeiro	da Senhora do Viso
	de Lameirão
	de Poulos
	de São Pedro Velho
	do Arquinho
	do Vale Martinho
Rio	Macedo
	Rabaçal
	Tua
	Tuela
Sem Nome	